



## RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-BC

Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC

Execução:



Setembro de 2014



## ÍNDICE GERAL

I	SUMÁRIO EXECUTIVO .....	1
II	RELAÇÃO DE ENUNCIADOS E CONCEITOS EMPREGADOS.....	3
III	DESCRIÇÃO SUCINTA DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	10
III.1	Nome do Programa:.....	10
III.2	Número da Região:.....	10
III.3	Estados e Municípios envolvidos.....	10
III.4	Relação Cronológica dos eventos realizados, em cada etapa .....	10
III.5	Equipe técnica .....	21
IV	HISTÓRICO REGIONAL E LOCAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES OFFSHORE DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS.....	22
V	RESULTADOS MUNICIPAIS .....	44
V.1	Maricá – breve histórico .....	45
V.2	Maricá.....	48
V.2.1	Pescadores marítimos e de águas interiores – Maricá .....	48
V.3	Saquarema – breve histórico.....	53
V.3.1	Pescadores marítimos e de águas interiores de Saquarema .....	55
V.4	Araruama – breve histórico .....	60
V.4.1	Pescadores marítimos e de águas interiores de Araruama.....	61
V.5	Cabo Frio – breve histórico .....	64
V.5.1	Moradores urbanos .....	66
V.5.2	Quilombolas de Cabo Frio.....	68
V.5.3	Pescadores marítimos e de águas interiores.....	71
V.6	Arraial do Cabo – breve histórico .....	75
V.6.1	Pescadores marítimos de Arraial do Cabo.....	77
V.7	Armação dos Búzios – breve histórico .....	83
V.7.1	Quilombolas de Búzios.....	85
V.7.2	Pescadores marítimos e de águas interiores de Búzios.....	87
V.8	Casimiro de Abreu – breve histórico .....	92
V.8.1	Moradores urbanos e rurais .....	93
V.8.2	Pescadores marítimos, de águas interiores e aquicultores .....	95
V.9	Rio das Ostras.....	101
V.9.1	Moradores urbanos de Rio das Ostras .....	103
V.9.2	Moradores rurais e assentados de Rio das Ostras.....	105
V.9.3	Pescadores de Rio das Ostras .....	109

V.10	Macaé.....	114
V.10.1	Moradores urbanos periféricos de Macaé.....	116
V.10.2	Pescadores marítimos de Macaé.....	119
V.11	Carapebus – breve histórico.....	124
V.11.1	Moradores urbanos de Carapebus.....	125
V.11.2	Pescadores de águas interiores de Carapebus.....	126
V.11.3	Moradores rurais e assentados.....	129
V.12	Quissamã – breve histórico.....	135
V.12.1	Pescadores marítimos e de águas interiores de Quissamã.....	137
V.12.2	Moradores rurais e Quilombolas de Quissamã.....	140
V.13	Campos dos Goytacazes – breve histórico.....	145
V.13.1	Pescadores marítimos de Campos dos Goytacazes.....	147
V.13.2	Pescadores de águas interiores.....	150
V.13.3	Moradores urbanos de Campos dos Goytacazes.....	154
V.14	São João da Barra – breve histórico.....	159
V.14.1	Pescadores marítimos de São João da Barra.....	160
V.14.2	Moradores rurais e Pescadores de águas interiores de São João da Barra	163
V.15	São Francisco de Itabapoana – breve histórico.....	169
V.15.1	Quilombolas de São Francisco de Itabapoana.....	171
V.15.2	Moradores rurais de São Francisco de Itabapoana (Carrapato).....	173
V.15.3	Pescadores marítimos de São Francisco de Itabapoana.....	177
VI	RESULTADOS REGIONAIS – Etapa 5.....	181
VI.1	Critérios para o agrupamento dos problemas comuns e a formação da Agenda Regional, assim como para a junção dos grupos de discussão regional.....	181
VI.2	A lógica diagramada.....	183
VI.3	Agrupamento de problemas pelo critério de frequência.....	184
VI.4	Grupo dos Quilombolas, Moradores Rurais e Assentados – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional.....	184
VI.5	Grupo dos pescadores – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional.....	199
VI.6	Grupo de moradores urbanos – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional.....	214
VI.7	<i>Royalties</i> em discussão.....	225
VI.7.1	Dos <i>royalties</i> no Encontro Regional.....	225
VII	METAS E RESULTADOS ALCANÇADOS EM RELAÇÃO AOS PREVISTOS.....	230

VII.1	Do cronograma: previsto <i>versus</i> realizado .....	230
VII.2	Dos indicadores e avaliação.....	233
VIII	RESULTADOS ALCANÇADOS NÃO PREVISTOS NO PROJETO ORIGINAL .....	236
IX	LIMITES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO .....	241
X	PROPOSTA PARA A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	244
XI	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	253
XII	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	257
XIII	ANEXOS .....	264
XIII.1.	Anexos – CDs compondo a metodologia adotada, as avaliações realizadas, produtos como o vídeo e respostas à hipótese de pesquisa e evidências geradas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC. ....	264
XIII.2	Anexo 2 – Cadastro Técnico Federal no Ibama.....	268

**TABELAS**

Tabela III-1: Relação da equipe técnica da Soma dedicada à realização do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.....	21
Tabela V-1: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Maricá.....	48
Tabela V-2: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Maricá.....	49
Tabela V-3: Continuação dos resultados gerados pelo grupo de pescadores de Maricá.....	50
Tabela V-4: Potencialidade levantada pelo grupo de pescadores de Saquarema.....	55
Tabela V-5: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Saquarema.....	56
Tabela V-6: Continuação dos resultados gerados pelos pescadores de Saquarema.....	57
Tabela V-7: Continuação dos resultados gerados pelos pescadores de Saquarema.....	58
Tabela V-8: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de Araruama.....	61
Tabela V-9: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Araruama.....	62
Tabela V-10: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Cabo Frio.....	66
Tabela V-11: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Cabo Frio.....	67
Tabela V-12: Potencialidades levantadas pelo grupo de quilombolas de Cabo Frio.....	68
Tabela V-13: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos quilombolas de Cabo Frio.....	69
Tabela V-14: Continuação dos resultados gerados para o grupo dos quilombolas, assentados e moradores rurais de Cabo Frio.....	70
Tabela V-15: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Cabo Frio.....	71
Tabela V-16: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Cabo Frio.....	72
Tabela V-17: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Arraial do Cabo.....	77
Tabela V-18: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores marítimos de Arraial do Cabo.....	78
Tabela V-19: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de águas interiores de Arraial do Cabo.....	79
Tabela V-20: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de águas interiores de Arraial do Cabo.....	80

Tabela V-21: Potencialidades levantadas para o grupo de quilombolas de Búzios .....	85
Tabela V-22: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos quilombos de Búzios .....	86
Tabela V-23: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Búzios .....	87
Tabela V-24: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Búzios.....	88
Tabela V-25: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores de Casimiro de Abreu.....	93
Tabela V-26: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores de Casimiro de Abreu .....	94
Tabela V-27: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de Casimiro de Abreu .....	95
Tabela V-28: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Casimiro de Abreu .....	96
Tabela V-29: Continuação dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Casimiro de Abreu.....	97
Tabela V-30: Continuação dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Casimiro de Abreu.....	98
Tabela V-31: Potencialidades levantadas para o grupo de moradores urbanos de Rio das Ostras .....	103
Tabela V-32: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Rio das Ostras .....	104
Tabela V-33: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais e assentados de Rio das Ostras.....	105
Tabela V-34: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores rurais e assentados de Rio das Ostras.....	107
Tabela V-35: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores rurais e assentados de Rio das Ostras.....	108
Tabela V-36: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Rio das Ostras.....	109
Tabela V-37: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Rio das Ostras .....	110
Tabela V-38: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Rio das Ostras.....	111
Tabela V-39: Potencialidades levantadas para o grupo de moradores urbanos de Macaé .....	116
Tabela V-40: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Macaé.	117

Tabela V-41: Continuação de síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Macaé.....	118
Tabela V-42: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores marítimos de Macaé .....	119
Tabela V-43: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Macaé .....	120
Tabela V-44: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Macaé.....	121
Tabela V-45: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Carapebus.....	125
Tabela V-46: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de Carapebus.....	126
Tabela V-47: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Carapebus	127
Tabela V-48: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Carapebus.....	128
Tabela V-49: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais de Carapebus .....	129
Tabela V-50: Continuação das potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais de Carapebus.....	130
Tabela V-51: Síntese dos resultados gerados para o grupo de moradores rurais e assentados de Carapebus.....	131
Tabela V-52: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo de moradores rurais e assentados de Carapebus.....	132
Tabela V-53: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Quissamã .....	137
Tabela V-54: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Quissamã .....	138
Tabela V-55: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Quissamã.....	139
Tabela V-56: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais e quilombolas de Quissamã.....	140
Tabela V-57: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e quilombolas de Quissamã .....	141
Tabela V-58: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e quilombolas de Quissamã .....	142
Tabela V-59: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores marítimos de Campos	147

Tabela V-60: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores marítimos de Campos .....	148
Tabela V-61: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores marítimos de Campos .....	149
Tabela V-62: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de águas interiores de Campos.....	150
Tabela V-63: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de águas interiores de Campos.....	151
Tabela V-64: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de águas interiores de Campos .....	152
Tabela V-65: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de águas interiores de Campos .....	153
Tabela V-66: Potencialidades levantadas para o grupo de moradores urbanos de Campos dos Goytacazes.....	154
Tabela V-67: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Campos.....	155
Tabela V-68: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Campos.....	156
Tabela V-69: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de São João da Barra ....	160
Tabela V-70: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São João da Barra .....	161
Tabela V-71: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São João da Barra.....	162
Tabela V-72: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais e pescadores de água interiores de São João da Barra .....	163
Tabela V-73: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e pescadores de água interior de São João da Barra .....	164
Tabela V-74: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e pescadores de água interior de São João da Barra .....	165
Tabela V-75: Potencialidades levantadas para o grupo de quilombos de São Francisco de Itabapoana .....	171
Tabela V-76: Síntese dos resultados gerados pelo o grupo dos quilombos de São Francisco de Itabapoana .....	172
Tabela V-77: Potencialidades de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana .....	173

Tabela V-78: Síntese dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana .....	174
Tabela V-79: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana.....	175
Tabela V-80: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana.....	176
Tabela V-81: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de São Francisco de Itabapoana .....	177
Tabela V-82: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São Francisco de Itabapoana .....	178
Tabela V-83: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São Francisco de Itabapoana .....	179
Tabela VI-1: Localidades do grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas.....	185
Tabela VI-2: Frequência dos problemas comuns para o grupo de quilombolas.....	185
Tabela VI-3: Frequência dos problemas comuns para os assentados e moradores rurais.....	186
Tabela VI-4: Resultados gerados pelo grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas no Encontro Regional .....	187
Tabela VI-5: Continuação dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas no Encontro Regional .....	188
Tabela VI-6: Resultados gerados pelo grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas no Encontro Regional em relação aos problemas com relação indireta à cadeia produtiva de petróleo e gás.....	190
Tabela VI-7: Continuidade dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de P&E – moradores rurais, assentados e quilombolas.....	191
Tabela VI-8: Continuidade dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas.....	193
Tabela VI-9: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas.....	194
Tabela VI-10: Resultados para os problemas sem relação com a cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas.....	195
Tabela VI-11: Continuação dos resultados para os problemas sem relação com a cadeia de P&E – moradores rurais, assentados e quilombolas .....	196

Tabela VI-12: Continuação dos problemas sem relação com a indústria de petróleo e gás – moradores rurais, assentados e quilombolas .....	197
Tabela VI-13: Continuação dos resultados dos problemas sem relação com a cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas .....	198
Tabela VI-14: Localidades do grupo de pescadores .....	199
Tabela VI-15: Frequência dos problemas comuns para o grupo de pescadores .....	200
Tabela VI-16: Resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	202
Tabela VI-17: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	203
Tabela VI-18: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	204
Tabela VI-19: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	205
Tabela VI-20: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	206
Tabela VI-21: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	207
Tabela VI-22: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P.....	208
Tabela VI-23: Resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P.....	209
Tabela VI-24: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P.....	210
Tabela VI-25: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P.....	211
Tabela VI-26: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P.....	212
Tabela VI-27: Resultados da discussão em torno dos problemas de Organização social dos pescadores .....	213
Tabela VI-28: Municípios e respectivas localidades do grupo de moradores urbanos envolvidos no Diagnóstico do PEA-BC.....	214
Tabela VI-29: Frequência dos problemas comuns para o grupo de moradores urbanos.....	215

Tabela VI-30: Resultados para os problemas com relação direta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	216
Tabela VI-31: Continuação dos resultados para os problemas com relação direta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	217
Tabela VI-32: Resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	218
Tabela VI-33: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	219
Tabela VI-34: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	220
Tabela VI-35: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	221
Tabela VI-36: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos .....	222
Tabela VI-37: Resultados do problema sem relação com a indústria de E&P – grupo de moradores urbanos.....	223
Tabela VI-38: Continuação dos resultados do problema sem relação com a indústria de E&P – grupo de moradores urbanos .....	224
Tabela VI-39: Síntese dos resultados regionais sobre o tema <i>Royalties</i> – Grupo de Discussão 1 .....	226
Tabela VI-40: Síntese dos resultados regionais sobre o tema <i>Royalties</i> – Grupo de Discussão 2 .....	227
Tabela VI-41: Síntese dos resultados regionais sobre o tema <i>Royalties</i> – Grupo de Discussão 3 .....	228
Tabela VI-42: Síntese dos resultados regionais sobre o tema <i>Royalties</i> – Grupo de Discussão 4 .....	229
Tabela VII-1: Conferência objetiva do atendimento aos Indicadores de avaliação de Resultados definidos no Plano de Trabalho. ....	234
Tabela VIII-1: Relação de correspondências enviadas com a Carta de Grussaí .....	240

**FIGURAS**

Figura I-1: Ilustração das etapas realizadas pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC com os respectivos cronogramas estimados.....	1
Figura IV-1: Ferramenta do Diagrama de Venn adaptado para representar a hierarquia de relação entre os municípios com a indústria de petróleo e gás à luz dos macroimpactos selecionados.....	42
Figura VI-1: Lógica de entendimento dos grupos sociais.....	184
Figura VII-1: Relação comparativa entre o cronograma de metas, etapas e atividades previsto no Plano de Trabalho e realizado na sua implementação .....	232
Figura VIII-1: Carta de Grussaí.....	237
Figura VIII-2: Assinaturas da Carta de Grussaí .....	238
Figura XI-1: Síntese dos depoimentos de avaliação do processo do Diagnóstico Participativo pelos participantes.....	255



## I SUMÁRIO EXECUTIVO

A proposta de retomada do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) foi estruturada em cinco etapas (Figura I-1), seguindo uma lógica processual baseada em proposições de abordagens e instrumentos metodológicos e pedagógicos, os quais buscaram dialogar com as premissas da Educação Ambiental preconizadas pelo Ibama<sup>1</sup>.

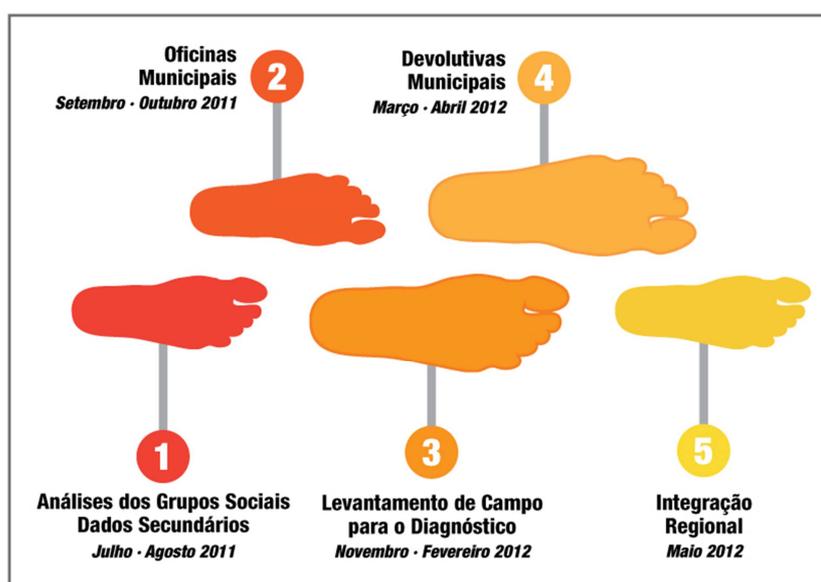


Figura I-1: Ilustração das etapas realizadas pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC com os respectivos cronogramas estimados

A estrutura e o conteúdo deste relatório estão pautados **(i)** pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10, no seu item 6.2.1 e subitem 6.2.1.3; **(ii)** por solicitações e orientações da equipe técnica de acompanhamento da CGPEG/IBAMA<sup>2</sup>; **(iii)** pela necessidade de contextualizar o histórico dos

<sup>1</sup> Conforme consta nos documentos: **(i)** Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural; **(ii)** Bases para a Formulação de um Programa de Educação Ambiental para a Bacia de Campos.

<sup>2</sup> Pareceres Técnicos N° 170/10, N° 427/11, N° 113/12, da Reunião de Avaliação Técnica na Oficina de Maricá, em 27/03/2012 e da Reunião Técnica preparatória ao Encontro Regional realizada em 18/05/2012, registrada na Ata N° 22/12.

municípios frente à sua relação com a indústria de petróleo e gás<sup>3</sup>; e **(iv)** pelo processo participativo de avaliação das etapas realizadas.

Nesse âmbito, a primeira parte do documento (item II) conceitua e define os principais termos de natureza teórica empregadas pelo Diagnóstico do PEA-BC, bem como enunciados empregados nas tabelas-síntese que expõem os resultados gerados, tanto no caráter municipal quanto no regional. Em seguida, o item III apresenta a descrição sucinta das atividades realizadas em cada uma das cinco etapas do presente Diagnóstico, seguindo a relação cronológica recomendada na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10.

O terceiro momento do relatório (item IV) apresenta uma análise das dinâmicas históricas nos 14 municípios à luz das operações *offshore* pela atividade de petróleo e gás na Bacia de Campos, indicando níveis de relacionamento dos municípios às atividades e aos impactos das operações nessa bacia petrolífera. Com base nesse contexto geral, são apresentados, no item V, no formato de tabelas-síntese, os resultados municipais gerados principalmente na Etapa 3 do Diagnóstico – levantamento de campo. Os resultados do Encontro Regional são expostos no item VI e convergem para o entendimento das reflexões feitas em cada grupo social. Em seguida (itens VII a X), são apresentadas as metas, resultados<sup>4</sup>, dificuldades encontradas no processo de implementação do Diagnóstico e propostas para se avançar no desenho de um Programa Regional de Educação Ambiental.

Por fim, o relatório é concluído com algumas considerações finais sobre o Diagnóstico Participativo do PEA-BC acompanhado de anexos.

<sup>3</sup> Abordando a diretriz focada quanto ao estado de vulnerabilidade à luz dos impactos da indústria de petróleo e gás.

<sup>4</sup> Os resultados aqui considerados dizem respeito aos previstos e não previstos no âmbito do Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela CGPEG/IBAMA.

## II RELAÇÃO DE ENUNCIADOS E CONCEITOS EMPREGADOS

### **ENUNCIADOS E CONCEITOS AFETOS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO E AOS MACROIMPACTOS DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS**

**Vulnerabilidade social:** Implica um conjunto de fenômenos que, por um lado, revela a exposição de pessoas, grupos ou comunidades a riscos que podem comprometer sua qualidade de vida e seu bem-estar. Por outro lado, implica a baixa capacidade desses atores sociais em aproveitar ativos e recursos disponíveis, ou adquirir novos ativos e recursos, para lidar com as situações de risco e de perigo de maneira a minimizá-los ou superá-los (Busso, 2001 e 2002; Hogan & Marandola, 2006; Cunha, 2004; Chambers, 1989; Moser, 1995).

**Vulnerabilidade aos impactos e riscos ambientais relativos às atividades de exploração de petróleo e gás natural:** Baseando-se na estrutura conceitual e metodológica da vulnerabilidade dos Meios de Vida Sustentáveis (MVS), utilizou-se este conceito para investigar a incidência de fontes de ameaças (representadas pelos macroimpactos) sobre a realidade dos grupos sociais.

**Ocupação do espaço marinho:** Impacto que advém da natureza *offshore* das operações na Bacia de Campos, tendendo a gerar conflitos por uso e acesso aos espaços marinhos, especialmente com o segmento da pesca. Assim, plataformas, petroleiros, rebocadores, embarcações de apoio (LSV, DSV), navios sísmicos e estruturas que são disponibilizadas para pesquisar e, principalmente, produzir e escoar o petróleo e gás representam impactos efetivos pela criação de áreas de exclusão, pelo aumento no trânsito de embarcações e pela eventual perda ou dano causados por abalroamento ou acidentes com petrechos de pesca, além de potenciais impactos para a produção pesqueira e reprodução social da pesca artesanal.

**Dinâmica demográfica:** A ciência da demografia ocupa papel central no entendimento de fluxos e padrões de crescimento e ocupação populacional.

Para o Diagnóstico Participativo do PEA-BC, centraram-se as leituras em alguns conceitos demográficos que orientassem uma compreensão sobre a migração e o crescimento populacional motivados por oportunidades de trabalho e estudo proporcionadas pela indústria de petróleo e gás, principalmente nos municípios onde estão as bases operacionais da Petrobras.

**Ocupação e uso do solo:** Este impacto apresenta duas abordagens. A primeira está vinculada aos processos demográficos, na qual o crescimento populacional gerado pela indústria de petróleo representa vetores de demanda por áreas habitacionais. A segunda se refere ao espaço ocupado por infraestrutura da indústria, a saber: galpões, terminais, linhas de oleoduto e gasoduto.

**Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços:** A pressão sobre a infraestrutura de saúde, educação, segurança pública, saneamento e infraestrutura urbana (luz, água, transporte, estradas) apresenta relação com os processos migratórios e maior ocupação de áreas habitacionais induzidos pelas oportunidades na indústria de petróleo e gás e pela expectativa gerada por tais oportunidades. Essas são atribuições exclusivas do Estado (Prefeituras e Estado) para oferecer bem-estar e desenvolvimento às pessoas e cidadãos. A pressão da infraestrutura das cidades aliada à falta de planejamento adequado acabam gerando exclusão, o que impede uma organização urbana que garanta o acesso da população a serviços básicos e à proteção de áreas de preservação.

**Royalties:** Os *royalties* são uma compensação financeira, prevista em lei, que as empresas licenciadas a explorar e produzir minérios pagam ao Estado Brasileiro, sendo repassados até as prefeituras. São, portanto, tidos como um impacto positivo, por dotar os orçamentos públicos com recursos passíveis de serem destinados a um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento de problemas gerados pela indústria e ao desenvolvimento do Estado e Municípios. Entretanto, geram um impacto negativo às comunidades quando sua destinação é feita de forma incorreta.

**Grupo social:** Considerou-se o *espaço físico* como elemento central para a definição e a divisão dos grupos sociais trabalhados no Diagnóstico,

além dos critérios triangulados de *vulnerabilidade social* e *vulnerabilidade aos impactos de petróleo e gás natural*. Assim, têm-se dois grupos de informações: (i) as localidades onde se manifestam as identidades dos moradores; e (ii) a relação entre o desenvolvimento de atividade produtiva e incidências dos macroimpactos nos meios de vida e ativos sociais. Além disso, expressões culturais, formas de produção da riqueza social/comunitária e suas estruturas de organização política também tiveram pesos consideráveis e proporcionais na definição dos agregados sociais.

**Organização social:** São as relações e papéis estabelecidos entre as pessoas, em seus locais de moradia, trabalho e em espaços políticos. A espacialidade e a forma de produção têm papel central na definição das formas de organização e reprodução social adotada por cada grupo. Assim sendo, as relações familiares e comunitárias, que deveriam refletir um sentido/objetivo comum nas instituições e instâncias de poder público devido aos aspectos culturais e de identidade, não podem ser descontextualizadas das relações de poder e conflitos de caráter social que também foram temas agrupados nesse sentido.

## **ENUNCIADOS E CONCEITOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO**

**Potencialidades:** Capacidades e/ou atributos naturais, econômicos e socioculturais identificados no contexto local de meios e modos de vida de grupos sociais. As potencialidades são consideradas eixos promotores de desenvolvimento local, com base na possibilidade de potencializar a resolução de problemas e de realçar características positivas.

**Problemas:** São entendidos como *“aquelas situações onde haja risco e/ou dano social/ambiental e não haja nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema”* (Quintas, 2006 *apud* Carvalho & Scotto, 1995). É fundamental perceber que em muitos casos, apesar de não haver uma tomada de posição rumo a uma possível solução da problemática, o problema teve sua lógica entendida pelas pessoas

que o vivenciam, ou seja, *têm consciência sobre ele*. A essa situação dá-se o nome de conflito explícito; contrária, portanto, ao conflito implícito, que é aquele em que não há tomada de consciência (Acselrad, 1992). Entender que as pessoas ouvidas no Diagnóstico percebem e estabelecem a lógica da problemática e dos agentes envolvidos no problema é também perceber que a resolução de muitas situações ainda está no plano simbólico, imaterial, sendo uma etapa inicial (e fundamental) para uma possível institucionalização do conflito. *Ver conceito de conflitos para melhor entendimento desses cenários.*

**Problemas de relação direta com a cadeia produtiva de exploração e produção de petróleo e gás natural:** Problemas que têm como origem principal a indústria petrolífera, conferindo condição de risco, ou interferindo e modificando modos e meios de vida dos grupos sociais, tornando-os vulneráveis ou contribuindo para aumentar seu estado de vulnerabilidade. Esses problemas têm correspondência com os cinco macroimpactos que pautaram o diálogo com os grupos sociais. A orientação metodológica se pautou na análise de possíveis elos entre esses impactos, refletindo processos de causalidade e convergência de problemas.

**Problemas de relação indireta com a cadeia produtiva de exploração e produção de petróleo e gás natural:** Problemas que têm como origem um conjunto difuso de ações e impactos, de natureza da gestão pública e/ou privada. Assim, identifica-se que a indústria de petróleo e gás seja um agente causal de problemas identificados de forma combinada ou sinérgica com outros agentes e fontes geradoras.

**Problemas sem relação com a cadeia produtiva de exploração e produção de petróleo e gás natural:** Problemas que não apresentam relações causais com as atividades e operações da indústria de petróleo e gás. São, portanto, advindos de conjunturas no campo de políticas públicas, iniciativas privadas de naturezas diversas e da organização social e política das comunidades.

**Conflitos:** Tidos como *“aquelas situações onde há confronto de interesses representados por diferentes atores sociais, em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente. O conflito ocorre porque atores sociais reagem*

*em defesa dos seus interesses, pela utilização e/ou gestão dos recursos ambientais” (Quintas, 2006 apud Carvalho & Scotto, 1995). Assim, evidencia-se que todos os conflitos envolvem um problema. No entanto, nem todos os problemas envolvem um conflito, já que o conflito pressupõe uma reação frente a um cenário de disputa. Ainda, deve ser considerado um segundo tipo de conflito: os conflitos de tipo sociais ou políticos, que, para Quintas, 2006, apud Bobbio, Matteucci & Pasquino, são “formas de interação entre indivíduos, grupos ou organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. De acordo com este entendimento, todo conflito tem como objeto de disputa algum recurso escasso.” O conflito, quando é mediado pelo Estado, passa a estar institucionalizado. Ver conceito de problema para melhor entendimento desses cenários.*

## **ENUNCIADOS E CONCEITOS EMPREGADOS NAS TABELAS DE RESULTADOS**

**Temas:** Com o objetivo de correlacionar diferentes informações trazidas do Diagnóstico, agregam blocos de assuntos, a fim de permitir convergência de significados semelhantes, facilitando a visualização de semelhanças e diferenças entre as tabelas dos municípios.

**Atores envolvidos:** Diz respeito às entidades e grupos envolvidos em torno de um problema e/ou conflito que fora identificado, com base na percepção dos grupos sociais. Em situações em que os conflitos não foram identificados, os atores envolvidos dizem respeito àqueles vinculados com a problemática levantada em campo com os grupos sociais.

**Enfrentamento:** É a tomada de posição para superar, coletivamente, uma situação em que há interesses divergentes. Os caminhos para o enfrentamento podem ser legais e institucionais ou paralelos, em busca de rupturas mais revolucionárias (Loureiro, 2003). Assim, no caso de não haver um conflito identificado, não há ações ou estratégias de enfrentamento identificadas no campo da coletividade. Para os conflitos que foram identificados, o enfrentamento passa a ser categorizado da seguinte forma:

(i) no campo simbólico e das representações sociais, quando os sujeitos têm consciência do problema, reconhecendo, em sua maioria, a responsabilidade dos atores envolvidos. No entanto, não há reação propositiva que se efetive em mudanças. É preciso considerar, entretanto, que a conscientização do problema está também baseada em crenças, práticas e valores. Esse arcabouço espelha-se em campos de poder reais e imaginários, que interferem na relação do sujeito com a realidade material<sup>5</sup>. Um enfrentamento no campo simbólico e das representações pode acontecer quando:

- há desabafo sobre um problema, em espaços formais ou informais de participação/discussão. O problema está sendo discutido, mesmo que de maneira não propositiva;

- lideranças discutem o problema com a base, mas não há ação de encaminhamento para soluções;

(ii) institucionalizado: quando a comunidade se mobiliza para a resolução de um determinado problema e institui espaços de negociação com os sujeitos/instituições responsáveis pela ocorrência do problema ou responsáveis por sua resolução.

**Espaços de participação:** Todas aquelas possibilidades institucionalizadas que os grupos sociais poderiam buscar para desenvolver uma tomada de posição rumo ao problema e/ou conflito. Nesse sentido, foram listados:

- (i) coletivos consultivos nos quais não é possível deliberar proposições, espaços de consulta e escuta da sociedade (como Audiências Públicas);
- (ii) espaços cuja participação da sociedade é garantida por lei (Conselhos Gestores do Município);
- (iii) coletivos de bairros e outros grupos que têm função de mobilizar, sensibilizar e articular atores sociais;
- (iv) outras formas de associações, como iniciativas privadas e públicas.

<sup>5</sup> VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Revista: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

Todos os espaços listados foram levantados com os grupos sociais e também levantados pela própria equipe técnica, por meio de dados secundários.

### III DESCRIÇÃO SUCINTA DAS ATIVIDADES REALIZADAS

#### III.1 Nome do Programa:

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA-BC.

#### III.2 Número da Região:

Região de número 5 (cinco)<sup>6</sup>

#### III.3 Estados e Municípios envolvidos

Estado do Rio de Janeiro contemplando os seguintes municípios: Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Carapebus, Macaé, Campos dos Goytacazes, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

#### III.4 Relação Cronológica dos eventos realizados, em cada etapa

A seguir, segue a relação cronológica dos eventos realizados em cada uma das cinco etapas desenvolvidas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Para as etapas 1, 2 e 3, a informação aqui exposta foca os objetivos e a metodologia, comuns a todos os eventos realizados. No Anexo, encontra-se a relação cronológica, que será especificada apenas nos itens que a diferenciam entre os municípios (local e data, número de participantes e perfil dos participantes)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> A essa região foi incorporado o município de Maricá no Diagnóstico Participativo do PEA-BC pois consta da área de abrangência do PEA da Petrobras, proposta na Agenda de Compromissos em 2006, aprovada em abril de 2006 pelo Ofício CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 315/06.

<sup>7</sup> No CD 1, Anexo 2.1, podem ser encontradas as descrições das atividades realizadas: lista do evento, município onde ocorreu, número de participantes e seu perfil para as etapas 1, 2 e 3.

## **Etapa 1 – Análise dos grupos sociais à luz dos impactos da indústria de petróleo e gás**

Contexto: O processo de mobilização e inclusão de grupos sociais e comunidades deve se orientar pela diretriz do Licenciamento Ambiental que vincula a vulnerabilidade aos impactos gerados pelas operações da indústria de petróleo e gás. Para tanto, tornava-se imperativo gerar uma base inicial de dados e informações com relação às dinâmicas socioeconômicas municipais e às realidades de comunidades e grupos que haviam se engajado no PEA-BC, em especial entre 2009 e 2010, de forma a gerar um conhecimento para aferir quais grupos e atores foram e deveriam ser inseridos na retomada do Diagnóstico Participativo do PEA-BC de forma coerente e justa com base no enfoque de sua exposição aos impactos e aos riscos oriundos da indústria de petróleo e gás.

Objetivo: Aliada à sistematização de dados secundários, buscou gerar alguns subsídios para retomar o contato com os grupos sociais envolvidos e potencialmente a serem incluídos, restabelecendo o diálogo, tendo por base pontos centrais da mediação de conflitos e da educação no processo de licenciamento ambiental.

Metodologia: Análise bibliográfica e exploratória de dados secundários combinada com aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação participante.

## **Etapa 2 – Oficinas Municipais**

Tipo de evento: Oficina Municipal.

Contexto: Partindo da linha de base gerada na Etapa 1, iniciou-se efetivamente a mobilização com os grupos que já haviam se envolvido, bem como outros que foram identificados pelos resultados gerados pela etapa anterior. Esse

momento define a retomada do processo do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, orientado para estabelecer algum nível de compreensão coletiva, gestão das expectativas, seleção dos agentes locais e consolidação de locais e grupos a serem trabalhados na etapa seguinte.

Objetivos do evento: **(i)** nivelar informações sobre o Diagnóstico do PEA-BC no âmbito da Educação Ambiental para Gestão; **(ii)** fomentar o diálogo e a troca de saberes e conhecimentos sobre os dados secundários levantados a respeito da dinâmica social nos municípios da Bacia de Campos; **(iii)** pactuar o interesse em colaborar com a realização do Diagnóstico; e **(iv)** encaminhar a definição dos grupos e localidades a serem trabalhados na Etapa 3<sup>8</sup>, assim como a seleção do agente local e o Plano de Ação.

Metodologia empregada: **i)** resgate do processo do PEA-BC até 2010, incluindo uma objetiva devolutiva de resultados gerados até a interrupção ocorrida; **(ii)** apresentação e nivelamento sobre o novo Plano de Trabalho e estratégia executiva do Diagnóstico Participativo do PEA-BC para concretizar a elaboração da agenda regional de Educação Ambiental; **(iii)** mediação e debate dos critérios para consolidação da lista dos grupos sociais por localidade em estado de vulnerabilidade; **(iv)** mediação, elaboração dos critérios e seleção dos agentes locais; e **(v)** mediação para consolidação do roteiro de campo e planejamento participativo para a realização da etapa de levantamento de campo (Etapa 3).

Aqui, enfatiza-se que as abordagens metodológicas se pautaram na pedagogia de adultos e mediação dialógica para gestão de conflitos, combinando momentos lúdicos, técnicas de visualização e ferramentas de Diagnóstico Participativo<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> A definição dos grupos e localidades foi pautada por uma mediação entre a diretriz central da CGPEG/IBAMA – vulnerabilidade aos impactos da indústria de petróleo e gás – com os resultados e análises oriundos da Etapa 1.

<sup>9</sup> Para mais detalhes, vide Relatório 3: Relatório do Diagnóstico Participativo do PEA-BC – Etapas 1 e 2.

### **Etapa 3 – Levantamento de Campo para o Diagnóstico**

Assim como na relação cronológica anterior, aqui também se considera que todos os eventos desta etapa foram embasados pelo mesmo objetivo e mesma metodologia de modo geral, relacionados a seguir. Dessa maneira, a relação cronológica será especificada apenas nos itens que a diferenciam entre os municípios (local, data, período de realização, metodologia específica, número de participantes e perfil dos participantes).

Contexto: Com os resultados obtidos nas etapas anteriores – repactuação social para o Diagnóstico Participação; seleção e contratação de agentes locais; definição de grupos e locais orientados pela diretriz do Licenciamento Ambiental – iniciou-se a coleta participativa de dados e informações sobre as realidades locais seguindo um roteiro de diagnóstico.

Objetivos: Coletar dados e informações com os grupos sociais; e fomentar o diálogo sobre o processo de licenciamento ambiental e objetivo do Diagnóstico do PEA-BC.

Metodologia: Ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e Meios de Vida Sustentáveis (MVS).

#### Etapa 4 – Devolutivas Municipais

Assim como nas relações cronológicas anteriores, aqui também deve ser considerado que todos os eventos desta etapa foram embasados pelo mesmo objetivo e mesma metodologia, relacionados a seguir. Dessa maneira, a relação cronológica será especificada apenas nos itens que a diferenciam entre os municípios (local e data, número de participantes e perfil dos participantes).

Contexto: Os resultados gerados pelas etapas anteriores foram sistematizados de forma a subsidiar a etapa de devolutiva realizada em dois estágios complementares. O primeiro focou a devolução, checagem e pré-análise dos resultados do diagnóstico com cada grupo social participante. Com essa ação, busca-se valorizar a identidade sociocultural dos grupos sociais, aumentar o nível de confiança com relação ao diagnóstico do PEA-BC e, conseqüentemente, servir como uma importante ação mobilizadora da base social para as etapas seguintes, ampliando a aderência à realidade local e a legitimidade na representação desses grupos. O segundo estágio foi conduzido no âmbito do município, agregando os grupos sociais participantes do primeiro estágio para checagem e análise coletiva do diagnóstico participativo, de modo a considerar particularidades, similaridades e conexões entre as realidades levantadas, qualificando a compreensão a respeito das relações entre os problemas vivenciados e os respectivos impactos causadores deles.

Objetivo: Validar os resultados gerados, ampliando o processo mobilizatório e analisando coletivamente tais resultados de forma a delinear as agendas municipais de Educação Ambiental.

Metodologia: Ações facilitadoras e abordagem de diálogo para expor os resultados e mediação, com base em técnicas de visualização, de análise em torno dos pontos centrais do Diagnóstico Participativo<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Para mais detalhes, vide o anexo do presente relatório.

Local, data, horário e período de realização: Maricá, 27 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 19

Perfil dos participantes: agentes públicos, moradores, pescadores, lideranças comunitárias representantes das instituições/iniciativas: Movimento Restinga, Secretaria do Meio Ambiente, Associação de Moradores e Amigos de Guaratiba, Associação de Moradores de Araçatiba, Associação de Pescadores de Zacarias, Fundação Proze, Associação de Moradores de Marinelândia e Associação de Moradores de Caxito.

Local, data, horário e período de realização: Saquarema, 19 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 38

Perfil dos participantes: agentes públicos, moradores, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Colônia de Pescadores Z-24, Associação de Moradores e Amigos de Jaconé, Associação de Moradores de Gravatá, Emater, Agenda 21, Associação de Moradores de Itaúna, Coordenadoria do Meio Ambiente da Associação de Moradores de Jaconé e NEA-BC.

Local, data, horário e período de realização: Araruama, 23 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 40

Perfil dos participantes: agentes públicos, moradores, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/ iniciativas: ONG OADS, NEA-BC, Projeto Pólen, Associação de Moradores da Pontinha, Associação de Moradores e Amigos de Areal, Associação de Pescadores e Amigos da Praia Seca, Praça Escola, Secretaria do Meio Ambiente, Colônia de Pescadores Z-28.

Local, data, horário e período de realização: Cabo Frio, 23 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 40

Perfil dos participantes: agentes públicos, moradores, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: ONG OADS, NEA-BC, Projeto Pólen, Associação de Moradores da Pontinha, Associação de Moradores e Amigos de Areal, Associação de Pescadores e Amigos da Praia Seca, Praça Escola, Secretaria do Meio Ambiente, Colônia de Pescadores Z-4.

Local, data, horário e período de realização: Arraial do Cabo, 19 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 51

Perfil dos participantes: estudantes, professores, agentes públicos, moradores, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Entidade Lagos em Ação, Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, Projeto Pólen, Secretaria de Meio Ambiente e Associação de Moradores da Prainha.

Local, data, horário e período de realização: Búzios, 23 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 36

Perfil dos participantes: agentes públicos, moradores, pescadores, lideranças comunitárias, quilombolas, maricultores e representantes das instituições/iniciativas: Associação de Mulheres Negras e Afrodescendentes da Rasa, Quilombo de Jardim Però, Quilombo Maria Joaquina, Quilombo de Baía Formosa, Colônia de Pescadores Z-23, Associação de Moradores e Amigos de Búzios, Associação de Mulheres Cem Braças, NEA-BC, Associação de Moradores de Tucuns e Agenda 21.

Local, data, horário e período de realização: Rio das Ostras, 14 de abril de 2012, dia todo.

Número de participantes: 52

Perfil dos participantes: agentes públicos, professores, moradores, assentados, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das

instituições/iniciativas: Colônia de Pescadores Z-22, Projeto Pólen, Secretaria do Meio Ambiente, Assentamento de Cantagalo, Associação de Moradores e Amigos da Boca da Barra, Doutores da Arte, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Acampamento Arlindo Martins.

Local, data, horário e período de realização: Casimiro de Abreu, 15 de março de 2012, dia todo.

Número de participantes: 41

Perfil dos participantes: agentes públicos, moradores, pescadores, maricultores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Associação de Moradores de Barra de São João, Rádio Litoral, Associação de Pescadores e Aquicultores da Barra de São João, Projeto Pólen, Associação Brasil-Suíça, Associação de Mulheres da Barra do São João, Secretaria de Meio Ambiente, Rede Solidária da Pesca e NEA-BC.

Local, data, horário e período de realização: Carapebus, 20 de abril de 2012, dia todo.

Número de participantes: 39

Perfil dos participantes: produtores rurais, moradores, assentados, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Assentamento João Batista Soares, Associação de Produtores Rurais do Assentamento 25 de Março, Associação de Moradores de Rodagem, Emater, Associação de Produtores Rurais de Itaquira e Associação de Pescadores de Caxangá.

Local, data, horário e período de realização: Macaé, 19 de abril de 2012, dia todo.

Número de participantes: 39

Perfil dos participantes: moradores urbanos, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Agenda 21, Projeto Pólen e Colônia de Pescadores Z-3.

Local, data, horário e período de realização: Campos dos Goytacazes, 2 de maio de 2012, dia todo.

Número de participantes: 36

Perfil dos participantes: moradores, pescadores, professores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Projeto Pólen, Associação de Pescadores Artesanais da Coroa Grande, Colônia de Pescadores Z-19 de Farol de São Tomé, Associação de Pescadores do rio Paraíba do Sul, Associação de Moradores de Ururaí, Associação de Pescadores de Lagoa de Cima, Instituto Idanfe e Associação de Pescadores Artesanais de Parque dos Prazeres.

Local, data, horário e período de realização: Quissamã, 24 de abril de 2012, dia todo.

Número de participantes: 29

Perfil dos participantes: moradores, pescadores, quilombolas, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Projeto Pólen, Posto de Saúde de Machadinho, NEA-BC, Associação de Moradores de Alto Grande, Associação de Quilombolas de Machadinho, Colônia de Pescadores Z-27, Associação de Moradores Piteira do Carmo e Associação de Mulheres Barra do Furado.

Local, data, horário e período de realização: São João da Barra, 24 de abril de 2012, dia todo.

Número de participantes: 39

Perfil dos participantes: moradores rurais, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Projeto Pólen, NEA-BC, Posto de Saúde de Atafona, Companhia de Habitação, Associação de Pescadores de Atafona.

Local, data, horário e período de realização: São Francisco de Itabapoana, 27 de abril de 2012, dia todo.

Número de participantes: 47

Perfil dos participantes: moradores rurais, quilombolas, pescadores, lideranças comunitárias e representantes das instituições/iniciativas: Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Carrapato, Quilombo de Deserto Feliz, Colônia de Pescadores Z-1 (núcleo de Guaxindiba), Projeto Pólen, NEA-BC, Secretaria do Meio Ambiente e Associação de Pescadores de Barrinha.

## **Etapa 5 – Encontro Regional**

Local, data, horário e período de realização: São João da Barra, SESC Grussaí, 21, 22 e 23 de maio de 2012, dia todo.

Contexto: Fruto do processo mobilizatório e de construção de conhecimento compartilhado ao longo de todas as etapas, a Etapa do Encontro Regional reuniu representantes (líderes formais e não formais) dos 33 grupos sociais nos 14 municípios trabalhados, para lançar um olhar sobre temas e realidades comuns, ao mesmo tempo reconhecendo e dando espaço para temas e realidades diferenciadas para o território considerado da Baixada Litorânea e Norte Fluminense.

Objetivo: Avaliar os resultados em uma escala regional, promovendo intercâmbio, fortalecendo a ação mobilizadora do projeto e delineando a agenda regional para o PEA-BC.

Metodologia: Esse momento fez uso de técnicas de sistematização para subsidiar uma mediação que intercalou momentos de grupos estruturados aleatoriamente, formados por afinidade cultural e em plenária.

Número de participantes: 114

Perfil dos participantes: moradores urbanos, moradores rurais, pescadores, agricultores rurais, assentados, quilombolas, agentes públicos, lideranças comunitárias, estudantes e representantes das instituições/iniciativas: Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras, Associação Quilombola de Deserto Feliz, Associação Quilombola de Barrinha, Associação de Moradores e Produtores de Carrapato (Amproac) Nova Belém, Colônia de Pescadores Z-27

de Quissamã, Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio, Colônia de Pescadores Z-23 de Búzios, Associação Quilombola de Maria Joaquina – Cabo Frio, Associação Quilombola de Botafogo – Cabo Frio, Colônia de Pescadores Z-19 de Farol de São Tomé, Associação Livre de Aquicultura e Pesca do Recanto de Itaipuaçu – Campos, Associação de Pescadores de Jaconé – Saquarema, Colônia de Pescadores Z-01 de São Francisco de Itabapoana (Gargaú), Colônia de Pescadores Z-03 de Macaé, Federação de Associações de Maricá, Colônia de Pescadores Z-28 de Araruama, Associação de Moradores de Ururá, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Projeto Pólen (Campos, São Francisco de Itabapoana, Araruama, Macaé, São João da Barra, Casimiro de Abreu e Quissamã), Projeto NEA-BC (Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Saquarema), Associação de Moradores de Carapebus, Associação de Pescadores de Zacarias – Maricá e Associação de Pescadores de Caxangá – Carapebus.

### III.5 Equipe técnica

A execução deste Diagnóstico Participativo esteve sob responsabilidade da empresa de consultoria Soma Desenvolvimento & Meio Ambiente. A tabela a seguir apresenta os profissionais que compuseram a equipe ao longo de todo o processo.

**Tabela III-1: Relação da equipe técnica da Soma dedicada à realização do Diagnóstico Participativo do PEA-BC**

	<i>Formação/Atribuição</i>
Maíra Borgonha	MSc, Oceanógrafa/Sistematizadora
Vivian Franco	Agrônoma/Sistematizadora
José Mazucatto	Eng. Agrônomo/Articulador
Marta Lago	Historiadora/Mediadora
Flávia Muluc	Turismóloga/Animadora
Maurício Camilo	Assistente Social/Mediador
Norma Santana	Psicóloga/Articuladora
João Pinho	Ator/Animador
Alysson Fraga	MSc, Antropólogo/Sistematizador/Facilitador
Priscila Cordts	Comunicóloga/Sistematizadora/Articuladora
Miguel Vieira de Lima	MSc, Geógrafo/Base cartográfica
Mariana Pirró	Geógrafa, Coordenada de Campo
Rodrigo Campos	MSc, Oceanógrafo/Análise de dados
Cristiano Dapper	MSc, Oceanógrafo/Análise de dados
Clea Mazucatto	Auditora/Análise de dados
Juliana Rondon	Comunicóloga/Comunicação
Ana Luiza	Bacharelado Produção Cultural/Comunicação
Wilson Venâncio	Designer/Comunicação
Rosita Vilar	Secretária/Administrativo e Logística
Michelle Galvão	Secretária/Administrativo e Logística
Alécia Farias	Economista/Administrativo
Adriana Fraga	MSc, Eng. de Pesca/Coordenação Administrativa
Hugo Diogo	MSc, Oceanógrafo/Coordenação Técnica

#### IV HISTÓRICO REGIONAL E LOCAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES OFFSHORE DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS

Inicialmente, constatou-se, pela análise de relatórios e documentos afetos ao assunto, por entrevistas realizadas com técnicos que trabalharam no processo até sua interrupção em meados de 2010 e pela experiência da equipe da Soma em processos afins, que havia um nível de subjetividade bastante significativo. Isso ocorreu em relação à percepção dos atores e grupos locais quanto à lógica embutida na diretriz relativa à ação dos impactos oriundos da indústria de petróleo e gás sob o estado de vulnerabilidade de comunidades e/ou grupos sociais.

Ainda nesse contexto, Alves (2010) afirma haver uma dificuldade intrínseca no estabelecimento objetivo da relação de causa e efeito entre as mudanças ocorridas e a atividade específica de um empreendimento. Portanto, esse ponto foi tido como uma das fragilidades que comprometiam a efetiva realização do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

Foi, portanto, necessário fomentar uma abordagem de diálogo, que colocasse no centro da análise as realidades locais, como a indústria de petróleo e gás gera impactos e como eles se processam nos meios de vida de comunidades tidas como vulneráveis. Nesse sentido, tornou-se necessário definir o **objeto de análise** para conduzir e mediar o Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

Em primeiro lugar, tem-se que o recorte geográfico do Diagnóstico Participativo considerou 14 municípios costeiros, contíguos entre o Município de Maricá, localizado no extremo sul da área de abrangência do PEA-BC, ao Município de São Francisco de Itabapoana, no extremo norte. Esse recorte apresenta algumas diferenças daqueles associados às definições de Zonas de Produção Primária, Secundária e Limítrofes, destacando o Município de Maricá, que não se encontra classificado segundo esse zoneamento vigente na Bacia de Campos (Santos, 2007).

O segundo passo para a definição do objeto de análise esteve na delimitação sobre o entendimento sobre a indústria de petróleo e gás. Assim, a indústria é contextualizada com base nas operações de exploração e produção

*offshore* na Bacia Sedimentar de Campos, incluindo, portanto, as atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento que ocorrem no âmbito do espaço marinho. No âmbito dos municípios costeiros, foram também consideradas as instalações de negócio, industriais, logísticas e de escoamento que estão vinculadas aos empreendimentos *offshore*, ou seja, direcionadas ao atendimento exclusivo da exploração e produção petrolífera marítima. Desse modo, deve ser considerada a presença de estruturas industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, de suporte logístico, da Unidade de Operações da Petrobras e de empresas fornecedoras de bens e serviços<sup>11</sup>.

Uma observação que surge como muito pertinente está no fato de que há impactos oriundos de empreendimentos licenciados pela CGPEG/IBAMA que se processam, em maior ou menor nível de sinergia, com impactos oriundos de um período histórico de operação da indústria sem a obrigatoriedade legal dos instrumentos de licenciamento ambiental. Bem como com impactos advindos de processos decisórios em um nível de macropolíticas de Estado, orientadas pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento.

Nesse contexto, considerou-se ainda que existem deficiências nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) que também compõem a base de dados secundários que subsidiou a realização deste Diagnóstico e dos projetos de mitigação, no que se refere a lacunas de informações contextualizadas e indicadores necessários para avaliação dos impactos da implantação de empreendimentos, bem como serviu como uma linha de base para seu posterior monitoramento (Alves, 2010). Há ainda uma inexistência de monitoramento sistemático de impactos socioeconômicos e, por último, há uma carência de padronização quanto à definição de uma relação de impactos, indicadores e abordagens temporais e espaciais de avaliação entre os EIAs, pesquisas acadêmicas e de instituições de investigação independente.

Diante da observação exposta, o objeto de análise do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, alinhado à diretriz da CGPEG/IBAMA, estabelece

---

<sup>11</sup> Aqui foi empregado o estudo e o mapeamento realizado por Pellegrin & Araújo (2004).

alguns limites quanto à obtenção de algumas respostas a perguntas que, em verdade, requerem o atendimento das considerações realizadas no parágrafo anterior. Da mesma forma, ao evocar os princípios do enfoque participativo que regeu o presente Diagnóstico e que orienta as ações de Educação Ambiental nos processos de licenciamento, tem-se que a geração de informação e conhecimento deve ser dosada para permitir e facilitar a inclusão consciente dos sujeitos da ação no processo.

Isso quer dizer que o fomento aos processos de diálogo deve dar conta de viabilizar uma troca entre os conhecimentos técnicos com os tradicionais/empíricos, no sentido de que o excesso ou níveis de cientificidade do conhecimento técnico pode obstruir algumas possibilidades de realizar a referida facilitação (Pruitt & Thomas, 2007).

Portanto, o objeto de análise do Diagnóstico Participativo do PEA-BC foi tratado de forma a equalizar e balizar, da melhor forma possível, uma leitura técnica pautada na diretriz da CGPEG/IBAMA, no contexto mencionado acima. Ainda, foi tratado com o tempo e o cuidado para que pessoas e grupos se disponibilizassem a ser copartícipes na construção dessa política pública e fossem ofertadas condições para uma melhor qualidade no processo participativo.

Posto isso, foi direcionado um olhar na região da Bacia de Campos com base nos seguintes marcos históricos: **(i)** ápice e decadência do setor sucroalcooleiro, salineiro e de culturas da laranja e limão; **(ii)** mudança da capital federal da Cidade do Rio de Janeiro para Brasília; **(iii)** construção da ponte Rio-Niterói; **(iv)** expansão do setor de turismo; **(v)** instalação da Petrobras em Macaé e do Porto de Imbetiba; **(vi)** venda das estatais CSN, Álcalis, CVRD, Embratel, Telebras, Light, Porto do Rio, e das empresas estaduais Banerj, Cerj e CEG<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Segundo Silva & Guichard (2006), tais eventos afetaram e afetam a dinâmica populacional, com destaque para a mobilidade espacial, com base no expressivo nível de desligamento de postos de trabalho com os Planos de Demissão Voluntária – PDV.

As inter-relações e interconexões entre esses fenômenos e outros tidos como de menor escala e intensidade são consideradas, segundo Nader (2009), como de difícil tratamento<sup>13</sup>.

Consciente disso e no âmbito do compromisso em sistematizar uma base de dados e informações para o Diagnóstico Participativo do PEA-BC, selecionou-se uma base bibliográfica oriunda de ciências e escolas distintas, mas que oferecessem elementos acerca das questões centrais do presente trabalho. Com isso, buscou-se delinear um quadro que simplifica o complexo,<sup>14</sup> dando um primeiro passo para melhor compreender como a indústria de petróleo e gás se circunscreve nas dinâmicas econômicas de duas regiões de governo ora de interesse, a saber: **(i)** região da Baixada Litorânea<sup>15</sup> e **(ii)** região Norte Fluminense.

Importante sublinhar que a opção por iniciar a análise segundo o recorte geográfico acima se fundamenta em evidências quanto a dinâmicas históricas e econômicas particulares (Oliveira, 2000; Moulin & Santos, 2006; Neto & Neto, 2006; Andrade & Serra, 2008; Oliveira, 2010). Nesse campo, uma abordagem de análise, baseada na ciência da demografia e no conceito de cidades médias<sup>16</sup>, indica que, ao longo dos últimos 30-40 anos, o dinamismo econômico

<sup>13</sup> Segundo o autor, um dos motivos está na falta de sistemas de monitoramento e de uma linha de pesquisa que integre esforços em análises de caráter multidisciplinar, alinhando-se, portanto, aos pontos mencionados com relação a lacunas de conhecimento sobre os impactos da indústria de petróleo e gás.

<sup>14</sup> As obras de Leff (2000) e Morin (2006) apontam e orientam que a simplificação de pensamentos e contextos complexos, tido como uma consequência intrínseca à natureza dos sistemas e processos, se diferencia da abordagem reducionista. Assim, a ação de **simplificar o complexo** se pauta em uma estrutura de pensamento sistêmico, que estruture e organize uma coletânea de informações e conhecimento orientado à definição de ações e à facilitação da compreensão de forma mais difusa. O exercício e o entendimento para abordar o complexo simples deve ser caracterizado por um pensamento constante e sistêmico.

<sup>15</sup> No presente trabalho foram considerados os municípios de Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios como Baixada Litorânea; e Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana como Norte Fluminense. O Município de Maricá é considerado na região da Baixada Litorânea com as devidas ressalvas por ser considerado vinculado à Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ.

<sup>16</sup> Cidades médias compreendem as cidades com mais de 100 mil habitantes, representando atores de políticas públicas em contexto de descentralização do Estado, após a Constituição de 1988. Essas cidades e localidades desempenham um papel de articulação do território em torno de sua centralidade em relação aos municípios vizinhos e de menor porte demográfico. Assim, exercem um papel e influência na reestruturação socioeconômica em escala mesorregional.

na Baixada Litorânea tem na Cidade de Cabo Frio seu polo centralizador, experimentando o expressivo crescimento demográfico associado ao segmento do turismo. Já no Norte Fluminense, Macaé passa a abrigar o núcleo econômico do petróleo, promovendo uma nova centralidade econômica nessa região.

Esse quadro passa a ser consubstanciado com resultados obtidos em campo ao longo da realização do Diagnóstico Participativo, a saber: **(i)** informações e observações levantadas com agentes de prefeituras municipais<sup>17</sup>; **(ii)** linhas do tempo construídas nas oficinas municipais<sup>18</sup>; e **(iii)** resultados das matrizes históricas e observações de campo<sup>19</sup>.

### Da região da Baixada Litorânea

A região da Baixada Litorânea apresentou um crescimento demográfico superior ao do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), sendo que grande parte desse crescimento foi provocado pela saturação da região metropolitana, que incentivou um movimento de aposentados e trabalhadores da classe média em busca de tranquilidade e de melhor qualidade de vida (Freire, 2001 *apud* Oliveira, 2003; Dias & Silva Neto, 2008). Segundo Christovão (2010), o turismo como indústria e atividade relevante para o Município de Cabo Frio começa a se estabelecer a partir do final da década de 1950, sendo que somente no final da década de 1970 assume definitivamente o papel de destaque como a principal atividade econômica. Esse momento histórico se associa ainda à construção da Ponte Rio-Niterói e à abertura de rodovias estaduais que facilitam o acesso a toda a Região dos Lagos, consolidando o perfil turístico dessa região.

---

<sup>17</sup> Relativo à etapa 1 da implementação do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

<sup>18</sup> Relativo à etapa 2 da implementação do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

<sup>19</sup> Relativo à etapa 3 da implementação do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

No âmbito dos municípios que compõem a Baixada Litorânea, ou Região dos Lagos, tem-se que Búzios e Arraial do Cabo<sup>20</sup>, emancipados de Cabo Frio, potencializam e mantêm, respectivamente, a orientação ao fomento do turismo lastreado nos ativos ambientais e paisagísticos (Xavier, 2006). Araruama e Saquarema também se configuram como atrativos turísticos, mas com características diferenciadas. Araruama está voltada para casas de veraneio, tendo as famílias como seu principal mercado-alvo. Atualmente, tem apresentado um grande crescimento no turismo de terceira idade, estando mais associada a atividades de repouso. Saquarema também se orienta bastante para casas de veraneio, mas sua tradição e sua visibilidade passam a ocorrer a partir da prática do surfe, atraindo o público jovem, que se soma aos turistas de veraneio (Toledo & Silva, 2009).

Já o Município de Maricá passa a sofrer uma expressiva mobilidade interurbana, oriunda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), e fruto da elevada concentração demográfica na capital associada a custos fundiários e de vida em geral (Andrade & Serra, 2008). Assim, tem como característica uma ocupação flutuante orientada pela busca de segunda moradia permanente, para aqueles estratos da sociedade que apresentam dificuldades econômicas de residir em regiões mais centrais da capital, evidenciados pelo crescente número de trabalhadores realizando movimentos pendulares de curta distância para a capital (Silva, 2010). Sazonalmente, também se destaca em Maricá a segunda moradia com o propósito de lazer – utilizado durante finais de semana e veraneio – para aqueles estratos da sociedade em melhores condições financeiras, confirmada pela existência de 17.558 domicílios particulares não ocupados e de uso ocasional. (Censo Demográfico 2010 – IBGE). Não obstante, essa realidade social e econômica de Maricá faz com que passe a ser reconhecida como um município pertencente à região de governo classificada como Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

---

<sup>20</sup> Arraial do Cabo teve na Companhia Nacional de Álcalis - CNA, instalada em seu atual território, um importante marco econômico do município. Todavia, com sua desativação e consequências em termos econômicos e de geração de emprego, o turismo desponta como a nova base econômica municipal.

Com base no exposto e buscando contextualizar os impactos da indústria de petróleo e gás sobre os municípios de governo da Baixada Litorânea, tem-se uma relação não significativa para os aspectos/variáveis relacionados a migração/crescimento populacional e expansão urbana periférica.

De forma a considerar outras dimensões analíticas com relação à natureza dos processos migratórios para a Região dos Lagos expostos anteriormente, torna-se relevante considerar a hipótese de esses municípios estarem recepcionando migrantes vinculados a serviços e trabalhos na cadeia produtiva de petróleo e gás. Com exceção das estruturas do aeroporto de Cabo Frio<sup>21</sup>, do Porto do Forno em Arraial do Cabo<sup>22</sup> e das instalações do Comperj no Município de Itaboraí<sup>23</sup>, não há, nesses municípios, empresas fornecedoras de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos (Nader, 2009). Portanto, o indicador de migração pendular torna-se o mais apropriado para abordar a hipótese acima mencionada.

Segundo Paganoto (2008), até o ano 2000, a oferta de postos formais de trabalho encontra-se centralizada no Município de Macaé. Ao mapear trabalhadores residentes em outros municípios que trabalhassem em Macaé na indústria extrativa<sup>24</sup>, o autor aponta que a residência desses trabalhadores era o Município de Cabo Frio.

---

<sup>21</sup> O Aeroporto Internacional de Cabo Frio foi concedido em 2001 e passou a operar em 2007 como centro de apoio logístico à indústria de petróleo e gás. O aeroporto atende ainda a indústria farmacêutica, química e siderúrgica. As cargas movimentadas entre 2005 e 2011 totalizaram 61 mil toneladas, no valor total de US\$ 2 bilhões, gerando R\$ 226,5 milhões em recolhimento de ICMS (sem contar outros tributos), representando um crescimento de 177%.

(Fonte: <http://www.aeroportocabofrio.com.br/materia-Aeroporto-de-Cabo-Frio-passa-a-operar-tamb%C3%A9m-como-base-de-exporta%C3%A7%C3%A3o-do-setor-de-petr%C3%B3leo-135.htm>)

<sup>22</sup> O Porto do Forno, sob a gestão municipal, foi licenciado para operar como base de apoio *offshore* a partir de 2010.

<sup>23</sup> O Comperj encontra-se em vias de licenciamento, no âmbito estadual, com previsão para iniciar suas operações em 2014.

<sup>24</sup> Segundo as notas metodológicas do IBGE, indústria extrativa compreende, Extração de Carvão Mineral, Extração de Petróleo e Serviços Correlatos, Extração de Minerais Metálicos e Extração de Minerais Não Metálicos.

Fonte:

([http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/notas\\_metodologicas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/notas_metodologicas.shtm))

Durante a última década, o Município de Rio das Ostras se reposiciona com a implantação da Zona Especial de Negócios, passando a ofertar também postos de trabalho no segmento da indústria extrativa de petróleo e gás. Considerado isso, segundo o último censo de 2010, o número de trabalhadores residentes em Cabo Frio que realizam migrações pendulares para jornadas de trabalho na indústria extrativa foi de 424, sendo 414 para Macaé e 10 para Rio das Ostras.

Decompondo os dados do Censo do IBGE de 2010, tem-se que, para uma população de 186.277 habitantes em Cabo Frio, 84.792 são trabalhadores (pessoas ocupadas) e, desses, 14.541 realizam migrações pendulares, ou seja, trabalham em outros municípios. Portanto, a proporcionalidade e a significância do quantitativo de trabalhadores residentes em Cabo Frio que estão ocupando postos de trabalho no segmento industrial extrativo são pouco expressivas. Para os demais municípios da Baixada Litorânea, essa análise revela inexistência ou menor significância do que observado em Cabo Frio quanto à relação ora tratada.

O processo de ocupação, expansão urbana e oportunidades de emprego encontra-se de forma mais expressiva vinculado à dinâmica turística. Nesse sentido, Firjan (2008) *apud* Nader (2009), identificam que, entre os vinte maiores investimentos no Estado do Rio de Janeiro, a Baixada Litorânea é alvo de projetos turísticos e imobiliários. Os empregos formais e informais estão bastante vinculados a cadeia de serviços e comércio, conforme exemplificado pelo polo de confecção de moda praia que, em Cabo Frio, apresenta 400 empresas, gerando cerca de 5.500 empregos.<sup>25</sup>

O segmento imobiliário também se destaca ao sustentar um dos setores que mais crescem e geram empregos no município e região – a construção civil orientada para empreendimentos residenciais (IBGE, 2010). Segundo Oliveira (2003), na Baixada Litorânea, observou-se um surpreendente aumento de 54,13% do mercado imobiliário e da indústria de construção civil, representando mais de 28.344 postos de trabalho.

---

<sup>25</sup> FIRJAN (2006).

É relevante ponderar que há um cenário mais difuso quando se considera a cadeia de empresas e operações da atividade de E&P com uma demografia a elas associadas, como é o caso especial de Rio das Ostras e Macaé. Nesse sentido, há uma demanda por serviços no mercado imobiliário dos municípios da Região dos Lagos, além de dinâmicas de economias distintas demandando e pressionando esse segmento.

Nesse sentido, as evidências mais relevantes obtidas com base em uma perspectiva histórica apontam para que o processo de ocupação, fracionamento e especulação imobiliária em Cabo Frio<sup>26</sup> e Região dos Lagos encontra-se, de forma mais proeminente após a década de 1970, orientado pelo modelo de desenvolvimento do turismo e segunda residência (Voivodic, 2007), de forma a substituir a economia do sal nos territórios de Cabo Frio e Araruama (Pereira, 2010) e das culturas de laranja, limão e açúcar no Município de Saquarema<sup>27</sup>. Assim, o estabelecimento e a expansão de uma rede hoteleira, de pousadas e habitações de veraneio provocam um aumento considerável da população residente e principalmente flutuante<sup>28</sup>.

Todavia, uma observação torna-se relevante quanto à relação acima mencionada, por representar um processo mais nítido quanto a uma pressão imobiliária mais alavancada pelas questões relacionadas à indústria de petróleo e gás.

Segundo Nader (2009) e observações realizadas em campo, há uma conurbação entre os Municípios de Cabo Frio e Macaé devido ao forte crescimento populacional de Macaé e Rio das Ostras. Mais especificamente, essa conurbação envolve, em seu limite sul, o Segundo Distrito de Cabo Frio, Tamoiós, perpassando os Municípios de Casimiro de Abreu, principalmente o

---

<sup>26</sup> Está sendo considerado o território de Cabo Frio e os municípios mais recentemente emancipados de Armação dos Búzios e principalmente Arraial do Cabo.

<sup>27</sup> Com base em informações coletadas ao longo do Diagnóstico Participativo, a saber: Oficina Municipal da Etapa 2 e Diagnóstico Participativo da Etapa 3.

<sup>28</sup> A Secretaria de Turismo Municipal citada por Voivodic (2007) apresenta estimativas que apontam uma oscilação populacional da ordem de cerca de 500% entre população residente e população flutuante.

distrito de Barra de São João, situado ao longo da estrada RJ-124 (Rodovia Amaral Peixoto).

Posto isso, passa-se a considerar o papel desempenhado pelos *royalties*, tidos como um impacto positivo, no conjunto dos demais macroimpactos socioeconômicos da indústria de petróleo aqui considerados. Todos os municípios da Baixada Litorânea arrecadam, em alguma proporção, esses recursos. Entretanto, especialmente em Cabo Frio e Armação dos Búzios, a quantidade recebida e a dependência orçamentária aos *royalties* é bastante significativa<sup>29</sup>. Registra-se que, com a promulgação da Lei do Petróleo – 9.478/97 –, Cabo Frio passa a integrar a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo – Ompetro, sendo que o primeiro repasse ocorreu a partir do ano 2000.

Assim, os volumes financeiros arrecadados fortalecem sobremaneira os orçamentos desses municípios, aumentando, na mesma proporção, o poder de investimento. Moura & Cosenza (2007) apontam que, em dois mandatos de Cabo Frio, os administradores desenvolveram políticas e projetos nas áreas sociais: saúde, educação, transporte, urbanização e habitação, tendo os *royalties* como recurso financiador. Os autores apontam ainda o aumento nos postos de trabalho vinculados à Prefeitura Municipal.

De forma complementar, merecem atenção as evidências quanto à ocorrência de uma relação progressiva entre maiores quantidades de *royalties* recebidos com a diminuição nas arrecadações tributárias em Cabo Frio (Vilas

---

<sup>29</sup> Atualmente representa algo em torno de 40% do total da arrecadação desses municípios, sendo que os demais municípios dessa Região de Governo apresentam baixos níveis de dependência segundo dados obtidos para o período de 1999 a 2010 no site [www.inforoyalties.com.br](http://www.inforoyalties.com.br). Entretanto, apesar de manter relação com a exploração mineral, os *royalties* do petróleo são uma compensação financeira devido à dilapidação de uma riqueza público-federativa, e eles não seguem a lógica da ocupação físico-presencial do impacto direto, quando a exploração se dá no mar territorial. Para receber *royalties*, os municípios precisam apenas estar dentro da zona de proximidade definida pelo IBGE pelas linhas ortogonais e paralelas. Assim, mesmo que um município não tenha operações da indústria de exploração e produção, transporte, apoio logístico e transformação de petróleo e derivados, a região será contemplada com o recebimento de *royalties* por critérios físicos/geográficos. Essa situação é descrita como **o acaso geográfico** (em tese de doutorado de Rodrigo Valente: “Contribuição para o debate acerca da distribuição dos *royalties* petrolíferos no Brasil” – Unicamp – 28/2/2005).

Bôas, 2008), fenômeno denominado “preguiça fiscal” e comum nos municípios tidos como “petrocorrentistas” (Serra, 2009).

Considerando tanto a Baixada Litorânea quanto a região Norte Fluminense, é preciso destacar que esse cenário de investimento em infraestrutura e afrouxamento na cobrança por tributos municipais como IPTU e ISS aquece a economia local. Além disso, pode operar como um atrativo migratório para pessoas que passam a ver nesses municípios vantagens e facilidades para se estabelecerem e galgarem novas condições de vida. Nader (2009) aponta ainda os falsos indicadores dos “eldorados”, ou seja, indicativos oriundos de índices do IBGE que sinalizaram súbitas melhorias, mas que não correspondiam à geração de renda, emprego e bem-estar para populações locais.

Essa é uma situação possível que lança a análise sobre os impactos com base nos seguintes pontos:

O primeiro reside no fato da natureza arbitrária de distribuição dos *royalties* (Menezes, 2009), de tal forma que há municípios que participam da economia do petróleo sem que haja relação com impactos de natureza física pelas operações da indústria de petróleo. Nesse sentido, Nader (2009) menciona que:

*“...há um verdadeiro “determinismo geográfico” na definição da divisão desses recursos. Determinismo que não leva em conta os impactos relevantes da cadeia petrolífera, pois os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Armação dos Búzios se beneficiam da extração sem sofrerem grandes consequências da extração de petróleo e gás natural.”*

Diogo (2004) *apud* Santos (2007) realiza uma análise sobre a descrição empregada para a classificação dos municípios inseridos na Zona de Produção Primária da Bacia de Campos, que segue abaixo:

*“Municípios que fazem parte da Zona de Produção Principal podem ter ou não a produção petrolífera como algo inserido no cotidiano de sua população, uma vez que se incluem nessa classificação tanto municípios que possuem unidades produtivas de grande impacto*

*social, econômico e ambiental, quanto aquelas localidades em que a produção petrolífera se dá a quilômetros do litoral, pouco interferindo na realidade local cotidiana.”*

Como dito, os *royalties* representam um impacto positivo, mas que também apresenta desdobramentos negativos mediante a forma como são geridos e aplicados. Nesse âmbito, há linhas de questionamentos que incidem sobre como e por que são distribuídos para os municípios, de tal forma que o sistema de critérios atuais associado a um senso comum quanto a questões relativas a “município produtor”, “impactos pelo crescimento populacional” e “danos ambientais”<sup>30</sup> passam a gerar distorções e injustiças que influenciam no comportamento de pessoas e no perfil executivo da estrutura de gestão pública (Serra *et al*, 2006).

Logo, sem perder de vista os desdobramentos gerados pelos *royalties* quanto à reorganização do território e do quadro político, resumido aqui pela disputa interna e externa por investimentos que autorizaria a aplicação do termo “guerra de lugares” (Neto *et al*, 2008), tem-se como um segundo ponto de análise dos efeitos dos *royalties* a construção e consolidação de uma percepção atrelada a um movimento que combina questões paradoxais. São exemplos: a defesa pelos “direitos” aos *royalties* versus passividade da sociedade civil; uma “sensação de prosperidade” versus aumento de assimetrias sociais; e pouco discernimento para com as fontes e natureza dos impactos incidentes versus tendências de imputar todos os impactos e problemas à atividade de petróleo e gás.

Nessa linha, interessou identificar que há fundamentalmente dois tipos de impactos na Bacia de Campos: **(i)** impactos da indústria; e **(ii)** os impactos dos *royalties*. Essa categorização é proposta por Piquet (2009), não deixando muitas dúvidas de que os *royalties* não levam em conta os impactos tidos como físicos da indústria de petróleo.

<sup>30</sup> <http://jus.com.br/revista/texto/14639/interpretacao-do-artigo-20-1o-da-constituicao-federal>

As implicações disso para o Diagnóstico Participativo do PEA-BC são importantes. Consorciado com observações e resultados obtidos nas atividades de campo, passou-se a orientar as abordagens facilitadoras e de gestão de conflitos com a intencionalidade de expor o histórico e o quadro vigente da realidade dos municípios da Baixada Litorânea, à luz da presença e operações da indústria de petróleo e gás. Ressalta-se que, para as questões relativas aos impactos da ocupação do espaço marinho, que se encontra vinculado aos meios de vida dos pescadores artesanais, há situações e quadro específico, que são compreendidos nas agendas municipais (Item V deste relatório).

Ainda há de se analisar a sobreposição de processos urbano-industriais desencadeados pelas indústrias do turismo e do petróleo que impõem algumas variáveis a serem aprofundadas, em especial na escala da zona limítrofe entre o segundo distrito de Cabo Frio a Rio das Ostras, considerando ainda as recentes operações do Aeroporto Internacional de Cabo Frio e do Porto do Forno em Arraial do Cabo.

### **Da região Norte Fluminense**

No que se refere à segunda região de governo considerada – Norte Fluminense –, as evidências são bastante mais claras com relação à instalação da Petrobras no Município de Macaé e ao papel que passou a ocupar como uma nova centralidade econômica nessa mesorregião por quase trinta anos, desde o início das atividades petrolíferas na região (Piquet, 2003; Monié, 2003).

Em verdade, substantiva parcela das bibliografias pesquisadas focam suas leituras e análises nos municípios da região Norte Fluminense, em especial Macaé, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes (Piquet, 2003; Pessanha & Neto, 2004; Cruz, 2005).

As instalações físicas e de negócios em Macaé deflagram um processo de crescimento populacional orientado pelas oportunidades de emprego e demais implicações no processo de uso e ocupação do solo, o que não se evidencia na Baixada Litorânea. Analisando dados de empregos formais a

partir de 1995, houve um incremento de 40,29%, que em termos absolutos significam 31.652 empregos fortemente centralizados em Macaé (IBGE, 2010).

O inchaço e a pressão centralizada em Macaé passam a transbordar para Rio das Ostras. Inicialmente, o transbordamento ocorre pelas consideráveis demandas de bens e serviços públicos e pela especulação de alguns mercados, como, por exemplo, o imobiliário, originados do extraordinário crescimento populacional dos últimos vinte anos. Passa a ser motivado um processo de migração em busca de melhores condições de vida, criando um sistema pendular intenso entre a rodovia que liga Rio das Ostras a Macaé. Em seguida, o transbordamento prossegue com a instalação do distrito industrial conhecido como Zona Especial de Negócio – ZEN (Gomes & Júnior, 2010).

As ZENs oferecem benefícios fiscais e infraestrutura para que empresas ligadas ou não à cadeia produtiva do petróleo se instalem. O Município de Rio das Ostras possui a experiência mais bem-sucedida na atração de investimentos da Bacia de Campos (Nader, 2009).

Ainda nesse contexto, o movimento de “transbordamento” da dinâmica econômica da indústria de petróleo e gás para além das fronteiras macaenses vem ocorrendo de forma completamente diferente. Assim, Campos dos Goytacazes abre uma linha de atração de investimento (Fundcam), mas o que se destaca de fato são as atividades de formação técnica e universitária na cidade, tornando-a um importante centro universitário e de serviços, particularmente médicos e técnicos no ramo industrial do petróleo (Piquet *et al* 2006).

Os demais municípios litorâneos ao norte de Macaé têm mais recentemente se envolvido e optado por uma integração nos fluxos econômicos ancorados em projetos de grande porte nos segmentos portuários, de mineração, petróleo e gás e de serviços correlatos a essas cadeias (Oliveira, 2003).

Assim, Quissamã e Carapebus fomentam suas ZENs, destacando o Complexo Logístico e Industrial de Farol/Barra do Furado, abrangendo os Municípios de Quissamã e Campos dos Goytacazes, e, em São João da Barra,

encontra-se a instalação do Complexo Industrial do Superporto do Açú. São Francisco de Itabapoana é o único município do Norte Fluminense em que não há um histórico de vinculação direta com a indústria de petróleo, tampouco iniciativas nessa linha.

Quanto à arrecadação dos *royalties*, com exceção de São Francisco de Itabapoana, todos os municípios apresentam expressivos níveis de dependência orçamentária desses recursos e, segundo análise realizada por (Nader, 2009), Macaé e Rio das Ostras são o primeiro e segundo municípios mais impactados, sendo, porém, o segundo e terceiro beneficiários dos *royalties*, respectivamente. Já Campos dos Goytacazes é o maior beneficiário e, novamente, não se encontra exposto a impactos em mesmas proporções (Menezes, 2009).

Resgatando a classificação de impactos proposta por Piquet e sua lógica subjacente, são extraídas duas constatações:

- 1) A indústria de petróleo tem seus impactos vinculados em grande medida à presença física de suas operações e instalações.
- 2) Os *royalties* representam um impacto de natureza positiva dissociado dos impactos negativos decorrentes das operações *offshore* da indústria de petróleo e gás.

Portanto, esse quadro buscou sinalizar diferenças em termos de processos históricos e econômicos nos municípios trabalhados associados à incidência dos principais impactos aqui considerados da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos.

Nesse campo, torna-se importante trazer uma questão que foi fortemente vivenciada na realização deste Diagnóstico, e que diz respeito à identidade territorial por parte dos grupos sociais à luz da diretriz aqui perseguida. As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de grande complexidade, levando a uma necessidade de desenvolver novos elementos na construção teórica do território (Ritter, 2011).

Costa *apud* Souza & Pedon (2007) sinaliza três vertentes de conceitos para território: **(i)** jurídico-política – definida por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; **(ii)** a cultural(ista) – vista como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”; **(iii)** a econômica – destacada pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho”. O mesmo autor afirma que os mais comuns são posições múltiplas, compreendendo sempre mais de uma das vertentes, ou como Ritter (2011) avalia como a formação de multiterritorialidade.

Reconhecendo que existe um conjunto de elementos que contribuem para a definição de um território, este, ao ser estabelecido, passa a apresentar características identitárias e de relações de poder espacializadas (Ritter, 2011).

Nesse sentido, tem-se que o processo de definição do território da Bacia de Campos (*offshore* e *onshore*) passa a constituir um elemento que se articula com outros movimentos de territorialização ao longo da história e assimila características econômico-culturais.

No conjunto dos municípios que se enquadram como regiões de governo da Baixada Litorânea e Norte Fluminense, uma nova espacialização vem se dando no campo imaginário, a fim de dar conta da apropriação dos direitos de propriedade sobre o mar em um patamar financeiro e geopolítico.

No entanto, tais articulações não se configuram de forma homogênea, principalmente no espaço ora considerado. Nesse sentido, Ritter (2011) constata que vêm ocorrendo delimitações políticas e/ou de representações sociais de um espaço imaginário em uma configuração de crescente heterogeneidade. Tal configuração está sempre associada ao papel da atividade de petróleo e gás como uma estrutura da produção de capital tecnológico e financeiro, que terminou por se materializar geopoliticamente, formando novos territórios imaginários a serem incorporados no campo das representações sociais no conjunto dos 14 municípios aqui abordados. Assim, tem-se o arcabouço do território dos estados e municípios produtores de Petróleo do Brasil da Bacia de Campos.

Nesse caso, tende a predominar o símbolo representado pela Bacia de Campos, não apenas como espaço geográfico, mas como espaço geopolítico e financeiro que é explorado pelas indústrias de petróleo e, no caso deste Diagnóstico, pela Petrobras, como uma região produtora de petróleo que propicia a arrecadação de *royalties* às prefeituras, Estado e União.

A força desses símbolos, das imagens e do imaginário que se estabelece em um contexto midiático, por um lado, e de baixa qualidade de informação e compreensão por parte das comunidades socioeconomicamente periféricas do sistema capitalista vigente, tende a produzir uma percepção baseada na sua generalidade, em que ocorre uma certa substituição do território municipal pelo regional representado pela Bacia de Campos.

Nesse contexto, a percepção aos impactos, diretos e indiretos, das operações da Bacia de Campos demonstram requerer um trabalho direcionado e constante de educação e comunicação. Assim, abordar diferente o que é diferente não significa induzir, manipular ou escamotear. Significa trazer com níveis de clareza uma base sensata e estruturada de informações que oferece um substrato de diálogo para incluir quem mais precisa ser incluído, com base nos critérios e diretrizes emanados pela CGPEG/IBAMA.

Nesse âmbito, foi elaborada uma representação esquemática para apoiar uma visualização de níveis de relacionamento dos 14 municípios para com a indústria de petróleo e gás (Figura IV-1). Juntamente com essa representação, foi também empregada a analogia de uma pedra caindo em um lago e a geração de ondas, consequência gerada por esse impacto físico. Nesse sentido, Oliveira (2003) ensina:

*“As atividades extrativistas passaram a servir como um “dínamo” para o fortalecimento da economia fluminense. Esta acaba por ser o epicentro de uma espécie de ‘efeito ondulatório’ para fomento de outros setores da economia, criando, por assim dizer, ‘ondas’ de crescimento em outras atividades, com consequências na estrutura urbana das cidades.”*

Com a decisão de instalar a Base da Petrobras com o Porto de Imbetiba, e o início das operações da indústria de petróleo e gás, os impactos aqui considerados ocorreram de forma centralizada em Macaé, que passou a se tornar uma cidade industrial (Costa, 2000). Com isso, houve geração de “ondas”, efeitos tidos como transbordamento ou *deseconomia de aglomeração*, que, na década de 1990, chega a Rio das Ostras e na última década de 2000 se espalha a um raio que envolve os Municípios de Carapebus, Quissamã e Casimiro de Abreu com alguma interface mencionada para o segundo distrito de Cabo Frio.

Em Campos dos Goytacazes, o efeito passa a ocorrer com a residência de uma parcela de trabalhadores, oriundos desse município, ou migrantes, atraídos pela melhor infraestrutura oferecida por esse município, sobretudo no campo educacional. Há ainda a instalação de algumas micro e pequenas empresas fornecedoras de bens e serviços à economia do petróleo, mas de baixo impacto, não alterando o quadro socioeconômico (Cruz, 2005).

O fortalecimento da estrutura de formação e qualificação profissional em atendimento de demandas profissionalizantes representa um processo de transbordamento econômico-cultural.

### **Da metodologia do Diagrama de Venn**

O Diagrama de Venn apresentado neste Diagnóstico orienta a distribuição de impactos observada ao longo desse processo de acordo com critérios que serão explicitados em seguida. Cabe ressaltar que, quanto mais ao centro da figura e maior o diâmetro da circunferência, pode-se dizer que o município é mais impactado pelas operações de E&P (Exploração e Produção) na região da Bacia de Campos.

Dessa forma, um conjunto de diretrizes apontadas pela observação direta e participativa e, por critérios de órgãos reguladores como ANP e IBGE, auxiliou na instituição da proporcionalidade e do posicionamento das circunferências na imagem abaixo. Entre elas, podem ser citadas:

### 1) ZPP<sup>31</sup> (Zona de Produção Principal):

- municípios confrontantes com poços pelas projeções ortogonais ou paralelas (recebedores de *royalties*); e
- municípios que possuem pelo menos três das seguintes instalações: instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento, escoamento, excluindo-se os dutos;
- instalações de apoio à exploração, tais como portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifado, armazéns e escritórios.

Logo, os municípios que, além de serem confrontantes e que possuíam maior número de instalações, acima referidas, se aproximam do centro do Diagrama e possuem seu diâmetro ampliado.

### 2) ZPS (Zona de Produção Secundária):

- municípios perpassados por oleodutos ou gasodutos ligados diretamente ao escoamento da produção, até o final do trecho que serve exclusivamente à produção marítima.

Neste Diagnóstico, todo e qualquer oleoduto e gasoduto relacionado à indústria de petróleo e gás foi incluído. Esse fator aproxima o município do centro, apesar de não ter tanto peso quanto os aspectos concentradores da Zona de Produção Principal.

### 3) Zona Limítrofe à Zona de Produção Principal (ZPP):

---

<sup>31</sup>Os conceitos de ZPP, ZPS e Zona Limítrofe às ZPPs foram extraídos do site da ANP: <http://www.anp.gov.br/?id=526>.

- municípios contíguos à ZPP e os que sofrem as consequências sociais ou econômicas da produção marítima (definidos pelo IBGE).

Esses municípios sofrem o fenômeno do transbordamento. Ademais, para pertencer a essa categoria, incluem-se os dados e as consequências socioeconômicas derivadas das operações de P&G (suporte e moradia) e o pagamento de *royalties*. São impactos significativos à dinâmica regional e ao empoderamento das municipalidades locais.

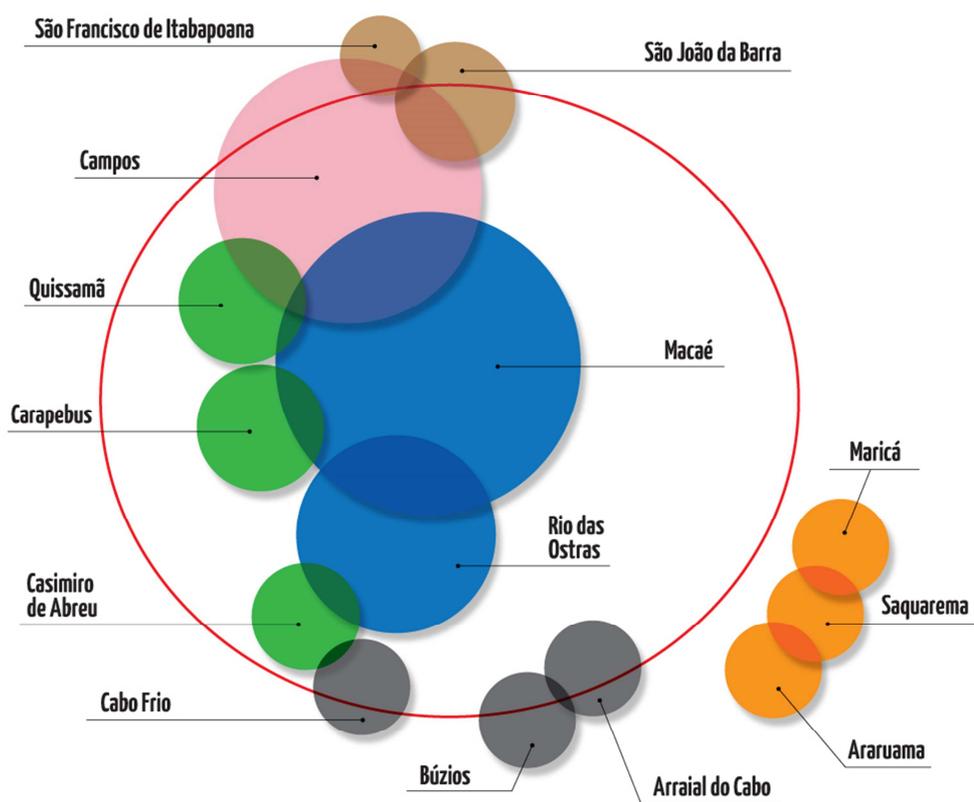
De qualquer forma, cabe ressaltar que os macroimpactos negativos ocupação do espaço marinho, uso e ocupação do solo, dinâmica demográfica, pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços receberam peso maior que o recebimento dos *royalties*, devido ao fato de essas receitas originárias terem impacto positivo sobre as finanças dos Estados e Municípios.

Assim, considerou-se que, se o município recebe um valor significativo de *royalties* em relação à sua receita total, isso influencia no aumento de sua circunferência, mas não interfere tanto em seu deslocamento para o centro.

No caso dos municípios que se deslocaram para o centro do diagrama, deve-se considerar que não são impactados apenas por *um* determinado macroimpacto, mas sim por um *conjunto* de impactos associados, em que a presença físico-espacial da indústria de P&G foi fundamental para se perceber a relação entre sujeitos sociais e a materialização da atividade industrial em seu município.

Por fim, o impacto da presença das instalações da indústria foi crucial na montagem do diagrama, pois considerou a percepção das pessoas em sua análise, formação e definição, podendo oferecer bases reais sobre o impacto sentido pelas comunidades e o impacto real ocasionado por instalações industriais.

Assim, evidenciou-se que os sujeitos sociais dos municípios onde a indústria conta com maior número de instalações físicas são os que sentem os impactos de forma mais intensa e presente em sua vida cotidiana.



**Figura IV-1: Ferramenta do Diagrama de Venn adaptado para representar a hierarquia de relação entre os municípios com a indústria de petróleo e gás à luz dos macroimpactos selecionados**

A partir da chamada reestruturação econômica global e a inserção do Rio de Janeiro nessa opção estratégica, torna-se relevante considerar que há perspectivas para o eixo de investimentos no segmento de exploração e produção de petróleo e gás e áreas correlatas que devam alterar essa leitura/representação. Assim, são destacados:

- (i) Bacia de Santos: primeiro óleo da camada pré-sal;
- (ii) Angra dos Reis e Niterói: polos navais *offshore*;
- (iii) Comperj: refinaria petroquímica com previsão de iniciar em 2013 (área de influência ampliada – Maricá, Casimiro de Abreu e Saquarema);
- (iv) Ampliação da REDUC – desde 2008;
- (v) Complexo Industrial do Superporto do Açú: nova centralidade na Bacia de Campos;
- (vi) Complexo Logístico e Industrial de Farol/Barra do Furado;
- (vii) Porto Ferrous: terminal portuário de águas profundas.

Partindo dessa base de dados e informações secundárias sistematizadas, o Diagnóstico Participativo complementou o processo de geração de conhecimento com base no trabalho investigativo no levantamento de campo, por meio de ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (novembro de 2011 a fevereiro de 2012) e de validações e complementações nas Oficinas Municipais de devolutivas (março a maio de 2012).

Portanto, o presente Diagnóstico foi realizado considerando que seu objeto de análise se situa no contexto dinâmico e complexo que se encontra em curso, ciente de que ele representa um passo passível de revisões e complementações.

## V RESULTADOS MUNICIPAIS

Segundo consta na Nota Técnica, são aqui apresentadas, no formato de tabelas-síntese, a identificação e a caracterização de problemas, conflitos e potencialidades por município e grupo social. Há a vinculação com os impactos e a ação da indústria de petróleo e gás com base nas análises e debates gerados no âmbito das Oficinas Devolutivas (Etapa 4), oferecendo um passo para a construção das agendas municipais de Educação Ambiental.

De forma complementar, é apresentado um resumo descritivo dos momentos e questões mais centrais ocorridos nos debates de cada oficina, assim como um breve contexto municipal no início de cada tabela.

Cada tabela apresenta uma divisão por colunas, abrangendo o *macrotema*, no qual os *problemas* se enquadram. A cada problema, há a relação com seu *conflito* (se existe ou não, se foi identificado). As informações sobre *atores sociais* envolvidos foram coletadas com base no levantamento com os sujeitos sociais e também com base em dados secundários. Isso não significa que existam apenas esses atores sociais, mas deve-se considerar que são os principais. Sobre as *estratégias de enfrentamento*, assim como foi apresentado no item “conceitos” deste relatório, devem ser consideradas também as do campo simbólico, que se baseiam nas percepções de valores e crenças, conforme já foi descrito. Poderá ser observado que poucos são os conflitos que estão institucionalizados de alguma forma.

No entanto, caracterizar o enfrentamento como simbólico busca também reconhecer o valor que existe na percepção dos sujeitos ouvidos. Trabalhar o conflito para além da simples materialidade do meio é necessário para entender as relações de poder, assim como para entender outros elementos que incorporem e contribuam para a construção coletiva de proposições, soluções e encaminhamentos. Valores e crenças são, eles mesmos, forças materiais que mobilizam a ação, organizam massas humanas, formam identidades sociais e criam o terreno sobre o qual os homens se movem, forjam consciência, lutam por seus direitos. Práticas, representações,

costumes, linguagens, por conseguinte, ordenam a sociabilidade e fazem história.

Sobre os *espaços de participação*, foram apresentados tanto os coletados com base no diálogo com os sujeitos sociais, como com base em dados secundários.

### V.1 Maricá – breve histórico

Maricá (juntamente com Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana) apresenta baixa arrecadação oriunda dos *royalties*<sup>32</sup> (4,7%), o segundo menor índice de desenvolvimento e situação orçamentária mais frágil entre os 14 municípios investigados no Diagnóstico. Esse cenário contribui para que haja, hoje em dia, uma menor percepção dos impactos das atividades *offshore* da indústria de petróleo e gás na região, explicada também pela distância à presença física dessas atividades.

No entanto, é preciso esclarecer que essa realidade não é, provavelmente, a tendência no curto e médio prazos. Em primeiro lugar, há a instalação do Comperj, no Município de Itaboraí, que vem se relacionando com esse município com base em impactos e avaliações tratadas no âmbito do licenciamento estadual. Em segundo, há o Terminal de Ponta Negra em Jaconé (mais conhecido como “Porto de Jaconé”), que está previsto para ficar pronto em 2015<sup>33</sup> e tem o objetivo de oferecer manutenção para embarcações e instalações de tancagem, em uma área situada principalmente na Praia de Jaconé. Desse total, 40% serão para tancagem, e há possibilidade de uso pela Petrobras. A vantagem do Terminal seria não haver necessidade de construção *offshore* para receber as embarcações, devido à profundidade do mar próximo à costa. O Terminal é visto como o “terminal do pré-sal”, já que o objetivo é

<sup>32</sup> Todos os dados relacionados à quantidade de *royalties* recebidos e sua dependência orçamentária foram extraídos do site Inforoyalties.

<sup>33</sup> JORNAL MARICÁ INFO. Disponível em <<http://www.maricainfo.com/2012/04/porto-de-jacone-sera-listado-na-bovespa.html>>. Acesso em 8 de julho de 2012.

atender a essa demanda, além de estar numa área muito próxima ao gasoduto que ligará dois blocos exploratórios da Bacia de Santos ao Comperj<sup>34</sup>.

Vale reforçar que a própria Prefeitura Municipal de Maricá vem dando alguns depoimentos<sup>35</sup> sobre o potencial de desenvolvimento da cidade para atrair grandes investimentos, e, devido ao “Porto de Jaconé” e aos reflexos da instalação do Comperj, deve atrair, também, investimentos e projetos na área de habitação.

O potencial turístico, tido como vocação histórica da região, não é mais visto de maneira isolada, pelo poder público, como o principal sustentáculo da economia local. O Terminal, por poder oferecer uma base industrial à cidade, geração de empregos e de recursos, é visto como fonte de investimento para o próprio turismo.

É preciso dizer que, durante o desenvolvimento deste relatório, a pesquisa de dados secundários investigou a realização de algumas apresentações da Transpetro sobre capacitação profissional, além do firmamento de algumas parcerias com o Senai e o Instituto Federal Fluminense (IFF) em Maricá, o que já reforça uma tendência próxima de maior relação com a indústria do petróleo e gás.

Finalmente, vale destacar que o Terminal de Ponta Negra, como será apontado adiante em tabela específica, é um empreendimento de relação direta com pescadores marítimos e de águas interiores de Maricá. A região na qual ele será instalado é um pesqueiro bastante importante para esse grupo, que vem, cada vez mais, se extinguindo de acordo com reconhecimento e sentimentos próprios de identidade de pescadores artesanais. Contudo, as causas da dificuldade de manutenção da pesca como profissão são de naturezas diversas, não sendo caracterizadas, pelos próprios pescadores ouvidos, à indústria de petróleo, como é observado a seguir.

<sup>34</sup> PETRONOTÍCIAS. Disponível em <<http://www.petronoticias.com.br/archives/8335>>. Acesso em 8 de julho de 2012.

<sup>35</sup> JORNAL O DIA. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/o-dia-no-estado/maric%C3%A1-exposi%C3%A7%C3%A3o-mostra-potencial-do-munic%C3%ADpio-1.460035>>. Acesso em 8 de julho de 2012.

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de Maricá.

## V.2 Maricá

### V.2.1 Pescadores marítimos e de águas interiores – Maricá

**Tabela V-1: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Maricá**

<p><b>Acesso aos recursos naturais (Zacarias, Itaipuaçu, Barra de Maricá)</b>                  O acesso aos recursos naturais é tido como uma potencialidade, pois atua no campo da segurança alimentar e é fonte dos recursos financeiros dos pescadores.</p>	<p><b>Pesca na lagoa e mar (Barra de Maricá, Ponta Negra)</b>                  Acessar dois campos ricos em recursos naturais (lagoa e mar) gera maior estabilidade financeira ao longo do ano, mas nem todos têm as mesmas condições para tanto. É importante reforçar que a poluição e a deterioração do meio ambiente são riscos a essa potencialidade.</p>
<p><b>Iniciativa do ordenamento pesqueiro (Itaipuaçu, Ponta Negra e Zacarias)</b>                  O ordenamento pesqueiro, discutido pela Câmara Técnica da Pesca em Maricá, delimitará os campos de atuação das artes de pesca, assim como regulamentará outras atividades que ocupam o espaço marinho e lagunar, sobretudo no período do verão. Tal iniciativa envolve a Colônia de Pescadores Z-07. Apesar de favorecer toda a comunidade pesqueira, a menção a esse ordenamento foi feita em Itaipuaçu, Ponta Negra e Zacarias.</p>	<p><b>Associação dos Pescadores de Ponta Negra (Ponta Negra)</b>                  Esta associação cumpre um papel importante na busca pela melhoria das condições da pesca artesanal. Participa ativamente da Câmara que discute o ordenamento da pesca, a organização de espaços coletivos em busca de fomento para a realização da atividade e outras melhoras, como um centro de beneficiamento, apesar de este ainda ser bastante precário.</p>
<p><b>Venda direta do pescado sem atravessadores (Itaipuaçu, Ponta Negra)</b>                  A falta de um entreposto fez com que alguns pescadores começassem a preparar e tratar o pescado em suas casas. Em seguida, organizaram-se em pequenas barracas, para a venda de peixe frito ou cru diretamente ao cliente, aumentando, assim, seus rendimentos. No entanto, cabe ressaltar que nem todos têm a mesma capacidade organizacional ou físico-financeira.</p>	<p><b>Diversas atividades geradoras de renda (Zacarias)</b>                  Com o desenvolvimento urbano de Maricá, ampliaram-se as oportunidades para diversas profissões, sobretudo as da construção civil. Houve relato de aumento nas vendas de artesanato e aumento de espaço para os jovens no comércio urbano. Segundo a perspectiva dos pescadores de lagoa em Zacarias, essas situações aumentam a estabilidade de renda das famílias.</p>
<p><b>Sossego (Zacarias)</b>                  A localidade de Zacarias ainda abriga, em sua maioria, os fundadores do bairro e seus descendentes, o que se reflete em laços tradicionais de solidariedade e tranqüilidade.</p>	

**Tabela V-2: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Maricá**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Espaço marítimo	Risco de poluição no mar devido à instalação do Terminal de Ponta Negra e COMPERJ.	Identificado: Divergência sobre a forma de utilização do espaço marinho.	Pescadores, moradores. Petrobras e empresas de E&P. IBAMA e INEA.				No campo simbólico e das representações sociais	Agenda 21.
Infraestrutura básica de serviços públicos	Carência de serviços de saneamento, abastecimento de água, hospital, educação e planejamento urbano.	Identificado: Falta de instrumentos de controle social sobre o planejamento e a política pública.	Moradores, associações de bairros, pescadores e associações de pescadores, Prefeitura e Conselhos Gestores Municipais.				Institucionalizado nos Conselhos Municipais	Conselhos Gestores do Município
	Crescimento populacional desordenado relacionado à conurbação de da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Relação com especulação imobiliária, carência de fiscalização de construções irregulares e aumento de criminalidade.	Identificado: Falta de controle social sobre a política do plano diretor e de desenvolvimento do município.	Moradores, associações de bairros, pescadores e associações de pescadores, Prefeitura e Secretarias de Ambiente, Urbanismo, Planejamento e de Segurança.				No campo simbólico e das representações sociais	Secretaria Municipal de Ambiente e Urbanismo, de Obras, de Planejamento e Secretaria de Segurança. Agenda 21 e Associações de Moradores.
Ocupação do solo	Divergência de políticas quanto à regulação do uso do solo para fins de habitação, impactando o modo de vida da pesca na Lagoa de Maricá.	Identificado: disputa por influenciar a política do plano diretor.	Moradores, associações de bairros, pescadores e associações de pescadores, Prefeitura e Secretarias de Ambiente, Urbanismo, Planejamento e de Segurança.				No campo simbólico e das representações sociais	Secretaria Municipal de Ambiente e Urbanismo, de Obras, de Planejamento e Secretaria de Segurança. Agenda 21 e Associações de Moradores.

**Tabela V-3: Continuação dos resultados gerados pelo grupo de pescadores de Maricá**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Aumento da poluição em Jaconé e Lagoa de Maricá, devido à carência de saneamento, sistema irregular de coleta de lixo, construções irregulares. Tal situação gera também diminuição do pescado e/ ou interferência em sua qualidade.	Identificado: controle e planejamento estratégico para uso e ocupação do solo.	Moradores, associações de bairros, pescadores e associações de pescadores, Prefeitura, INEA e IBAMA, e Secretarias de Ambiente, Urbanismo, Planejamento e de Segurança.				No campo simbólico e das representações sociais	Agenda 21
Organização Social	Ausência de um núcleo da Colônia de Pescadores em Jaconé (havendo em Itaipu), diminuindo a união, articulação entre os pescadores e conferindo baixa mobilização social.	Não identificado pelos sujeitos ouvidos. No entanto, fica claro que há disputa para influenciar a base política.	Pescadores e Colônia de Pescadores Z-7 de Itaipu.				No campo simbólico e das representações sociais.	Secretaria de Pesca e Aquicultura e Federação das Colônias.
	Afastamento dos jovens da pesca, derivado da falta de estabilidade de renda da atividade e dificuldade de investimento na pesca pelo poder público. Este problema ainda acarreta perda de identidade cultural.	Não identificado pelos sujeitos. No entanto, fica claro que há disputa intergeracional por investimento público na atividade tradicional.	Jovens, pescadores, empresas de ramos da construção civil e comércio, principalmente.				No campo simbólico e das representações sociais.	Agenda 21 e Ministério de Pesca e Aquicultura.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Maricá, que ocorreu em 27 de março de 2012 (Etapa 4).

O público presente na Oficina Devolutiva de Maricá foi majoritariamente composto por Moradores Urbanos, que ali estavam na condição de ouvintes por não terem sido priorizados como grupo social durante o Diagnóstico. No entanto, representantes dos pescadores de águas interiores e marítimos da região também se fizeram presentes. Para esses grupos, alguns temas foram centrais e ocuparam lugar de destaque nas discussões que subsidiaram a composição e a validação da Agenda Municipal.

Ao longo da discussão, apenas os pescadores marítimos apresentaram ter problemas relacionados com a indústria de E&P, sendo que, nesse caso, a *ocupação do espaço marinho* foi o macroimpacto norteador das discussões.

Segundo os pescadores presentes na Oficina, as atividades de sísmicas e o transporte para o escoamento do petróleo vêm aumentando o tráfego de embarcações na região, fator que, juntamente com o futuro Terminal de Ponta Negra em Jaconé e os Dutos da Comperj, pode vir a ampliar as áreas de exclusão e diminuir o acesso aos pesqueiros da região. Entretanto, é evidente que essas possíveis causas precisam ser mais bem estudadas e aprofundadas.

Além desses problemas, discutiu-se sobre a falta de infraestrutura de serviços públicos básicos e sobre a falta de apoio e fomento às atividades pesqueiras, refletida na paralisação do processo de ordenamento pesqueiro municipal.

Para os pescadores presentes, a falta de apoio à atividade e a sua consequente desvalorização vêm influenciando a falta de interesse dos jovens em permanecer na atividade da pesca. Essas questões, associadas a uma desconfiança em relação à política partidária – refletida nas instituições de classe – estão enfraquecendo a organização política municipal da pesca. Com as instituições enfraquecidas, os problemas tendem a se agravar.

No entanto, em Itaipuaçu surge um novo movimento para fortalecer a associação local, assim como em Jardim Jaconé. Essas duas experiências organizativas estão conseguindo obter alguns resultados positivos para a classe.

Os pescadores de águas interiores também enfatizaram a poluição da lagoa como o centro de suas preocupações. Tal situação é agravada pelo crescimento populacional com a falta de políticas de saneamento e tratamento do lixo. Assim, a poluição é relacionada à falta de planejamento e à má gestão dos recursos públicos.

Entretanto, o tema que foi mais central e comum na discussão entre ouvintes e pescadores foram os *royalties*. A plenária ficou surpreendida com o valor que é repassado à Prefeitura e começou a questionar a utilização dessas receitas e a existência de algum mecanismo legal que determine o destino da aplicação dos *royalties*.

Essa discussão evidenciou dois problemas: a falta de controle social sobre as receitas do município e a desunião entre os movimentos sociais presentes, com o consequente enfraquecimento que essa desunião proporcionou ao longo dos anos.

Dessa maneira, um dos resultados obtidos em plenária foi a tomada de consciência sobre a necessidade de se organizarem conjuntamente para fortalecer suas instituições de classe, de grupo e de bairro, para que possam intervir na política local, sobretudo para que possam decidir em quais setores se investirão os recursos financeiros do município.

### V.3 Saquarema – breve histórico

Saquarema apresenta baixa arrecadação oriunda dos *royalties* (6,4%), baixo índice de desenvolvimento e situação orçamentária frágil.

Esse cenário resulta numa tendência de menor relação com os impactos da indústria do petróleo, sendo que a própria dinâmica econômica de Saquarema reforça essa informação, pois é caracterizada majoritariamente, segundo dados do IBGE 2010, pelo setor de serviços (89,54%), seguido pela indústria (8,8%) e pela agropecuária (0,91%).

Fica claro que esses dados refletem a não presença física da indústria do petróleo no município. E, de fato, a indústria de petróleo e gás não foi tema relevante ilustrado pelos pescadores marítimos e de águas interiores ouvidos no Diagnóstico e na Oficina. A única menção foi em relação aos *royalties*, no que tange à desinformação sobre o montante recebido pelo município e ao desejo de que essas receitas originárias sejam investidas na melhora de serviços públicos básicos.

Um ponto diferenciador apresentado pelo grupo de Saquarema foi a aspiração de que a fiscalização dos *royalties* fosse feita pela própria empresa Petrobras, já que a Prefeitura não possui credibilidade, segundo avaliação dos pescadores.

Assim, Saquarema deve ser entendida e analisada por sua vocação para o turismo, o que, tradicionalmente, é reforçado pela denominação “capital do surfe”, por exemplo. Diversas são as belezas naturais de Saquarema, que contribuem para esse potencial: Lagoa de Saquarema, Restinga e Área de Proteção Ambiental de Massambaba, Serra do Tinguí, Serra do Matogrosso e muitas praias oceânicas.

Saquarema é considerada município da área de influência expandida do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em fase de instalação no município de Itaboraí (65 km de distância). Esse empreendimento tende a impulsionar, em alguma medida, iniciativas como a do Polo Industrial de Saquarema<sup>36</sup>, que congrega cerca de 25 empresas de médio e grande porte, busca tecer parcerias com empresas de energia. E, finalmente, há um marco relevante à

<sup>36</sup> GLOBO.com < <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=9827> > Acesso em 16 de junho de 2012.

indústria de petróleo: em 2009, houve a montagem, pela Petrobras, do Centro de Qualificação Profissional (Escola Técnica Barreira) voltado especificamente para qualificação de mão de obra para a área de Petróleo e Gás.

### V.3.1 Pescadores marítimos e de águas interiores de Saquarema

**Tabela V-4: Potencialidade levantada pelo grupo de pescadores de Saquarema**

**Uso dos espaços do mar e de águas interiores para o exercício da pesca** (Lagoa de Saquarema, Lagoa de Jaconé, Mombaça, Porto da Roça, Itaúnas e Barra Nova Gravatá)

Há satisfação pela ampla possibilidade de pesqueiros, tanto em mar quando em águas interiores. No caso, os ambientes lagunares referem-se às Lagoas de Saquarema e de Jaconé, no entorno de Mombaça, Porto da Roça, Itaúnas e da Barra Nova Gravatá. Essas interações oferecem alternativas de pesca em momentos de instabilidade da atividade em um dos locais, por exemplo. Além disso, podem garantir aumento de captura de pescado, gerando aumento do rendimento pela comercialização

**Tabela V-5: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Saquarema**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Cultura pesqueira	Desvalorização e desconsideração dos conhecimentos dos pescadores sobre a obra da Barra Franca, na Lagoa de Saquarema.	Identificado: sobreposição do conhecimento técnico ao tradicional.	Pescadores, moradores, esportistas do <i>surf</i> , Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente e de Planejamento, INEA, associações de moradores e Colônia de Pescadores Z-24.				No campo simbólico e das representações sociais.	Comitê das Bacias Hidrográficas da Lagoa de Araruama, Lagoa de Saquarema e dos Rio São João e Una (CBHLSJ), Conselhos Gestores do Município e a Agenda 21.
	Desvalorização da pesca, situação fortalecida pelo baixo investimento do poder público no apoio à atividade, carência de políticas públicas de fomento à pesca.	Não identificado pelos sujeitos ouvidos. No entanto, fica claro que há valorização das atividades modernas em detrimento da atividade tradicional.	Pescadores, Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Promoção Social, Colônia de Pescadores Z-24, associações de pescadores e de moradores				No campo simbólico e das representações sociais.	Agenda 21 e Secretarias de Meio Ambiente e de Promoção Social.
Fiscalização ambiental	Ausência de fiscalização de pescarias ilegais e diminuição do pescado.	Identificado: Disputa pelo pescado entre modalidades de pesca.	Pescadores, Colônia de Pesca Z-24, IBAMA, empresas de pesca industrial.				No campo simbólico e das representações sociais	Câmara Técnica de Pesca de Saquarema e Câmaras técnicas de ordenamento pesqueiro

**Tabela V-6: Continuação dos resultados gerados pelos pescadores de Saquarema**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Saúde	Alcoolismo e doenças posturais, pressão alta e exposição ao Sol.	Não identificado pelos sujeitos ouvidos.	Pescadores, Prefeitura - Secretaria de Saúde e Secretaria de Promoção Social.				No campo simbólico e das representações sociais	As Secretarias de Saúde e de Promoção Social
Comercialização do pescado	Poucos pontos de comércio de pescado em Jaconé (apenas dois).	Não identificado pelos sujeitos ouvidos.	Pescadores e duas peixarias de Jaconé				Não identificado.	Ministério da Pesca e Aquicultura
	Nenhuma estrutura para comércio de pescado em Barrinha	Não identificado pelos sujeitos ouvidos.	Pescadores e duas peixarias de Jaconé				Não identificado.	Ministério da Pesca e Aquicultura
	Nenhuma estrutura para comércio de pescado em Gravatá	Não identificado pelos sujeitos ouvidos.	Pescadores e turistas em Jaconé				Não identificado.	Ministério da Pesca e Aquicultura
Infraestrutura básica de serviços públicos	Crescimento população em Saquarema ("capital do surf") e carência de planejamento do poder público. Relação com precariedade de serviços públicos, insuficientes para atender demanda. O crescimento desordenado também está relacionado ao aumento do custo de vida.	Identificado: Controle e planejamento estratégico para uso e ocupação do solo e políticas de desenvolvimento econômico local.	Pescadores; moradores; Prefeitura; Secretaria de Planejamento, Promoção Social, Turismo, Obras, Segurança e Ordem Pública.				No campo simbólico e das representações sociais	Agenda 21 e Conselhos Municipais
	Danos ao meio ambiente, pelas construções irregulares. Poluição e contaminação da Lagoa de Jaconé.	Identificado: especulação imobiliária x comunidades tradicionais.	Pescadores; moradores; Prefeitura; Secretaria de Planejamento, Promoção Social, Turismo, Obras, Segurança e Ordem Pública.				No campo simbólico e das representações sociais	Agenda 21 e Conselhos Municipais

**Tabela V-7: Continuação dos resultados gerados pelos pescadores de Saquarema**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Recursos ambientais	Assoreamento do Canal do Salgado, dificultando a navegação em Manitiba / Jaconé. Lançamento de esgoto sem tratamento devido no Canal.	Identificado: Falta de controle social sobre as políticas públicas de infraestrutura.	Pescadores, moradores, Prefeitura, associações, INEA.				Institucionalizado na Agenda 21 - Comperj	Agenda 21
Organização Social	Afastamento dos jovens da pesca, derivado da falta de estabilidade de renda da atividade e dificuldade de investimento na pesca pelo poder público. Este problema ainda acarreta perda de identidade cultural.	Não identificado pelos sujeitos ouvidos.	Jovens, pescadores, empresas de ramos da construção civil e comércio, principalmente.				Não identificado.	Ministério da Pesca e Aquicultura

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Saquarema, que ocorreu em 19 de março de 2012 (Etapa 4).

Em Saquarema, houve presença marcante dos dois grupos sociais envolvidos no Diagnóstico desse município: pescadores marítimos e pescadores de águas interiores.

O debate em plenária centrou-se na desvalorização da cultura da pesca e suas consequências. Seu principal efeito é a migração dos jovens para outras atividades mais rentáveis e com maior respaldo social.

Outra questão central e bastante debatida na Oficina foi a falta de projetos que incentivem e fomentem a atividade pesqueira na região. O que se vivencia na região, pela avaliação dos participantes, é o abandono gradual da pesca. Esse cenário leva a um quadro de dificuldade para garantir a reprodução social e financeira da comunidade pesqueira, o que gera migração ocupacional e profissional.

Além dessas questões, as problemáticas que envolvem os serviços públicos e sociais no município também foram discutidas. Sobre isso, mesmo o município recebendo uma pequena participação na divisão dos *royalties*, há a aspiração de que se invista parte dessas receitas nas melhoras dos serviços públicos (principalmente na área de saúde, educação, transporte) e infraestrutura para as atividades produtivas da pesca.

No entanto, quando questionados sobre o controle social que os grupos poderiam exercer sobre os recursos financeiros do município, evidenciou-se a fragilidade da organização social, principalmente devido ao descrédito em lideranças e políticos. Há um cenário de passividade e cultura de não se acreditar em mudanças, e ao mesmo tempo não há mobilização para eventuais melhoras.

#### V.4 Araruama – breve histórico

Araruama também se enquadra no grupo das municipalidades que possuem baixa relação com os impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás, evidenciado também pelo percentual de *royalties* em relação à arrecadação municipal: apenas 6%. Ressalta-se que não é só o reflexo dos *royalties*, mas o fato de estarem fora das ZPP e ZPS.

Diferente de outros municípios que têm na indústria de petróleo e gás uma alavanca para o crescimento populacional, Araruama expandiu-se, a partir das décadas de 1960 e 1970, pela liberação de loteamentos e condomínios de segunda residência (potencial turístico) em regiões anteriormente ligadas à exploração do sal – principal economia da região até meados do século XX.

Durante o DRP e a Oficina, a menção mais próxima ao campo das atividades de petróleo e gás foi relacionada ao Projeto Mosaico, da empresa Petrobras, avaliado positivamente pelo desenvolvimento de cursos para a comunidade pesqueira e pelo relacionamento próximo à Colônia de Pescadores Z-28 de Araruama.

É preciso notar que os pescadores marítimos e de águas interiores têm, portanto, seus problemas voltados a um conjunto de questões socioambientais que vêm se agravando há algumas décadas, como são apresentados nas tabelas a seguir, não sendo eles relacionados, diretamente, à indústria petrolífera.

Apesar da recente criação de uma Colônia de Pescadores em Araruama, que tem feito um relevante trabalho em fomentar o fortalecimento da classe, há um gradual processo de descontinuidade da atividade da pesca como profissão e conseqüente enfraquecimento da identidade pesqueira.

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de Araruama.

#### V.4.1 Pescadores marítimos e de águas interiores de Araruama

**Tabela V-8: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de Araruama**

<p><b>Diversidade Ambiental</b> (Praia do Hospício, Orla da Laguna de Araruama e Praia Seca) Destaque para os recursos naturais: mangue, lagoa de Araruama, o próprio mar, restinga de Massambaba e rio Una. Reconhecimento de melhora da qualidade de água pela atuação do Conselho Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), principalmente por meio de ações para evitar despejo de poluentes sem tratamento específico.</p>	<p><b>Grupos organizados discutindo os problemas da região</b> (Praia do Hospício, Orla da Laguna de Araruama e Praia Seca) Destaque para o Conselho Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), visando à gestão compartilhada do meio ambiente, e o Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João. Destaque para a recém-criada Colônia de Pescadores Z-28, fundada em 2011, com reconhecimento de alcance de vários benefícios, como computadores e redes ecológicas. Participação em reuniões da Prolagos<sup>37</sup>, para melhorias em saneamento, qualidade de água e meio ambiente.</p>
<p><b>Implementação das Unidades de Conservação</b> (Praia do Hospício, Orla da Laguna de Araruama e Praia Seca) Destaque para a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João / Mico-Leão Dourado e Área de Proteção Ambiental de Massambaba: iniciativas bem-sucedidas de proteção ao meio ambiente. A de Massambaba foi criada em 1986 e, em 2009, teve seu Plano de Manejo aprovado via Decreto 41.820. Por outro lado, essa demora na criação do Plano é vista como entrave burocrático por alguns pescadores, que manifestam insatisfação neste quesito na atuação dos órgãos ambientais.</p>	<p><b>Colônia de Pescadores atuante</b> (Praia do Hospício, Orla da Laguna de Araruama e Praia Seca) A Colônia Z-28 é percebida como instituição propositiva e engajada com os pescadores, trabalhando uma agenda de questões de benefícios e promovendo a união entre o grupo. A filiação tem aumentado: já passa de trezentos o número de associados. Suas lideranças têm bom reconhecimento pelos pescadores.</p>
<p><b>Grupo de discussão sobre saneamento básico</b> (Praia do Hospício, Orla da Laguna de Araruama e Praia Seca) * Destaque para a participação em reuniões da Prolagos, para a busca integrada de melhora da qualidade do saneamento básico em Araruama e na Região dos Lagos.</p>	

<sup>37</sup> Concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico dos Municípios de Cabo Frio, Búzios, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia e pelo abastecimento de água de Arraial do Cabo.

**Tabela V-9: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Araruama**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com	Relação indireta com	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Fiscalização Ambiental	Ausência de fiscalização sobre pesca industrial praticada por traineiras perto da Costa e de modalidades tidas ilegais na Lagoa de Araruama.	Identificado: disputa entre modalidades de pesca.	Pescadores, IBAMA, Colônia de Pesca Z-28 de Araruama, Indústria pesqueira.				Câmara Técnica de Pesca do CILSJ.	Câmara Técnica de Pesca do Consórcio Intermunicipal Lagos São João.
	Ausência de fiscalização e ordenamento no que tange o uso compartilhado da Lagoa de Araruama (esportes náuticos e pesca).	Identificado: controle sobre o ordenamento do espaço aquático.	Pescadores, esportistas de windsurf e kitesurf, Clube Náutico de Araruama, Capitania dos Portos, Colônia de Pescadores Z-28 de Araruama, Associações de Esportes Náuticos e Turismo.				No campo simbólico e das representações sociais.	Capitania dos Portos e Associações de Esportes Náuticos e Turismo.
Recursos ambientais	Degradação ambiental da Laguna de Araruama, devido ao: lançamento de água doce pela empresa Aguas de Juturnaíba e de dejetos no corpo d'água. Relaciona-se à movimentação de turistas na região e lançamento de dejetos domésticos também pela população fixa e flutuante.	Identificado: Atividades competitivas e divergentes num espaço físico sensível ambientalmente.	Moradores, pescadores, turistas, empresa de Águas de Juturnaíba, Consórcio CILSJ, Prefeituras de Araruama, Iguaba Grande, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo.				Institucionalizado no Consórcio Intermunicipal do Lago São João	Agenda 21, Consórcio Intermunicipal do Lagos São João, Ministério Público.
Organização Social	Desmotivação e desunião dos pescadores, falta de documentação e regularização.	Identificado: divergências entre poder público, lideranças e base no âmbito político e organizacional.	Pescadores, Colônia Z-28, IBAMA e Ministério da Pesca e Aquicultura				No campo simbólico e das representações sociais	Colônia Z-28 de Pescadores de Araruama, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca e Ministério da Pesca e Aquicultura

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Araruama, que ocorreu em 23 de março de 2012 (Etapa 4).

Para os pescadores que participaram do levantamento de campo e da oficina, não há problema de relação direta à indústria de petróleo e gás, devido, principalmente – como já foi pontuado neste relatório – à falta de proximidade com a presença física da indústria e suas operações. Os pescadores de Araruama, majoritariamente, pescam na lagoa de Araruama. Mesmo os pescadores de mar não se reconhecem impactados pelas atividades da indústria de petróleo e gás pelo fato de atingirem as águas profundas, regiões que não utilizam para a pesca.

Dessa forma, o debate foi centrado nas disputas entre pesca industrial e artesanal e na falta de fiscalização, assim como tocou em pontos que precisam ser mais bem estudados e avaliados, como a diminuição do pescado, por exemplo, já que suas causas são de naturezas diversas.

Outra questão central é a desvalorização da atividade pesqueira na região, fator que vem causando problemas na organização social, pois, com a migração profissional, também ocorre o esvaziamento político das entidades, tema que não foi destacado em plenária.

Os pescadores de águas interiores ainda enfatizaram a preocupação com a falta de ordenamento da lagoa de Araruama, que acaba facilitando a disputa entre as artes de pesca, principalmente a esportiva e a artesanal, e os demais esportes aquáticos.

Em relação à organização social e o controle social dos *royalties*, o que se notou foi um grande desconhecimento sobre o segundo tema. A mediação, além de apresentar os números e as informações sobre os *royalties* que o município recebe – 6% em relação à receita total de Araruama –, percebeu a necessidade de apresentar as origens do termo, seu significado literal e suas finalidades segundo os mecanismos legais que o regem.

Por mais que não tenham sido discutidas de forma enfática as questões de organização social, esse tema foi identificado como uma fragilidade, evidenciada na

falta de conhecimento e controle sobre as políticas públicas do município, suas finanças e aplicação dos *royalties*.

Outros temas debatidos foram os serviços públicos, tidos como de baixa qualidade e, em alguns casos, avaliados como causadores das difíceis condições de vida da população.

## V.5 Cabo Frio – breve histórico

O histórico de Cabo Frio está intimamente ligado à indústria do sal e ao turismo, que tem suas raízes no aumento considerável da população a partir da ponte Rio-Niterói, em 1974, e à construção da barragem de Juturnaíba, projetada em 1972 para o abastecimento da Região dos Lagos.

Assim, a facilidade de acesso e a disponibilidade de terras, associados às especificidades de Cabo Frio para o veraneio, moldaram um cenário bastante atrativo para as atividades imobiliárias do município. Na esteira desse vetor, deu-se o desenvolvimento econômico em algumas áreas correspondentes, como a construção civil e o mercado de roupas de praia, que atualmente movimenta cerca de 5.500 empregos<sup>38</sup>.

A relação com a indústria petrolífera começou em 1997, com a Lei do Petróleo (Lei 9.487, do mesmo ano), inserindo Cabo Frio na relação de municípios que passavam, portanto, a receber *royalties*. Desde 2000, o município é recebedor, sendo que, atualmente, 37,9% de sua receita provêm dessa compensação financeira, que lhe institui um nível de dependência orçamentária considerável.

A privatização do aeroporto de Cabo Frio em 2001 concentrou as operações relacionadas à indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos. Nesse sentido, vêm sendo registrados aumentos expressivos nas movimentações de carga e de arrecadação tributária<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Voivodic (2007).

<sup>39</sup> As cargas movimentadas entre 2005 e 2011 em Cabo Frio totalizaram 61 mil toneladas, no valor total de US\$ 2 bilhões, gerando R\$ 226,5 milhões em recolhimento de ICMS (sem contar outros tributos), representando um crescimento de 177% (Fonte: <http://www.aeroporto-cabofrio.com.br/materia-Aeroporto-de-Cabo-Frio-passa-a-operar-tamb%C3%A9m-como-base-de-exporta%C3%A7%C3%A3o-do-setor-de-petr%C3%B3leo-135.htm>)

Sobre os grupos sociais de Cabo Frio (pescadores marítimos, de águas interiores, maricultores, moradores de periferia urbana, quilombolas e assentados), devem ser consideradas diferentes relações com a indústria de petróleo e gás, cujo melhor entendimento foi possível pela realização das Etapas 3 e 4.

Para os moradores urbanos, como será explorado detalhadamente adiante, o ponto central são os *royalties*, principalmente em relação a Tamoios, no segundo distrito de Cabo Frio. A localização geográfica, distante da sede municipal, e o fato de que a orla de Tamoios justifica a arrecadação de algo em torno de 70% do total de *royalties* arrecadados pelo município, oferecem elementos adicionais que nutrem um sentimento maior de injustiça.

Nesse sentido, a clareza e a intencionalidade do movimento para emancipação desse distrito configuram-se como um caso particular presenciado durante o Diagnóstico. Ainda em Tamoios, existe um ponto a ser mais bem compreendido e avaliado quanto ao fato de estar geograficamente inserido em um processo de conurbação que se origina em Macaé/Rio das Ostras até Barra de São João.

Para os quilombolas, a relação com a indústria de petróleo também ocorre vinculada aos *royalties*, no sentido de que, como impacto positivo, essas receitas poderiam minimizar a difícil realidade que esse grupo vivencia em suas localidades.

O grupo social que tem relação mais próxima com os impactos da indústria de petróleo é o dos pescadores marítimos e de águas interiores, especialmente pelo problema de atividades de sísmica, conforme será aprofundado em suas respectivas tabelas. No entanto, ressalta-se aqui também a necessidade de mais aprofundamento sobre essa temática, para que se possa chegar a um cenário mais elucidativo sobre os reais impactos dessa atividade na pesca artesanal.

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de Cabo Frio.

## V.5.1 Moradores urbanos

**Tabela V-10: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Cabo Frio**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Infraestrutura básica de serviços públicos	Deficiência de serviços públicos, pela baixa qualidade ofertada de transporte, educação, saneamento, saúde. Este problema ainda é potencializado pelo crescimento desordenado em alguns bairros (como Tamoios e Monte Alegre).	Identificado: comunidades tradicionais x modelo de desenvolvimento econômico municipal.	Moradores, Prefeitura Municipal e Secretarias de: Administração, Desenvolvimento da Cidade e do Meio Ambiente, Habitação e Serviços Públicos, Obras, Ordem Pública, Saúde, Transportes e Turismo.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Gestores do Município
Ocupação do solo	Especulação imobiliária gerada pela pressão turística na região gerou afastamento da população nativa e consequentes construções irregulares. A falta de um plano diretor potencializa este problema.						No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Gestores do Município
Ordenamento do trânsito	O trânsito de veículos pesados que trabalham com extração de areia não vem sendo fiscalizado e é considerado de risco pelos moradores.	Identificado: atividade produtiva x morada residencial, refletido na falta de planejamento viário.	Moradores, Prefeitura e Secretarias de: Transporte e Ordem Pública, Guarda Municipal de Trânsito.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município.

**Tabela V-11: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Cabo Frio**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Recursos ambientais	Depósitos de lixo formados no Parque Mico Leão Dourado.	Identificado: Conflitos no uso de recursos naturais. Atividade produtiva e moradias irregulares x falta de fiscalização pública.	Empresas de extração de areia, moradores, INEA, Prefeitura e Ministério Público.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho Gestor Municipal de Meio Ambiente e Consultivo da Unidade de Conservação.
	Deficiência de fiscalização na região do Parque Mico Leão Dourado, onde há ocupação irregular de moradias. Há menção à continuidade de extração de areia ilegal.	Identificado: Atividade produtiva x falta de fiscalização.	Empresas de extração de areia, moradores, INEA, Prefeitura e Ministério Público.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho Gestor Municipal de Meio Ambiente e Consultivo da Unidade de Conservação.
	Poluição advinda da queimada de cana de açúcar em Tamoios e Botafogo e da queimada em lixões, em Monte Alegre.	Identificado: Atividade ilegal pela falta de fiscalização x comunidade.	Moradores, Prefeitura Municipal, Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e do Meio Ambiente, Habitação e Serviços Públicos.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho Gestor Municipal de Meio Ambiente e Consultivo da Unidade de Conservação.

## V.5.2 Quilombolas de Cabo Frio

**Tabela V-12: Potencialidades levantadas pelo grupo de quilombolas de Cabo Frio**

<p><b>Compra solidária</b> (Quilombo Botafogo):                  Este programa vem estimulando a ampliação da produção rural na região. A ampliação desta iniciativa é vista como positiva e necessária para frear a migração rumo às cidades.</p>	<p><b>Integração das organizações sociais</b> (Quilombo Botafogo):                  Essa integração se dá no campo das discussões e na prática e vem contribuindo para o fortalecimento da unidade, como já exposto no item à esquerda: Diálogo entre as visões campo/cidade.</p>
<p><b>Diálogo entre as visões campo/cidade</b> (Quilombo Botafogo):                  A Associação dos Quilombolas, o Sindicato Rural, o Movimento de Mulheres e outros grupos urbanos estão mantendo uma dinâmica de diálogo e atos públicos, como “Marcha das Margaridas”, que vêm fortalecendo os movimentos e a solidariedade de classe, e, por isso, deve ser ampliada. Os Quilombolas acreditam que os espaços gerados para a organização desses eventos ajudam a mediar algumas diferenças entre o movimento negro do campo e da cidade. Assim, há fortalecimento da cultura rural e aumento da autoestima dos jovens negros da zona rural e diminuição da sua migração para as periferias urbanas.</p>	<p><b>Produção de Alimentos</b> (Quilombo Botafogo):                  Garante a segurança alimentar das famílias. Enquanto os moradores urbanos necessitam de recursos financeiros para acessar recursos alimentares básicos, os moradores rurais podem acessá-los no quintal de sua residência, desde que os plantem. Ademais, essa potencialidade lhes garante a renda mensal que é gerada pela comercialização dos alimentos.</p>
<p><b>Fortalecimento da organização político-social</b> (Quilombo Botafogo):                  Há vinculação da melhora de condições de vida ao desempenho das associações. Ressaltam que, para conseguirem novas vitórias, será necessário fortalecer essas organizações e integrar os jovens a essa prática militante.</p>	<p><b>Sossego</b> (Quilombo Botafogo):                  A região é considerada tranquila, com poucos índices de violência. Tal potencialidade é fundamental para estimular o turismo e diminuir a dependência da comunidade frente às secretarias de segurança social.</p>
<p><b>Recursos naturais abundantes</b> (Quilombo Botafogo):                  *O acesso à terra é suficiente para o homem do campo considerar que os recursos naturais lhe bastam. Quando a terra é considerada de boa qualidade e produtiva com um padrão de qualidade satisfatório, esse potencial pode garantir, além da segurança alimentar, a renda mensal das famílias.</p>	

**Tabela V-13: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos quilombolas de Cabo Frio**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Infraestrutura básica de serviços públicos	Deficiência de transporte público na região do Quilombo de Botafogo, devido à pouca disponibilidade de veículos e horários.	Identificado: Comunidades x poder público. Luta por investimentos sociais.	Empresa de ônibus Salineira, Prefeitura, Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Secretaria de Serviços Públicos.				Idas às Prefeituras para reivindicações de melhoras, porém sem sucesso.	Conselhos Municipais Getores.
	Carência de água para irrigação, deficiência de serviços públicos de saúde, saneamento, energia elétrica, apoio social. Situação potencializada pelo crescente populacional que se fixa na região para trabalhos com corte de cana.		Moradores, quilombolas, Governo do Estado, Prefeitura, Secretarias de: Desenvolvimento da Cidade, Serviços Públicos, Saúde, Transportes e Obras.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Municipais Getores
Recursos ambientais	Assoreamento do rio São João devido ao desmatamento de APP para construções ilegais.	Identificado: Disputa pela utilização e ocupação do solo.	Moradores, quilombolas, INEA, Prefeitura.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Municipais Getores
	Poluição no rio São João, devido à lançamento de vinhoto e de dejetos <i>in natura</i> .	Identificado: usineiros x fiscalização pública e comunidade. Atividade poluidora.	Moradores, quilombolas, fazendeiros, INEA, Prefeitura.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Municipais Getores
	Queimadas de cana de açúcar, prejudicando qualidade de vida e saúde dos moradores.	Identificado: Poluição atmosférica causada por usineiros.	Moradores, quilombolas, fazendeiros, INEA, Prefeitura.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Municipais Getores

**Tabela V-14: Continuação dos resultados gerados para o grupo dos quilombolas, assentados e moradores rurais de Cabo Frio**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Ocupação do solo	Especulação imobiliária devido ao potencial turístico da região.	Não identificado. No entanto, fica claro que há disputas pela utilização do solo.	Moradores, quilombolas, Prefeitura, empresas de construção civil.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Municipais Getores.
	Irregularidade fundiária no Quilombo de Botafogo, pela falta de titulação das terras coletivas, sendo a área sobreposta a um assentamento.	Identificado: Políticas de demarcação de terras divergentes. Fundação Palmares x INCRA x Comunidades.	Assentados, quilombolas, INCRA, MDA, Fundação Palmares (FP).				Institucionalizado no INCRA.	Fundação Palmares, Associação do Quilombo de Botafogo, Sindicato Rural.
Organização Social	Cultura rural e cultura quilombola desvalorizadas	Não identificado.	Assentados, quilombolas, gestores públicos, Fundação Palmares.				Não identificado.	Associação de Quilombo de Botafogo e Conselhos Gestores Municipais.
	Distanciamento dos jovens das práticas tradicionais e baixa participação na organização comunitária/produziva.	Não identificado.	Juventude quilombola e rural.				Não identificado.	Associação de Quilombo de Botafogo e associações de moradores.

### V.5.3 Pescadores marítimos e de águas interiores

**Tabela V-15: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Cabo Frio**

<p><b>História e produção pesqueira</b> (Praia do Siqueira) Atuação histórica expressiva da pesca artesanal no município, pois ainda se tem nesta profissão uma fonte de renda familiar e um espaço que oferece muitos empregos na região. O fenômeno natural da ressurgência contribui para uma maior disponibilidade e abundância de recursos pesqueiros.</p>	<p><b>Segunda maior bacia hidrográfica da região</b> (Gamboa, Praia do Siqueira) Destaque para a Região Hidrográfica da Lagoa de Araruama e de Cabo Frio, que facilita a navegação e amplia a quantidade de recursos naturais renováveis na região.</p>
<p><b>Fortalecimento da Organização social</b> (Gamboa, Praia do Siqueira, Jardim Peró, Jardim Caiçara) Destaque para a facilidade de acesso à representação de classe e ao Poder Público Municipal, que vem garantindo o acesso a alguns direitos sociais. Fortalecimento da Colônia de Pescadores Z-4, motivando os pescadores a se organizarem cada vez mais.</p>	<p><b>Reestruturação da Colônia de Pescadores Z-4</b> (Praia do Siqueira, Gamboa) Atualmente, há um processo de esforço e reestruturação para reerguer a entidade como organização de prestação de serviços de direito à comunidade pesqueira.</p>
<p><b>Artesanato, beneficiamento e culinária do pescado</b> (Praia do Siqueira, Gamboa) Destaque para as habilidades de homens e mulheres para trabalhos complementares à pesca, beneficiamento e culinária de pescado.</p>	

**Tabela V-16: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Cabo Frio**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Espaço marítimo	Atividade de sísmica afungentando o pescado, diminuindo a produção pesqueira e impactando negativamente no exercício da pesca.	Identificado: Disputa do uso ocupação do espaço marinho.	Pescadores, empresas de petróleo e gás natural, IBAMA.				Institucionalizado em Audiências Públicas.	Audiências Públicas.
Fiscalização do espaço marinho	Diminuição dos recursos pesqueiros, devido à não fiscalização de práticas de pesca industrial e/ou ilegal.	Identificado: disputa dos recursos pesqueiros e concorrência desigual entre modalidades de pesca.	Pescadores, Colônia de Pescadores Z-4, IBAMA, Capitania dos Portos, empresas de pesca industrial.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos e Comitês de Ordenamento Pesqueiro.
Cultura pesqueira	Desvalorização da pesca, situação fortalecida pelo baixo investimento do poder público no apoio à atividade, carência de políticas públicas de fomento à pesca. Situação potencializada pelo furto de petrechos de pescadores entre si.	Identificado: Falta de controle sobre os recursos sociais do Estado e do Município.	Pescadores, Colônia de Pescadores Z-4, Prefeitura Municipal, Ministério da Pesca e Aquicultura, IBAMA.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
Recursos ambientais	Obras de saneamento mal realizadas pela PROLAGOS, com o lançamento de dejetos na Praia do Siqueira.	Identificado: Falta de controle social em obras públicas.	Pescadores, moradores, Colônia de Pescadores Z-4, Prefeitura, Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente, Obras.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Gestores do Município
	Poluição no rio São João pelo lançamento de vinhoto.	Identificado: Atividades conflitantes ao equilíbrio ambiental.	Pescadores, fazendeiros, Prefeitura, INEA.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município.
Organização Social	Baixa articulação entre as entidades de pesca.	Identificado: Disputas no campo político e divergências organizacionais.	Pescadores, Prefeitura, Associações de Pescadores, Colônia Z-4 de Pescadores.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Cabo Frio, que ocorreu em 14 de abril de 2012 (Etapa 4).

A Oficina Devolutiva Municipal de Cabo Frio contou com uma boa participação quantitativa dos moradores urbanos. Em menor número, representantes da comunidade pesqueira estiveram presentes, assim como os Quilombolas e os Assentados de Botafogo.

No que diz respeito à comunidade pesqueira, a discussão caminhou sobre o macroimpacto da *Ocupação do espaço marinho* e, dessa forma, os pescadores de mar foram os que mais se expuseram ao debate por conviverem diretamente com essa realidade. O tema mais problemático segundo eles são as atividades de sísmicas e o trânsito de embarcações ligadas à atividade de petróleo. Os pescadores marítimos também discutiram sobre algumas fragilidades que avaliam existir nos processos de compensação, com destaque para a demora de resultados e ações efetivas, devido à burocratização.

Os pescadores de águas interiores se voltaram para as questões da poluição da lagoa, da falta de fomento e de apoio à pesca por parte do governo municipal, além da baixa adesão dos pescadores à Colônia. No entanto, apresentaram vários elementos que levaram os pescadores ao afastamento da Colônia. Por outro lado, reconheceram a necessidade de fortalecê-la para obter melhorias para a classe.

Os moradores urbanos, por um determinado momento, tentaram vincular a origem de seus problemas à indústria de petróleo e gás. Entretanto, no decorrer da discussão, reconheceram que, apesar de o cenário local estar se modificando, seus problemas atuais têm origem em outras causas. São, sobretudo, problemas relacionados à gestão pública e dizem respeito à precariedade dos serviços sociais oferecidos na região ou têm relação direta com outros empreendimentos, como as problemáticas relacionadas à extração de areia em Tamoios e a falta de ordenamento viário nessa mesma região. Já Monte Alegre destacou como problemas sérios a segurança pública e a falta de transporte público.

Partindo para a discussão com Quilombolas e Assentados de Botafogo, a falta de infraestrutura para o trabalho e a moradia ocupa o centro de suas problemáticas. Para eles, o abandono dos sujeitos sociais do campo é grave e se

reflete na falta de políticas públicas para o desenvolvimento rural, fator que aumenta os índices de migração campo-cidade. Também destacaram a falta de água encanada para consumo e irrigação, precariedade do transporte público – fatores que evidenciam a não relação de seus problemas com a indústria do petróleo e gás.

Frente a essa realidade, a relação direta desse município transversal a todos os grupos sociais estudados é o recebimento de *royalties*. No entanto, esse impacto positivo na receita do município vem sendo motivador de algumas disputas, como a campanha pela emancipação de Tamoios de Cabo Frio.

Outra questão que gerou discussão em plenária foi a falta de investimentos, considerada desproporcional frente ao volume da receita do município devido ao recebimento dos *royalties* (37,9%) do total arrecado.

Nesse sentido, muito se discutiu a respeito dos mecanismos legais dos *royalties* e sobre formas de controle social. Chegou-se à conclusão de que a organização social é central na busca por melhoras na qualidade de vida e poderia ser o ponto de partida para uma unidade entre o campo, a cidade e a pesca, assim como poderia ajudar a fortalecer a unidade dos grupos sociais e suas instituições políticas.

## V.6 Arraial do Cabo – breve histórico

Assim como na maioria dos municípios do Norte Fluminense e da Região dos Lagos, a construção da Ponte Rio-Niterói também foi um marco para Arraial do Cabo, sobretudo em relação à atração pela atividade turística. Além do turismo, a extração do sal foi predominante no município até os anos 1990, atraindo número expressivo de mão de obra. Atualmente, pode-se comparar a motivação por empregos que havia com a indústria salineira com as atividades do Porto do Forno. Esse grande empreendimento está localizado ao norte da Praia dos Anjos, região tradicional de pescadores, e foi muito citado ao longo do DRP como fator de atração laboral, o que está aliado a uma perspectiva de estabilidade – o que não ocorre no mundo da pesca.

Forno possui uma estrutura bastante expressiva, com área, píer, galpão, balança, auditório, oficina, retroárea, sendo responsável pela movimentação e armazenagem de cargas diversas. Sua relação com a indústria de petróleo e gás é forte, no sentido de ser base para navios que exploram petróleo nas Bacias de Campos e Santos – sua localização é, portanto, estratégica, pois Arraial do Cabo é o limite das duas Bacias. Atualmente, a relação é ainda maior, pois abriga empresas que têm construído estruturas de concreto para o Porto do Açú<sup>40</sup>.

Dessa maneira, é simples compreender que a ocupação do espaço físico pela indústria petrolífera é o principal tema que interfere na realidade dos pescadores ouvidos em Arraial do Cabo. No caso do grupo de pescadores marítimos, a interferência é, logicamente, maior do que para o grupo que pesca em águas interiores. No caso deste, o principal problema que o permeia não são questões estritamente ligadas à indústria petrolífera, mas sim questões de ordenamento pesqueiro e fiscalização de pesca industrial na lagoa de Araruama, principal pesqueiro do grupo ouvido.

O ano de 2011 foi um marco para Arraial do Cabo, pois a região foi incluída na zona de produção principal de petróleo do Estado do Rio de

<sup>40</sup> PORTO DO FORNO. Disponível em: <<http://www.portodoforno.com.br/noticias/release062.asp>>  
Acesso em 12 de julho de 2012.

Janeiro<sup>41</sup>, passando a receber R\$ 3,5 milhões provenientes dos *royalties*, quando até então recebia cerca de R\$ 400 mil.

Outro marco fundamental para Arraial do Cabo, mas que não tem relação com a indústria petrolífera, foi a criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo, em 1997, com o objetivo de preservar a identidade cultural da pesca, assim como garantir o uso racional e sustentável dos recursos pesqueiros da região. Como se verá, a Resex é cenário de muitos conflitos decorrentes dos vários usos de seu espaço – os principais conflitos concentram-se entre o segmento turístico e o pesqueiro.

---

<sup>41</sup> JORNAL O GLOBO. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/03/royalties-do-petroleo-dobram-orcamento-de-arraial-do-cabo-no-rj.html> > Acesso em 10 de julho de 2012.

## V.6.1 Pescadores marítimos de Arraial do Cabo

**Tabela V-17: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Arraial do Cabo**

<p><b>Acesso aos recursos naturais</b></p> <p>Destaque para a qualidade dos recursos hídricos, principalmente do oceano e boa balneabilidade das praias para banho e turismo. Destaque para a qualidade dos recursos hídricos para a maricultura, pois a água é rica em nutrientes e limpa. Destaque para a qualidade do ar, com exceção da localidade de Praia dos Anjos, devido a emissões do Porto do Forno.</p>	<p><b>“Todos se conhecem”</b></p> <p>Os pescadores reunidos na Oficina validaram a satisfação em ser pescador, em terem uma identidade coletiva do grupo e boas relações sociais estabelecidas entre si e, como exemplo, pode ser observada outra potencialidade descrita nesta tabela: respeito aos acordos de cavalheiros.</p>
<p><b>Respeito aos acordos de cavalheiros no uso do espaço marinho</b></p> <p>O grupo de pescadores marítimos de Arraial do Cabo considera os chamados acordos de cavalheiros de suma importância. Segundo relatos no Diagnóstico e na Oficina, esses acordos são baseados em valores como honra, respeito e palavra empenhada. São direcionados à pesca no mar, no que diz respeito a não ter concorrência por alguns pesqueiros entre os próprios pescadores, ajuda mútua, solidariedade e preservação de espécies no período de defeso. Na visão de alguns pescadores, esses acordos valem mais do que acordos legais sobre ordenamento e regulação pesqueira na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, criada por meio de decreto em 1997.</p>	<p><b>Presença de lideranças na comunidade</b></p> <p>O grande número de associações com fortes lideranças é uma potencialidade levantada no Diagnóstico e validada na Oficina. Como exemplos, foram citadas: Colônia de Pescadores Z-05, Associação da Resex, Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, Associação dos Coletores e Criadores de Mariscos e Associação dos Barcos de Boca Aberta.</p>
<p><b>Fé e vontade</b></p> <p>Esses dois valores estão relacionados com a identidade do pescador marítimo de Arraial do Cabo e valorização de seu empenho em lidar com as inconstâncias da pesca, sujeição às condições naturais de clima e dificuldades de comercialização do pescado.</p>	<p><b>Criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo</b></p> <p>Mesmo que permeada por conflitos de uso e ordenamento, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo é percebida como um espaço de garantia de recursos pesqueiros para os pescadores marítimos de Arraial do Cabo. Além disso, é vista como uma prova concreta de exploração sustentável dos recursos e reflexo do reconhecimento da importância da pesca para o Município de Arraial.</p>

**Tabela V-18: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores marítimos de Arraial do Cabo**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Espaço marítimo	Embarcações relativas ao Porto do Forno causam danos a petrechos de pesca e poluição.	Identificado: conflitos derivados do uso do espaço marítimo	Pescadores, empresas de E&P, IBAMA.				No campo simbólico e das representações sociais.	Audiências públicas, IBAMA.
	Impactos da atividade sísmica sobre os pesqueiros, afugentando o pescado		Pescadores, empresas de petróleo e gás, IBAMA e comunidade científica.				No campo simbólico e das representações sociais.	Audiências públicas.
	Sobreposição de atividades no mar sem ordenamento territorial e costeiro		Conselho deliberativo da Resex (ainda em formação), pescadores artesanais e industriais, IBAMA.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho deliberativo da RESEX.
Licenciamento Ambiental	Excesso de projetos sem ações efetivas, que reflitam melhora na vida econômica dos pescadores.	Não identificado	Pescadores, IBAMA e Petrobras.				Não identificado	Conselho deliberativo da Resex e audiências públicas.
Fiscalização espaço marinho	Carência de fiscalização na RESEX	Não identificado pelos sujeitos ouvidos, no entanto, fica claro haver disputa pelo uso do espaço marinho.	Conselho deliberativo da Resex (ainda em formação), pescadores e IBAMA.				Não identificado	Conselho deliberativo da Resex.
	Dificuldade de exercer legalmente o turismo náutico na RESEX		Pescadores, Conselho deliberativo da RESEX e Secretaria de Turismo.				Não identificado	Conselho deliberativo da Resex.
Infraestrutura de serviços públicos	Saneamento básico precário	Não identificado	Pescadores, Prefeitura, Prolagos e Secretarias.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado
	Infraestrutura precária da Marina	Não identificado	Pescadores, moradores da praia do pontal, INEA, prefeitura municipal.				Não identificado	Não identificado

**Tabela V-19: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de águas interiores de Arraial do Cabo**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Infraestrutura de serviços públicos	Precariedade de serviços públicos, aliado à falta de investimentos de <i>royalties</i> em áreas sociais.	Identificado: falta de controle social sobre o orçamento público e os investimentos derivados dos <i>royalties</i> .	População, empresas de E&P e Prefeitura.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos municipais.
Recursos ambientais	Degradação ambiental da lagoa de Araruama: dragagem do Canal Itajuru, lançamento de lixo e esgoto por moradores, ocupação irregular, supressão da vegetação de mata ciliar e assoreamento, impacto da atividade turística na lagoa.	Identificado: atividades econômicas e residenciais divergentes disputando a ocupação e o uso do solo.	População; Prefeituras de Araruama, Iguaba Grande, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo; Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ.				No campo simbólico e das representações sociais.	Consórcio Intermunicipal Lagos São João.
Fiscalização do espaço marinho	Deficiência de fiscalização da pesca industrial.	Identificado: disputa desigual entre pesca artesanal e industrial.	Pescadores, empresas de E&P, empresas de pesca industrial e Ibama.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

**Tabela V-20: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de águas interiores de Arraial do Cabo**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Organização social	Cooperativa de artesãs enfraquecida e não regulamentada.	Não identificado.	Cooperativa de artesãs e Movimento de Mulheres.				Não identificado.	Reuniões na cooperativa.
	Descrédito e desinformação dos pescadores em relação às ações da Colônia Z-5.	Identificado: disputas políticas pelo controle social da organização de base.	Pescadores, associações de pescadores e Colônia Z-5.				No campo simbólico e das representações sociais.	Colônia de Pescadores Z-5.
	Instabilidade dos rendimentos pela comercialização do pescado.	Não identificado.	Pescadores, associações de pescadores e Colônia Z-5.				Não identificado.	Colônia de Pescadores Z-5.
	Atividade da pesca não reconhecida na lagoa de Araruama.	Não identificado.	Pescadores, associações de pescadores, Colônia Z-5, Ibama.				Não identificado.	Colônia de Pescadores Z-5.
	Falta de união dos pescadores.	Identificado: individualismo e interesses políticos pelo controle da base social.	Pescadores, associações de pescadores, Colônia Z-5, Ibama.				No campo simbólico e das representações sociais.	Colônia de Pescadores Z-5.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Arraial do Cabo, que ocorreu em 19 de março de 2012 (Etapa 4).

Os pescadores marítimos de Arraial do Cabo apresentaram problemas frente à ocupação do espaço marinho e focam suas reflexões nas intervenções relacionadas às obras de instalação do Porto do Forno. Juntamente com a percepção de que as atividades de sísmica são responsáveis pela diminuição de pescado, a ocupação do espaço, seja ele em solo ou no mar, aparece como o principal problema na visão dos pescadores.

O conceito de *royalties* foi desenvolvido e debatido com a plenária que, no início da Oficina, o percebiam como problema. No entanto, por ser um impacto positivo para os cofres públicos do município, a mediação tentou esclarecer objetivos do controle social, como iniciativas para melhorar sua gestão.

Esclarece-se que a maioria dos problemas de Arraial do Cabo foi discutida no âmbito da gestão pública e da organização social. Nesse sentido, novamente, os *royalties* apareceram no centro das discussões, já que as comunidades não sentem melhoras em sua qualidade de vida que deveriam ser originadas dos investimentos municipais projetados para justiça intergeracional.

A falta de uma boa infraestrutura para a prestação de serviços públicos foi central na discussão com os grupos sociais. Ambos os grupos, pescadores marítimos e de águas interiores, destacaram o afastamento dos jovens da cultura da pesca pela desvalorização da atividade ao longo dos anos.

Os pescadores de águas interiores tiveram suas reflexões centradas na falta de fiscalização, principalmente sobre os vários usos da lagoa de Araruama. Segundo eles, o turismo náutico vem impedindo a boa realização da pesca na região. Outra questão de fundo foi a poluição, e, conseqüentemente, a falta de controle sobre o lançamento de dejetos líquidos e sólidos na lagoa.

De qualquer forma, há um impacto psicossocial causado pelas informações dos *royalties* pagos ao município pelas empresas que exploram

petróleo em sua área de influência. Apesar de o recurso representar pouco mais de 13% da receita total do município, os pescadores demonstraram-se atentos ao tema e o reivindicam como uma forma de solucionar muitos problemas infraestruturais do município. Foi compreendida pela plenária a importância do controle social na aplicação e gestão dos *royalties*, sendo uma das possíveis linhas de ação a se aprofundar em futuras campanhas.

No campo da organização social, enfatizou-se o descrédito nas ações realizadas pela Colônia de Pescadores Z-05 de Arraial do Cabo.

Ainda em relação às questões sociais, foi destacado pelo grupo de pescadores de águas interiores que a desmotivação coletiva deve ser vista como um resultado das próprias dificuldades da pesca artesanal, que acaba gerando baixa renda. Esse motivo também está relacionado à descontinuidade da pesca como profissão pelos mais jovens, o que gera uma forte migração da juventude para outros campos mais produtivos.

## V.7 Armação dos Búzios – breve histórico

Búzios, emancipado de Cabo Frio em 1995, é um dos municípios envolvidos no Diagnóstico do PEA-BC que possui uma relação quase exclusiva com o turismo, sendo conhecido internacionalmente por essa característica. Como toda região que passa a ser potencialmente visitada, teve períodos de valorização de seus terrenos (décadas de 1960 e 1970), favorecendo a venda de casas da população local a turistas, o que contribuiu para o deslocamento de moradores locais para o interior. A partir de 1974, com a construção da Ponte Rio-Niterói e de uma estrada específica de acesso à área da península de Búzios (Estrada Bento Ribeiro Dantas), o turismo e a migração se intensificaram ainda mais.

Com o turismo sendo o principal segmento econômico do município, ao lado da construção civil e do mercado imobiliário, esses acabam sendo os campos econômicos que se relacionam com a maior parte da população local. Os dados da dinâmica econômica de Búzios de 2010, do IBGE<sup>42</sup>, evidenciam a vocação para a área de serviços e de indústria (principalmente hoteleira dos setores já listados). De seu Produto Interno Bruto, apenas 0,3% corresponde à Agropecuária. A Indústria compreende a maior parcela do PIB: 59,5%, à frente dos Serviços, que abrange 40,3%.

No caso da indústria de petróleo, deve-se esclarecer que o Município de Armação dos Búzios pertence à Zona de Produção Principal, categoria firmada pela Agência Nacional do Petróleo que engloba municípios confrontantes com poços petrolíferos e aqueles com instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural e/ou instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, à produção e ao escoamento, tais como portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios<sup>43</sup>. Realisticamente, Búzios é classificado na Zona de Produção Principal apenas por ser confrontante aos poços marinhos produtores.

<sup>42</sup>. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330023>. Acesso em 10 de julho de 2012.

<sup>43</sup> PIQUET, 2003.

O grau de dependência de Búzios em relação aos valores transferidos de *royalties* sempre foi alto: desde 2002, gira em torno de 47%<sup>44</sup>, sendo que em 2011 a dependência foi de 44,7%. Essa situação de dependência ressalta a incapacidade de a Prefeitura arcar com as suas despesas correntes apenas com as receitas municipais providas de impostos e investimentos produtivos (IPTU, ISS etc.). Mesmo com alta arrecadação, em função dos *royalties*, a falta de investimentos em áreas públicas de serviços, como saúde, transporte e educação, também foram evidenciadas pelos grupos sociais no âmbito do Diagnóstico (ver Tabelas a seguir).

Destaca-se que não há presença física da indústria de petróleo e gás em solo; entretanto, assim como foi apresentado pelo grupo de pescadores marítimos e maricultores, entende-se que há relação direta com a ocupação física do espaço marinho, pela atividade de sísmica e tráfego de rebocadores. Para o grupo de quilombolas, a percepção da ineficiência na gestão dos *royalties* é a relação mais íntima que se tem com a indústria em questão. Tanto no DRP quanto na Oficina, ficou evidenciado que o grupo entende a responsabilidade da Prefeitura Municipal frente à precariedade infraestrutural, não responsabilizando, portanto, a indústria de petróleo e gás por essas questões.

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de Armação dos Búzios.

---

<sup>44</sup> PIQUET, 2006.

## V.7.1 Quilombolas de Búzios

**Tabela V-21: Potencialidades levantadas para o grupo de quilombolas de Búzios**  
**POTENCIALIDADES COLETADAS NO DIAGNÓSTICO E TRAZIDAS PARA VALIDAÇÃO NA OFICINA**

<p><b>Turismo cultural</b> (Maria Joaquina, Baía Formosa e Praia Rasa) O recente reconhecimento desses quilombos pela Fundação Palmares abriu as portas para a recuperação de traços culturais, como as casas de farinha, o roçado, os terreiros e o jongo. Dessa forma, a comunidade acredita que o turismo cultural e comunitário é um atrativo a mais dentro da dinâmica turística de Búzios.</p>	<p><b>Organização social</b> (Baía Formosa, Praia Rasa e Maria Joaquina) Devido à obrigatoriedade de se ter uma organização social (associação, neste caso) para receber o reconhecimento da Fundação Palmares, a comunidade Quilombola vem dando cada vez mais valor a esse instrumento político. Acreditam que pela luta coletiva é que seja possível alcançar alguns direitos sociais. Já os pescadores têm um conjunto de experiências positivas, como o controle do tráfego de embarcações pesadas na praia, a inserção em programas de compensação (PCAP) e seguros especiais do Governo Federal via suas associações organizadas na colônia. Já os maricultores mantêm sua produção de forma independente via associação, que vem se fortalecendo.</p>
<p><b>Manutenção dos costumes</b> (Maria Joaquina, Praia Rasa e Baía Formosa) A manutenção dos costumes está diretamente relacionada à questão do turismo cultural. Acredita-se que os costumes só possam ser mantidos com uma valorização social que lhes garanta uma alternativa de trabalho e renda.</p>	<p><b>Identidade cultural</b> (Maria Joaquina, Baía Formosa e Praia Rasa) A identidade cultural fortalece a unidade de grupo, garante o turismo cultural, defende a manutenção dos costumes e fortalece a autoestima dos sujeitos. Dessa forma, tem-se na identidade cultural uma bandeira para fortalecer a comunidade.</p>
<p><b>Mangue da Pedra</b> (Maria Joaquina e Praia Rasa) O Mangue de Pedra é considerado um santuário natural. Sua beleza peculiar pode ser explorada no turismo ecológico e cultural, fortalecendo as comunidades financeiramente. É mais uma estratégia de vida, trabalho e renda.</p>	

**Tabela V-22: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos quilombos de Búzios**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Infraestrutura básica de serviços públicos	Deficiência de serviços públicos oferecidos, pela baixa qualidade ofertada de transporte, educação, drenagem e abastecimento de água.	Identificado: Falta de controle social sobre a política pública.	Quilombolas, Prefeitura, Secretaria de Des. Social, Obras, Planejamento, Ordem Pública, Serviços Públicos.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município.
Ocupação do solo	Crescimento populacional desordenado, especulação imobiliária e expansão do turismo, aumento da criminalidade e uso de drogas.	Identificado: disputas entre atividade tradicional e modelo de desenvolvimento contemporâneo.	Quilombolas, Secretaria de Desenvolvimento Social, Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Turismo, empresas de construção civil.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município.
	Regularização fundiária de territórios quilombolas.	Identificado: Uso, utilização e propriedade do solo.	INCRA, MDA, Fundação Palmares, quilombolas, Associações de Quilombolas, Prefeitura.				Institucionalizado no INCRA	Associações de Quilombolas e Conselhos Gestores Municipais.
Cultura quilombola	Erosão da cultura quilombola.	Não identificado.	Quilombolas, poder público.				Não identificado.	Associações de Quilombolas da Rasa e da Maria Joaquina.
Políticas públicas	Dificuldade de acesso a empregos formais.	Não identificado: Falta de controle sobre recursos sociais quilombolas.	Quilombolas, poder público.				No campo simbólico e das representações sociais.	Associações de Quilombolas da Rasa e da Maria Joaquina e Conselhos Gestores Municipais
Recursos pesqueiros	Pesca industrial em área de pesca artesanal.	Identificado: disputa de recursos entre modalidades de pesca.	Quilombolas, IBAMA, empresas de pesca industrial.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado

## V.7.2 Pescadores marítimos e de águas interiores de Búzios

**Tabela V-23: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Búzios**  
**POTENCIALIDADES COLETADAS NO DIAGNÓSTICO E TRAZIDAS PARA VALIDAÇÃO NA OFICINA**

<p><b>Lideranças articuladas</b> (Praia dos Ossos, Centro da Cidade, Manguinhos, Tucuns, Praia de Geribá)</p> <p>O fato de a Colônia de Pescadores Z-23 de Búzios ser bem estruturada e haver recebido algumas compensações, além de se ter uma liderança ativa, apesar de centralizadora, segundo relatos, faz com que os pescadores se organizem via essa instituição. Dessa forma, a Colônia é considerada forte, pois traz benefícios aos pescadores. Ainda no campo da articulação, mantém bons contatos políticos, sendo respeitada pelos pescadores.</p>	<p><b>Turismo ecológico</b> (Praia Rasa, Manguinhos)</p> <p>Os pescadores afirmaram que existe um potencial pouco explorado neste campo. A maior parte do turismo é o de massas. Somente no verão, são realizados passeios em alguns barcos pelas ilhas e, além disso, poucos são destinados a mergulhos. Para que o potencial de turismo seja mais aproveitado pelos pescadores, seria necessário reformar e adequar algumas embarcações, além de qualificar pessoal para que se possa ofertar o serviço com qualidade e segurança.</p>
<p><b>Variedade de pescado</b> (Centro da Cidade)</p> <p>Destaque para a grande diversidade de pescado e possibilidades de garantir a captura mesmo em períodos de defeso, justamente devido à grande diversidade de espécies, que possibilita a pesca variada.</p>	<p><b>Turismo como fonte de renda</b> (Centro da Cidade)</p> <p>Grande parte da comunidade utiliza o turismo como uma forma de ampliar sua renda: é uma das estratégias mais utilizadas para potencializar o meio de vida. Segundo relatos da plenária, é possível gerar renda suficiente para manter o equilíbrio financeiro ao longo do ano. Entretanto, nem todos são favorecidos por essa dinâmica, já que é uma realidade bem específica de Armação dos Búzios em seus bairros mais centrais.</p>
<p><b>Pesca artesanal</b> (Tucuns, Praia dos Ossos, Centro da Cidade)</p> <p>A pesca artesanal é apontada como uma potencialidade devido à sua influência e identidade cultural.</p>	<p><b>Maricultura</b> (Praia Rasa e José Gonçalves)</p> <p>A maricultura é uma fonte de renda permanente e garante a subsistência de algumas famílias. Mesmo não sendo muito expressiva na região, alguns grupos familiares garantem que existe um potencial ainda pouco explorado na região.</p>

**Tabela V-24: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Búzios**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Espaço marítimo	Sobreposição de pesca artesanal e atividades de sísmica.	Identificado: conflitos de uso e ocupação do espaço marinho por atividades divergentes.	Empresas envolvidas com atividades de sísmica, pescadores, Colônia Z-23.				No campo simbólico e das representações sociais.	Audiências públicas e projetos de Licenciamento Ambiental.
	Sobreposição de artes de pesca e pesca artesanal <i>versus</i> pesca industrial.	Identificado: disputa pelo espaço marinho entre modalidades de pesca concorrentes. Conflitos pelo uso de recursos pesqueiros.	Pescadores artesanais, empresas de pesca industrial e Ibama.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
	Atracagem de transatlântico em áreas de pesca com poitas danificando o fundo do mar.	Identificado: disputa pelo espaço marinho entre atividades divergentes: turismo e pesca.	Pescadores, empresas de turismo náutico, Colônia Z-23 e Capitania dos Portos.				Institucionalizado na Prefeitura com discussão do ordenamento de atracagem orientado pela Secretaria de Turismo.	Prefeitura e Secretaria de Turismo.
Licenciamento Ambiental	Projetos de compensação e mitigação inadequados; pescadores não percebem melhoras de qualidade de vida. As compensações via projetos são encaradas como demoradas e pouco eficientes.	Não identificado.	Pescadores, Ibama, empresas de E&P, Colônia Z-23.				Não identificado.	Audiências públicas e projetos no âmbito do Licenciamento Ambiental.

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Despejo de resíduos de óleo nas praias do Centro.	Não identificado.	Pescadores, Ibama, Inea, Colônia Z-23.				Não identificado	Não identificado.
Infraestrutura de serviços públicos	Abastecimento de água irregular, lançamento de esgoto <i>in natura</i> , sistema de educação e saúde precários, ausência de rampa para atracagem de barcos.	Identificado: falta de controle social sobre o orçamento público e os investimentos derivados dos <i>royalties</i> afetando o projeto de desenvolvimento social local, segundo a percepção dos sujeitos ouvidos.	Pescadores, Prefeitura, Governo estadual, Colônia Z-23, moradores.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho do Plano Diretor do Município.
Uso e ocupação do solo	Especulação imobiliária, ocupação desordenada e ilegal.	Identificado: ocupação do solo por atividades divergentes.	Turistas, novos moradores, empresas da construção civil, pescadores e Prefeitura.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho do Plano Diretor do Município.
Fiscalização	Captura de marisco sem controle e fiscalização.	Identificado: concorrência e sabotagem entre os próprios marisqueiros.	Prefeitura, Secretaria do meio ambiente, marisqueiros, Ibama e Inea.				Institucionalizado na cooperativa.	Cooperativa.
Organização social	Falta de união, dificuldades para implementação do Conselho de Pesca e falta de interesse dos jovens pela pesca.	Identificado: disputas pelo controle político da base social. Cultura moderna x cultura tradicional.	Prefeitura, pescadores e associações, Colônia Z-23.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Búzios, que ocorreu em 23 de março de 2012 (Etapa 4).

As discussões no Município de Armação dos Búzios foram divididas em dois momentos. No primeiro, as problemáticas do grupo dos pescadores foram apresentadas e, no segundo momento, foi a vez das discussões dos quilombolas. É preciso esclarecer que a oficina contou com maior participação dos quilombolas, e, por esse motivo, as reflexões desse grupo acabaram por ter mais destaque, mesmo sem manterem relação direta com a indústria do petróleo e gás. Pescadores e maricultores também se fizeram presentes, e vale ressaltar que alguns quilombolas da Praia Rasa e Mangue de Pedra se dedicam à pesca.

Em Búzios, assim como em outros municípios, o grupo dos pescadores foi o único que apresentou relação direta com a indústria de petróleo e gás, enfatizando a ocupação do espaço marinho por atividades de sísmica, tráfego de rebocadores, navios de apoio e navios-plataforma. Ficou claro que muitos pescadores de Búzios não possuem uma relação benéfica com os Programas de Licenciamento, devido a dificuldades burocráticas e à demora na execução de PCAPs e PEAs.

Considerando a característica fundamental de Búzios, que é o turismo, evidencia-se também como isso interfere nas atividades pesqueiras, principalmente pela ocupação do espaço marinho por transatlânticos de cruzeiro. A principal crítica se baseia na ancoragem nas praias de Búzios causando danos ao solo marinho, afugentando peixes costeiros, aumentando riscos de acidentes e, por fim, constituindo algumas áreas de exclusão para a pesca artesanal.

Por outro lado, a discussão do grupo de quilombolas e maricultores foi centrada na falta de apoio e fomento do poder público às suas atividades. Houve, também, algumas denúncias de problemas ambientais que envolvem o Mangue de Pedra, na Rasa, e a indústria da construção civil, devido ao

aumento considerável da expansão imobiliária (o que está, novamente, ligado ao turismo em Búzios).

Já os Quilombolas da Praia Rasa, da Baía Formosa e Maria Joaquina se uniram para denunciar a falta de investimento público em suas comunidades, já que diversos serviços públicos não são executados nessas regiões. O debate central foi sobre as políticas de titularização de terras e investimentos em infraestrutura para moradias e no campo produtivo. Esse debate também reflete a realidade de diversas outras comunidades e grupos sociais presentes na oficina que se manifestaram para validar como legítima a reivindicação dos Quilombolas.

Em Búzios, assim como em todos os municípios no âmbito do Diagnóstico, o debate sobre *royalties* foi bastante acalorado. A plenária pôde refletir sobre os objetivos na gênese dessas receitas e a realidade vivenciada em suas localidades, já que o recebimento da receita não se reflete em melhorias para a comunidade e menos ainda em justiça intergeracional. Esse debate se torna transversal não apenas por ser um recurso financeiro que poderia ajudar a resolver alguns problemas de infraestrutura, mas pelo fato de se focar na questão do controle social. A abertura para a discussão sobre o fortalecimento das organizações sociais é um primeiro passo para reflexão e análise, pelo próprio grupo, de sua organização político e social.

De maneira geral, as discussões coletivas em Búzios foram concluídas de maneira propositiva. Os grupos sociais trocaram experiências em relação às suas comunidades e se propuseram a iniciar discussões sobre a necessidade de unirem forças em busca de melhorias para o município. No caso de Búzios, o turismo foi reconhecido como o principal fator impactante na dinâmica cotidiana dos grupos sociais.

## V.8 Casimiro de Abreu – breve histórico

Casimiro de Abreu segue uma trajetória baseada na expansão horizontal (espraiamento) em curso relacionada ao inchaço populacional e à conurbação que ocorreu de forma expressiva em Macaé e Rio das Ostras nas últimas décadas, e que passa a ocorrer com alguma intensidade nesse município durante a última década. Segundo o Censo 2010, o município teve aumento de 56% no número de moradores desde o ano 2000 devido ao desenvolvimento da indústria em questão. Profissionais que trabalham em Macaé acabam escolhendo Casimiro de Abreu como local de residência, devido à proximidade com a “capital do petróleo” e a custos de vida inferiores.

Além dessa relação com Macaé, existem alguns temas diretamente ligados à indústria de E&P. Sobre ocupação do solo, deve ser destacada a existência de **(i)** gasoduto Gasduc III; **(ii)** gasoduto Cabiúnas/Reduc; e **(iii)** oleoduto que liga a Bacia de Campos a refinarias. Esse macroimpacto é sentido, prioritariamente, pelos moradores do Bairro Industrial, como será analisado com mais detalhes. Essa localidade encontra-se próxima à BR-101, via que perpassa a periferia do bairro e teve parte de sua ocupação originada na construção dos gasodutos a partir da década de 1980.

A migração gerada pela busca de empregos na indústria de E&P atinge os bairros de Barra de São João, Medeiros e Arroz, conforme relatado por pescadores. Tal dinâmica populacional acaba gerando diversos problemas que serão apresentados a seguir.

Finalmente, para Casimiro de Abreu, a relação entre o recebimento de *royalties* do petróleo e a receita total do município evidencia a dependência sobre as receitas originárias: 48,8%. Grande parte dos depoimentos ouvidos ao longo do Diagnóstico reflete insatisfação com a administração pública, no que diz respeito à falta de percepção de melhorias na infraestrutura pública de serviços.

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de Casimiro de Abreu.

## V.8.1 Moradores urbanos e rurais

**Tabela V-25: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores de Casimiro de Abreu**

<p><b>Fortes lideranças</b> (Bairro Industrial e Palmital)</p> <p>Destaque para a Associação de Moradores do Bairro Industrial, que existe desde 2010 e tem em suas lideranças referências para alguns moradores buscarem apoio quando precisam de alguma ajuda. No entanto, alguns moradores não se sentem representados, por desconhecerem as ações da Associação, o que sugere a necessidade de melhor articulação entre a população e a instituição. Destaque para liderança em Palmital, que promove articulação com a Prefeitura, pois o presidente dessa instituição é o encarregado da Prefeitura para atender o bairro. Destaque para a Administração do Bairro (Industrial), que funciona como uma subprefeitura.</p>	<p><b>“Todos se conhecem” no bairro</b> (Bairro Industrial e Palmital)</p> <p>A solidariedade e os laços de amizade são uma potencialidade destacada tanto no Diagnóstico quanto na Oficina.</p>
<p><b>Tranquilidade</b> (Bairro Industrial e Palmital)</p> <p>Apesar de existirem diversos problemas ligados à infraestrutura nos bairros, os moradores consideram as localidades como boas regiões para se viver, havendo tranquilidade e sossego.</p>	<p><b>Identidade cultural</b> (Bairro Industrial e Palmital)</p> <p>Há sentimento coletivo de pertencimento aos bairros de Palmital e Industrial, criando um elo de identidade entre os moradores. Existência de grupos de dança que fortalece essa identidade no Bairro Industrial.</p>
<p><b>Movimento de conscientização para organização social</b> (Bairro Industrial e Palmital)</p> <p>Há a necessidade de maior mobilização social dos moradores em prol de objetivos comuns de melhoria para seus bairros, mas há a consciência dessa importância.</p>	<p><b>Vontade de crescer</b> (Bairro Industrial e Palmital)</p> <p>Existe uma motivação coletiva, que ficou clara no discurso de moradores ouvidos, no sentido de que as pessoas têm vontade de aprender, de crescer juntos e de buscar melhorias para a comunidade como um todo.</p>

**Tabela V-26: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores de Casimiro de Abreu**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Dinâmica demográfica	Crescimento demográfico desordenado, impulsionado pela expectativa de emprego na indústria de E&P. O não acompanhamento do crescimento por políticas públicas pressiona os serviços públicos.	Identificado: falta de controle sobre o plano de desenvolvimento econômico e político municipal.	Moradores, Prefeitura, Indústria do petróleo e gás.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município, Agenda 21.
Uso e ocupação do solo	Questões sobre manutenção e segurança do oleoduto e gasoduto (Gasduc III) no Bairro Industrial	Identificado: Falta de controle sobre a atividade industrial.	Moradores, Prefeitura, Petrobras, Transpetro.				No campo simbólico e das representações sociais	Não identificado.
Infraestrutura de serviços públicos	Baixo investimento e precariedade da infraestrutura de serviços públicos, potencializada pela pressão demográfica.	Não identificado.	Prefeitura, Moradores, Indústria de petróleo e gás				Não identificado.	Conselhos gestores do município.
Regularização fundiária e habitacional	Grande parte de moradores encontra-se desprovida de documentação relativa a posse de terreno e moradia	Identificado: Disputa pela ocupação do solo.	Moradores, Prefeitura, Fazendeiros				Institucionalizado na Prefeitura	Conselhos gestores do município.
Trabalho e renda	Dificuldade de ingresso em empregos nas indústrias, devido à baixa escolaridade e capacitação técnica	Não identificado.	Moradores, Prefeitura.				Não identificado.	Não identificado.
Tradição e família	Alteração da estrutura familiar, devido a novos hábitos trazidos por moradores de fora.	Não identificado.	Moradores e migrantes				Não identificado.	Não identificado.

## V.8.2 Pescadores marítimos, de águas interiores e aquicultores

**Tabela V-27: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de Casimiro de Abreu**

<p><b>Organização social e identificação de lideranças</b> (Barra do rio São João, Medeiros e Arroz)</p> <p>* Destaque para a Associação Livre dos Aquicultores das Águas de São João (ALA), que conquistou recursos financeiros do Ministério do Trabalho pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Os associados fizeram cursos de capacitação na área de pesca, mergulho e segurança no mar. Já a Associação dos Moradores de Barra de São João, ainda que conte com baixa filiação, existe desde 1986 e é referência para alguns. Destaque para o movimento existente em formar a Associação de Moradores e Pescadores no bairro de Arroz.</p> <p>* Parte dos pescadores é desmotivada pela ausência de uma instituição representativa própria (não há Colônia em Casimiro), mas parte possui um olhar mais otimista, entendendo que isso deve ser melhorado e que a união da classe pode ser um estímulo. Perspectiva de formação de Reserva Extrativista Marinha na região da Barra do rio São João, mas não há consenso entre os pescadores ouvidos. Há divergência entre a necessidade de preservação, diminuição da oferta dos recursos pesqueiros, caso a reserva se efetive e, ainda, receio da falta de fiscalização pelo Ibama.</p>	<p><b>Fácil acesso as locais de trabalho</b> (Barra de São João, Medeiros e Arroz)</p> <p>* A bacia hidrográfica do rio São João é integrada por oito municípios, sendo Casimiro de Abreu um deles. O rio São João é um dos principais pesqueiros e tem, na Barra que recebe seu nome, tradição histórica de pescadores artesanais. O rio possui características naturais que estimulam seu assoreamento, o que se agrava pela ocupação e exploração desordenada do solo às suas margens, e ainda é um obstáculo à saída para o mar. Entretanto, já na Oficina, alguns pescadores enfatizaram que não consideram essa característica uma ameaça, pois faz parte do dia a dia da pesca, que nem sempre é fácil, mas que é satisfatória.</p>
<p><b>Consciência socioambiental</b> (Barra de São João, Medeiros e Arroz)</p> <p>* Na oficina, a consciência socioambiental foi relacionada à necessidade de preservação de recursos pesqueiros pela possibilidade de se criar a Reserva Extrativista Marinha. No entanto, reforça-se que não há consenso sobre esse tema. Alguns pescadores se manifestaram a favor de sua criação, como alternativa para sustentabilidade do local e equilíbrio dos recursos pesqueiros, por meio da regulação da exploração sustentável.</p>	<p><b>Articulação Institucional</b> (Barra de São João, Medeiros e Arroz)</p> <p>* Apesar da ausência de uma Colônia em Casimiro, os pescadores são filiados à de Cabo Frio e à de Rio das Ostras. A distância física em relação a essas instituições não é impeditivo para que os pescadores as reconheçam satisfatoriamente, pois relatam que há cumprimento de obrigações. Além disso, as associações citadas no primeiro bloco desta tabela são percebidas como potencialidades.</p>
<p><b>Alto índice de transferência de conhecimento</b> (Barra de São João, Medeiros e Arroz)</p> <p>* A transferência de conhecimentos e habilidade de produção passada de pai para filho é característica tradicional da classe pesqueira artesanal. Para os grupos de Barra de São João e Arroz, esse atributo de capital humano se mantém e foi validado como potencialidade.</p>	

**Tabela V-28: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Casimiro de Abreu**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Ocupação do espaço marinho	Sobreposição de áreas de pesca em função das áreas de segurança das plataformas e operações sísmicas	Identificado: atividades competitivas e divergentes no espaço marinho.	Pescadores, Petrobras e outras empresas de petróleo e gás, IBAMA.				No campo simbólico e das representações sociais.	Audiências Públicas
	Risco de acidente com rebocador	Identificado: disputa do uso do espaço e atividades divergentes em um mesmo espaço físico.	Pescadores, Petrobras e outras empresas de petróleo e gás, IBAMA				No campo simbólico e das representações sociais.	Audiências Públicas
	Risco de vazamento de óleo						Não identificado.	Audiências Públicas
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, decorrente do crescimento populacional alanvacado pela oferta de empregos na indústria de petróleo e gás	Identificado: Falta de controle sobre o projeto político/econômico Estadual e municipal.	Prefeitura, empresas de petróleo e gás, moradores e pescadores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Dinâmica demográfica	Crescimento populacional associado à ocupação irregular as margens do rio São João, provocado pela atração da indústria de petróleo em Macaé e Rio das Ostras mas também pela segunda residência e vocação turística da localidade.	Identificado: Ocupação do solo por atividades conflitantes.	Prefeitura, Moradores, Pescadores, Indústria de petróleo e gás				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.

**Tabela V-29: Continuação dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Casimiro de Abreu**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Trabalho e renda	Elevado nível de desemprego frente a oferta gerada pela indústria de petróleo, em função da falta de especialização técnica e entraves para ingresso nos cursos de treinamento ofertados. Isso gera uma elevada dependência de programas assistencialista da Prefeitura.	Não identificado.	Prefeitura, Moradores, Pescadores, Indústria de petróleo e gás				Não identificado.	Não identificado.
Recursos naturais	Poluição no rio São João, devido à lançamento de vinhoto, causando diminuição do pescado	Identificado: Atividade produtiva poluidora e falta de fiscalização.	Moradores, pescadores, fazendeiros, INEA, Prefeitura Municipal.				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
	Supressão da vegetação pela ocupação irregular em APPs na Barra do rio São João, de moradores em parte motivados pela expectativa de trabalho na indústria do petróleo e gás.	Identificado: Falta de fiscalização sobre o uso e ocupação do solo.	Prefeitura, INEA, Moradores, Indústria de Petróleo e gás				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Uso múltiplo do espaço marinho	Ausência de ordenamento e fiscalização para atividades de esporte náuticos realizada no rio e estuário da Barra de São João	Identificado: ausência de fiscalização e falta de controle social sobre o espaço público.	Capitania dos Portos, Pescadores, turistas e moradores, ICMBIO.				Institucionalizado no ICMBIO, por meio do PCAP-PGS, para criação de uma RESEX	Não identificado.

**Tabela V-30: Continuação dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Casimiro de Abreu**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Fiscalização	Carência de fiscalização do espaço marítimo, devido a baixo efetivo técnico, tratamento diferenciado entre atores sociais por parte do agente fiscalizador	Identificado: Falta de controle sobre os órgãos gestores e fiscalizadores.	Pescadores, IBAMA, fazendeiros				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município e Comitês de Ordenamento Pesqueiro
Organização social	Desmotivação e desunião entre os pescadores, devido à ausência de Colônia de Pesca em Casimiro, falta de sentimento de pertencimento ao Núcleo Tamóios, ausência de Secretaria de Pesca e baixa organização social	Identificado: Divergências políticas e estruturais/organizacionais.	Pescadores				No campo simbólico e das representações sociais	Não identificado.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Casimiro de Abreu, que ocorreu em 15 de março de 2012 (Etapa 4).

Para o grupo de pescadores marítimos, de águas interiores e aquicultores, foram apontados os seguintes problemas de relação direta com a indústria de petróleo e gás: i) *sobreposição de áreas de pesca*; e ii) *migração para trabalhar na indústria de petróleo, impactando negativamente na precária infraestrutura urbana e de serviços*.

O macroimpacto *Crescimento populacional*, que corresponde à *Ocupação irregular de residências próximas ao rio São João* e ao *Aumento do custo de vida*, tem relação com o estabelecimento de pessoas na região que são motivadas pela busca de trabalhos na indústria do petróleo e com a escolha de Casimiro de Abreu como moradia por alguns trabalhadores de Macaé. Já foi abordado neste relatório que há uma forte tendência populacional de crescimento em municípios do Norte Fluminense que fazem parte do polo petrolífero. Dessa maneira, é possível relacionar esses problemas de causas variadas ao problema de relação direta “*Migração*”.

No caso dos temas sobre *Desemprego* apontados como problemas de causas variadas, deve-se considerar a questão da motivação e da autoestima como eixo principal, fatores bastante discutidos na Oficina. A baixa escolaridade, a falta de perspectivas profissionais, aliadas ao medo da mudança de profissão foram aspectos aprofundados por alguns pescadores como obstáculos à busca mais direcionada por novas alternativas de emprego.

Há um pensamento cíclico de desmotivação, baseado na insatisfação com a pesca e na percepção da impossibilidade de se conseguir um emprego em outra área, o que resulta na não ação propositiva que leva a classe pesqueira à manutenção de sua situação de pobreza e desorganização política. A mediação sugeriu que o grupo deva focar-se em uma mudança de postura individual e coletiva, para buscar a resolução desses problemas.

Para os moradores rurais e urbanos, os macroimpactos mais relevantes foram a ocupação do solo por dutos, a dinâmica demográfica e a pressão sobre

a infraestrutura impulsionada pelo crescimento populacional. No entanto, muitos outros problemas se relacionam ao campo das causas variadas, pois a falta de formação profissional, o abandono dos jovens da atividade tradicional e a falta de infraestrutura para a profissão são problemas também centrais na vida dos grupos sociais e sujeitos a eles pertencentes.

O que fica claro é que existe um novo arranjo social e espacial com o aumento da presença da indústria do petróleo na região. Nesse caso, até a organização social desses grupos vem sendo afetada de forma indireta por novas dinâmicas derivadas de uma maior circulação de capital no município.

Em relação a todos os grupos presentes na Oficina Devolutiva, dois temas lhes são transversais e os unificaram para a finalização das validações das informações em plenária. Tanto os pescadores, os aquicultores, os moradores urbanos e os rurais têm sentido um esvaziamento de suas entidades de classe. Essa fragilidade organizativa se reflete na participação política dos grupos, sendo que a baixa participação da base em espaços de discussões é um fenômeno da realidade presente e de difícil compreensão por seu grau de complexidade. Há indícios de um cenário de passividade e descrença quanto a melhorias.

Esses cenários têm efeitos sobre o tema do controle social dos *royalties* e a participação em espaços de discussão sobre Licenciamento Ambiental, compensações e mitigações no âmbito da cadeia produtiva de petróleo e gás. A principal consequência que se tem observado é, portanto, a baixa mobilização e representação dos comunitários, e os grupos acabam perdendo oportunidades para obter ganhos sociais para as suas comunidades.

## V.9 Rio das Ostras

Rio das Ostras é um município intimamente ligado à indústria de petróleo e, aqui, são apresentados dois dos principais motivos: sua emancipação no ano de 1993 (Lei 1.894), que abriu caminho para que, em 1998, os *royalties* se tornassem a principal fonte de renda do município. Para Neto & Ajara (2006)<sup>45</sup>, essas receitas originárias tiveram relação direta com a emancipação dessa região. Além disso, Rio das Ostras está a apenas 20 km de Macaé e, por esse motivo, teve uma urbanização bastante acelerada, que registra um aumento de quase 200% no número de moradores desde o ano 2000<sup>46</sup>.

A instalação da Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras contribuiu para o crescimento populacional, pela geração de empregos diretos e indiretos, fazendo com que seja uma região atrativa para a migração populacional. A ZEN<sup>47</sup>, com localização estratégica, ao fazer limite com o Município de Macaé, ao lado da Base de Operações da Bacia de Campos, faz parte do Programa de Desenvolvimento Industrial do Município. Está numa área de um milhão de metros quadrados, com ampla infraestrutura, num investimento público de mais de R\$ 15 milhões e mais de R\$ 120 milhões em investimentos privados. Atualmente, mais empresas têm solicitado aprovação para se inserir na área (que já conta com 36 empresas estabelecidas).

Rio das Ostras é o município, entre os 14 trabalhados neste Diagnóstico, que possui maior dependência em relação aos *royalties*: 67,5% de sua receita total corresponde a essa compensação.

---

<sup>45</sup> NETO, A. de F.P.; AJARA, C. Transformações recentes na dinâmica socioespacial do Norte Fluminense. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15. Minas Gerais, 2006 ABEP.

<sup>46</sup> NOTÍCIAS R7. Disponível em < [www.noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/industria-de-petroleo-faz-duplicar-populacao-de-cidades-no-norte-fluminense-revela-censo-2010-20110505.html](http://www.noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/industria-de-petroleo-faz-duplicar-populacao-de-cidades-no-norte-fluminense-revela-censo-2010-20110505.html)>. Acesso em 9 de julho de 2012.

<sup>47</sup> ZONA ESPECIAL DE NEGÓCIOS RIO DAS OSTRAS. Disponível em <[http://www.riodasostras.rj.gov.br/zen/index.php?option=com\\_content&view=article&id=77&Itemid=153](http://www.riodasostras.rj.gov.br/zen/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=153)>. Acesso em 11 de julho de 2012.

O controle social de *royalties* está presente como iniciativa, pelo Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo. Esse órgão foi instituído em 2003 (Lei 780)<sup>48</sup> e é formado por membros da sociedade civil e do Poder Público. Entre outras funções, planeja, sugere e negocia a inclusão de demandas setoriais prioritárias na legislação orçamentária e atua na definição do regulamento do Orçamento Participativo Municipal. No caso das localidades trabalhadas no Diagnóstico, Nova Esperança, Âncora, Mar do Norte e Liberdade estão representadas em diferentes setores que fazem parte da composição do Conselho.

No entanto, na percepção dos sujeitos ouvidos, o Conselho do Orçamento Participativo não vem obtendo resultados positivos, já que a realidade urbana está caótica e o poder de influência dos grupos sociais no conselho é ínfimo. Deficiências nas áreas de infraestrutura e de serviços sociais/públicos foram constantemente relatadas ao longo do DRP e validadas na Oficina. Esse cenário é visto como um paradoxo para a maioria dos entrevistados ao longo do trabalho, quando se conhece a porcentagem de *royalties* em relação ao total da receita arrecadada.

---

<sup>48</sup> PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS. Disponível em <<http://www.riodasostras.rj.gov.br/conselhos-municipais.html>>. Acesso em 11 de julho de 2012.

## V.9.1 Moradores urbanos de Rio das Ostras

**Tabela V-31: Potencialidades levantadas para o grupo de moradores urbanos de Rio das Ostras**

**Fortes lideranças e representatividade nas localidades Âncora e Nova Esperança**

No Diagnóstico elaborado entre os dias 28 de novembro a 3 de dezembro de 2012, foi possível obter informações sobre a falta de associações de bairro organizadas. Há um sentimento de descrédito, resultado de tentativas frustradas de se fortalecer a organização social em Arlindo Martins, Âncora, Nova Esperança e Liberdade. No entanto, é possível considerar que as localidades Âncora e Nova Esperança possuem um evidente movimento de conscientização sobre a importância do fortalecimento da coletividade na busca de melhorias comuns. Nesse sentido, houve diversos depoimentos sobre a atuação destacada de alguns agentes comunitários que possuem ótimo relacionamento em suas comunidades, contribuindo para o início de um processo de consolidação coletiva.

**Tabela V-32: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Rio das Ostras**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Dinâmica demográfica	Crescimento demográfico desordenado, impulsionado pela expectativa de emprego na indústria de E&P e não acompanhamento por políticas públicas.	Identificado: falta de controle social sobre o projeto de desenvolvimento político-econômico do estado e do município.	Moradores, Prefeitura, Indústria de petróleo e gás.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município, Agenda 21.
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, decorrente do crescimento populacional alavancado pela oferta de empregos na indústria de petróleo e gás. Também gera poluição de recursos hídricos.	Identificado: falta de controle social sobre o planejamento urbano do município.	Moradores, Prefeitura, Ibama, Inea, Empresas de E&P.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município.
Qualificação profissional	Dificuldade de se conseguir emprego na indústria de petróleo e gás.	Não identificado.	Moradores, Prefeitura, Empresas de E&P.				Não identificado.	Conselhos Gestores do Município.
Gestão pública dos <i>royalties</i>	Carência de investimento com base nos <i>royalties</i> nos bairros vulneráveis.	Identificado: falta de controle social sobre o orçamento público.	Moradores, Prefeitura, Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo.
Organização social	Fraca articulação entre as associações e pouca participação dos moradores.	Identificado: disputa pelo controle das bases do movimento social.	Moradores e Associações.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

## V.9.2 Moradores rurais e assentados de Rio das Ostras

**Tabela V-33: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais e assentados de Rio das Ostras**

<p><b>Recorde de produção de milho e feijão em Cantagalo</b></p> <p>* Houve recorde de produção de milho e feijão em Cantagalo, na última safra. Essa boa produção permitiu maior aporte de recursos financeiros ao assentamento, gerando mais investimento na produção agrícola.</p> <p>* Essa potencialidade é bastante importante, pois demonstra a capacidade que os moradores têm de utilizar os recursos naturais ao seu favor. Além disso, contribui para a segurança alimentar.</p>	<p><b>Diversificação da produção agrícola em Cantagalo</b></p> <p>* A diversidade de produtos agrícolas em Cantagalo rende boas vendas em sacolões e feiras, além de resultar em parcerias com a Prefeitura para o empréstimo de maquinário. Também estão em andamento conversas com o poder público para fornecimento de produtos para merendas escolares. São produzidos, principalmente, artigos de horta, arroz, feijão, milho, mandioca, além da produção de leite.</p> <p>* A Festa do Feijão, que celebra a colheita desse alimento, é uma festividade própria de Cantagalo, realizada no final de setembro. Para ficar em um exemplo: em 2011, chegou a receber 15 mil pessoas, celebrando a colheita que ficou bem acima da média do Estado.<sup>49</sup> A diversificação da produção é uma potencialidade, uma vez que permite aos produzidos maior geração de recursos financeiros.</p>
<p><b>Fertilidade natural do solo em Cantagalo</b></p> <p>* Conforme já mencionado aqui, Cantagalo possui condições naturais que vêm favorecendo muito a produção agrícola com incentivos do governo municipal. O solo é um desses exemplos, pois, apesar de ser seco, é bastante favorável ao plantio de determinadas culturas.</p>	<p><b>Presença de maquinário agrícola que presta serviços aos assentados em Cantagalo</b></p> <p>* Há no assentamento um galpão coletivo, construído pela Prefeitura, com maquinários utilizados em todas as propriedades rurais, como empacotadeiras e catadeiras. Esses maquinários foram comprados pela Prefeitura, com recursos da Festa do Feijão.</p> <p>* Importante destacar que o município vem conseguindo manter altos índices de produtividade desde 2005, quando foi implantado o Programa de Apoio ao Plantio de Feijão, pelo qual os produtores recebem assessoria técnica, maquinário e insumos da Prefeitura.</p> <p>* Além disso, uma parceria com a Embrapa está possibilitando a produção de feijão sem a utilização de defensivos agrícolas.</p> <p>* Esses exemplos de bons níveis de desenvolvimento rural são resultado da articulação entre crescimento econômico e segurança alimentar, garantindo a melhora da qualidade de vida dos moradores de Cantagalo.</p>

<sup>49</sup> GLOBO. Disponível em <<http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=21045>>. Acesso em 11 de julho de 2012.

<p><b>Existência de campo de futebol pronto e projetos de novos em Cantagalo</b></p> <p>* Já existe no assentamento campo de futebol, que funciona como local de encontro para a prática do esporte, onde são realizados campeonatos e integração dos moradores. Há projetos de construção de novos campos que potencializarão a prática do esporte entre os moradores e trará novas perspectivas para os jovens, assim como fortalecerá a integração na comunidade.</p> <p>* Importante destacar que esse item foi considerado uma potencialidade, pois se insere como um eixo promotor de desenvolvimento, fortalecendo a comunidade pela integração e pelas práticas saudáveis de esporte.</p>	<p><b>ZEN poderá trazer melhorias para o posto de saúde e infraestrutura em geral do bairro</b></p> <p>* Esta é uma potencialidade que está por vir, já que a ampliação da ZEN demandará melhor infraestrutura para o bairro, inclusive para atender aos trabalhadores, tais como posto de saúde, transporte, educação, serviços de energia e saneamento básico. A Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras<sup>50</sup>, com localização estratégica, ao fazer limite com o Município de Macaé, ao lado da Base de Operações da Bacia de Campos, faz parte do Programa de Desenvolvimento Industrial do Município. Está numa área de um milhão de metros quadrados, com ampla infraestrutura, num investimento público de mais de R\$ 15 milhões e mais de R\$ 120 milhões em investimentos privados. Atualmente, mais empresas têm solicitado aprovação para se inserir na área (que já conta com 36 empresas estabelecidas).</p>
<p><b>Festa do Feijão de Cantagalo</b></p> <p>*A Festa do Feijão ocorre anualmente no período da colheita (final de setembro a início de outubro), é importante evento festivo no assentamento. A pedido de moradores rurais e assentados, presentes na Oficina, abriu-se um espaço próprio para essa potencialidade, já que é uma grande conquista da comunidade.</p> <p>* Promove integração entre as famílias e movimenta a economia local. Com o apoio da Prefeitura, as famílias organizam barracas para vender refeições como feijoada e outros produtos derivados do feijão, levantando recursos financeiros significativos. Parte desse recursos é destinada aos gastos com as barracas, e parte é direcionada à compra de maquinários coletivos, que prestam serviços a todo assentamento.</p>	<p><b>Ensino fundamental de qualidade</b></p> <p>* Moradores do assentamento elogiaram a qualidade da educação oferecida para crianças e jovens, reforçando esse tema como potencialidade para o grupo, uma vez que é de extrema importância que as novas gerações sejam preparadas para o futuro, e mesmo serem inseridas no mercado de trabalho da ZEN.</p> <p>* Atualmente, Cantagalo conta com duas escolas municipais (Trindade e Carlos Maurício Franco) que atendem a Educação Infantil, e uma escola municipal (Professora Marinete) que atende até o 9º ano, além de oferecer EJA.</p> <p>* Moradores também reforçaram com satisfação a existência do Centro Municipal de Inclusão Digital de Cantagalo.</p>

<sup>50</sup> ZONA ESPECIAL DE NEGÓCIOS RIO DAS OSTRAS. Disponível em <[http://www.riodasostrs.rj.gov.br/zen/index.php?option=com\\_content&view=article&id=77&Itemid=153](http://www.riodasostrs.rj.gov.br/zen/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=153)>. Acesso em 11 de julho de 2012.

**Tabela V-34: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores rurais e assentados de Rio das Ostras**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Uso e ocupação do solo	Presença de instalações (válvula e duto) e faixa de exclusão em Cantagalo. Avanço da Zona Especial de Negócios (ZEN) na área rural.	Identificado: conflitos pelo uso e ocupação do solo por atividades divergentes.	Prefeitura, Petrobras, Transpetro, moradores rurais e assentados, empresas ligadas à cadeia produtiva de petróleo e gás.				Institucionalizado pela comunicação direta com a Transpetro e participação dos comunitários em projetos de licenciamento ambiental.	Projetos de licenciamento ambiental e canal de comunicação com empresas de petróleo e gás.
Dinâmica demográfica	Crescimento demográfico desordenado, impulsionado pela expectativa de emprego na indústria de E&P. O não acompanhamento do crescimento por políticas públicas (assim como falta de investimento por <i>royalties</i> ) pressiona os serviços públicos.	Identificado: falta de controle social sobre o projeto de desenvolvimento político-econômico do estado e do município.	Moradores, Prefeitura, Indústria de petróleo e gás.				No campo simbólico e das representações sociais.	Conselhos Gestores do Município.
Tradição, saberes e trabalho	Não renovação das atividades rurais pelos jovens, dificuldade de mão de obra nos períodos de colheita. Baixo acesso à qualificação profissional para ingresso na indústria de E&P.	Identificado: conflitos entre cultura tradicional agrícola e cultura moderna industrial.	Moradores rurais e assentados de Cantagalo, jovens das famílias rurais, Indústria de petróleo e gás.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

**Tabela V-35: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores rurais e assentados de Rio das Ostras**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Poluição dos rios, plantação de eucaliptos degradando o sistema natural.	Identificado: conflitos pelo uso e ocupação do solo por atividades concorrentes.	Moradores, Prefeitura, Inea, empresa Soma.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
Regularização fundiária	Dificuldade de regularização de terras.	Identificado: burocracia legal x direito social cultural.	Incra e assentados.				Institucionalizado por meio de reuniões com o Incra.	Divisão de Assentamento do Incra.
Organização social	Descrédito nas entidades de representação de classe	Identificado: disputas políticas pelo controle social da organização de base.	Moradores rurais e assentados, Sindicato rural, Associação de moradores e produtores de Cantagalo.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

### V.9.3 Pescadores de Rio das Ostras

**Tabela V-36: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Rio das Ostras**

<p><b>Bom acesso ao mar</b> (Boca da Barra)</p> <p>* A Boca da Barra é o local de concentração de pescadores artesanais, que a utilizam como pesqueiro, assim como o rio das Ostras, cuja foz é localizada nela.</p> <p>* As características naturais da Barra e do rio são favoráveis à pesca, pela largura e calado fundo. Não há processo de assoreamento natural (como ocorre na lagoa de Saquarema, por exemplo), favorecendo o trânsito de embarcações no embarque e desembarque pesqueiro.</p>	<p><b>Tradição da pesca</b></p> <p>*A atividade pesqueira em Rio das Ostras mantém aspectos de tradição, espaços e estruturas coletivos que promovem encontro entre os pescadores, práticas e valores característicos da atividade artesanal que fortalecem a classe pesqueira.</p>
<p><b>Atuação da Colônia de Pescadores Z-22</b></p> <p>* A Colônia Z-22 é atuante e trabalha na obtenção da documentação dos pescadores, garantindo acesso aos direitos da classe.</p>	

**Tabela V-37: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Rio das Ostras**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Espaço marítimo	Diminuição de pesqueiros devido a atividades de sísmica e áreas de exclusão de plataformas.	Identificado: disputas pelo uso e ocupação do espaço marinho entre atividades divergentes.	Pescadores, empresas envolvidas com atividades de sísmica e E&P.				No campo simbólico e das representações sociais.	Audiências públicas e projetos no âmbito do Licenciamento Ambiental.
Recursos ambientais	Poluição do rio das Ostras por população atraída para a região por empregos na área de petróleo e gás.	Identificado: falta de controle social sobre o projeto de desenvolvimento e expansão do município.	Pescadores, população, Inea.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, decorrente do crescimento populacional alavancado pela oferta de empregos na indústria de petróleo e gás.	Não identificado.	População, Prefeitura, Inea, Indústria de E&P.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
Organização social	Desinformação, baixa participação social, descrédito nas ações da Colônia, dificuldade em acessar crédito bancário, até pela instabilidade da renda da pesca.	Identificado: individualismo e disputa social da base política x falta de políticas públicas para o desenvolvimento da economia tradicional local.	Pescadores, Colônia Z-22, Seap, instituições financeiras.				No campo simbólico e das representações sociais.	Colônia de Pescadores.

**Tabela V-38: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo dos pescadores de Rio das Ostras**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Fiscalização do espaço marinho	Deficiência de fiscalização da pesca industrial.	Identificado: conflitos no uso e ocupação do espaço marinho por modalidades de pesca competentes.	Pescadores, Colônia Z-22, empresas de pesca industrial, Ibama.				No campo simbólico e das representações sociais.	Colônia de Pescadores Z-22.
Gestão pública dos <i>royalties</i>	Carência de investimentos públicos com base nos <i>royalties</i> na área de pesca artesanal, segundo visão dos pescadores.	Não identificado.	Moradores, Prefeitura, Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo.				Não identificado.	Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo.
Organização social	Dificuldades de comercialização do pescado, pela dependência em relação a atravessadores.	Identificado: disputa desigual pelo controle da comercialização do pescado.	Pescadores, Colônia Z-22, atravessadores.				No campo simbólico e das representações sociais.	Colônia de Pescadores Z-22.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Rio das Ostras, que ocorreu em 14 de abril de 2012 (Etapa 4).

A participação dos grupos sociais foi satisfatória, considerando os moradores urbanos, moradores rurais e assentados. Entretanto, houve participação tímida do grupo de pescadores, que, de fato, vêm apresentando maior rechaço aos espaços do licenciamento ambiental em todos os municípios da Bacia de Campos.

Rio das Ostras, assim como Macaé – apresentada adiante – é um município diferenciado, pois possui forte relação com a indústria de petróleo e gás. Os três grupos trabalhados no Diagnóstico têm relações importantes com o setor e são impactados em certa medida, fator que norteou os debates em plenária.

Os pescadores da região enfatizaram três temas principais: **(i)** ocupação do espaço marinho pela indústria; **(ii)** constante “assédio de empresas” devido a processos de Diagnóstico e de compensação que estão ligados ao Licenciamento Ambiental; e **(iii)** pressão na infraestrutura do município, inchada pelo crescimento populacional atrelado à indústria de petróleo e gás. Sobre o tema **(ii)**, reforçou-se a dificuldade de finalização de tais processos ligados ao licenciamento ambiental CGPEG/Ibama e Inea.

Problemas que não possuem relação com o setor de E&P, mas que afetam a dinâmica e a produção pesqueira também foram priorizados, como a falta de políticas de fomento e investimentos em infraestrutura para a atividade produtiva e a ineficiência da fiscalização ambiental e a desvalorização da pesca artesanal. Esses elementos vêm afetando sobremaneira a organização social e política dos pescadores de Rio das Ostras.

No caso dos moradores urbanos, a ênfase foi em torno da dinâmica demográfica e a conseqüente pressão sobre a infraestrutura e serviços públicos. Reforçou-se que a indústria do petróleo é a grande motivadora desse cenário.

Entretanto, a maioria dos problemas desse grupo social relaciona-se a diversas causas, já que, além de outros empreendimentos que atuam na região, a administração pública municipal tem forte participação nas demais questões que apareceram no Diagnóstico e foram validadas em oficina.

A baixa participação dos moradores urbanos nas associações faz com que essas organizações não tenham força suficiente para exercerem o controle social sobre as finanças e obras públicas, fator que favorece o descaso com investimento em setores públicos.

Finalmente, para o grupo de moradores rurais e assentados, a temática central da discussão foi a ocupação do solo pela indústria de petróleo e gás (presença de válvula e duto e faixa de exclusão em Cantagalo), que gera pontos de insatisfação, principalmente por receio de acidentes, sensação de falta de comunicação com a Transpetro. Também para esse coletivo, a questão do crescimento demográfico foi bastante reforçada, assim como a pressão gerada na infraestrutura e nos serviços sociais e públicos.

Ao final da Devolutiva, no momento do reconhecimento dos temas comuns aos grupos, destacaram-se: temática dos *royalties*, ocupação do solo, explosão demográfica e descrédito da organização social.

## V.10 Macaé

Em 1974, a descoberta de petróleo na Bacia de Campos passou a modificar sobremaneira esse município que hoje é conhecido internacionalmente como a Capital do Petróleo.

Com toda a economia ligada direta ou indiretamente à exploração do petróleo e gás natural, Macaé registra um crescimento populacional bem acima da média: 46,8%, segundo o Censo de 2010 do IBGE. O fluxo de atividades ligadas à indústria de E&P é tão grande que seu aeroporto é o mais movimentado da América Latina em número de pousos e decolagens. Muitos desses voos transportam, inclusive, um grande número de profissionais de empresas estrangeiras, já que se estima que em Macaé 10% da mão de obra formal seja estrangeira<sup>51</sup>. Além disso, para se ter uma ideia do fluxo de empregos: a sede do Sindicato Nacional dos Trabalhadores *Offshore* do Brasil está baseada em Macaé, e abriga 30 mil trabalhadores apenas da categoria “embarcados” em plataformas. A região abriga multinacionais de 54 países, sendo que há expectativa de receber cerca de 100 mil habitantes até 2016. No entanto, é evidente a falta de desenvolvimento social em sintonia com esse crescimento econômico.

O impacto dessa dinâmica se faz presente nas dezenove favelas existentes<sup>52</sup>, inchadas, é claro, também por pessoas que migraram para a região em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego na indústria petrolífera. Os investimentos visíveis na orla de Macaé não aparecem em seu centro e regiões periféricas: o trânsito se mostra caótico; há falta de transporte público; há precariedade dos serviços de saúde e de educação. Esse cenário foi bastante reforçado pelos depoimentos durante a etapa de levantamento de campo por meio de DRP e na Oficina Devolutiva Municipal, como será aprofundado a seguir.

Quarenta e seis por cento (46%) de sua receita total provêm dos recebimentos de *royalties*, o que evidencia a forte dependência do município

<sup>51</sup> REVISTA CARTA CAPITAL, edição de 10 de julho de 2012, página 28.

<sup>52</sup> REVISTA CARTA CAPITAL, edição de 10 de julho de 2012, página 29.

em relação a essas receitas. Há ainda os valores oriundos das participações especiais e principalmente da receita tributária.

No caso dos grupos sociais envolvidos no Diagnóstico do PEA-BC em Macaé (moradores urbanos periféricos e pescadores marítimos), os impactos da indústria de petróleo e gás natural são muito sentidos em questões de pressão sobre a infraestrutura urbana e outros efeitos que o crescimento populacional, aliado à falta de investimentos, causa, tanto para moradores urbanos e de periferia quanto para os pescadores marítimos. Ainda, no caso destes, a ocupação do espaço marinho pela indústria é um dos principais problemas vivenciados e afeta a atividade cotidiana da pesca.

Ainda, para o grupo de moradores urbanos, a ocupação do espaço físico pelo gasoduto GASDUC III (que passa pela região do Complexo da Ajuda) é tema de relação direta que será abordado a seguir.

### V.10.1 Moradores urbanos periféricos de Macaé

**Tabela V-39: Potencialidades levantadas para o grupo de moradores urbanos de Macaé**

<p><b>Sossego (Águas Maravilhosas e Virgem Santa)</b> * Nestas localidades, não se tem o tráfico de drogas instalado; ademais, está longe dos centros urbanizados.</p>	<p><b>Acesso aos Recursos Naturais (Águas Maravilhosas)</b> *Este bairro está próximo de um rio onde alguns moradores pescam. Seus quintais permitem o plantio de alguns produtos agrícolas, sobretudo árvores frutíferas, que lhes garantem uma certa estabilidade alimentar.</p>
<p><b>Petrobras (Águas Maravilhosas)</b> *Em Águas Maravilhosas, acredita-se que, se a Prefeitura realizasse convênios com essa empresa, poderia gerar empregos qualificados para os jovens da comunidade. Ademais, a Petrobras é a principal responsável pela entrada dos <i>royalties</i> na região. Entretanto, o destaque está na possibilidade de se gerar um incentivo positivo para que a juventude possa buscar cada vez mais a superação para a melhora de vida.</p>	<p><b>Convênios com a Transpetro (Planalto da Ajuda)</b> * Este bairro tem projetos diretos com a empresa. Assim, há a identificação da potencialidade, por gerar qualificação.</p>
<p><b>Lideranças Reconhecidas (Lagomar, Virgem Santa e Planalto da Ajuda)</b> *As pessoas destes bairros reconhecem que alguns sujeitos exercem papel de liderança; mesmo assim, suas associações são esvaziadas. O fato de a liderança ser reconhecida não implica que a sua associação seja forte.</p>	

**Tabela V-40: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Macaé**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Dinâmica demográfica	Crescimento demográfico desordenado, impulsionado pela expectativa de emprego na indústria de E&P. O não acompanhamento do crescimento por políticas públicas pressiona os serviços públicos.	Identificado: Falta de controle social e não participação nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento político e econômico.	Governo estadual, Prefeitura, população, indústria de petróleo e gás				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Não identificado
Uso e ocupação do solo	Receio aos riscos derivados da presença de dutos GASDUC III no Planalto da Ajuda,	Não identificado	Petrobras, Transpetro, moradores, Prefeitura				Não identificado	Canais de comunicação da Transpetro
	Alto índice de tráfego pesado nas ruas dos bairros, relacionado em partes à indústria de petróleo e gás	Identificado: Controle social sobre a implementação do plano diretor da cidade. Disputa pelo uso dos espaços.	Indústria de petróleo e gás natural, moradores, Prefeitura, Secretarias de: Habitação, Ordem Pública, Planejamento				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Fundo de Transporte e Trânsito de Macaé e Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
	Acidentes nas vias públicas e falta de sinalização, atrelado à carência de investimentos provindos de royalties na área de mobilidade urbana e trânsito	Não identificado	Moradores, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Prefeitura				Não identificado	Fundo de Transporte e Trânsito de Macaé e Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. Conselho de Fiscalização dos Royalties, Agenda 21, Orçamento Participativo
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, decorrente do crescimento populacional alanvacado pela oferta de empregos na indústria de petróleo e gás. Tal crescimento desordenado também se relaciona a construções irregulares e ocupação e aterros em APPs .	Identificado: disputa pelos recursos físicos, acompanhado de má gestão pública.	Moradores, governo estadual, Prefeitura, Indústria da cadeia produtiva de petróleo e gás.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Conselho Municipal de Saúde, Fundos: Saúde, Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Transporte e Trânsito, Direitos Difusos.

**Tabela V-41: Continuação de síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Macaé**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Deficiência dos serviços de saneamento e tratamento de resíduos, potencializada pelo lançamento de esgoto nos cursos d'água. Dejetos industriais relacionados à indústria de E&P principalmente em Botafogo.	Identificado: disputa pelos recursos naturais, acompanhada de má gestão pública.	Prefeitura, Secretarias de: Habitação, Ordem Pública, Obras e Urbanismo, Saúde e Limpeza Pública, INEA e IBAMA, indústria do petróleo e gás natural				Não identificado	Secretarias de: Habitação, Ordem Pública, Obras e Urbanismo, Saúde e Limpeza Pública. Fundo Ambiental, INEA e IBAMA.
Trabalho e renda	Baixa escolaridade e dificuldades de cursar capacitações geram baixo acesso a cursos técnicos com vistas a ingresso na indústria de petróleo e gás. Relação com deficiência de investimento de <i>royalties</i> na área educacional.	Não identificado claramente, apesar de haver indício de disputa por recursos sociais.	Prefeitura, Secretaria de Educação, Indústria da cadeia produtiva de petróleo e gás.				Não identificado	Secretaria de Educação, Conselho de Fiscalização dos Royalties, Agenda 21, Orçamento Participativo
Cultura e lazer	Ausência de áreas de lazer, relacionada à deficiência de investimento de <i>royalties</i> na área de cultura e lazer.	Não identificado	Prefeitura, Secretaria de Cultura, Indústria da cadeia produtiva de petróleo e gás.				Não identificado	Secretaria de Cultura, Conselho de Fiscalização dos Royalties, Agenda 21, Orçamento Participativo
Crescimento populacional	Crescimento demográfico desordenado, impulsionado pela expectativa de emprego na indústria de E&P, potencializa aumento da criminalidade, violência e tráfico de drogas.	Não identificado	Governo estadual, Prefeitura, população, indústria de petróleo e gás				Não identificado	Secretarias de: Desenvolvimento Social, Ordem Pública, Políticas sobre Drogas.
Organização social	Baixa participação social nas associações e coletivos locais.	Identificado: Disputas políticas pelo controle da política e influencia de base.	Associações e moradores.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Associações de moradores.

## V.10.2 Pescadores marítimos de Macaé

**Tabela V-42: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores marítimos de Macaé**

<p><b>Facilidade de acesso ao mar (Barra de Macaé)</b> * Facilidade de acesso ao mar devido à boca do rio segura, favorecendo a mobilidade e navegação do pescador e sua captura.</p>	<p><b>Colônia Z-3 fortalecida (Barra de Macaé)</b> * A instituição está se fortalecendo de maneira relevante, mobilizando pescadores para regularização de seus documentos e dialogando com diversas instituições para as questões da pesca.</p>
<p><b>Diálogo com empresas de petróleo e gás (Barra de Macaé)</b> * Foi pontuado que antes não havia um canal de diálogo entre Petrobras e pescadores. Atualmente, destaca-se a boa comunicação em momentos de danos a petrechos de pesca por motivos relacionados ao trânsito de rebocadores, por exemplo. Pescadores reforçaram que as indenizações são feitas de maneira rápida e eficiente. * Destaque para a atuação da Colônia Z-3 como instituição representativa frente às negociações com a Petrobras.</p>	<p><b>Atendimento médico na Colônia (Barra de Macaé)</b> * Este é um diferencial bastante destacado e valorizado pelos pescadores de Macaé.</p>
<p><b>Assessoria Jurídica (Barra de Macaé)</b> * Colônia Z-3 está enfrentando suas dificuldades no entendimento de leis e trâmites legais por meio de assessoria jurídica.</p>	<p><b>Disponibilidade de pescado (Barra de Macaé)</b> * O bom acesso ao mar é relacionado à boa captura e disponibilidade de pescado. Destaque para a comercialização, com diferentes opções de venda e negociação de preços. * Destaque para o Mercado de Peixe, localizado na Boca da Barra.</p>

**Tabela V-43: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Macaé**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento
Espaço marinho	Diminuição de pesqueiros e danos a petrechos de pesca devido a tráfego de embarcações envolvidas na atividade de E&P e a áreas de exclusão de plataformas.	Identificado: Disputas pelo uso e ocupação do mar e falta de controle social sobre as discussões de compartilhamento do espaço marinho.	Indústria de petróleo e gás, pescadores; Marinha (Capitania dos Portos), Colônia Z-3, IBAMA, Programa Petrobras Mosaico				Institucionalizado através de canal de comunicação e indenização por danos a petrechos de pesca. Questão dos fundeios das embarcações de E&P está sendo dialogada no Programa Petrobras Mosaico.
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, decorrente do crescimento populacional alanvacado pela oferta de empregos na indústria de petróleo e gás.	Não identificado	Moradores, pescadores, indústria de petróleo e gás, Prefeitura e Secretarias.				Não identificado
Infraestrutura para o trabalho da pesca	Infraestrutura e gestão do cais e do mercado de peixe deficientes, relacionado à baixo investimento a partir dos <i>royalties</i> na atividade da pesca.	Identificado: Falta de participação nas discussões sobre orçamento plurianual e controle sobre os recursos derivados dos <i>royalties</i> .	Prefeitura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, indústria de E&P.				No campo simbólico e das representações sociais
Recursos ambientais	Crescimento demográfico desordenado, impulsionado pela expectativa de emprego na indústria de E&P, gera ocupações irregulares que potencializam a degradação ambiental do rio Macaé.	Não identificado	Prefeitura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, indústria de E&P.				Não identificado

**Tabela V-44: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Macaé**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Organização social	Instabilidade dos rendimentos da pesca, dependência de comercialização com atravessadores, baixa organização social, dificuldade para regularizar documentos. Dificuldade para gestão comunitária dos projetos de compensação e tradição da pesca sem renovação entre os jovens (que preferem a busca por empregos na indústria de E&P),	Identificado: formas de comercialização perversas. Disputa por recursos financeiros. Rupturas devido à tentativa de controlar a base do grupo social.	Prefeitura, pescadores, Colônia Z-3, indústria de E&P, atravessadores, Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, SEAP.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Fundo Ambiental e Agenda 21.
Fiscalização espaço marinho	Carência na fiscalização de pesca industrial em área de pesca artesanal	Identificado: Disputa pelos recursos pesqueiros. Pesca artesanal ameaçada pela pesca industrial: divergência sobre o uso e ocupação do espaço marinho.	Pescadores, IBAMA, Marinha (Capitania dos portos), Colônia Z-3.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Colônia de Pescadores Z-3, Agenda 21.
Políticas Públicas	Falta de apoio e fomento à pesca	Não identificado	Pescadores, Colônia Z-3, Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente.				Não identificado	Colônia de Pescadores Z-3, Agenda 21.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Macaé, que ocorreu em 19 de abril de 2012 (Etapa 4).

A Oficina Devolutiva de Macaé foi uma das mais frequentadas, e tanto os pescadores quanto os moradores urbanos periféricos do município se fizeram presentes com a intenção de participar diretamente nos resultados obtidos no processo de DRP, fator positivo para o produto final dos relatórios e para a preparação do Encontro Regional.

Os pescadores, mais uma vez, concentraram suas preocupações na ocupação do espaço marinho e na falta de políticas públicas de fomento e apoio à pesca. Essa situação gera um enorme descrédito da classe com a Subsecretaria de Pesca Municipal, assim como vem afastando a base dos processos de Diagnóstico e compensações. Apesar de os pescadores da região serem um dos grupos mais organizados da Bacia de Campos, os problemas de organização social são notórios, e os dirigentes da classe os expõem para poderem encontrar soluções conjuntas para os problemas enfrentados pelos pescadores no município.

A migração para a região em busca de trabalho na indústria de petróleo e gás e o conseqüente aumento populacional, sobretudo nas periferias, constituem outro sério problema. Segundo os pescadores, muitas pessoas chegam à região sem a devida qualificação para se inserirem nessa indústria de alta especialização e, ao não conseguirem, migram para outros postos de trabalho ou ficam na informalidade.

Essa situação vem agravando alguns problemas, pois, se os serviços públicos já eram precários, agora se encontram em situação ainda pior devido à pressão exercida pela migração, desemprego, baixa renda e inchaço das periferias. Esse problema também foi identificado como tendo uma relação direta com a indústria da E&P.

Partindo para a discussão com os moradores urbanos, os temas de destaque foram a ocupação do solo por dutos e por complexos industriais que dão suporte à indústria de petróleo e gás, gerando outros efeitos agregados e

diretamente relacionados à indústria petrolífera, como o intenso tráfego de veículos pesados em áreas urbanas residenciais e a pressão sobre a infraestrutura de serviços públicos básicos.

No entanto, a forte presença física da indústria de petróleo e gás na região influencia a percepção e favorece o entendimento de que todo e qualquer problema seja relacionado, segundo os moradores urbanos, à indústria de petróleo e gás, mesmo que de forma indireta.

Esse fator justifica a extensa lista de problemas alocados na coluna de relação indireta. Do aumento da violência à falta de áreas de lazer e programas educacionais para absorver a mão de obra local na indústria, tudo é percebido frente à relação municipal com a indústria de petróleo. A principal justificativa para essa relação é o recebimento dos *royalties* e sua gestão inapropriada.

Para a plenária, o fato de o município ter enriquecido e não ter gerado melhora nas condições de vida das pessoas acaba resultando em uma relação de responsabilidade da indústria do petróleo e da política de desenvolvimento municipal. Esse raciocínio permeou os resultados do Diagnóstico no Município de Macaé.

Mesmo com um número expressivo de lideranças e com alguns movimentos organizados de pescadores, moradores urbanos e até assentados, Macaé apresenta baixa taxa de adesão às ações de mobilização social. Nesse sentido, os problemas que implicam desconfiança com a política partidária e falta de apoio da gestão pública servem de justificativa para o aumento do descrédito e diminuem a capacidade de mobilização das organizações de classe e de bairro no município. Os participantes apresentam que essa desmobilização é fruto de um processo longo e contínuo de desgaste frente às disputas políticas locais.

Ao discutir-se sobre os *royalties*, outro tema transversal a todos, foi apresentada uma iniciativa nova na região: a criação de um Conselho Municipal para se discutir a aplicação desse recurso<sup>53</sup>. Entretanto, a maioria

---

<sup>53</sup> A criação do Conselho Municipal contou com o apoio do Projeto Pólen. Dessa forma, deve ser considerada como um resultado positivo de projeto de mitigação do licenciamento ambiental.

das pessoas presentes na oficina desconhece a existência desse espaço, que, por sinal, passará a ser mais frequentado devido a alguns esclarecimentos sobre o controle social e a importância dos *royalties* no orçamento municipal, advindos da própria plenária.

### V.11 Carapebus – breve histórico

Carapebus pertenceu ao Município de Macaé até 1995, passando dois anos sob tutela e emancipando-se em 1997. Tem-se que a inserção do município na economia do petróleo motivou sua separação de Macaé, atraída pelo possível recebimento de *royalties* e pautada no ideário de ser pouco priorizado por investimentos e políticas públicas de Macaé.

Essa informação parece se concretizar pelo dado de que, em 2010, a porcentagem de *royalties* em relação à receita total do município foi de 52,7%, o que indica sua expressiva dependência em relação a essa receita.

Carapebus, assim como Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Búzios, é classificado como pertencente à Zona de Produção Principal, beneficiando-se da extração petrolífera, mas sem sofrer até o momento grandes consequências dessa atividade no que tange aos impactos físicos ocupacionais.

Essa realidade ficou evidenciada no DRP e na Oficina, traduzida na pouca menção a problemas relacionados diretamente à indústria de petróleo e gás pelos três grupos sociais abordados nesse município. Há destaque para efeitos da proximidade física de Carapebus a Macaé, que gera a escolha como residência pela oferta de moradia mais barata, provocando crescimento populacional motivado pela indústria petrolífera e pressão na infraestrutura pública e de serviços. Existe ainda a movimentação do município na estratégia de implantação de uma Zona Especial de Negócios. Esse conjunto de fatores tende a alterar o quadro futuro e aproximar o município do centro gerador de impactos.

A seguir é possível visualizar a Agenda Municipal de Carapebus.

## V.11.1 Moradores urbanos de Carapebus

**Tabela V-45: Síntese dos resultados gerados para o grupo dos moradores urbanos de Carapebus**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Dinâmica demográfica	Crescimento populacional desordenado é potencializado pela expectativa de trabalho na ZEN de Carapebus e na indústria de petróleo e gás instalada em Macaé	Identificado em todos os casos: falta de controle social sobre a política pública e divergências entre o plano de desenvolvimento político/econômico estadual e municipal.	Moradores, indústria do petróleo e gás, associações de moradores, Prefeitura Municipal				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, devido ao crescimento populacional		Prefeitura, empresas de petróleo e gás, moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Recursos naturais	Poluição na Lagoa em Caxanga, devido à falta de saneamento e lançamento de dejetos por moradores		Prefeitura, empresas de petróleo e gás, moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Cultura e lazer	Ausência de áreas de lazer e de cultura, devido à falta de investimentos públicos nessas áreas		Prefeitura, moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Organização social	Baixa organização social, refletindo-se em baixa motivação interpessoal e descrédito na gestão pública		Prefeitura, moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.

## V.11.2 Pescadores de águas interiores de Carapebus

**Tabela V-46: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de Carapebus**

<p><b>Associação de pescadores</b> (Praia de Carapebus)</p> <p>*A associação é vista como uma potencialidade devido ao reconhecimento de sua função na busca por melhorias para a classe e para o município.</p>	<p><b>Tradição da pesca</b> (Caxanga, Praia de Carapebus)</p> <p>* A tradição da pesca se relaciona com dois níveis de atuação. Primeiro: fomenta um conjunto de relações sociais e culturais que favorecem a unidade de grupo, a solidariedade, fortalece as relações familiares e valoriza o conhecimento empírico e tradicional. Segundo: proporciona aos sujeitos uma forma de acessar a renda de maneira quase que imediata e garante a segurança alimentar de muitas famílias.</p>
<p><b>Pesca na lagoa</b> (Caxanga)</p> <p>* A possibilidade de acessar duas fontes de recursos naturais (águas marítimas e lagunares) garante aos pescadores oportunidades de obter uma boa captura de pescado.</p>	

**Tabela V-47: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Carapebus**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Dinâmica demográfica	Crescimento populacional desordenado é potencializado pela expectativa de trabalho na ZEN de Carapebus e na indústria de petróleo e gás instalada em Macaé	Identificado: Uso do solo para fins econômicos conflitantes ao das populações locais.	Moradores, indústria do petróleo e gás, associações de moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Infraestrutura de serviços públicos	Pressão sobre infraestrutura de serviços públicos, devido ao crescimento populacional	Identificado: Falta de controle sobre o plano de desenvolvimento local.	Prefeitura, empresas de petróleo e gás, moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Recursos naturais	Poluição na Lagoa em Caxanga, devido à falta de saneamento e lançamento de dejetos por moradores, também comprometendo a qualidade do pescado	Identificado: Uso e ocupação do solo por atividades comerciais e moradias de forma desestruturada e Conflitante as atividades tradicionais.	Prefeitura, empresas de petróleo e gás, moradores				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.

**Tabela V-48: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Carapebus**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Recursos naturais	Período de defeso em momento inadequado	Identificado: Conflito entre o conhecimento técnico do MMA e o conhecimento tradicional da pesca.	Pescadores, IBAMA				No campo simbólico e das representações sociais	Comitês de ordenamento pesqueiro
	Gestão ineficiente da abertura da Barra	Identificado: falta de controle social sobre a política pública.	Pescadores, Prefeitura, IBAMA				Institucionalizado no Conselho do Parque de Jurubatiba	Conselho Consultivo da UC
Organização social	Baixa organização social, baixa participação na Colônia e nas associações, pouco interesse dos jovens na pesca.	Não identificado.	Pescadores, Colônia de Pescadores, associações				Não identificado.	Colônia e Associação de Pesca

### V.11.3 Moradores rurais e assentados

**Tabela V-49: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais de Carapebus**

<p><b>Associação e reconhecimento de lideranças</b> (Assentamento 25 de Março, Assentamento João Batista Soares)</p> <p>* Com a implementação de uma associação, os assentados iniciaram um conjunto de ações e parcerias em cooperativa com a Prefeitura. Das quase 55 famílias registradas, cerca de 40 participam, e ainda há um grande potencial a se trabalhar.</p>	<p><b>Potencial para artesanato, identidade cultural</b> (Assentamento 25 de Março, Assentamento João Batista Soares)</p> <p>* A maioria dos assentados tem habilidades manuais. Com o apoio da associação e talvez de alguma cooperativa, essa poderia ser uma forma de manter a identidade e ampliar a renda. Ademais, a manutenção da identidade cultural pode favorecer outra atividade econômica: o turismo rural.</p>
<p><b>Tranquilidade e segurança</b> (Assentamento 25 de Março, Assentamento João Batista Soares)</p> <p>* São fatores que atraem novos moradores; no entanto, mantêm uma certa autonomia local, já que não necessitam do Estado para atingir certo nível de tranquilidade, tampouco necessitam fazer investimentos financeiros em estruturas físicas ou contratar capital humano para realizar a atividade de segurança e controle.</p>	<p><b>Apoio da Prefeitura</b> (Assentamento João Batista Soares, Assentamento 25 de Março)</p> <p>* Principalmente para o assentamento João Batista Soares, com projetos de escoamento de produção, comercialização e distribuição dos produtos localmente produzidos no assentamento, devido às compras solidárias para inclusão do conteúdo local na merenda escolar.</p>
<p><b>Acesso aos locais de trabalho</b> (Assentamento 25 de Março e Assentamento João Batista Soares)</p> <p>* Devido à proximidade com a região de produção agrícola, esses assentamentos gozam de uma melhor estruturação devido às suas parcerias. No entanto, a proximidade física é o fator central, que acaba refletindo na qualidade de vida.</p>	<p><b>Cooperativa de Produção Leiteira</b> (Assentamento 25 de Março)</p> <p>* No Assentamento 25 de Março há uma cooperativa de produtores de leite, reflexo de uma organização social fortalecida, facilitando, assim, a ampliação da renda das famílias com base nas vendas em parcerias com prefeitura e empresas.</p>
<p><b>Projeto Arca das Letras</b> (Assentamento 25 de Março)</p> <p>* O Projeto Arca das Letras funciona como biblioteca e projeto de incentivo à leitura. Esse programa atua no Assentamento 25 de Março e tem apresentado resultados positivos que vêm refletindo na organização política e econômica do assentamento.</p>	<p><b>Parceria Unacoop (União das associações e cooperativas de pequenos produtores rurais do Estado do Rio de Janeiro)</b> (Assentamento 25 de Março)</p> <p>* Facilitando a comercialização da produção dos assentados regularizados e a distribuição em todo o Estado, é um centro de discussão político-regional. Essas parcerias acabam refletindo na qualidade de vida e garantem níveis de autonomia e independência satisfatórios, segundo os assentados.</p>

**Tabela V-50: Continuação das potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais de Carapebus**

<p><b>Manifestações culturais (Rodagem)</b></p> <p>* O jongo e o fado<sup>54</sup> têm a capacidade aglutinar as pessoas, gerar diversão e fortalecer a cultura local.</p> <p>* Além disso, o jongo tem a capacidade de se inserir nos centros culturais e atrair o turismo para a zona rural, se bem trabalhado.</p>	<p><b>Projeto Pólen (Rodagem) e NEA-BC (Fundão)</b></p> <p>* Organização social para fomentar discussão sobre meio ambiente e informações sobre gasodutos e problemas sobre as formas de indenização.</p> <p>* Além de se articularem com outras pessoas e outros acampamentos, os moradores rurais se instrumentalizam para exigir seus direitos, pois, segundo muitos participantes da plenária, conhecimento é poder.</p>
<p><b>Acesso aos recursos naturais e Parque Nacional de Jurubatiba (Rodagem, Ubás, Fundão)</b></p> <p>* O acesso aos recursos naturais não se reflete apenas na capacidade de produzir alimentos, mas esse potencial pode gerar emprego em outros setores, como exploração comunitária do turismo, em que as trilhas ecológicas podem ser um grande atrativo. Ali se aplicaria a mão de obra local por meio de guias da região, fomentando a economia local.</p>	<p><b>Escola com qualidade (Rodagem e Fundão)</b></p> <p>* Ensino fundamental de qualidade em Rodagem e Fundão, bom ensino com bons professores, e a estrutura ainda é suficiente, segundo avaliação de moradores.</p> <p>* Neste caso, não se faz referência à estrutura física da escola, e sim à qualidade da educação e seus resultados práticos na qualidade de vida. Assim, a educação formal, a informal e a cultural ganham peso nos referenciais dessas comunidades.</p>

<sup>54</sup> Manifestação cultural afro-brasileira que mantém forte relação com o catolicismo. Sua expressão músico-cultural está muito próxima do coco de roda, samba de caboclo, coco de umbigada, tambor de crioula; muitos o chamam de avô do samba, pois é uma das influências mais fortes no samba de roda e suas variantes.

**Tabela V-51: Síntese dos resultados gerados para o grupo de moradores rurais e assentados de Carapebus**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Questões fundiárias	Irregularidade fundiária. Relação com falta de licença ambiental para prosseguir com a regularização dos lotes/assentamentos.	Identificado: Burocratização do serviço público dificultando o acesso a direitos.	Assentados, INCRA, MDA				Institucionalizado pela ação dos Sindicatos	Associações e Sindicatos rurais
	Terra degradada pela monocultura da cana de açúcar, dificultando a prática de outras culturas e prejudicando o solo.	Identificado: Uso e ocupação do solo por atividades conflitantes, onde uma é prejudicial ao meio ambiente.	Assentados, INCRA, MDA				No campo simbólico e das representações sociais	Não identificado.
Renda e trabalho	Baixo acesso à políticas públicas e acesso à crédito	Identificado: Falta de controle social sobre políticas de crédito, distribuição de renda e geração de riqueza social.	Assentados, instituições financeiras, INCRA				No campo simbólico e das representações sociais	Conselhos gestores do município.
Infraestrutura de serviços públicos	Deficiência do sistema de transporte, acesso à água, saúde. Precariedade de assistência técnica	Não identificado.	Assentados e moradores, Prefeitura, INCRA				Não identificado.	Conselhos gestores do município.

**Tabela V-52: Continuação da síntese dos resultados gerados para o grupo de moradores rurais e assentados de Carapebus**

Tema	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Infraestrutura para produção	Ausência de projeto de irrigação e de locais para comercialização	Não identificado.	Assentados, EMATER, INCRA, Prefeitura, governo do Estado				Não identificado.	Associações e Sindicatos rurais
Cultura e lazer	Ausência de áreas de lazer e de cultura	Identificado: Falta de controle social sobre a política municipapl.	Assentados, Prefeitura				Institucionalizado na Prefeitura	Conselhos gestores do município.
Organização social	incidentes entre os moradores, como furto de animais e destruição de roças por animais alheios	Identificado: falta de controle social sobre as políticas de segurança pública e baixa unidade e solidariedade entre moradores.	Assentados				No campo simbólico e das representações sociais	Associações

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Carapebus, que ocorreu em 20 de abril de 2012 (Etapa 4).

Ao longo da plenária, os pescadores destacaram os problemas relacionados à utilização da lagoa e as dificuldades em conseguir os documentos necessários para se obter a licença de pesca. Essa permissão é de responsabilidade do ICMBio, que a entrega a pescadores que comprovem, por documentos, que são pescadores artesanais.

Aqui, e não diferente dos demais grupos sociais, o impacto que gerou maior discussão, interesse e críticas foi em relação aos *royalties*. Como a maioria dos problemas municipais não possui relação direta com a indústria de E&P, os pescadores acreditam que, se essa compensação financeira fosse bem gerida e aplicada, poderia trazer desenvolvimento à região e melhorar a qualidade de vida de todos.

Dando prosseguimento aos debates, o grupo de Assentados e Moradores Rurais uniu-se em um único grupo. A discussão centrou-se na falta de programas que fomentem a atividade agrícola: essa é a principal reivindicação do Assentamento João Batista Soares, já que o Assentamento 25 de Março tem alcançado grandes avanços na produção agrícola, graças a parcerias.

A falta de infraestrutura de serviços públicos no campo tem sido outro problema recorrente na vida dos Assentados e Moradores Rurais. Assim sendo, ao entrarem em contato com as informações fornecidas pela mediação em relação aos *royalties* pagos pela indústria de E&P, devido à exploração petrolífera na região, o eixo do debate mudou para compreender como esse recurso poderia fomentar a atividade no campo.

Já os Moradores Urbanos compunham um misto de pescadores, profissionais liberais e donas de casa, que, em sua maioria, são afetados pelos problemas de infraestrutura de serviços públicos precária, falta de investimentos na geração de emprego e renda. Tudo isso vem sendo agravado por um problema que, de uma forma geral, atingiu a maioria dos grupos sociais

que participam do estudo: o crescimento populacional. Esse crescimento gerou uma pressão sobre os serviços públicos oferecidos no município.

Essa discussão põe os *royalties* em destaque nas exposições do grupo de moradores urbanos, que, sobretudo, falam de seu gerenciamento e da falta de controle social em sua aplicação. A discussão, por fim, recai na reflexão sobre organização social e no papel das lideranças dos movimentos comunitários, de bairro e de classe no município, fator que os fez atentar para a importância de se organizarem para acessarem os seus direitos em busca de melhora na qualidade de vida.

No encerramento do debate, apresentou-se a relação de problemas comuns aos três grupos e a transversalidade de alguns temas. Foram destacadas questões de infraestrutura e a falta de políticas para a geração de emprego e renda. Já os temas transversais a todos foram a temática dos *royalties* e a fragilidade da organização social. Em maior ou menor grau, os grupos sociais reconheceram o enfraquecimento de suas organizações e a necessidade de seu fortalecimento para aumentar o controle social sobre o uso e aplicação dessas receitas municipais.

## V.12 Quissamã – breve histórico

Quissamã é um município jovem e também tem sua história ligada à corrida pela divisão dos *royalties* do petróleo. O atual município pertencia a Macaé e emancipou-se em 1989, com área do distrito de Quissamã e parte do distrito de Carapebus. Sua população em 1991 era de 10.467 habitantes, passando a 13.674 em 2000 e, segundo os dados divulgados do último Censo de 2010 realizado pelo IBGE, Quissamã contava com 20.242 habitantes (Diário Oficial da União de 4/11/2010). Na última década, sua população aumentou 48%.

Esse aumento populacional não é um dado qualquer, pois a região inicia uma fase de preparação para receber indústrias de suporte logístico e, para tanto, criou as Zonas Especiais de Negócio (ZEN). Essa política atraiu indústrias e gerou empregos para uma parcela de sua população urbana; no entanto, também atraiu pessoas de áreas vizinhas, fator que se reflete em sua periferia.

Outra questão central é que o recebimento de *royalties* possibilitou que a Prefeitura investisse em serviços e gerasse empregos na máquina pública, com base na política de terceirização. Esse recurso também ajudou a melhorar a qualidade de vida, pois alguns investimentos em saúde e educação vêm transformando o município em polo atrativo para os sujeitos que migram de regiões mais pobres em busca de seus serviços educacionais e de saúde pública.

Antes da exploração do petróleo na Bacia de Campos, Quissamã se destacava por sua produção sucroalcooleira. Até o começo do século XX, Quissamã teve um crescente desenvolvimento. Mas, a partir da crise de 1929, vários fazendeiros se endividaram e perderam suas terras para o Engenho Central de Quissamã, que monopolizava a economia local. A estagnação econômica durou até a década de 70, com a criação do programa Proálcool e com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos.

Com o descobrimento do petróleo na Bacia de Campos, iniciou-se uma nova fase na história de Quissamã.

O município recebe uma alta quantidade monetária advinda dos *royalties*, fator que o eleva a maior renda *per capita* da Bacia de Campos. E, segundo os gestores de Quissamã, esse recurso é investido na melhora da infraestrutura da cidade, elevando a qualidade de vida da população<sup>55</sup>.

Apresenta como característica a diversificação econômica, tendo atualmente como principais atividades econômicas cana-de-açúcar, coco anão verde, abacaxi, pecuária e petróleo. Historicamente, o município tem raízes na agropecuária, com base na produção de cana-de-açúcar.

Em busca do desenvolvimento sustentável, foi inaugurada em março de 2006 a Zona Especial de Negócios 1 (ZEN 1), com a infraestrutura necessária para a instalação de empresas. Aliado ao programa “Quissamã Empreendedor”, que oferece incentivos para empreendimentos no município, a ZEN promete dar um salto de desenvolvimento para Quissamã. Outro grande atrativo é o incentivo com ICMS a 2%, uma ação estadual para industrialização do interior. As primeiras fábricas da ZEN 1 já geram emprego no município. Logo após a inauguração da estrutura, entraram em atividade a metalúrgica DN Industrial e a Sinopec, empresa chinesa responsável pela construção do gasoduto Cabiúnas-Vitória. A Cooperativa Macuco e a Pró-Vida Alimentos começaram o funcionamento em junho de 2007.

Esse histórico do município já antecipa algumas problemáticas apresentada nas oficinas. Além disso, contribui para a compreensão de sua personalidade produtiva, sua estrutura fiscal e a relação de sua história com a indústria de petróleo e gás, na transformação de seu perfil produtivo. Dessa forma, as tabelas buscam apresentar mais do que um conjunto aglomerado de problemas; elas apresentam pequenos traços das mudanças conjunturais que passo a passo vão consolidando a nova estrutura desse jovem município.

---

<sup>55</sup> <http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/quissama/2012-03-14-14-06-14>.

## V.12.1 Pescadores marítimos e de águas interiores de Quissamã

**Tabela V-53: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de Quissamã**

<p><b>Colônia de Pescadores</b> (Barra do Furado, Centro e Caxias e Ribeira)</p> <p>* A Colônia foi reaberta recentemente, encontra-se legalizada e já começa a prestar alguns serviços à comunidade pesqueira, sobretudo o seguro defeso. A entidade atende a demanda dos pescadores de Mar e Lagoa.</p>	<p><b>Acesso ao mar</b> (Barra do Furado)</p> <p>* Os pescadores ressaltam a importância do canal da Barra, mesmo ficando boa parte do ano fechado, dificultando em parte o acesso ao porto. No entanto, o fechamento da Barra não inviabiliza a chegada ao porto, apenas o dificulta. O canal é visto como um fator que aumenta a segurança da atividade pesqueira.</p>
<p><b>Possibilidade de utilizar espaço Lagunar e Marinho para a pesca</b> (Centro, Caxias e Ribeira)</p> <p>* Esta potencialidade é associada à possibilidade de se ampliar o banco de recursos naturais manejáveis e necessários ao modo de vida da pesca.</p>	<p><b>Turismo</b> (Barra do Furado, Caxias e Ribeira)</p> <p>* O incremento de renda durante o período turístico (verão) faz com que os pescadores de lago possam dedicar-se às atividades da pesca esportiva e até a passeios. Assim, a renda é complementada por essa atividade, além da pesca.</p>
<p><b>Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba</b> (Caxias e Ribeira, Centro)</p> <p>* O parque é tido como potencialidade por garantir os berçários pesqueiros; assim, é visto como principal responsável pela manutenção do equilíbrio dos recursos naturais manejados pela comunidade.</p>	<p><b>Beneficiamento do Pescado</b> (Barra do Furado e Caxias e Ribeira)</p> <p>* O beneficiamento é uma habilidade para agregar valor ao produto final, já sendo praticado por algumas esposas de pescadores. Dessa forma, também se amplia a renda familiar.</p>
<p><b>Tranquilidade e Sossego</b> (Caxias e Ribeira)</p> <p>* Essas potencialidades foram levantadas no sentido de serem atributos que fomentam a solidariedade dos vizinhos, considerando que é uma característica histórica do pescador artesanal.</p>	<p><b>Boa localização</b> (Caxias e Ribeira)</p> <p>* Apesar de o bairro não ter um sistema de transporte eficiente, a comunidade se favorece da boa localização em relação ao centro de serviços públicos. Ademais, por estarem próximos ao centro, mas não exatamente no centro, gozam da tranquilidade de uma periferia lagunar/urbana.</p>

**Tabela V-54: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Quissamã**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação do solo	Crescimento desordenado atrelado à expectativa por emprego na indústria de E&P e nas ZENs. Relação com deficiência de gestão pública.	Identificado: Disputa desigual pela aplicação dos recursos da Prefeitura, inclusive dos <i>royalties</i> .	Pescadores, indústria do petróleo e gás natural, moradores, associações de bairro e de pescadores, Colônia Z-27				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Conselhos Gestores do Município.
Ocupação do espaço marinho	Sobreposição de rota de embarcações envolvidas na cadeia de E&P com frota de pesca artesanal. O Complexo Logístico da Barra do Furado também se insere nessa problemática.	Identificado: Falta de controle e participação nas decisões sobre uso e ocupação compartilhada do espaço marinho por atividades divergentes.	Pescadores, indústria do petróleo e gás natural, Colônia Z-27, IBAMA e Capitania dos Portos.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Canal de comunicação das empresas envolvidas na E&P. Audiências Públicas
Licenciamento ambiental	Ineficiência de programas e projetos ambientais, não traduzidos em melhorias para pescadores. Relacionado com falta de continuidade dos projetos de compensação e mitigação.	Identificado: baixo controle social sobre os projetos de educação ambiental, devido à complexidade e diversidade dos atores envolvidos.	Pescadores, empresas de consultoria, empresas de petróleo e gás natural, órgãos ambientais, CGPEG / IBAMA.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Audiências Públicas, projetos no âmbito de Licenciamento Ambiental.
Infraestrutura de serviços públicos	Carência de infraestrutura de serviços públicos, pressionada pelo crescimento demográfico desordenado, potencializado pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás natural.	Não identificado: Falta de controle social sobre o projeto político/econômico estadual e municipal.	Pescadores, Prefeitura, Secretarias de: Ação Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Transporte, Habitação; Associações de bairro, indústria de E&P.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Secretarias de: Ação Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Transporte, Habitação.

**Tabela V-55: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de Quissamã**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Produção pesqueira	Diminuição do pescado, pela concorrência da captura entre pesca industrial e artesanal e áreas de exclusão no espaço marinho. Situação potencializada pela carência de fiscalização.	Identificado: disputas desiguais entre categorias pesqueiras e disputa entre formas de produzir riqueza em um mesmo espaço territorial.	Pescadores, Colônia Z-27, associações, frotas pertencentes a outros estados (traineiras de SC e ES), IBAMA, Capitania dos Portos e indústria de E&P.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Colônia Z-27 de Pescadores. Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura é uma possibilidade de participação (Quissamã não possui Secretaria específica voltada à pesca).
	Comercialização do pescado apenas via atravessadores.	Identificado: disputa sobre a comercialização do pescado (recursos financeiros)	Pescadores, Colônia Z-27, atravessadores.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	
Recursos ambientais	Assoreamento do Canal da Flecha.	Identificado: Falta de controle social sobre as políticas públicas de urbanização.	Pescadores, Prefeitura, Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos; IBAMA, INEA e Colônia Z-27.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	A Secretaria de Obras.
Organização social	Baixa organização social entre os pescadores, derivada da desmotivação, obstáculos e irregularidade de renda. Relaciona-se com baixa renovação da pesca entre os jovens e descrédito nas ações da Colônia Z-27 e dificuldade de regularizar documentação.	Identificado: sobreposição de identidade tradicional x modernidade.	Pescadores, Colônia Z-27, IBAMA, SEAP, associações de pescadores.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura é uma possibilidade de participação (Quissamã não possui Secretaria específica voltada à pesca).
	Má gestão da Lagoa Feia, devido à variação no regime de abertura das comportas e dificuldade de gestão dos poderes públicos de Campos dos Goytacazes e Quissamã.	Identificado: Falta de controle social sobre a gestão da lagoa.	Pescadores, Prefeitura de Quissamã e Prefeitura de Campos dos Goytacazes, Colônia Z-27.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	
	Desinformação sobre a futura gestão e definições sobre a infraestrutura do Terminal Pesqueiro em Campos	Não identificado	Pescadores; Colônias Z-27 e Z-19, Prefeitura via Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria e Obras.				Não identificado	

## V.12.2 Moradores rurais e Quilombolas de Quissamã

**Tabela V-56: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais e quilombolas de Quissamã**

POTENCIALIDADES COLETADAS NO DIAGNÓSTICO E TRAZIDAS PARA VALIDAÇÃO NA OFICINA	
<p><b>Potencial para turismo comunitário</b> (Machadinha)</p> <p>* O quilombo de Machadinha, desde que foi reconhecido pela Fundação Palmares e tombada pela Prefeitura Municipal, vem recebendo uma quantidade grande de turistas, mas esses recursos são administrados diretamente pela Prefeitura. Daí que a comunidade vê como potencialidade a possibilidade de administrá-los, afirmando que existem pessoas preparadas para isso. Assim, o turismo poderia gerar renda e empregos localmente.</p>	<p><b>Boa localização</b> (Caxias)</p> <p>* Proximidade aos serviços públicos de saúde, educação, assim como facilidade de articulação político-cultural de alguns grupos de interesse.</p>
<p><b>Valorização cultural e bom acesso a recursos naturais</b> (Machadinha):</p> <p>Acredita-se que a valorização cultural colocaria Machadinha e seus representantes em um patamar privilegiado de negociação com os representantes públicos. Ademais, aumentaria o seu potencial para gerar renda com base em sua cultura tradicional.</p>	<p><b>Sossego e qualidade de vida</b> (Caxias e Machadinha):</p> <p>* Sossego e tranquilidade ainda são destaques nestas comunidades, pois a maioria dos moradores se conhece, mesmo com a recente dinâmica de migração.</p> <p>* A qualidade de vida serve de atração para pessoas que migram em busca de melhores condições de vida, sobretudo para as crianças que conseguem acesso ao ensino gratuito em horário integral.</p>

**Tabela V-57: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e quilombolas de Quissamã**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação do solo	Crescimento desordenado atrelado à expectativa por emprego na indústria de E&P. Relação com deficiência de gestão pública.	Identificado: Disputa de atividades divergentes gerando ocupação do solo. Falta de controle social sobre o projeto político/econômico do município.	Moradores e quilombolas, Indústria de E&P, Prefeitura, Secretarias de: Administração, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.				No campo simbólico e das representações sociais	Secretarias de: Administração, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.
	Desinformação sobre manutenção e riscos de gasoduto em Machadinho e Caxias.	Não identificado	Moradores e quilombolas, indústria de E&P, Transpetro, Prefeitura, INEA.				Não identificado	Canal de comunicação com Transpetro
Infraestrutura de serviços públicos	Precariedade de serviços públicos, como abastecimento de água ineficiente para quilombolas em Machadinho, desinformação sobre regularidade de moradias dos quilombolas.	Identificado: falta de controle sobre a organização social e baixa participação na política pública municipal.	Moradores e quilombolas, Prefeitura, Secretarias de: Administração, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos. Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Secretarias de: Administração, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.
Educação, Trabalho e Renda	Baixa escolaridade e inserção em empregos em empresas e indústrias, tanto por parte dos moradores quanto quilombolas. Relaciona-se com desemprego estrutural.	Identificado: disputas pelo controle dos investimentos sociais em educação como forma de inclusão.	Moradores e Prefeitura Municipal.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Secretaria de Educação.

**Tabela V-58: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e quilombolas de Quissamã**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Crescimento sem controle de vegetação do Canal de Machadinho, sem estudo técnico.	Não identificado	Quilombolas de Machadinho, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, INEA, IBAMA.				Não identificado	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
	Gestão deficiente de Lagoa de Caxias, com necessidade de regular abertura de comportas	Identificado: falta de controle social sobre a gestão da lagoa. Disputa de recursos naturais.	Quilombolas de Machadinho, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, INEA, IBAMA.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Quilombolas, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Organização social	Tradição sem renovação pelos jovens quilombolas, fechamento do espaço do jongo, baixo acesso às políticas públicas para melhorar realidade dos quilombolas em Machadinho. Aumento da violência em Caxias e Machadinho.	Identificado: Conflito entre a cultura quilombola e a cultura moderna. Falta de controle social sobre as políticas culturais.	Quilombolas, MDA, Fundação Palmares; Governo Federal e Prefeitura Municipal.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais	Fundação Palmares, Associação de Quilombolas.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Quissamã, que ocorreu em 24 de abril de 2012 (Etapa 4).

A Oficina Devolutiva de Quissamã contou com a presença expressiva de todos os grupos sociais que participaram do processo Diagnóstico. Entretanto, é preciso esclarecer que as discussões da manhã tiveram que ser divididas em dois grupos. Um dos coletivos discutiu as questões específicas da pesca e o outro coletivo participou de uma discussão geral sobre direito social e políticas de assistência social.

Essa dinâmica se fez necessária, já que os pescadores presentes na Oficina participariam de uma reunião à tarde sobre as frentes de trabalho ofertadas pela Prefeitura. Logo, esse grupo teve a sua discussão antecipada para o horário da manhã, ao passo que os moradores urbanos e quilombolas participaram de um debate sobre políticas públicas e direito social. Nesse espaço, puderam refletir sobre os impactos das políticas públicas e privadas sobre seu modo de vida. Banners foram utilizados como apoio ao debate e para vinculação dos temas com os resultados do Diagnóstico. Só à tarde os quilombolas e moradores urbanos discutiram os resultados do DRP.

O grupo de pescadores de águas interiores e marítimos destacou a ocupação do espaço marinho, tanto pelo tráfego de embarcações que vem se ampliando a cada momento, como pela instalação do Complexo da Barra do Furado. Ademais, um conjunto de dinâmicas espaciais e naturais vem se transformando devido à modificação do solo marinho causada pelo empreendimento da Barra do Furado, segundo os pescadores.

O crescimento demográfico merece destaque, pois, além de ser transversal aos grupos, vem gerando pressões sobre a ocupação do solo nas áreas periféricas do município.

Cabe ainda ressaltar as discussões sobre o Licenciamento Ambiental, pois a demora, burocratização e amarração das condicionantes às linhas de ação vêm limitando a capacidade das comunidades em definir projetos e,

consequentemente, diminui o interesse da classe pesqueira em participar de tais processos.

Outro problema na visão dos pescadores é que a condução das políticas de licenciamento acaba ficando nas mãos dos dirigentes políticos das Colônias e associações, pois a demora na implantação e o conjunto de conhecimentos mínimos para se participar de forma qualificada no processo terminam por afastar alguns interessados do processo.

Os moradores urbanos e quilombolas realizaram suas discussões no período da tarde e ocuparam o mesmo grupo de reflexão. Dessa forma, foi possível abordar a maioria dos problemas do município comuns aos dois grupos. No campo da relação direta, os dois grupos enfatizaram a passagem de dutos em suas comunidades, onde as falhas de comunicação entre a Transpetro e a comunidade são recorrentes, sobretudo após a troca da coordenação do projeto Pólen, que ficou paralisado por um determinado tempo, segundo sujeitos ouvidos.

O crescimento demográfico foi tema ressaltado pelos moradores urbanos, que vêm passando por um processo de inchaço de sua periferia. Tanto os quilombolas como os moradores urbanos sofrem com a debilidade de alguns serviços públicos e com a falta de programas de incentivo à absorção da mão de obra local na moderna indústria que vem se instalando na região.

Já outras problemáticas foram comuns a todos os grupos sociais presentes na oficina, como os de organização social e a má aplicação da compensação financeira paga à Federação e repassada a Estados e Municípios: os *royalties*.

Entretanto, o enfraquecimento da organização social e a falta de objetivos comuns entre os grupos são vistos como consequência de um sentimento individualista e da falta de visão coletiva.

### V.13 Campos dos Goytacazes – breve histórico

Segundo Navarro (2003), a riqueza de Campos, no século XIX, pode ser creditada à expansão da produção açucareira, que, posteriormente, modernizou seus antigos engenhos a vapor. Como resultado, a partir de 1970, o município viria a se tornar a região com maior número de estabelecimentos industriais do Norte Fluminense. Concentra indústrias de alimentos, química, metalúrgicas e, desde o início dos anos 70, vem desenvolvendo atividades ligadas à indústria do petróleo.

O município sofre influência direta das atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos e é a região que mais arrecada com os *royalties* oriundos da produção petrolífera. Para ficar em um exemplo, no ano de 2011, sua arrecadação foi de cerca de R\$ 560 milhões<sup>56</sup>.

No entanto, essas receitas não se convertem em investimentos em sua plenitude. Uma parcela crescente dos *royalties*, a partir de 1999, vem sendo destinada para despesas de custeio, desviando-os de seu caráter compensatório. Essa situação, além de estar presente em literaturas específicas e utilizadas na composição deste relatório, é algo evidenciado pelos grupos sociais desse município. A percepção é que há falta de investimento em infraestrutura de serviços públicos prioritários para o bem comum: saúde, educação, transporte, saneamento e planejamento. Assim, se traduz, em parte, a falta de efetividade no emprego de *royalties*.

Por outro lado, mesmo que pontuais, existem algumas iniciativas que refletem uma melhor utilização do potencial de desenvolvimento que a indústria de petróleo oferece na região: Campos instituiu com os *royalties* um fundo de apoio à produção rural para viabilizar programas de apoio à fruticultura,

---

<sup>56</sup> ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO. Disponível em <  
<http://www.ompetro.org.br/index.php/component/content/article/37-geral/464-balanco-arrecadacao-royalties.html>>

piscicultura e à tradicional produção de açúcar e álcool, que ainda respondem por cerca de 40% da economia local<sup>57</sup>.

É importante destacar, também, a ampla oferta de cursos direcionados à economia do petróleo. O município é uma referência na Bacia de Campos no que diz respeito à variada oferta de capacitações oferecidas por iniciativa pública, privada e mistas.

A seguir é possível visualizar a Agenda Municipal de Campos dos Goytacazes.

---

<sup>57</sup> NAVARRO, Carlos Alberto Scherer. *Royalties* do Petróleo: estudo de caso de Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, 2003.

### V.13.1 Pescadores marítimos de Campos dos Goytacazes

**Tabela V-59: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores marítimos de Campos**

POTENCIALIDADES COLETADAS NO DIAGNÓSTICO E TRAZIDAS PARA VALIDAÇÃO NA OFICINA	
<p><b>Alta produtividade pesqueira</b> (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro)</p> <p>* Mesmo havendo consenso no que diz respeito à diminuição do pescado e à necessidade de aumento do esforço pesqueiro, a produtividade pesqueira na região ainda é muito alta e se destaca em relação aos outros locais da costa Norte Fluminense. A abundância de importantes pesqueiros é relatada.</p> <p>* Segundo os pescadores, desde que haja estrutura e recursos para sair ao mar, a pescaria ainda é rentável e compensa financeiramente.</p>	<p><b>Tradição da pesca</b> (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro)</p> <p>* A atividade pesqueira no Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro possui forte tradição, com gerações que vivem da pesca e acompanharam o avanço da tecnologia voltada para essa atividade. Em função do mar revolto, foram desenvolvidas práticas diferenciadas, como a "puxada" para retirada da embarcação da água. Houve, também, aumento das embarcações e mudanças nas artes de pesca para aumentar o poder de captura, melhorar a segurança e permanecer por mais tempo no mar.</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z – 19 de Campos dos Goytacazes</b> (Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro)</p> <p>* A Colônia é vista como potencialidade por estar organizada e dialogando com várias entidades importantes para as questões da pesca.</p> <p>* O fortalecimento da Colônia Z-19 está vinculado à institucionalização dos conflitos da classe na Prefeitura de Campos, bem como com a indústria de petróleo e gás, pela participação em ações e projetos de compensação.</p>	

**Tabela V-60: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores marítimos de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação do espaço marinho	Diminuição de pesqueiros devido ao tráfego de embarcações envolvidas na cadeia de E&P (afugentam o pescado), áreas de exclusão das plataformas (diminuem as possibilidades de pesca).	Identificado: conflitos relacionados ao uso e ocupação do espaço marinho.	Pescadores, indústria de E&P (Petrobras, LLX, OSX, Ferrous), IBAMA, Capitania, Colônia Z-19, Secretaria de Agricultura e Pesca.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Colônia de Pescadores Z-19, projetos no âmbito do Licenciamento Ambiental, Audiências Públicas.
Licenciamento ambiental	Sobreposição de projetos no âmbito do licenciamento ambiental, falta de continuidade de iniciativas, falta de participação qualificada, na opinião dos pescadores.	Identificado: baixo controle social sobre os projetos de Educação Ambiental, devido à complexidade e diversidade dos atores envolvidos.	Pescadores, Colônia Z-19, IBAMA, INEA, Prefeitura e Empresas da cadeia de E&P.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Colônia Z-19, projetos no âmbito do Licenciamento Ambiental, Audiências Públicas.
Produção pesqueira	Diminuição da captura, da produção do pescador, devido à concorrência entre pesca industrial e artesanal. Além disso, as áreas de exclusão de plataformas inviabilizam o acesso a pesqueiros de camarão. Situação potencializada pela carência de fiscalização do órgão ambiental.	Identificado: conflitos relacionados ao uso e ocupação do espaço marinho, derivados de diferentes tipos de atividades praticadas.	Pescadores, Colônia Z-19, Ibama, Inea, Prefeitura e Indústria de E&P.				Não identificado.	Colônia de Pescadores Z-19, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

**Tabela V-61: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores marítimos de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Produção pesqueira	Dificuldade de acesso ao mar por carência de estrutura específica e condições naturais. Essa dificuldade acaba impactando na diminuição da produção pesqueira dos pescadores.	Não identificado.	Pescadores, Colônia Z-19, Ibama e Inea.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Colônia Z-19 e Secretaria de Agricultura e Pesca.
Infraestrutura de serviços públicos	Deficiência dos serviços públicos de infraestrutura urbana e social, ocasionada pela falta de investimento público e problemas de gestão.	Não identificado.	Pescadores, Prefeitura, Secretarias de: Ação Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Transporte, Habitação.				Não identificado.	Secretarias de: Ação Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Transporte, Habitação.
Organização social	Baixa organização social entre os pescadores, derivada da desmotivação, passividade, obstáculos e irregularidade de renda da pesca. Relaciona-se com baixa participação nos espaços.	Identificado: disputas políticas pelo controle da política e influência de base. Choque entre a cultura industrial moderna e a cultura tradicional.	Pescadores, Colônia Z-19, Secretaria de Agricultura e Pesca.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Colônia Z-19 e Secretaria de Agricultura e Pesca.

### V.13.2 Pescadores de águas interiores

**Tabela V-62: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de águas interiores de Campos**

<p><b>Tradição da pesca</b> (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * O conhecimento tradicional dos pescadores é muito forte e decorrente dos ensinamentos passados de pai para filho.</p>	<p><b>Presença de Associações fortes e representativas e União dos pescadores</b> (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Existem seis associações de pescadores de águas interiores em Campos dos Goytacazes.</p>
<p><b>Acesso aos recursos naturais</b> (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Há proximidade dos locais de trabalho dos pescadores de águas interiores (rios e lagoas).</p>	<p><b>Regularização das embarcações e dos pescadores</b> (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Todas as embarcações e os pescadores estão legalizados nas seis associações da pesca de água doce de Campos dos Goytacazes.</p>
<p><b>Ocupação dos espaços deliberativos e fóruns de discussão da própria classe</b> (Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Lagoa do Vigário e Ponta Grossa dos Fidalgos) * Destaque para participações em Conferências da Pesca, Comitê dos Povos, Comitê de Microbacias, Audiências Públicas.</p>	

**Tabela V-63: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de águas interiores de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação e uso do solo	Crescimento populacional desordenado potencializado pela expectativa de emprego na indústria de P&E. Relação com pressão sobre infraestrutura de serviços públicos. Entendimento de que há baixo investimento derivado dos <i>royalties</i> nos serviços públicos.	Não identificado, porém fica claro que há divergência de interesses entre política de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.	Moradores e pescadores, indústria de E&P, Prefeitura, Secretaria de Obras e Urbanismo e de Serviços Públicos, Inea, Colônia Z-19.				No campo simbólico e das representações sociais.	Secretaria de Obras e Urbanismo e Secretaria de Serviços Públicos.
	Explosões na Pedreira de Porto do Açú afugenta pescado e provoca rachaduras em moradias de pescadores.	Identificado: conflito relacionado a uso de recursos naturais, atividades divergentes.	Moradores e pescadores, indústria de E&P, Inea, Colônia Z-19.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
Ocupação do espaço marinho	Diminuição de pesqueiros devido a: (i) tráfego de embarcações envolvidas na cadeia de E&P (afugenta pescado e provoca danos a petrechos); (ii) áreas de exclusão das plataformas, que diminuem as possibilidades de pesqueiro; e (iii) atividades de sísmica, que afugentam o pescado de migração. Tais situações são potencializadas pela carência de fiscalização do espaço marinho.	Identificado: conflitos relacionados ao uso do espaço marinho, derivado da sobreposição de atividades diferentes e com interesses diversos no mesmo espaço.	Pescadores, empresas de E&P e sísmica, Ibama, Capitania dos Portos, Colônia Z-19.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

**Tabela V-64: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de águas interiores de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Poluição do rio Ururaí, gerando mudança do ciclo da piracema. Lançamento de resíduos potencializa a poluição.	Identificado > Conflito relacionado ao uso divergente de recursos naturais.	Pescadores, moradores, Inea, Colônia Z-19.				Não identificado.	Não identificado.
	Assoreamento devido ao desmatamento das margens dos rios por fazendeiros, ocupação irregular nas margens do rio Ururaí e à presença da UHE de Itacoara.	Identificado: conflitos relacionados à ocupação e uso do solo por atividades, interesses e culturas divergentes.	Pescadores, fazendeiros, Prefeitura, Inea, Colônia Z-19.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.
	Danos à lagoa Feia pela possibilidade de retirada do durim pelo Inea. O durim é considerado, pelos pescadores, uma comporta natural. Se houver sua retirada, acredita-se que o volume de água da lagoa Feia diminuirá consideravelmente. Tal situação seria positiva para os fazendeiros e prejudicaria os pescadores, segundo argumentação destes.	Identificado: conflito relacionado ao uso dos recursos naturais. Ainda há indícios de relações de poder desiguais entre os envolvidos.	Pescadores, Prefeitura, Inea e Colônia Z-19.				Pescadores têm buscado conversar com representantes do Inea, mas sem sucesso.	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Comissão do Comitê das Microbacias.

**Tabela V-65: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de águas interiores de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Redução do número e extensão de lagoas, devido a: (i) assoreamento dos rios; (ii) falta de gestão das comportas que regulam o volume de água; (iii) fazendas em áreas de lagoas e berçários. Com isso, há diminuição de berçários e contaminação dos rios por dejetos e resíduos. Relata-se que havia 43 lagoas e, hoje, apenas 22.	Identificado: conflito relacionado ao uso dos recursos naturais e falta de controle sobre o projeto agrícola local. Ainda há indícios de relações de poder desiguais entre os envolvidos.	Pescadores, fazendeiros, Prefeitura, Inea, Colônia Z-19.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Atividade da pesca	Falta de apoio e fomento à pesca via políticas públicas, inclusive sem cesta básica ao pescador.	Não identificado.	Pescadores, Colônia Z-19 e Prefeitura.				Não identificado.	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

### V.13.3 Moradores urbanos de Campos dos Goytacazes

**Tabela V-66: Potencialidades levantadas para o grupo de moradores urbanos de Campos dos Goytacazes**

<p><b>Acesso aos recursos naturais</b> (Ururá e Dores de Macabu)</p> <p>* Há um histórico de poluição no rio Ururá – afluente do rio Paraíba do Sul –, que, segundo as pessoas ouvidas no DRP e na plenária, vem melhorando graças ao processo de recuperação do rio. Destaca-se que a poluição é resultado de lançamento de esgotos e de lixo doméstico pelos próprios moradores que se localizam nas proximidades do rio.</p> <p>* Ainda, alguns moradores urbanos presentes na Oficina informaram que pescam para complementar as necessidades alimentares da família, ou seja, como subsistência. Isso demonstra a potencialidade obtida pelos recursos naturais, já que deles se retiram alimentos.</p>	<p><b>Cooperativa Leiteira</b> (Ururá)</p> <p>* A potencialidade de ter uma cooperativa leiteira, que é resultado de um nível eficiente de organização social, é uma característica de Ururá.</p> <p>* Uma associação como essa está inserida dentro do campo de segurança alimentar. Há produção suficiente para geração de renda pela comercialização do leite, assim como para oferecer o produto para outras pessoas da comunidade que, porventura, possam precisar.</p> <p>* Dessa maneira, a plenária também destacou a <i>Solidariedade Comunitária</i> como tradição da comunidade de Ururá.</p>
<p><b>Indústria do petróleo</b></p> <p>* A percepção sobre a indústria de petróleo e gás, por grande parte dos moradores urbanos, é ser fonte geradora de empregos, como é mais bem aprofundado na potencialidade ao lado (<i>Geração de empregos</i>).</p>	<p><b>Geração de empregos (novas empresas)</b></p> <p>* O Porto do Açú foi citado como empreendimento gerador de empregos e é bem-visto por parte dos moradores presentes na Oficina.</p> <p>* Foram feitos testemunhos sobre a trajetória de algumas pessoas, como trabalhadores do Porto. Existe um sentimento coletivo de motivação e incentivo dos moradores em trabalhar no Porto do Açú e na indústria de petróleo e gás de maneira geral.</p> <p>* A Secretaria Municipal Espaço do Trabalho e Renda é avaliada positivamente, por direcionar currículos de pessoas que realizam os cursos oferecidos. Os principais cursos são: solda fria, solda quente e salvação.</p>

**Tabela V-67: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Crescimento populacional	Crescimento populacional desordenado potencializado desde a década de 70, pela produção açucareira. Soma-se a isso a concentração de diversos tipos de indústrias atualmente; entre elas, a de E&P. O crescimento desordenado acaba sendo potencializado, também, pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás. Especificamente, foi relatado que os bairros periféricos são formados por muitas pessoas que vêm para a região em busca desses empregos. Relação com pressão sobre infraestrutura de serviços públicos (saúde, ordenamento viário, lazer, queimada de cana, entulhos em terrenos baldios, saneamento).	Não identificado. Entretanto, fica claro que há baixa participação social na discussão do projeto de desenvolvimento político-econômico do Estado e do Município. Isso pode ser indício de conflitos de recursos sociais.	Moradores, indústria de petróleo e gás, Prefeitura, Secretaria de Obras e Urbanismo e de Serviços Públicos.				Não identificado.	Secretaria de Obras e Urbanismo e de Serviços Públicos. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Petróleo.
Ocupação e uso do solo	Ocupação desordenada em área de risco, além de irregularidade de residências. Relaciona-se, é claro, com o crescimento desordenado do município.	Não identificado.	Prefeitura Municipal, Inea, Moradores.				Não identificado.	Secretaria de Obras e Urbanismo e de Serviços Públicos.

**Tabela V-68: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores urbanos de Campos**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Poluição do ar devido às queimadas de cana-de-açúcar, lançamento de dejetos por moradores.	Identificado: conflito de uso de recursos naturais e prática agrícola poluidora, afetando o cultura local/urbana. A questão da queimada pode ser considerada um conflito entre os produtores e o governo estadual: a Lei 5.990, de junho de 2011, foi aprovada, determinando a redução da queima. No entanto, já houve manifestação da Associação Fluminense dos produtores de Cana-de-Açúcar (Asflucan), que defende a suspensão da lei.	População Local, Indústria Açucareira, Asflucan, Inea, Governo Municipal e Governo Estadual.				Institucionalizado na Lei estadual 5.990, de 21 de junho de 2011, que determina a redução gradativa da queima da cana.	Câmara de Vereadores.

Segue aqui um resumo um pouco mais aprofundado desses resultados, que foram discutidos na Oficina Municipal de Campos dos Goytacazes, que ocorreu em 2 de maio de 2012 (Etapa 4).

Também nesse município, os pescadores foram os que apresentaram o maior conjunto de problemas relacionados à indústria de petróleo e gás. Isso se deve à ocupação do espaço marinho pelas sísmicas, ao tráfego de embarcações e às áreas de exclusão. Ainda, a burocratização quanto aos processos de licenciamento também são queixas constantes.

Sobre essa questão do licenciamento, fica claro que há falta de participação nas discussões e espaços. Há um sentimento de descrença, desesperança, e mesmo de passividade. Pairam dúvidas sobre a efetividade dos projetos, no que tange à possibilidade de melhora de vida e críticas quanto ao tipo de compensação via projetos, o que não resolveria o problema econômico das famílias.

Ademais, outros empreendimentos relacionados à cadeia produtiva do petróleo são mencionados como impactos presentes na vida cotidiana do grupo. Também foram discutidos potenciais impactos futuros: o Porto do Açú, Ferrous e o Complexo Logístico da Barra do Furado, considerando que haverá conflitos de uso e ocupação do espaço marinho.

Não só os problemas de relação direta com a indústria petrolífera afligem a comunidade da pesca. Diversos problemas relacionados à administração pública ganharam destaque e foram mencionados e aprofundados na Oficina, sendo voltados, principalmente, a questões de infraestrutura básica, falta de cursos gratuitos para a formação e qualificação da juventude.

Muito se discutiu sobre o aparelhamento político municipal e interesses que seriam escusos do setor público e privado. Existem dificuldades em acessar políticas de fomento às atividades produtivas e há perda de espaço nos organismos de controle social, devido à diminuição da organização social, como foi já pontuado.

Os moradores urbanos apresentaram poucos problemas com relação direta à cadeia de E&P, mas enxergam relação com o crescimento desordenado, que acaba sendo impulsionado pela expectativa de empregos nesse setor industrial.

Também nessa Oficina, a discussão transversal a todos os grupos sociais foi concentrada na temática dos *royalties*, havendo consenso sobre sua deficiente gestão e aplicação em recursos sociais que possam melhorar a qualidade de vida da população e gerar empregos para jovens.

## V.14 São João da Barra – breve histórico

Em 1995, São João da Barra foi desmembrado, e três de seus distritos passaram a fazer parte de um novo município – São Francisco de Itabapoana. Atualmente, o município é composto por três distritos – Sede, Barcelos e Pipeiras.

Entre as principais atividades econômicas de São João estão o turismo, agropecuária, olericultura e fruticultura nativa, pesca, indústria de bebidas e usina de açúcar, e mais da metade da arrecadação municipal (70%) vem do repasse dos *royalties* do petróleo.

Desde 2007, estão sendo implementadas as obras do Porto do Açú e do Distrito Industrial, considerado o maior empreendimento industrial logístico e de infraestrutura portuária das Américas, que já vem interferindo diretamente na vida dos moradores do município.

Intensas mudanças do bairro do Açú, Mato Escuro e Água Preta estão ocorrendo em função do complexo do Açú. A empresa do grupo EBX comprou toda a área e está retirando as famílias de seus locais de moradia para instalação do porto, o que tem gerado diversos conflitos. O projeto do Porto conta com o apoio do governo do Estado, sendo parte do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), que se responsabilizará pela construção do Distrito Industrial. Este abrange uma área de 70 km em torno do porto. O Distrito Industrial é também composto pelo corredor logístico, que será executado pela Secretaria de Obras do Rio, e terá extensão de 45 km para escoar matérias-primas e produtos advindos do porto.

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de São João da Barra, que elucida os resultados gerados na Oficina de Devolutiva.

### V.14.1 Pescadores marítimos de São João da Barra

**Tabela V-69: Potencialidades levantadas pelo grupo de pescadores de São João da Barra**

<p><b>História da pesca (Atafona)</b></p> <p>* A atividade pesqueira no município possui longa história e tradição, que reforça a identidade dos pescadores com a atividade produtiva.</p> <p>*Fortalecer a memória dessa atividade tradicional é reconhecer a contribuição desse grupo social na formação e consolidação do município e melhorar a autoestima dos pescadores.</p>	<p><b>Produção pesqueira (Atafona)</b></p> <p>* Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela pesca, pela modificação nos ambientes naturais e diminuição do pescado, a produção pesqueira em Atafona é alta quando comparada a outros municípios, e bastante significativa para as atividades de trabalho e renda do município.</p>
<p><b>Rio Paraíba do Sul (Atafona)</b></p> <p>* O rio Paraíba do Sul tem sua foz em Atafona. O rio é um importante potencial de recursos hídricos e comporta uma boa quantidade de algumas espécies de peixe de água doce; ademais, possibilita a navegação, facilitando o acesso a outros municípios e ao mar.</p>	<p><b>Solidariedade (Atafona)</b></p> <p>* A solidariedade existente entre os pescadores é característica marcante do grupo de Atafona.</p> <p>* Durante a Devolutiva, foi colocado que laços de solidariedade são cotidianos. No entanto, essa solidariedade não se reflete na organização de classe, pois muitos declaram haver baixa participação dos pescadores na organização social.</p>

**Tabela V-70: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São João da Barra**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta	Relação indireta	Sem relação	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação
Ocupação do espaço marinho	Diminuição de pesqueiros devido a: (i) tráfego de embarcações envolvidas na cadeia de E&P (afugenta pescado e provoca danos a petrechos); (ii) áreas de exclusão das plataformas, que diminuem as possibilidades de pesqueiro; e (iii) atividades de sísmica, que afugentam o pescado de migração. Tais situações são potencializadas pela carência de fiscalização do espaço marinho.	Identificado: conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais, disputa pelo uso e ocupação do espaço marinho por atividades divergentes.	Indústria de E&P, pescadores, Colônia de Pescadores Z-2, Prefeitura, Ibama.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Projetos no âmbito de Licenciamento Ambiental, Audiências Públicas. Secretaria de Pesca.
Ocupação e uso do solo	Atividades no solo relacionadas ao Porto do Açú impactam atividade da pesca. Foram destacados: dragagem, que impacta o fundo do mar; construção de píer e navios atracados, que afugentam o pescado.	Identificado: conflitos relacionados ao uso do solo, por atividades divergentes entre si.	Indústria de E&P, pescadores, Colônia de Pescadores Z-2, Prefeitura, Ibama.				Não identificado.	Projetos no âmbito de Licenciamento Ambiental, Audiências Públicas. Secretaria de Pesca.
Educação, trabalho e renda	Baixa escolaridade e difícil inserção em empregos na indústria. Relaciona-se com desemprego estrutural e dificuldade de acesso à maioria dos cursos de capacitação, que são ofertados em Campos.	Não identificado.	Pescadores, filhos de pescadores, Prefeitura, Secretaria de Educação.				Não Identificado.	Secretaria de Educação e Cultura.

**Tabela V-71: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São João da Barra**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Problemas ambientais	Assoreamento da barra do Rio Paraíba do Sul, dificultando a saída do pescador para o mar. O assoreamento possui diversas causas: desvio de água para abastecimento de atividades industriais e hidrelétricas; supressão da mata ciliar; assoreamento da lagoa do Salgado.	Não identificado; no entanto, parece haver conflitos de uso dos recursos hídricos.	Pescadores, moradores, Inea, Prefeitura, Conselho Gestor da Bacia do Rio Paraíba do Sul.				Não identificado.	Conselho Gestor da Bacia do Rio Paraíba do Sul e Secretaria de Pesca.
Infraestrutura de serviços públicos	Precariedade de serviços públicos, principalmente no que tange à área de educação e saúde. Há críticas específicas ao INSS, que não reconhece os problemas causados pela exposição ao sol como consequências da pesca, que impossibilita o direito de afastamento.	Não identificado.	Pescadores, moradores, Secretaria de Saúde e Educação, Prefeitura.				Não Identificado.	Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde.
Tradição e saberes	Baixa organização social entre os pescadores, derivada da desmotivação, dificuldades da pesca e irregularidade de renda da atividade. Relaciona-se com baixa continuidade da pesca como atividade principal por jovens.	Não identificado.	Pescadores, filhos de pescadores, Colônia Z-02, Prefeitura, Secretaria de Pesca, Ibama.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Secretaria de Pesca.

## V.14.2 Moradores rurais e Pescadores de águas interiores de São João da Barra

**Tabela V-72: Potencialidades levantadas pelo grupo de moradores rurais e pescadores de água interiores de São João da Barra**

<p><b>Riquezas recursos naturais (Açu, Água Preta e Mato Escuro)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* A região é rica em ambientes ricos e recursos naturais com extensas áreas de restinga, manguezais e lagoas costeiras, com destaque à lagoa Feia.</li> <li>* São áreas consideradas de grande interesse ecológico e reconhecidas como santuário ecológico sob gestão do Inea.</li> </ul>	<p><b>Fortes lideranças, mas que não estão ligadas às organizações sociais (Açu)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Há fortes lideranças engajadas com os problemas dos bairros e que lutam por melhorias para os moradores. Entretanto, essas pessoas não estão ligadas às associações formalizadas; atuam de maneira independente, com os moradores e cumprem papel importante para organização social comunitária.</li> </ul>
<p><b>Apoio de organizações religiosas, acadêmicas e de movimentos sociais (Açu)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Organizações sociais como o MST, Via Campesina, Contag, MPA, CPT, Asprim, Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo, UFF e Diocese de Campos estão presentes nos bairros e vêm ajudando os moradores a lutar por seus direitos. Esse grupo social é formado por famílias que têm fortes laços de dependência com a terra. Logo, constitui recurso estrutural das economias familiares e dos modos de vida. Nesse sentido, essas instituições ocupam espaço central na denúncia contra os processos de despejo relacionados, principalmente, às obras e instalação do Porto do Açu. A atuação se dá por meio de escritos e publicações em mídia. Têm facilitado o diálogo entre a comunidade, os órgãos representativos, o Ministério Público e a sociedade civil.</li> </ul>	

**Tabela V-73: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e pescadores de água interior de São João da Barra**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Infraestrutura de serviços públicos	Crescimento populacional desordenado potencializado pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás, principalmente em relação ao Complexo do Porto do Açú. Tal crescimento está ligado à pressão sobre a infraestrutura de serviços público. Os sujeitos ouvidos também relacionam este problema com a fragilidade da gestão de investimentos públicos e de <i>royalties</i> em políticas públicas.	Não identificado pelos sujeitos ouvidos. No entanto, pode haver disputa pelo controle do projeto de desenvolvimento social e político do município, dificultando a participação social.	Moradores, indústria de petróleo e gás, Prefeitura, Secretaria de Obras e Serviços, Meio Ambiente e Serviços Públicos.				No campo simbólico e das representações sociais.	Secretaria de Obras e Serviços, Meio Ambiente e Serviços Públicos.
Ocupação do solo e do espaço marinho	Área de instalação do Complexo do Açú impactará áreas de preservação ambiental, além de comprometer atividade pesqueira.	Identificado: conflito pelo uso de recursos naturais. Ainda, projeto de desenvolvimento industrial X preservação ambiental.	Moradores, Inea, Pescadores, moradores e agricultores, Asprim (Associação dos Produtores Rurais de São João da Barra), Incra, Prefeitura, LLX.				Institucionalizado por denúncias ao Inea e Ministério Público.	Ministério Público.

**Tabela V-74: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos moradores rurais e pescadores de água interior de São João da Barra**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação do solo e do espaço marinho	Dificuldade de regularização das propriedades, desapropriação de moradias pela instalação da indústria de suporte e logística à indústria de E&P (especificamente Complexo do Porto do Açú).	Identificado: disputas envolvendo questões fundiárias.	Moradores, Inea, Pescadores, Moradores e Agricultores, Asprim (Associação dos Produtores Rurais de São João da Barra), Incra, Prefeitura, LLX.				Institucionalizado por denúncias ao Inea e Ministério Público.	Ministério Público.
Organização social	Baixa organização social, falta de legitimidade das associações de moradores, falta de união e desmotivação.	Não identificado.	Moradores, pescadores e associações locais.				Não identificado.	Não identificado.

Segue aqui um resumo desses resultados, que foram discutidos na Devolutiva de São João da Barra, que ocorreu em 24 de abril de 2012 (Etapa 4).

A Oficina Devolutiva de São João da Barra foi orientada pelas discussões do Porto do Açú, pois as obras de instalação desse empreendimento vêm causando alterações na dinâmica cotidiana da região, assim como vêm alterando os modos de vida de pescadores e agricultores da região.

Cabe ressaltar que a maioria dos presentes na oficina devolutiva eram agricultores. Entretanto, representantes da pesca também se fizeram presentes em busca de defender os direitos da classe e expor todas as dificuldades que vêm enfrentando nos últimos tempos.

Como já discutido em outros municípios, os pescadores sempre enfatizam a ocupação do espaço marinho, as áreas de exclusão, o tráfego de grandes embarcações e as atividades de sísmicas. Por esses motivos, tem o seu acesso aos pesqueiros dificultado.

Os pescadores também manifestaram preocupação e críticas ao crescimento populacional que vem ocorrendo em São João da Barra, além da pressão nos serviços de infraestrutura. O Porto do Açú foi muito citado, assim como a consequente migração profissional que vem ocorrendo, pelo aumento de oferta de vagas.

A juventude não enxerga mais a pesca como uma alternativa profissional viável e estável de geração de renda. Isso também é relacionado com a instalação das obras do Porto do Açú, já que há a avaliação de que esse segmento oferece melhores oportunidades, renda fixa e mais elevada para quem invista em estudos técnicos profissionais e estudos universitários.

Os agricultores e pescadores de águas interiores centraram seus esforços em discutir as desocupações de terras impulsionadas pela expansão da obra do Açú e na necessidade de esse empreendimento obter as terras concedidas pelo governo municipal para a instalação de seu complexo. Dessa forma, a ocupação do solo pela obra vem impossibilitando a comunidade de se

reproduzir socialmente, pois seus meios de produção dependem diretamente da terra.

Os pescadores de águas interiores, além de morarem na mesma região dos agricultores, ainda são impactados pelos aterramentos de parte do rio e lagoas para implantação do complexo logístico. Esses grupos vêm contando com o apoio de diversos movimentos que se organizam via Associação dos Produtores Rurais e Imóveis do Município de São João da Barra (Asprim).

No entanto, esse poder de articulação ainda é muito frágil e não tem encontrado forças para evitar as desocupações. O único meio eficaz apresentado na oficina, que implica algum tipo de resistência efetiva à desocupação da área do Açú, foram as ações via Ministério Público, que, por fim, concedeu títulos de propriedade a alguns moradores da região.

De modo geral, as discussões caminharam com os grupos sociais apresentando um conjunto de táticas defensivas frente ao avanço da indústria de apoio logístico a exploração e produção de petróleo e gás na região; entretanto, os coletivos destacaram o papel da Prefeitura frente ao abandono da região e à falta de atenção às comunidades sobre suas habitações.

Desde os serviços básicos, que são precários, à falta de respeito aos direitos de propriedade por parte do governo local, também se deu ênfase à falta de investimentos em educação e qualificação técnica para a juventude. Na visão da plenária, já que as profissões tradicionais vêm sendo cada vez mais depreciadas, deve-se, ao menos, preparar a juventude para que possa se inserir na indústria moderna. Logo, o Porto do Açú é problema e solução ao mesmo tempo, segundo os sujeitos ouvidos.

Ao falar-se dos *royalties*, tema transversal a todos os grupos, mais uma vez se voltou a discutir a organização social, por intermédio do controle social dos recursos municipais. No entanto, a falta de informação, as dificuldades impostas pelas disputas de terras e o tensionamento das relações na região fizeram com que os grupos tomassem como prioridade a disputa pela terra.

Ademais, os grupos sociais apresentaram que a aplicação dos *royalties* para a melhora da qualidade de vida e a justiça intergeracional no município é uma realidade distante.

Ao iniciar o debate, os moradores rurais, pescadores e assentados afirmaram nunca terem percebido a aplicação desses recursos em sua comunidade. No entanto, existe uma disputa de interesses entre os próprios moradores, que reconhecem não estarem ainda maduros para se unirem em um espaço para discutir a aplicação dessas receitas. Alguns acreditam que os recursos devem ser aplicados na comunidade atual para fomentar as atividades produtivas que estruturam as economias familiares da região. Outros acreditam que deveriam ser aplicadas em infraestrutura para acomodar os grupos sociais em outras localidades.

Considera-se que o grande tema discutido na oficina foi o aumento da presença física da indústria de petróleo e gás devido às projeções das obras do Porto do Açu. Esse empreendimento, na visão da plenária, vem implicando uma disputa desigual pelo espaço territorial marinho e terrestre na região. Isso gera impactos negativos, que nem o aumento do pagamento de *royalties* pode contribuir para diminuí-los aos modos de vida das comunidades, sendo, assim, incapaz de promover a justiça intergeracional.

### V.15 São Francisco de Itabapoana – breve histórico

O município apresenta o segundo pior índice de desenvolvimento humano do Estado do Rio de Janeiro segundo dados do PNUD, 2013<sup>58</sup>. Não há presença física da indústria de petróleo em seu território, e os *royalties* são arrecadados em cifras anuais pequenas, o que é evidenciado pelo baixo nível de representação no orçamento municipal (10%). Assim, por essas características, ele se torna um dos municípios com menor relação direta com a indústria de petróleo e gás.

Esse cenário de dificuldades econômicas e sociais resulta em um processo de êxodo, especialmente dos jovens, em busca de trabalho e oportunidades em municípios vizinhos, sobretudo no Município de Campos dos Goytacazes.

Essa realidade é atestada pela estagnação em termos de crescimento populacional segundo os censos do IBGE nas últimas duas décadas. Esse movimento migratório campo-cidade teria como causa o desequilíbrio significativo entre os orçamentos municipais, oferta de benefícios sociais e empregabilidade no serviço público municipal dos municípios do Norte Fluminense.

Como consequência, há uma desestruturação no âmbito das famílias que operam e/ou dependem de mão de obra jovem para os trabalhos físicos na pesca artesanal e na agricultura familiar. Esse é um dos fatores que levam ao enfraquecimento da organização social tradicional e pode levar, em casos extremos, ao desaparecimento de algumas culturas produtivas.

Mesmo com todas as dificuldades, o município se destaca por sua produção de abacaxi, possuindo, também, algumas organizações camponesas fortes, que gozam do apoio de programas municipais que compram, de forma programada, a produção do agricultor familiar para a merenda escolar.

<sup>58</sup> São Francisco de Itabapoana ocupa a 3312ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.311 (59,50%) municípios estão em situação melhor, e 2.254 (40,50%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 92 outros municípios do Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana ocupa a 91ª posição, sendo que 90 (97,83%) municípios estão em situação melhor, e 2 (2,17%) municípios estão em situação igual. indisponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-francisco-de-itabapoana\\_rj#idh](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-francisco-de-itabapoana_rj#idh) (Atlas do Desenvolvimento do Brasil 2013, PNUD-2013)

A seguir, é possível visualizar a Agenda Municipal de São Francisco de Itabapoana.

### V.15.1 Quilombolas de São Francisco de Itabapoana

**Tabela V-75: Potencialidades levantadas para o grupo de quilombos de São Francisco de Itabapoana**

DESERTO FELIZ	BARRINHA
<p><b>Sossego</b></p> <p>*Em Deserto Feliz, a comunidade se considera autônoma/independente do sistema de segurança pública, pois não há necessidade de utilizá-lo. O sossego é sustentado por um conjunto de relações estáveis e solidárias.</p> <p>*Outro elemento que acaba sustentando essa tranquilidade é má qualidade das estradas, pois evita a passagem frequente de veículos.</p>	<p><b>Tranquilidade</b></p> <p>* Comparada a Deserto Feliz, Barrinha é um local de atração de pessoas de outras regiões, devido à existência de estradas em boas condições. Apesar de isso ser relacionado a alguns incidentes de violência, de modo geral, Barrinha é considerada tranquila.</p>
<p><b>Recursos naturais e sociais: agricultura e pecuária familiar</b></p> <p>*A principal atividade aqui é a produção de leite por algumas famílias.</p> <p>*Já a agricultura é mantida para a subsistência. O acesso aos recursos naturais garante estratégia de sobrevivência, mesmo com as baixas rendas da região.</p>	<p><b>Recursos naturais e sociais</b></p> <p>* Destaque para recursos pesqueiros, mangue e solo favorável à agricultura familiar. Esse fator associado à propriedade individual das terras fez com que os moradores de Barrinha não pedissem a demarcação das terras do quilombo. Se fosse quilombo, a propriedade passaria a ser coletiva, o que não é de interesse das famílias.</p> <p>*A proximidade com a praia também é destaque. Sua limpeza é feita pela própria comunidade e é um atrativo turístico.</p>
<p><b>Turismo cultural comunitário (Barrinha)</b></p> <p>* Turismo cultural comunitário movimentando a economia local, com oferta de produtos agrícolas e pescado, além de comidas típicas e apresentação de jongo e fado.</p> <p>* Nesse sentido, a identidade cultural e os saberes locais fortalecidos pelas festas típicas e dança de quadrilha tradicional têm sido um ativo importante para a comunidade, que é tida como referência na região ao falar-se de jongo.</p>	

**Tabela V-76: Síntese dos resultados gerados pelo o grupo dos quilombos de São Francisco de Itabapoana**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Infraestrutura de serviços públicos	Carência de serviços públicos, principalmente de saúde, transporte, educação, emprego e sistema de telefonia e energia elétrica.	Identificado: falta de controle social sobre os recursos públicos estaduais e municipais.	Prefeitura, quilombolas, Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Projeto no âmbito de licenciamento ambiental da Ferrous.

## V.15.2 Moradores rurais de São Francisco de Itabapoana (Carrapato)

**Tabela V-77: Potencialidades de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana**

<p><b>Água de poço de boa qualidade</b></p> <p>* O recurso hídrico disponível para os moradores, tanto para uso doméstico e alimentar, como para irrigação, possui boa qualidade. A própria comunidade se responsabiliza pela perfuração dos poços em suas propriedades.</p>	<p><b>Diversificação da produção agrícola</b></p> <p>* Há produção de diferentes culturas: abacaxi, aipim e coco, principalmente. A diversidade é uma potencialidade, pois os produtores não dependem de uma única cultura, e isso garante trabalho e obtenção de renda ao longo do ano todo.</p>
<p><b>Acesso à terra</b></p> <p>* Mesmo os pequenos proprietários têm acesso à terra e garantem produção própria, gerando rendimentos estáveis e suficientes para garantir o sustento familiar.</p>	<p><b>Presença de organizações sociais</b></p> <p>* Diversas organizações sociais existem em Carrapato, como a Associação dos Produtores Agrícolas, igrejas, clube de futebol. Todas promovem atividades coletivas e fomentam a integração dos moradores, além de viabilizarem a formação de parcerias e acesso a projetos, políticas públicas e programas de desenvolvimento social e melhora para produção agrícola.</p>
<p><b>Povo hospitaleiro e trabalhador e Comunidade unida e participativa</b></p> <p>* Participantes da Oficina fizeram questão de enfatizar que a comunidade é participativa e engajada, se une, está presente em atividades coletivas, aceita, se envolve e executa projetos.</p> <p>* Da mesma forma são pessoas trabalhadoras que se dedicam à produção e se ajudam quando necessário.</p>	

**Tabela V-78: Síntese dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação do solo	Complexo do Porto do Açú e Porto da Ferrous afetam dinâmica local, diminuindo mão de obra para agricultura. Os jovens e até mesmo os mais velhos buscam inserção profissional nesses empreendimentos, vistos como mais estáveis e rentáveis. Potencializando esse cenário, argumenta-se que não há fomento à agricultura, por políticas públicas, o que aumenta a evasão nesse setor da economia. Reflexos são sentidos na organização social.	Não identificado. No entanto, fica clara a dicotomia entre a cultura do trabalho industrial <i>versus</i> a cultura do trabalho artesanal.	Moradores, agricultores, Prefeitura, LLX, Ferrous, jovens, poder público; Empresas ligadas aos empreendimentos (Ferrous e Grupo EBX, por exemplo).				Não Identificado.	Não Identificado.
Políticas públicas	Falta de apoio do poder público à agricultura familiar, pela deficiência de investimentos públicos e de <i>royalties</i> na área.	Não Identificado. No entanto, fica claro haver conflito sobre recursos sociais, em relação à falta de controle social acerca da gestão pública.	Prefeitura, moradores, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Associação de Moradores Rurais e Agricultores.				Lideranças participam de reuniões sobre a aplicação de recursos municipais.	Câmara de Vereadores.

**Tabela V-79: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Educação e qualificação técnica	Dificuldade para se qualificar tecnicamente e se inserir no mercado de trabalho da indústria de E&P. A principal causa é a baixa escolaridade.	Não identificado.	Migrantes, moradores, empresas Ferrous e Grupo LLX, poder público.				Não identificado.	Não identificado.
Recursos ambientais	Plantação de eucalipto, pela empresa Sonda, degrada o meio ambiente, prejudicando também a estabilidade das encostas.	Identificado: conflitos no uso de recursos naturais. Divergência entre atividade agrícola degradante <i>versus</i> agricultura familiar.	Empresa Sonda, Inea, moradores rurais, Prefeitura.				Institucionalizado em projeto de Educação Ambiental da Ferrous. SFI é área de influência do porto que está sendo construído em Presidente Kennedy, no Espírito Santo.	Projetos no âmbito do Licenciamento Ambiental.
Produção e comercialização agrícola	Dependência de atravessadores, irregularidade na renda agrícola, por períodos de seca e dificuldades com irrigação.	Identificado: disputa de recursos e disputa sobre o controle de comercialização agrícola.	Produtores rurais, Emater, atravessadores, Prefeitura.				Apenas no campo simbólico e das representações sociais.	Associação de Produtores de Carrapato, Emater.

**Tabela V-80: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais de São Francisco de Itabapoana**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Recursos ambientais	Dificuldade para suprir necessidade de água para irrigação, devido à criação da Estação Ecológica da Guaxindiba, que compreende o Brejo da Cobiça, local de onde extraía-se água para a irrigação e que atualmente é parte da zona de amortecimento da Unidade de Conservação.	Identificado: disputa pelo controle de recursos naturais.	Estação Ecológica de Guaxindiba - Inea; Emater; Produtores rurais; Comerciantes de Agrotóxicos e Técnicos Rurais.				Institucionalizado na Estação Ecológica de Guaxindiba. O acesso à água para irrigação foi restringido, e o uso do recurso natural passou a ser regulamentado.	Estação Ecológica de Guaxindiba, Emater e Associação de Produtores de Carrapato.
Organização social	Uso crescente de drogas e abuso infantil.	Não identificado.	Moradores Rurais; Prefeitura, Segurança Pública e órgãos sociais de proteção à família.				Não identificado.	Órgãos sociais de proteção à família, criança e adolescente.

### V.15.3 Pescadores marítimos de São Francisco de Itabapoana

**Tabela V-81: Potencialidades levantadas para o grupo de pescadores de São Francisco de Itabapoana**

<p><b>Colônia de pescadores e núcleos da colônia</b></p> <p>* A gestão atual da Colônia vem se reorganizando e estruturando os núcleos, com a criação de dois novos núcleos: o de Guaxindiba e o de Barra de Itabapoana. Foi quitada a dívida herdada de outras gestões.</p> <p>* Com a instituição da classe fortalecida, os pescadores conseguem se organizar melhor para garantir seus direitos; por isso, a organização social se transforma em uma potencialidade para o grupo social.</p>	<p><b>Acesso ao mar</b></p> <p>* Facilidade de acesso ao mar nas praias de São Francisco de Itabapoana e pela Barra de Itabapoana. Mesmo havendo, nos períodos de seca ou vazante, dificuldade de passar pela barra, por causa do assoreamento do rio, os pescadores reconhecem que a não exigência de estrutura para acessar o mar pelas praias é uma potencialidade.</p>
<p><b>Famílias conseguem viver da pesca</b></p> <p>* Mesmo com os problemas e dificuldades, relacionados à diminuição do pescado e instabilidade de renda, diversas famílias de pescadores conseguem se manter trabalhando exclusivamente na pesca.</p> <p>* Essa constatação apresenta, segundo os pescadores, que ainda vale a pena investir na atividade como forma de geração de emprego e renda para diversas famílias.</p>	<p><b>Incentivo aos grupos de artesanato promovido pela colônia</b></p> <p>* A colônia apoia grupos de mulheres que confeccionam artesanatos em diferentes núcleos. Na sede da Colônia, em Gargaú, há um grupo organizado em associação que produz artesanato confeccionado com escamas de peixe e taboa. Nos núcleos de Barra de Itabapoana e Guaxindiba, também há mulheres artesãs que confeccionam artesanato com conchas.</p>
<p><b>Estrutura para beneficiamento da pesca</b></p> <p>* Há importantes centros de processamento do pescado no município, que articulam trabalho conjunto entre pescadores e empresários.</p> <p>* O fato de receberem pescado de outras regiões potencializa e fortalece a atividade pesqueira de SFI e garante a viabilidade econômica das estruturas de beneficiamento. Essa potencialidade amplia o leque ocupacional dentro da cadeia da pesca, gerando insumos para a cadeia de artesanatos derivados da mariscagem e pesca, agregando valor ao produto.</p>	

**Tabela V-82: Síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São Francisco de Itabapoana**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Ocupação do espaço marinho	Diminuição de pesqueiros pelo tráfego de embarcações da cadeia de E&P e das áreas de exclusão das plataformas, pela construção do Complexo do Açú. As atividades de sísmica afastam o pescador de migração. Cenário potencializado pela pesca industrial e carência de fiscalização do espaço marinho.	Identificado: conflitos pelo uso dos recursos naturais, utilização e ocupação do solo entre atividades divergentes.	Empresas que atuam na indústria de petróleo e gás, Ibama, Capitania dos Portos, Pescadores e Colônia Z-1.				No campo simbólico e das representações sociais.	Projetos do Licenciamento Ambiental.
Infraestrutura para a pesca e produção pesqueira	Dificuldade de acesso ao mar em Guaxindiba, ausência de cais. Essa é uma opinião de parte dos pescadores, pois alguns consideram como potencialidade a não dependência de estruturas (ver tabela de potencialidades, localidade de Barra de Itabapoana)	Não identificado.	Pescadores, Colônia, Prefeitura.				Não identificado.	Não identificado.
Recursos ambientais	Degradação ambiental nos rios e manguezais, assoreamento do rio Paraíba do Sul, que sempre foi uma hidrovia da região. Relaciona-se à ocupação irregular de casas às margens do rio, o que afeta o mangue e os estuários do delta do rio.	Identificado: conflito de uso divergentes de recursos naturais, por diversas atividades exercidas.	Pescadores, Ibama, Inea e Prefeitura.				Não identificado.	Não identificado.

**Tabela V-83: Continuação da síntese dos resultados gerados pelo grupo dos pescadores de São Francisco de Itabapoana**

Temas	Problema	Conflito	Atores sociais envolvidos	Relação Direta com E&P	Relação indireta com E&P	Sem relação com E&P	Estratégias de enfrentamento	Espaços de participação possíveis
Infraestrutura de serviços públicos	Precariedade de serviços públicos, relacionada à fragilidade de gestão e investimentos públicos. Situação se agrava no turismo, com o aumento considerável de moradores sazonais.	Não identificado.	Turistas, pescadores, Prefeitura, Governo do Estado.				Não identificado.	Não identificado.
Organização social	Baixa participação nas organizações sociais e espaços de representação, desunião, descrédito nas ações da Colônia Z-1 e da Secretaria da Agricultura e Pesca, dificuldades de regularização de documentação e dificuldades de comercialização. Por outro lado, refletiu-se sobre a falta de mobilização dos próprios pescadores, que teriam uma postura mais individualizada.	Não identificado, porém fica claro que há conflito de recursos sociais, disputas internas em busca de apoio da base social da classe.	Pescadores e Colônia de Pescadores.				No campo simbólico e das representações sociais.	Não identificado.

Segue aqui um resumo desses resultados, que foram discutidos na Devolutiva de São Francisco de Itabapoana, que ocorreu em 27 de abril de 2012 (Etapa 4).

Os quilombolas não apresentaram nenhuma relação direta com a indústria petrolífera: seus problemas são de ordem histórico-social e se refletem na falta de infraestrutura básica e serviços.

Os pescadores enfatizaram a ocupação do espaço marinho e a modificação de algumas dinâmicas e ocupação do solo pelas obras do Porto do Açú e Ferrous. As atividades de sísmica e as áreas de exclusão são outras problemáticas relacionadas à indústria.

Entre as reivindicações dos pescadores marítimos, estão a necessidade de criar programas de fomento para a atividade pesqueira na região, melhorar a infraestrutura para o trabalho tradicional e as de serviços públicos básicos de saúde, educação e transporte. Da mesma forma que os quilombolas, sofrem com a precariedade de infraestrutura e com a falta de programas que possam gerar emprego e renda em âmbito municipal.

Finalmente, e não menos importante, os moradores rurais discutiram como seu modo de vida vem sendo afetado pelas obras dos Portos do Açú e Ferrous, devido à forte migração da mão de obra campesina para outras atividades da construção civil. No entanto, destacou-se a falta de oportunidades para se qualificarem em busca de melhores postos na indústria do petróleo e gás. É coletiva, entre os jovens, a percepção de que migrar para trabalhos industriais significa ascender socialmente.

Outra questão destacada pelo grupo é a falta de infraestrutura para o trabalho, derivada da escassez de equipamentos, insumos e entreposto de venda. A disponibilidade de água para a irrigação é outro problema relacionado à infraestrutura. Continuando os debates, dois temas foram transversais a todos os grupos: os *royalties* e a fragilidade da organização social dos grupos. Os moradores rurais parecem ser os mais organizados, devido à sua Cooperativa de Produção, que também auxilia na comercialização.

## VI RESULTADOS REGIONAIS – Etapa 5

A seguir são apresentados os resultados gerados pelo Encontro Regional, com base na discussão e na reflexão dos representantes dos grupos sociais que se fizeram presentes.

Os problemas e os conflitos abordados representam aqueles que extrapolam os limites das municipalidades trabalhadas. No item a seguir, segue detalhamento de critérios e lógica utilizada para que se chegasse à definição de quais seriam, portanto, os problemas comuns a serem trabalhados nos grupos sociais.

### VI.1 Critérios para o agrupamento dos problemas comuns e a formação da Agenda Regional, assim como para a junção dos grupos de discussão regional

No Encontro Regional, optou-se por trabalhar com três grupos, facilitando o alcance do objetivo desse momento e aplicação de metodologia: **(i) grupo dos Pescadores, (ii) grupo dos Moradores Urbanos e (iii) grupo dos Quilombolas, Assentados e Moradores Rurais.**

Os critérios que definiram a divisão desses coletivos foram, sobretudo: **(i)** o conceito de grupo social adotado neste Diagnóstico; **(ii)** a similaridade profissional, ocupacional, espacial; e **(iii)** a incidência de problemas comuns, devido à sua maior ou menor relação de dependência com os recursos naturais e a força de trabalho familiar.

Assim sendo, os **Pescadores**, por formarem o grupo social com maior relação de impactos diretos da indústria de petróleo e gás (principalmente em relação aos do uso e ocupação do espaço marinho), e, por contarem com o maior número de participantes na Regional, constituíram um único grupo de discussão.

Da mesma forma, **os Moradores Urbanos** discutiram sua relação com a indústria do petróleo e gás de forma individualizada. Isso se justifica pelo fato de que sentem reflexos da indústria de petróleo e gás principalmente no âmbito

econômico, demográfico, social e espacial de acordo com a presença física da indústria em seu município, segundo demonstrado no Diagrama de Venn no início deste relatório.

Sobre o grupo dos **Quilombolas, Assentados e Moradores Rurais**, optou-se pelo seu agrupamento pelos seguintes motivos:

- possuem relações mais afastadas aos impactos da indústria de petróleo e gás do que os pescadores e moradores urbanos;
- grande parcela do seu estado de vulnerabilidade relaciona-se a questões históricas e sociais;
- para superar situações de vulnerabilidade extremas, como é o caso de algumas comunidades, há, em geral, outros atores e espaços envolvidos, que não os de Licenciamento Ambiental ligado à CGPEG/Ibama. Instâncias como Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundação Palmares, junto com as Prefeituras e Governo do Estado, exercem relação central para garantir as estratégias de vida. Alguns exemplos: **(i)** reconhecimento e institucionalização do grupo social (no caso dos quilombolas e assentados); **(ii)** direito de acesso à terra; e **(iii)** políticas de fomento à agricultura familiar, subsídios para aquisição de materiais e sementes, programas de compra da produção familiar e escoamento e inserção da produção em mercados formais, já garantidas como direitos constitucionais desde 1988; e
- ocupam espaços vitais similares e têm estratégias de vida baseadas na exploração dos recursos naturais do solo.

Ainda, deve-se considerar central a existência de elementos econômicos, políticos e culturais que fortalecem seus laços de proximidade e estão baseados na relação com o território e a sua utilização na reprodução material e cultural. Certamente, buscou-se respeitar suas diferenças étnicas e culturais, focando em sua identidade política como elemento central para ação frente às diversas ameaças internas e externas que atingem tais grupos no campo político-econômico local.

## VI.2 A lógica diagramada

O conjunto das discussões e resultados levantados ao longo deste Diagnóstico forneceu à equipe técnica instrumentos para definição de problemas centrais capazes de unir os grupos sociais por campos temáticos. Nesse sentido, um esquema simples foi montado (internamente pela equipe técnica e apresentado na Figura VI-1) para facilitar a discussão nos grupos.

Alguns pontos devem ser destacados, considerando que auxiliaram na definição dessa metodologia, e têm como base teórica a Sociologia dos Campos Sociais:

- cada grupo possui sua própria identidade cultural e sua representação coletiva, conferindo-lhes uma identidade político-social;
- esta identidade possui relação direta com o espaço no qual se desenvolve. Problemas comuns, em alguns casos, se transformam em ameaças para a própria identidade;
- tem-se como resultado final, portanto, uma identidade móvel, que está baseada em passado, vivências, valores e crenças e presente e relaciona-se, diretamente, com o espaço vivido em cada município.

Assim, a Figura VI-1 busca apresentar de forma simples como, em um mundo uníssono, aspectos culturais, capitalizados com base em problemas e de ameaças, afetam a capacidade do grupo em reproduzir-se cultural e materialmente. Esse cenário, por outro lado, vem favorecendo a instrumentalização de identidades político-culturais que se apresentam mais úteis nas lutas cotidianas por acessos a benefícios e direitos sociais de grupo na contemporaneidade. Ou seja, mesmo que haja pressão por uma nova realidade, há uma tendência de que os grupos se fortaleçam. Assim, o conjunto de elementos que os pressionam termina por empurrá-los ao centro da figura, como uma força centrífuga capaz de gerar alguns níveis de identificação político-cultural.

Considera-se, é claro, que uma mesma força atinge cada grupo de maneira diferenciada, fator que geralmente leva ao fracionamento do núcleo e à divisão de forças para reação. Cada grupo social pode ter formas de organização e estratégias culturais de enfrentamento diferentes, de acordo com a distribuição de força aplicada ao seu centro, segundo a lógica de impactos apresentada no Diagrama de Venn inicial deste relatório.

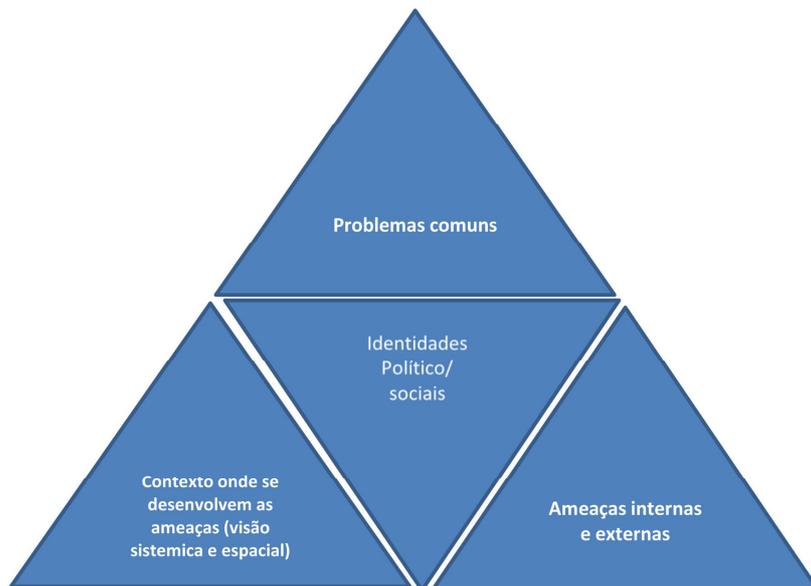


Figura VI-1: Lógica de entendimento dos grupos sociais

### VI.3 Agrupamento de problemas pelo critério de frequência

Para a escolha dos problemas comuns a serem trabalhados nos grupos, na Regional, criou-se um critério de “corte de frequência”. Ou seja, além de todos os problemas relacionados à indústria de petróleo e gás, também foram considerados aqueles que apareciam em pelo menos 50% dos municípios.

### VI.4 Grupo dos Quilombolas, Moradores Rurais e Assentados – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional

Para pleno entendimento da espacialidade desse grupo, retomam-se (Tabela VI-1) rapidamente os municípios e localidades desse coletivo.

**Tabela VI-1: Localidades do grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas**

Município	Moradores rurais	Moradores rurais e assentados	Quilombolas
Cabo Frio			Botafogo
Armação dos Búzios			Baia Formosa, Praia Rasa e Maria Joaquina
Rio das Ostras		Cantagalo e Rocha Leão	
Carapebus		Barreiros, Itaquirá, Rodagem e Fundão	
Quissamã			Machadinha
São João da Barra	Açu e Mato Escuro		
São Francisco de Itabapoana	Nova Belém (Carrapato)		Deserto Feliz

A seguir, é apresentado o conjunto de problemas comuns dos quilombolas.

**Tabela VI-2: Frequência dos problemas comuns para o grupo de quilombolas**

Macrotema	Problemas Quilombolas	Frequência total em relação aos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação direta com E&P		
Uso e ocupação do solo	Desinformação em relação a gasoduto na comunidade.	25%	Quissamã.
Macrotema	Sem relação com E&P	Frequência total em relação aos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
Gestão pública e políticas sociais	Baixo acesso a empregos qualificados.	75%	Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Búzios.
	Baixo acesso a políticas sociais.	100%	Cabo Frio, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Búzios.
	Infraestrutura precária de serviços públicos.	100%	Cabo Frio, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Búzios.
Organização social	Desvalorização da cultura quilombola.	75%	Búzios, Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana.
	Pouca participação de jovens na organização social.	50%	Cabo Frio e Quissamã.
Questões fundiárias	Especulação imobiliária.	50%	Búzios e Cabo Frio.
	Irregularidade fundiária.	50%	Búzios e Cabo Frio.

**Tabela VI-3: Frequência dos problemas comuns para os assentados e moradores rurais**

Macrotema	Problemas Assentados Moradores Rurais	Frequência total nos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação direta com E&P		
Uso e ocupação do solo	Presença de gasoduto nas comunidades e ocupação do solo por indústria ligadas ao setor de petróleo.	50%	Rio das Ostras e Carapebus.
	Desapropriação de moradias pelo avanço da indústria de petróleo e gás.	25%	São João da Barra.
Macrotema	Relação indireta com E&P	Frequência total nos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
Crescimento desordenado	Crescimento desordenado das cidades, potencializado pela expectativa de trabalho na indústria de P&E.	50%	Rio das Ostras e São João da Barra.
Gestão pública e políticas sociais	Dificuldade de acesso a trabalhos qualificados.	75%	Rio das Ostras, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Infraestrutura precária de serviços públicos.	100%	Rio das Ostras, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Carapebus.
	Ineficiência na aplicação de investimentos públicos e de <i>royalties</i> .	75%	Rio das Ostras, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
Macrotema	Sem relação com E&P	Frequência total nos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
Recursos sociais e econômicos	Dificuldade de acesso a crédito/instabilidade da renda.	100%	Rio das Ostras, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Carapebus.
Questões fundiárias	Irregularidade fundiária e das propriedades das casas.	100%	Rio das Ostras, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Carapebus.
Organização social	Organização social debilitada.	75%	Rio das Ostras, São João da Barra e Carapebus.
Meio ambiente	Degradação do meio ambiente.	75%	Rio das Ostras, Carapebus e São Francisco de Itabapoana.
	Problemas de irrigação/abastecimento d'água.	50%	Carapebus e São Francisco de Itabapoana.

Posto esse cenário aos membros presentes na plenária, foram mediadas as discussões e reflexões, cujos resultados são visualizados a seguir.

**Tabela VI-4: Resultados gerados pelo grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas no Encontro Regional**

Problemas com relação DIRETA à cadeia produtiva de petróleo e gás	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>II. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO e RECURSOS NATURAIS:</b>                      II.1 - presença de gasodutos nas comunidades;                      II.2 - desapropriação das moradias pelo avanço das indústrias.</p>	<p>II.1 - O problema da presença de gasodutos nas comunidades tem como principal desafio a melhora da comunicação entre a Transpetro e as comunidades. Existe um sentimento coletivo de desinformação sobre o funcionamento das válvulas e gasoduto e prevenção de possíveis acidentes. Por outro lado, percebem-se indícios de passividade quanto à tomada de ação das comunidades para serem sujeitos da busca por informações. O fato de os gasodutos gerarem áreas de exclusão, o que impossibilita o cultivo nesses locais, soma-se ao incômodo que acaba sendo criado pela falta de informação.</p> <p>II.2 A desapropriação das moradias é problema específico de São João da Barra. Relaciona-se com o avanço do Complexo do Porto do Açú e consequentes desapropriações iniciadas no final de 2011 para abrigar esse espaço industrial. A falta de documentos de propriedade, por parte dos comunitários, acaba por potencializar esse problema e agravar os conflitos. Há relatos recorrentes de abuso de poder e violência nesses processos de desapropriação.</p>	<p>Em ambos os problemas, existe o conflito central de usos divergentes do solo, derivado do desenvolvimento de atividades com interesses divergentes, além da dicotomia entre agricultura <i>versus</i> indústria. Com isso, estabelece-se conflito pela perpetuação do um modo de vida tradicional. Moradores rurais e assentados têm profunda dependência com as riquezas derivadas da terra, na qual está a base de sua segurança alimentar.</p>

**Tabela VI-5: Continuação dos resultados gerados pelo grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas no Encontro Regional**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<b>II. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO e RECURSOS NATURAIS:</b> II.1 - presença de gasodutos nas comunidades;	*Petrobras; * Transpetro; * Inea; * Moradores rurais e assentados das comunidades de Cantagalo e Rocha Leão (Rio das Ostras) e Machadinha (Quissamã).	*Projetos de Educação Ambiental (PEA); * espaço para organização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) via Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag); * Conselhos Municipais.	* Lideranças serem ativas para buscar o intercâmbio de informações e diminuição de boatos.
II.2 - Desapropriação das moradias pelo avanço das indústrias.	* Moradores rurais na localidade de Açú; * Asprim (Associação dos Proprietários Rurais de Imóveis e Moradores do Açú); * ELX, EBX, OGX, OSX, Conselho de Sustentabilidade da EBX; * Codin; * Incra; * Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); * Ministério Público; * Sindicato dos Trabalhadores Rurais; * Associação de Moradores Rurais e Assentados; * Mídia; * Câmara dos Vereadores; * Prefeitura e Secretarias do Meio Ambiente; * Fiperj; * Cedro; * Fetrafi; * União Geral dos Trabalhadores; * Ministério da Integração.	* Espaço para organização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) via Fetag; * Conselhos Municipais; * debates promovidos pela Asprim.	* Comunidade deve participar mais dos espaços existentes e buscar abrir espaço na Câmara dos Vereadores; * preparar-se melhor para realizar as denúncias contra abuso de poder e violência nas desapropriações; * buscar apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da mídia para acompanhamento das denúncias; * desenvolver abaixo-assinados via lideranças; * aumentar a mobilização social, estimulando outras pessoas a participar dessa luta; * fazer reuniões itinerantes pela região; * considerar falhas e históricos de não sucesso de outras organizações. Trocar conhecimentos e experiências.

A questão de desapropriação de residências relacionada ao Complexo do Açú foi permeada por muitas reflexões e aqui vale destacá-las.

Alguns participantes questionaram a responsabilidade da fiscalização sobre o empreendimento, se seria do Ibama ou do Inea. Foi explicado que a responsabilidade é desse segundo órgão, já que a maior parte do licenciamento seria estadual. Isso gerou algumas insatisfações na plenária, pois afirmam que o Ibama teria mais credibilidade e poder, no sentido de ser uma esfera federal. A representante do Ibama que estava presente ainda pôde complementar que existe um cenário de confusão e de interesses divergentes. Os processos de licenciamento, por sua vez, acabam provocando a mobilização de sujeitos que, geralmente, não têm voz.

Ainda, uma moradora do Açú complementou com a informação de que tartarugas estariam sendo extintas com o avanço da construção do Complexo, e não há ações concretas para evitar isso, refletindo conflito entre sociedade e Estado. A analista do Ibama novamente fortaleceu o conflito de interesses. Parte da plenária não acredita que os moradores rurais possam conseguir algum avanço na questão da desapropriação, devido às relações de poder desiguais com as empresas do grupo X.

A seguir, podem ser visualizados os resultados gerados em torno dos problemas com relação indireta à indústria de petróleo e gás.

**Tabela VI-6: Resultados gerados pelo grupo de moradores rurais, assentados e quilombolas no Encontro Regional em relação aos problemas com relação indireta à cadeia produtiva de petróleo e gás**

Problemas com relação INDIRETA à cadeia produtiva de petróleo e gás	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. CRESCIMENTO DESORDENADO DAS REGIÕES</b></p> <p>I.1 - crescimento é potencializado pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás;</p> <p>I.2 - pressão sobre a infraestrutura precária de serviços públicos.</p>	<p>I.1 e I.2 - A indústria de petróleo e gás é vista como fator atrativo de mão de obra (qualificada ou não) para as regiões que possuem relação com ela. No entanto, essa situação não é acompanhada por investimentos públicos suficientes, o que esbarra na responsabilidade que é conferida ao poder público. Esse cenário acaba por pressionar a infraestrutura de serviços, considerada precária.</p> <p>Por outro lado, muitas vezes, a massa trabalhadora que migra para essas regiões não é potencialmente qualificada, o que acaba gerando situações de desemprego e miséria.</p>	<p>I.1 e I.2 O conflito se dá principalmente relacionado aos recursos sociais e físicos dessas comunidades. Há modificação no modo de vida e complicações no dia a dia, relacionadas à fragilidade dos serviços públicos, principalmente saúde, transporte e educação.</p>

**Tabela VI-7: Continuidade dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de P&E – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problemas com relação INDIRETA à cadeia produtiva de petróleo e gás	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>II. GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS SOCIAIS</b></p> <p>II.1 dificuldade de acesso a trabalhos qualificados na indústria de P&amp;G;                      II.2 infraestrutura precária de serviços públicos;                      II.3 ineficiência na aplicação de investimentos públicos e de <i>royalties</i>.</p>	<p>II.1 A falta de qualificação para ingressar em postos de trabalho da indústria de petróleo acaba sendo permeada por uma crença de que esse setor deveria ser o principal investidor dessa educação qualificada. Essa é uma percepção levantada ao longo do Diagnóstico na maioria das comunidades. Nesse Encontro Regional, foi possível esclarecer o papel prioritário do Estado nessa conjuntura, que pode, é claro, buscar parcerias e convênios com empresas privadas para encaminhar um processo de ensino específico para a cadeia de P&amp;E. Por outro lado, não se pode responsabilizar inteiramente o poder público, já que são relatados diversos outros motivos que acabam levando à não continuidade do ensino fundamental, médio e cursos de especialização. Alguns: (i) falta de comprometimento; (ii) prioridades colocadas em xeque: <i>estudar versus trabalhar</i>; (iii) passividade; e (iv) baixa autoestima e descrédito na educação.</p> <p>II.2 O estabelecimento ou proximidade com a indústria de petróleo e gás nessas regiões acaba por ser atrativo de emprego para um grande contingente populacional. Isso acabaria por pressionar a já precária infraestrutura de serviços públicos. Em outras palavras, o crescimento das cidades não é acompanhado por investimentos de infraestrutura para a população.</p> <p>II.3 Esse problema relaciona-se, obviamente, ao item II.2, já que há deficiência na gestão pública para garantir condições de vida e acesso aos direitos sociais. Essa situação é agravada com a chegada da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos, pois, alterando profundamente as dinâmicas sociais e econômicas, não foi consorciada com devidos investimentos públicos. Nesse contexto, os <i>royalties</i> são incluídos, pois deveriam ter como objetivo vital o princípio da justiça intergeracional. No entanto, afirma-se que não há construção de um modelo saudável de planejamento público que melhore os meios de vida das comunidades.</p>	<p>II.1 Conflito de recursos sociais das comunidades, que acabam não sendo fortalecidos pela gestão pública na educação. Por outro lado, a questão da educação é um problema social e estrutural;</p> <p>II.2 e II.3 conflitos relacionados ao uso do espaço terrestre e marinho, por atividades com interesses divergentes entre si. Conflitos de gestão e organização política, que se chocam com necessidades sociais das comunidades. Há toda uma disputa no que concerne à aplicação dos <i>royalties</i>.</p>

Sobre o problema do crescimento populacional desordenado, não acompanhado de investimentos públicos suficientes (o que permeia os problemas I e II), a plenária destacou algumas preocupações específicas. Para alguns participantes, a raiz do problema não está na falta de acesso a políticas públicas. A questão-chave seria a omissão do poder público, que não vem garantindo tal acesso, havendo profunda falta de interesse da Prefeitura. Esse órgão é percebido como “reprodutor da desigualdade social”, na fala de um participante. Assim, a raiz do problema é a perda do controle social e a omissão do poder público atrelada à falta de participação da sociedade.

**Tabela VI-8: Continuidade dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<p><b>I. CRESCIMENTO DESORDENADO DAS REGIÕES</b> I.1 - crescimento é potencializado pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás; I.2 - pressão sobre a infraestrutura precária de serviços públicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* empresas ligadas à indústria de petróleo e gás;</li> <li>* Prefeitura e suas respectivas Secretarias de Habitação, Planejamento, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Transporte, Saneamento;</li> <li>* Inea;</li> <li>* rede pública de serviços;</li> <li>* moradores rurais, assentados, quilombolas e população dessas regiões;</li> <li>* Asprim (Associação dos Proprietários Rurais de Imóveis e Moradores do Açú);</li> <li>* Associação de Quilombola de Machadinha e de Deserto Feliz;</li> <li>* Codin (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro);</li> <li>* Ministério Público.</li> </ul>	<p>* Câmara dos Vereadores: assentados de Cantagalo fizeram um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas, reivindicando melhora das condições sociais derivadas dos impactos sentidos nas condições dos serviços públicos. Via Fetrafi (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras) e cinco associações de moradores rurais e assentados.</p>	<p>Ficou claro que deve haver retomada do controle social comunitário, para garantir o acesso a direitos sociais e obter melhora do quadro atual de precariedade pública. Assim, seguem possíveis ações para retomada desse controle social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* no caso dos moradores rurais e assentados, fortalecer as lideranças, via associações e via Federação Fama;</li> <li>* no caso dos quilombolas, fortalecer o Fórum de Vozes Quilombolas, Assentados, Indígenas e Pescadores, que é da sociedade civil organizada para tentar encaminhar demandas da sociedade que não estão sendo encaminhadas. Também fortalecer o Território da Cidadania;</li> <li>* todos citaram encaminhar essas situações de precariedade ao Ministério Público.</li> </ul>

**Tabela VI-9: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<p><b>II. GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS SOCIAIS</b></p> <p>II.1 dificuldade de acesso a trabalhos qualificados na indústria de P&amp;G;</p> <p>II.2 infraestrutura precária de serviços públicos;</p> <p>II.3 ineficiência na aplicação de investimentos públicos e de <i>royalties</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* empresas ligadas à indústria de petróleo e gás;</li> <li>* Prefeitura e suas respectivas Secretarias de Habitação, Planejamento, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Transporte, Saneamento;</li> <li>* Inea;</li> <li>* rede pública de serviços;</li> <li>* rede privada de ensino;</li> <li>* moradores rurais, assentados, quilombolas e população dessas regiões;</li> <li>* Asprim (Associação dos Proprietários Rurais de Imóveis e Moradores do Açú);</li> <li>* Associação de Quilombola de Machadinho e de Deserto Feliz;</li> <li>* Codin (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro);</li> <li>* Ministério Público.</li> </ul>	<p>* Câmara dos Vereadores: assentados de Cantagalo fizeram um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas, reivindicando melhora das condições sociais derivadas dos impactos sentidos nas condições dos serviços públicos. Via Fetrafi (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras) e cinco associações de moradores rurais e assentados.</p>	<p>Ficou claro que deve haver retomada do controle social comunitário, para garantir o acesso a direitos sociais e obter melhora do quadro atual de precariedade pública. Assim, seguem possíveis ações para retomada desse controle social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* no caso dos moradores rurais e assentados, fortalecer as lideranças, via associações e via Federação Fama;</li> <li>* no caso dos quilombolas, fortalecer o Fórum de Vozes Quilombolas, Assentados, Indígenas e Pescadores, que é da sociedade civil organizada para tentar encaminhar demandas da sociedade que não estão sendo encaminhadas. Também fortalecer o Território da Cidadania;</li> <li>* todos citaram encaminhar essas situações de precariedade ao Ministério Público;</li> <li>* população deve buscar se empoderar por meio de informações qualificadas, que condicionem uma boa participação nos espaços de discussão e conselhos;</li> <li>* ter postura e mediação para avançar nas conversas institucionais.</li> </ul>

A seguir, resultados para os problemas sem relação com a indústria de petróleo e gás.

**Tabela VI-10: Resultados para os problemas sem relação com a cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problemas SEM relação com a cadeia produtiva de petróleo e gás	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<b>I. RECURSOS SOCIAIS E ECONÔMICOS</b> I.1 - Dificuldade de acesso a crédito / instabilidade da renda	I.1 - Esse problema deriva da fragilidade social e econômica dos moradores rurais, assentados e quilombolas. A renda obtida é instável, com difícil comprovação, pois é ligada, principalmente, às atividades familiares derivadas do uso do solo. A comercialização dos insumos, muitas vezes, se dá de modo informal, o que não possibilita comprovação das negociações. Essa situação é um pouco melhor nas comunidades de Carrapato e Cantagalo, que possui um nível de organização melhor, resultando em parcerias conveniadas com o governo e a Emater, proporcionando maior legitimidade e melhor renda. Dificuldades para se enquadrar na Lei de Merenda Escolar (e poder vender alimentos para a escola) devido à falta da Licença – ver abaixo.	I.1 Conflito permeado por situações de fragilidade de recursos sociais, físicos e financeiros, que acabam por diminuir a base de meios de vida sustentáveis das comunidades.
<b>I. QUESTÕES FUNDIÁRIAS</b> I.1 - Irregularidade fundiária e das propriedades das casas	I.1 - No caso dos moradores rurais e assentados, esse problema deriva principalmente do difícil cenário que existe entre as comunidades e o Incra. Existe um histórico de dificuldades em relação à regularização de lotes, há pelo menos 20 anos. Essa regularização é peça-chave para conseguir a Licença Ambiental, necessária para conseguir acesso a crédito para cultivo e posterior comercialização. O Incra não possui a escritura definitiva dos assentamentos. Essa situação é vista como um "grande medo", pois receia-se que outras pessoas possam reivindicar as terras. Especificamente em Cantagalo, foi dito que, em 2004, havia 540 pessoas em 207 lotes. Hoje, já são mais de 5 mil pessoas. Em locais onde o Incra já demarcou terras, o processo "não anda" e, nesse contexto, surgem ocupações irregulares. No caso dos quilombolas, a Fundação Palmares está no cerne da questão. Em Machadinha, existe um processo de reivindicação de terras que estariam sob domínio distrital de Quissamã. A única comunidade que teria recebido o documento de titulação de terra seria Pedro II. Os quilombolas de Maria Joaquina e Rasa descendem da fazenda Campos Novos em São Pedro d'Aldeia, onde, há 60 anos, existem problemas fundiários, o que levou à expulsão desses grupos. Grande parte não chega a consenso sobre qual seria a demarca do território tradicional, o que tem gerado entraves no processo de titulação das terras.	I.1 Conflito de disputa de recursos naturais (solo), disputas fundiárias, agravando a base de recursos sociais da comunidade.

**Tabela VI-11: Continuação dos resultados para os problemas sem relação com a cadeia de P&E – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problema SEM relação	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<b>I. RECURSOS SOCIAIS E ECONÔMICOS</b> I.1 - Dificuldade de acesso a crédito / instabilidade da renda	* moradores rurais, assentados e quilombolas; * Prefeitura e Secretarias de Promoção e Direitos Sociais; * Incra; * Emater; * Asprim; * associações de moradores rurais, assentados e quilombolas; * Fetaf.	Não estão sendo ocupados espaços de enfrentamento no âmbito desse problema.	* no caso dos moradores rurais e assentados, fortalecer as lideranças, via associações e via Federação Fama; * buscar informações de como firmar parcerias com instituições de fomento às atividades agrárias, ligadas ao solo de modo geral; * quilombolas, fortalecer o Fórum de Vozes Quilombolas, Assentados, Indígenas e Pescadores, para encaminhar demandas da sociedade que não estão sendo encaminhadas; * fortalecer o Território da Cidadania.
<b>II. QUESTÕES FUNDIÁRIAS</b> II.1 - Irregularidade fundiária e das propriedades das casas	* Moradores rurais, assentados e quilombolas; * Prefeitura e Secretarias de Promoção e Direitos Sociais, Habitação e Planejamento; * Incra; * Emater; * Asprim (Associação dos Proprietários Rurais de Imóveis e Moradores do Açú); * associações de moradores rurais, assentados e quilombolas * Fetaf; * Fundação Palmares; * Fetagri; * Cedro.	* Espaço para organização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) via Fetag; * debates promovidos pela Asprim; * Fatagri tem ajudado, pressionando o Incra; * associações quilombolas têm buscado apoio com a sociedade civil; * reuniões periódicas no Incra; * quilombolas de Búzios, principalmente, têm buscado articulação regional para encaminhar demandas de titulação e regularização fundiária. Realizaram uma ação com 24 quilombos em todo o Brasil para impedir a realização de um seminário que discutiria um decreto que não é de interesse dessas comunidades tradicionais. Estão desenvolvendo a Rede de Mobilização Social Quilombola, para fortalecer multiplicadores de informações sobre as questões fundiárias.	* ampliar canais de conversa com o Incra; * acionar o Ministério Público; * desenvolver abaixo-assinados; * participar das sessões na Câmara de Vereadores.

**Tabela VI-12: Continuação dos problemas sem relação com a indústria de petróleo e gás – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problemas SEM relação	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição
<b>I. ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b> I.1 - Organização social debilitada	I.1 - A fragilidade da organização social das comunidades é um dos maiores obstáculos da realidade desses grupos. São muitos os motivos que levam a esse quadro. Aqui serão apresentados os principais, mas deve-se considerar que não se esgotam nessa discussão. A descrença no poder público, aliada a sentimentos de passividade e impotência, acaba por gerar um ciclo negativo, ou seja, de fragilidade da organização social. No caso de São João da Barra, por exemplo, isso se reflete na dificuldade em se formarem associações de moradores. Em São Francisco de Itabapoana (Carrapato), têm-se indícios de uma organização social mais qualificada; no entanto, os obstáculos são os mesmos: dificuldade para firmar parcerias e dificuldade na mobilização de outras pessoas da comunidade que não creem em melhora ou acreditam que o processo é tão demorado que não vale a pena. No caso dos quilombolas, há o preconceito estrutural sobre a cultura afro-brasileira, com relatos sobre desrespeito por secretários. Isso resulta na fragilidade da organização, não estímulo ao diálogo. Muitos quilombolas acreditam que, por mais que haja organização, não é possível alcançar grandes resultados se não há contrapartida do Estado. Novamente, isso gera embate na relação dicotômica entre organização social X poder público. Ainda, parte dos quilombolas se diz invisível à esfera pública.	I.1 Conflito de interesses políticos, tanto no âmbito das comunidades quanto da esfera pública. Reflexo na base de recursos sociais.
<b>II. MEIO AMBIENTE</b> II.1 - degradação do meio ambiente; II.2 - problemas de irrigação/abastecimento de água	II.1 Em Rio das Ostras e São Francisco de Itabapoana, o principal problema citado é em relação à plantação de eucalipto desmatando vegetação natural. Há ainda impactos na fauna local, qualidade da água e flora e diminuição de estabilidade das encostas. Nas duas regiões, relata-se que não existem estudos técnicos sobre essa atividade, e o diálogo com o Inea tem sido difícil. Esse problema seria agravado pelo fato de que as áreas plantadas foram cedidas às empresas devido à demora do Inera em regularizar as terras para os moradores (já que, enquanto não ocorre a regularização, a área é do Estado). Relatos de que não houve Audiência Pública sobre a instalação das plantações. A fazenda Vale do Sol é citada como área de eucalipto em Rio das Ostras. II.2 - O problema de irrigação é encontrado em diversos locais. Em Cabo Frio, no quilombo Botafogo, o acesso à água é regulado pelo poder público, o que tem dificultado muito a irrigação das plantações. Em Carapebus (Assentamento 25 de Março), não há estrutura física nem para consumo próprio nem para irrigação. Em São Francisco de Itabapoana, a criação da Estação Ecológica de Guaxindiba tornou o Brejo da Cobiça área de gestão por Unidade de Conservação. Era nesse brejo que a comunidade captava água para irrigar suas plantações. Agora, isso exige autorização do Inea, o que vem dificultando a dinâmica agrícola.	I.1 Conflito de disputa de recursos naturais (solo), disputas fundiárias, agravando a base de recursos sociais da comunidade.

**Tabela VI-13: Continuação dos resultados dos problemas sem relação com a cadeia de E&P – moradores rurais, assentados e quilombolas**

Problemas sem relação com E&P	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<b>I. ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b> I.1 - Organização social debilitada	<ul style="list-style-type: none"> <li>* moradores rurais, assentados e quilombolas;</li> <li>* associações de moradores rurais, de assentados e de quilombolas;</li> <li>* Prefeituras;</li> <li>* Emater.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* As Associações existentes são espaços ocupados, devendo, no entanto, se fortalecer. Associação de Quilombo de Machadinho e de Quilombo de Botafogo, Associação de Moradores e Produtores Rurais de Carrapato, Associação de Moradores de Cantagalo, Asprim e Associação de Quilombolas de Deserto Feliz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* divulgar mais as associações já existentes;</li> <li>* está em desenvolvimento a Federação dos Assentamentos, que busca a mobilização conjunta para o encaminhamento de soluções.</li> </ul>
<b>II. MEIO AMBIENTE</b> II.1 - degradação do meio ambiente; II.2 - problemas de irrigação/abastecimento de água	II.1 Em São Francisco de Itabapoana e Rio das Ostras, tem-se os atores: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Empresa Sonda de celulose;</li> <li>* Fazenda Vale do Sol;</li> <li>* moradores rurais e assentados;</li> <li>* Inea;</li> <li>* associações;</li> <li>* Prefeitura.</li> </ul> II.2 Em Cabo Frio e Carapebus, tem-se os atores: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Prefeitura;</li> <li>* Inea;</li> <li>* associações;</li> <li>* moradores, assentados e quilombolas</li> </ul> Em São Francisco de Itabapoana, tem-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Estação Ecológica de Guaxindiba;</li> <li>* Inea;</li> <li>* Prefeitura;</li> <li>* moradores rurais e associação de moradores de Carrapato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Em todos os casos, as associações têm buscado diálogo com o Inea, mas ainda sem sucesso de resultados.</li> <li>* No caso de São Francisco de Itabapoana, há em execução um PEA da empresa Ferrous que busca a conscientização ambiental (o município é área de influência de porto em construção no Espírito Santo).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* fortalecer as lideranças para qualificar os debates e diálogos com o Inea;</li> <li>* mobilizar a comunidade para ampliar a força coletiva.</li> </ul>

## VI.5 Grupo dos pescadores – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional

Para pleno entendimento da espacialidade desse grupo, retomam-se (Tabela abaixo) rapidamente os municípios e localidades desse coletivo.

**Tabela VI-14: Localidades do grupo de pescadores**

Município	Grupo	Localidades
Maricá	Pescadores marítimos e de águas interiores	Ponta Negra (Jaconé e Cordeirinho) e Itaipuaçu
Saquarema	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Itaúna e Jaconé / Mombaça, Gravatá, Barra Nova e Porto da Roça
Araruama	Pescadores de águas interiores interiores / Pescadores de águas interiores e salineiros	Orla da Laguna e Praia do Hospício / Praia Seca
Cabo Frio	Pescadores marítimos / Maricultores / Pescadores marítimos e de águas interiores / Quilombolas pescadores	Gamboá / Però / Tamoios - rio São João / Botafogo e Maria Joaquina
Arraial do Cabo	Pescadores marítimos / Pescadores marítimos e de águas interiores	Roça Velha, Morro da Cabocla, Morro da Boa Vista, Prainha, Porto do Forno e Praia dos Anjos / Pernambuco, Figueira, Monte Alto e Caiçara
Armação dos Búzios	Pescadores marítimos / Maricultores	Praia do Canto, Praia da Armação, José Gonçalves, Geribá, Manguinhos, Ossos, Tucuns, Ferradurinha, Rasa / José Gonçalves, Rasa
Casimiro de Abreu	Pescadores marítimos e de águas interiores e aquicultores	Distrito de Barra de São João (Barra do rio São João, Medeiros e Arroz)
Rio das Ostras	Pescadores marítimos	Boca da Barra
Macaé	Pescadores marítimos	Barra de Macaé, Nova Esperança e Fronteira
Carapebus	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Praia de Carapebus / Caxanga
Quissamã	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Barra do Furado / Caxias e Ribeira
Campos dos Goytacazes	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro / Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Lagoa do Vigário
São João da	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Atafona / Açú
São Francisco de Itabapoana	Pescadores marítimos / Pescadores marítimos e quilombolas	Litoral (Gargau, Sossego, Guaxindiba, Manguinhos, Barra de Itabapoana) / Barrinha

A seguir, é apresentado o resultado do critério de frequência para definição dos problemas comuns dos pescadores.

**Tabela VI-15: Frequência dos problemas comuns para o grupo de pescadores**

Macro tema	Problemas Pescadores	Frequência em relação aos 12 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação DIRETA com E&P		
Uso e Ocupação do Espaço Marinho	Tráfego de embarcações da cadeia de suporte às plataformas	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Área de fundeio dos rebocadores e barcos de apoio	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Operação sísmica marítima	43%	Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.
	Entorno das unidades de perfuração e produção e estocagem de petróleo	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Grandes empreendimentos costeiro	43%	Maricá, Arraial do Cabo, Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra.
Licenciamento Ambiental	Procedimentos do Licenciamento	57%	Maricá, Búzios, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de
	Atividade de petróleo anterior ao Licenciamento	50%	Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Macaé, Campos dos Goytacazes, São João da Barra.
	Medidas compensatórias	50%	Maricá, Búzios, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
	Medidas mitigatórias	50%	Maricá, Búzios, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
	Participação na negociação dos blocos de Exploração e Produção	50%	Maricá, Búzios, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
Produção Pesqueira	Efeito atrator das plataformas (em relação ao pescado);	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Atividades sísmicas afugentam o pescado	43%	Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.
	Poluição no mar	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
Macro tema	Relação INDIRETA com E&P	Frequência total em relação aos 12 municípios	Municípios onde este problema existe
Ordenamento Pesqueiro	Áreas de pesca	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Pesca desordenada	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São
	Políticas de gestão		
	Fiscalização		
Macro tema	Sem relação com E&P	Frequência total em relação aos 12 municípios	Municípios onde este problema existe
Organização social	Organização social fragilizada	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Reprodução social	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Os dezenove problemas comuns aos pescadores dos 14 municípios envolvidos neste Diagnóstico foram agrupados em quatro macrotemas. Os dois

primeiros são exclusivamente relacionados à cadeia de E&P. **Empreendimentos de Petróleo e Gás na Bacia de Campos**<sup>59</sup>, subdividido em *Uso e Ocupação do Espaço Marinho* e *Licenciamento Ambiental* e **Produção Pesqueira**, com problemas que acabam gerando a diminuição das possibilidades de pescadores. O terceiro macrotema deriva do **Ordenamento Pesqueiro**, cuja parte dos problemas se liga à indústria de petróleo indiretamente, havendo problemas que não. O quarto e último tema converge problemas de **Organização Social**, não relacionados à cadeia de E&P.

Finalmente, é possível observar os resultados derivados da discussão em torno desses problemas comuns.

---

<sup>59</sup> Não engloba os grupos de pesca lagunar de Carapebus, Araruama, Maricá e Saquarema.

**Tabela VI-16: Resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MARINHO:</b> I.1-tráfego de embarcação da cadeia de suporte às plataformas; I.2-área de fundeio dos rebocadores/barcos de apoio; I.3-operação sísmica marítima; I.4-entorno das unidades de perfuração e produção e estocagem de petróleo; I.5-grandes empreendimentos costeiros.</p>	<p>I.1 Embarcações de apoio e rebocadores navegam pelas áreas de atuação dos pescadores, ficam fundeadas sobre pesqueiros e rotas dos barcos de pesca. Com isso, gera-se sobreposição de atividades no espaço marinho. Há danos aos petrechos de pesca por colisões, rasgo de redes e perda de material. I.2 As áreas de fundeio geram restrição de áreas para a pesca, por motivos de segurança ou impossibilidade de atuar na mesma área. I.3 Problema especificamente relatado em Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Problema que gera questões de disputa territorial. As embarcações ligadas à atividade sísmica carregam cabos, navegam em áreas de pesca e impossibilitam o uso da área e/ou causam danos nos materiais de pesca, problema semelhante ao citado item I.2. É relatado que a atividade causa redução na captura de determinadas espécies (principalmente de migração), uma vez que os períodos da sísmica são definidos sem considerar momentos de safras importantes, como ocorre no caso do dourado. I.4 - As plataformas geram áreas de segurança, com raio de 500 metros, que proíbe aproximação e pesca em seu entorno. No entanto, em muitos casos, plataformas são instaladas sobre pesqueiros, afetando diretamente a atividade da pesca. Por outro lado, as unidades geram efeito atrator aos peixes, que buscam alimentos e abrigo, e se concentram, portanto, em áreas de pesca ilegal. Mesmo assim, pescadores se arriscam a pescar em áreas proibidas, correndo riscos de acidentes e multas. I.5 Os grandes empreendimentos que vêm sendo instalados na região, como os portos (Ferrous, Açú, Imbetiba e Forno), os píeres (Búzios, onde aportam transatlânticos) e os estaleiros (Açú e Barra do Furado) são estruturas construídas em áreas de atuação dos pescadores, muitas vezes sobre pesqueiros ou em locais que impedem trânsito de embarcações de pesca.</p>	<p>Conflitos se relacionam aos recursos pesqueiros e físicos. Gera relevante diminuição de captura de pescado (produção pesqueira), o que impacta negativamente na base de recursos financeiros do pescador. Geração de disputa territorial e de tipos de atividades (modernas x tradicionais). Há baixa capacidade de influenciar a política pública (fiscalização do Ibama, Capitania dos Portos e Marinha). No campo simbólico dos valores e crenças, o pescador passa, cada vez mais, a acreditar que é desrespeitado e “coitado”. Tal relação desigual de poder interfere na migração profissional e no esvaziamento político das organizações de base. Há menos participação em espaços de discussão e mediação. Nesse cenário, incluem-se políticas públicas como de Licenciamento Ambiental, que têm sido avaliadas negativamente, já que os pescadores não conseguem influenciá-la no que tange a suas necessidades principais (discussões sobre áreas de instalação e políticas de indenização, assim como gestão compartilhada de espaço marinho nos momentos que antecedem os leilões dos blocos concedidos pela ANP).</p>

**Tabela VI-17: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo os pescadores
<b>I.USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MARINHO:</b> I.1- tráfego de embarcação da cadeia de suporte às plataformas; I.2- área de fundeio dos rebocadores/barcos de apoio; I.3- operação sísmica marítima; I.4- entorno das unidades de perfuração e produção e estocagem de petróleo; I.5- grandes empreendimentos costeiros.	Para os problemas I.1 a I.4, tem-se: *Petrobras e outras empresas da cadeia produtiva de petróleo e gás; *empresas de rebocadores e empresas de suporte à cadeia logística de petróleo e gás; *Marinha/Capitania dos Portos; *Ibama/CGPEG; * Pescadores/Colônia de Pesca; *MPA.  Para o problema I.5, incluem-se:  *ANP (incluída devido à sua relação com os empreendimentos de petróleo, pois faz o leilão de blocos); *Ministério Público (acionado quando há encaminhamento de reivindicações pelos pescadores/Colônias).	*Programa Mosaico (Petrobras e Colônias de Pesca); *Licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás. *Audiências públicas; *Projetos de Educação Ambiental (PEA).	* Organização social do pescador e participação: o pescador organizado e participante contribui nos estudos e tomadas de decisão para ordenamento do espaço marinho. * Ordenamento pesqueiro feito pelos pescadores, o que fornece informações dos pescadores para o ordenamento das atividades no mesmo espaço marinho. (Citado exemplo de Maricá, onde foi realizado ordenamento de acordo com as áreas de pesca – mar e lagoa, e construídas medidas locais que podem servir de modelo para outras comunidades). * Contribuição na definição dos períodos da sísmica: pode se dar por meio de reivindicações dos períodos mais adequados para a realização da atividade. Se definido em conjunto com o pescador, poderá evitar sobreposição da sísmica com as principais safras pesqueiras. Entretanto, pescadores reconhecem a dificuldade na definição, uma vez que a pesca artesanal é diversificada e promove captura de diferentes espécies em distintas épocas do ano. * Diálogo e acordo com as empresas para contribuir com o ordenamento das atividades no mar. Apresentam o exemplo de Macaé, que, por meio do Projeto Mosaico em parceria com Colônia de Pesca e Petrobras, os pescadores estão trabalhando com cartografia social (mapas mentais/mapas de pesca), revendo a carta náutica, identificando as áreas de pesca e propondo ordenamento para as áreas de fundeio dos rebocadores e embarcações. Ressaltam a importância de esse trabalho ser atualizado periodicamente, uma vez que a indústria avança e novas embarcações surgem na região, sendo imprescindível a inclusão das informações atualizadas para validar os mapas apresentados pela CGPEG.

**Tabela VI-18: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>II. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b> (desde momentos que antecedem o empreendimento às ações de compensação/mitigação):</p> <p>II.1- procedimentos do licenciamento;</p> <p>II.2- atividade de petróleo anterior ao licenciamento.</p>	<p>II. 1 e II.2 - Os procedimentos envolvidos no Licenciamento Ambiental exigem medidas que antecedem o empreendimento. Inclui estudos (EIAs-Rima) para caracterização (meios físico, biótico e social), identificação dos impactos (positivos e negativos), definição das condicionantes ambientais e das áreas de influência. Há atividades de petróleo na Bacia de Campos que foram instaladas em momentos anteriores à implementação dos processos de licenciamento ambiental, que não realizaram estudos de impacto ambiental e não tiveram condicionantes definidas no momento da instalação. Para esses casos, a legislação ambiental prevê o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que licencia o empreendimento e estabelece passivos ambientais, exigindo definição das áreas de influência e condicionantes ambientais para renovação da licença. Conforme colocado pelos pescadores, não há envolvimento da classe nos momentos de levantamento de dados, que, na maioria dos casos, é feito por dados secundários ou breves conversas com lideranças (representantes de colônias e/ou associações). Dessa forma, a identificação das áreas de pesca não condiz com a realidade, não fornecendo informações coerentes para a definição das áreas de influência. Nesse processo de definição, é comum haver questionamentos referentes à validade dos dados, aos critérios de definição de áreas diretamente afetadas e discordância em relação aos municípios incluídos, ou não, na área de influência.</p> <p>Para a participação popular, são realizadas Audiências Públicas, com apresentação dos estudos e conclusões e espaços para complementações, correções e/ou acréscimos. Os estudos são disponibilizados prontos, com linguagem inacessível e há pouco tempo para contribuições, além de o formato das reuniões serem desgastantes e não favorecerem a permanência e atenção da população em geral. Dessa forma, pescadores alegaram não terem condições de participar efetivamente, tampouco influenciarem nas tomadas de decisão. Explicam não estarem preparados para discutir os documentos, por não acessarem a linguagem técnica e não conseguirem apresentar seus argumentos.</p>	<p>Conflitos se relacionam aos recursos sociais e à capacidade da classe em se organizar. Toda conjuntura citada na descrição dos problemas acaba por impactar negativamente nos recursos financeiros do pescador, que acaba não sendo compensado como relata que deveria. O cenário é permeado por relações de poder e interesses divergentes, e há baixa capacidade de influenciar a política pública do licenciamento.</p>

**Tabela VI-19: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>II. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b> (desde momentos que antecedem o empreendimento às ações de compensação/mitigação):</p> <p>II.3- medidas compensatórias;                      II.4- medidas mitigadoras;                      II.5- participação na negociação dos blocos de Exploração e Produção.</p>	<p>II.3 e II.4 - As Medidas Mitigadoras (PCS/PEA/PMA/PMDP) e Medidas Compensatórias (PCAP) são questionadas, e a classe pesqueira reforça a importância de serem definidas considerando a participação do segmento. Afirmam que as compensações não são suficientes para reparar o real impacto em seus recursos financeiros. Além disso, desejam ser incluídos nas discussões prévias aos leilões da ANP, pois acreditam que depois dos leilões não é possível reivindicar maiores direitos. Afirmam que os PEAs têm um perfil muito mais urbano que pesqueiro. Dos PCAPs, reclamam da demora em aprovar e implementar as ações, além da espera da “boa vontade” das empresas. Defendem que os processos de licenciamento devem contar com a participação dos pescadores em suas formulações.</p> <p>* Importante registrar a fala do pescador do rio Paraíba (Município de Campos), reivindicando que a pesca de rio seja incluída nos planos de compensação (PCAP), e não somente nos processos de mitigação (PEA). E do presidente da Colônia de Rio das Ostras, insatisfeito com a não consideração do município como área de influência de empreendimentos da BR e consequente exclusão nos processos de compensação (PCAP).</p> <p>* No que diz respeito às multas geradas pelo não cumprimento das exigências do licenciamento, há inquietação em relação à aplicação do recurso, uma vez que ele não é destinado aos municípios onde a infração foi cometida.</p> <p>II.5 - Pescadores questionaram a posição do governo com relação às autorizações para exploração de petróleo, alegando que não são ouvidos e são os mais prejudicados. A mediação e representantes do Ibama explicaram que há situações nos processos de licenciamento ambiental. Por exemplo, em relação à definição dos blocos (áreas) de pesquisa para exploração do petróleo, que o nível de discussão e a tomada de decisões ocorrem fora da competência da discussão presente, uma vez que acontecem no âmbito acima de decisão do Estado, em nível federal, pela Agência Nacional do Petróleo. Isso limita a intervenção do Ibama, que não tem autonomia ou autoridade para intervir nas decisões.</p>	<p>Conflitos se relacionam aos recursos pesqueiros e físicos. Gera relevante diminuição de captura de pescado (produção pesqueira), o que impacta negativamente na base de recursos financeiros do pescador. Geração de disputa territorial e de tipos de atividades (modernas x tradicionais). Há baixa capacidade de influenciar a política pública (fiscalização do Ibama, Capitania dos Portos e Marinha). No campo simbólico dos valores e crenças, o pescador passa a, cada vez mais, acreditar que é desrespeitado e “coitado”. Tal relação desigual de poder interfere na migração profissional e no esvaziamento político das organizações de base. Há menos participação em espaços de discussão e mediação. Nesse cenário, incluem-se políticas públicas como de Licenciamento Ambiental, que tem sido avaliadas negativamente, já que a crença é que os pescadores não conseguem influenciá-la no que tange às suas necessidades principais (discussões sobre áreas de instalação e políticas de indenização, assim como gestão compartilhada de espaço marinho nos momentos que antecedem os leilões dos blocos concedidos pela ANP).</p>

**Tabela VI-20: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo os pescadores
<p><b>II. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:</b>                      II.I- procedimentos do licenciamento;                      II.II- atividade de petróleo anterior ao licenciamento;                      II.III- medidas compensatórias;                      II.IV- medidas mitigadoras;                      II.V- participação na negociação dos blocos de Exploração e Produção.</p>	<p>*ANP;                      *Ibama/ CGPEG;                      *Inea;                      * Prefeituras;                      * Colônias de Pesca;                      * pescadores;                      * organizações da pesca;                      * indústria do petróleo e gás.</p>	<p>*licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás;                      *audiências públicas;                      *Projetos de Educação Ambiental (PEA) e de Compensação (PCAPs);                      * reuniões técnicas entre pescadores, Ibama e Colônias de Pesca.</p>	<p>* Acessar com antecedência os procedimentos para o Licenciamento Ambiental.                      * Ibama e empresas de petróleo e gás devem gerar documentos com linguagem acessível aos pescadores, para que possam participar de forma efetiva nas audiências públicas.</p> <p>Além disso, abaixo seguem algumas diretrizes do Ibama que poderão vir a fortalecer estratégias de enfrentamento:</p> <p><u>Portaria Ibama especializando os estudos gerados:</u> reconhecimento da insuficiência dos estudos ambientais e para identificação das áreas de pesca subsidiando a definição de áreas de influência. Portaria baixada recentemente para revalidação dos estudos e disponibilização das informações no site do Ibama. Dados e mapas serão disponibilizados, publicados, por área e municípios, indicando o número de pescadores e as datas e locais permitidos para pesca. Serão incluídos: mapas de bordos da pesca industrial que indicam a localização dos recursos pesqueiros, uma vez que possuem informações georreferenciadas, e as informações levantadas pelo Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (Preps), que controla as operações da frota pesqueira autorizadas pelo MPA.</p> <p><u>Termo de Ajustamento de Conduta (TAC):</u> instrumento previsto para contemplar passivos ambientais e exigir medidas de compensação aos impactos gerados por empreendimentos já instalados sem passar por processo de licenciamento ambiental.</p>

**Tabela VI-21: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. PRODUÇÃO PESQUEIRA</b>                      I.1- efeito atrator das plataformas (em relação ao pescado);                      I.2- atividades sísmicas afugentam o pescado;                      I.3- poluição no mar.</p>	<p>Todos os problemas listados foram incluídos na terminação "Produção Pesqueira" por estarem ligados à diminuição de captura do pescador, afetando, portanto, sua produção pesqueira.</p> <p>I.1 - As estruturas das plataformas, por estarem instaladas no fundo do mar e servirem como recifes artificiais, atraem diversas espécies de pescado, que buscam abrigo e alimentos. Portanto, parte do recurso pesqueiro, que antes se encontrava próximo às costeiras, migra e se aglomera no entorno das plataformas, em áreas consideradas de risco, com medidas proibitivas de acesso e pesca. O pescador, assim, se depara com a migração do recurso pesqueiro e com a restrição de sua área de atuação, tendo a atividade prejudicada.</p> <p>I.2 - Esse problema também foi destacado no item I.3 da primeira tabela, envolvendo problemas de relação direta com a indústria de petróleo. Aqui, portanto, essa temática é retomada, já que gera diminuição na captura de pescado, pelo pescador. As atividades de sísmica são consideradas geradoras de áreas de exclusão à pesca. Nos momentos de atuação do navio, pescadores são impedidos de transitar e exercer suas atividades nesses locais, por motivos de segurança e sobreposição de uso do espaço. Além disso, os efeitos das ondas sonoras emitidas pela sísmica em relação à produção pesqueira são motivos de discussão entre pescadores e técnicos ambientais. Faltam esclarecimentos, estudos conclusivos para discussão dos reais efeitos. Os pescadores afirmam que as ondas assustam, dispersam e afetam os ciclos de vida e reprodução dos peixes. Os técnicos, por outro lado, afirmam que o impacto é pontual e que, logo após a passagem das ondas, os peixes retornam ao seu lugar sem serem afetados.</p> <p>I.3 - A atividade de E&amp;P gera poluição no mar, causada por derramamentos de óleo e descarte de resíduos e dejetos, como materiais perdidos no mar (boias, cabos de ferro etc.), produtos químicos e lixo domésticos, gerados pelas embarcações e plataformas. Mesmo havendo programas de controle de resíduos, há pouco controle e fiscalização. Os resíduos são despejados de maneira irregular e afetam a qualidade ambiental e a vida marinha.</p>	<p>Conflitos se relacionam aos recursos pesqueiros e físicos dos pescadores. Relação com disputa territorial entre atividades divergentes, com interesses diversos (pesca e indústria de petróleo e gás). Há baixa capacidade de influenciar a política pública e baixa efetividade do órgão ambiental em fiscalizar o ambiente marinho, por falta de efetivo.</p>

**Tabela VI-22: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Direta com E&P**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo os pescadores
<p><b>I.PRODUÇÃO PESQUEIRA</b> I.1- efeito atrator das plataformas (em relação ao pescado); I.2- atividades sísmicas afugentam o pescado; I.3- poluição no mar.</p>	<p>*Ibama/CGPEG; * pescadores; * Colônias de Pesca; * empresas da indústria de petróleo e gás, incluindo a cadeia de suporte e logística que atua no mar.</p>	<p>*licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás; *audiências públicas; *Projetos de Educação Ambiental (PEA) e de Compensação (PCAPs).</p>	<p>*Aplicação nas comunidades dos recursos financeiros que advêm das multas. Pescadores alegam que os recursos não são investidos em melhorias, não sendo aplicados nos locais das infrações. * Melhora da fiscalização e controle das atividades no espaço marinho. * Diálogo e acordo com as empresas da cadeia produtiva de petróleo e gás.</p>

A seguir, seguem os resultados gerados pela discussão e pela reflexão dos problemas relacionados *indiretamente* à cadeia de petróleo e gás.

**Tabela VI-23: Resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. ORDENAMENTO PESQUEIRO</b></p> <p>I.1- áreas de pesca; I.2- pesca desordenada.</p>	<p>I.1 - Nem sempre áreas de pesca tradicionais são conhecidas ou consideradas, uma vez que, conforme já apresentado, não há participação ou reconhecimento dos saberes dos pescadores nas etapas que antecedem a instalação dos empreendimentos. Em função da restrição de áreas de pesca tradicionais, pescadores são obrigados a interromperem momentos de pescaria, comprometendo suas atividades de trabalho e renda. Acabam por migrar suas frotas/pescarias para outros locais. Essa mudança de pesqueiros desconfigura a organização já estabelecida entre os pescadores e gera conflitos entre frotas da classe.</p> <p>I. 2 A presença de instalações da indústria do petróleo e gás e a criação de unidades de conservação (Resex e parques) geram locais proibidos para pesca, o que desencadeia práticas ilegais dessa atividade. Diversos pescadores, por falta de alternativas de pesqueiros e ausência de efetividade nas ações de compensação, acabam continuando a pescar em áreas proibidas. Também se identifica disputa de áreas entre pescadores industriais e artesanais, em áreas destinadas exclusivamente a estes. Situação agravada pela falta de fiscalização.</p>	<p>Identifica-se divergência de interesses e priorização do desenvolvimento econômico por meio dos empreendimentos instalados nas mesmas áreas de atuação dos pescadores, em detrimento dos direitos e interesses dessa classe. Conflitos pelo uso do espaço marinho refletem conflitos na base social dos pescadores, afetando também recursos financeiros. O cenário é permeado por relações de poder e interesses divergentes.</p> <p>Em relação ao estabelecimento de Resex, como no caso de Arraial do Cabo, também há conflitos pelo uso de espaço e divergência de interesses.</p>

**Tabela VI-24: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p>I. <b>ORDENAMENTO PESQUEIRO</b></p> <p>I.3 - políticas de gestão; I.4 – fiscalização.</p>	<p>I.3 - Dentro desse problema, foram apontados diversos detalhamentos, os quais foram divididos em dois subgrupos: I.3.a descontinuidade dos monitoramentos; e I.3.b períodos de defeso.</p> <p>I.3.a <u>Descontinuidade dos monitoramentos</u>: Os pescadores contestam os valores estatísticos de produção, indicando não serem condizentes com a realidade praticada. Questionam as fontes dos dados, sua validade e colocam que a situação de monitoramento é longe da ideal, uma vez que a classe pouco participa do processo. Além disso, afirmam que os monitores não coletam os dados em todos os pontos de desembarque e que a pesca de canoa e de turismo não são consideradas na estatística. Os monitoramentos são atrelados a um empreendimento e, muitas vezes, limitam-se ao tempo e exigência do processo de licenciamento. Dessa forma, justifica-se descontinuidade no monitoramento, que não contempla a variação das espécies e safras ao longo do ano. Os dados de monitoramento pesqueiro são gerados para monitoramento das atividades de E&amp;P, e não são responsáveis pela definição de medidas de compensação, que é definida por meio de outras informações identificadas pela CGPEG, como os locais de pesca. Por outro lado, existe uma tentativa por parte do Ibama e da Fiperj em convergir as iniciativas e fazer monitoramento padronizado.</p> <p><u>Períodos de Defeso</u>: A eficiência dos períodos de defeso é questionada, pois são definidas épocas proibitivas para pesca que não necessariamente correspondem aos períodos de procriação das espécies. Por outro lado, espécies como o camarão de lagoa (berçário da espécie) não possuem defeso. Pescadores defendem que sua captura deveria ser controlada para permitir procriação do camarão. Pescadores argumentam que há necessidade de estabelecer períodos de defeso específicos para as espécies e regiões. Da mesma forma, deve-se considerar o conhecimento local para identificar o período certo naquela realidade. Há espaços para discussão e definição da gestão dos recursos pesqueiros (comitês científicos, grupos de trabalho, conselhos de pesca), mas não estão consolidados para a participação dos pescadores, que pouco estão presentes nos espaços.</p> <p>I.4 - Argumenta-se que não existem ações de fiscalização eficientes para controlar a pesca ilegal (predatória, industrial) nas áreas exclusivas de pesca artesanal. São utilizadas informações do Preps (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite) sobre a frota pesqueira industrial que atua na região. No entanto, pouco se avança nessa questão.</p>	<p>Identificam-se conflitos sobre os recursos pesqueiros, relacionados à baixa influência dos pescadores nas políticas de ordenamento pesqueiro. Há divergência de interesses, possivelmente agravadas por relações de poder discrepantes entre a classe pesqueira e esferas federais e de fiscalização estaduais.</p>

**Tabela VI-25: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados
<p><b>I. ORDENAMENTO PESQUEIRO</b></p> <p>I.1- áreas de pesca; I.2- pesca desordenada; I.3 - políticas de gestão; I.4 – fiscalização.</p>	<p>Para os problemas I.1 e I.2, tem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Petrobras e outras empresas da cadeia produtiva de petróleo e gás;</li> <li>* Ministério da Pesca e Aquicultura;</li> <li>* Ibama/CGPEG;</li> <li>* Fiperj;</li> <li>* Colônias de Pesca e Associações;</li> <li>* IBGE;</li> <li>* Ibama;</li> <li>* Inea;</li> <li>* Prefeitura;</li> <li>* pescadores;</li> <li>* secretarias de pesca.</li> </ul> <p>Para os problemas I.3 e I.4, têm-se todos os atores citados acima com exceção das empresas envolvidas na cadeia produtiva de petróleo e gás.</p>	<p>I.3 Existe um projeto de criação de Conselho Regional de Estudo (região Sudeste), pensado pelo MPA, para fazer estudos mais detalhados e melhores proposições para o defeso. Há possibilidade de pescadores se organizarem em um núcleo específico para defender a classe da pesca no Conselho.</p> <p>I.1, I.3 e I.4 - Gerenciamento Costeiro vem sendo retomado, com discussão de ocupação da orla, recursos hídricos e uso do espaço marinho. Está sendo formado o Comitê Estadual para discussão e elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que contempla cadeiras para representantes da pesca.</p> <p>I.1 a I.4 - Há exemplos pontuais de participação dos pescadores em políticas de gestão (São João da Barra e Casimiro de Abreu, apresentados nos enfrentamentos)</p>

**Tabela VI-26: Continuação dos resultados da discussão em plenária – grupo de pescadores – Problemas de Relação Indireta com E&P**

Problemas	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo os pescadores
<p>I. ORDENAMENTO PESQUEIRO</p> <p>I.1- áreas de pesca;</p> <p>I.2- pesca desordenada;</p> <p>I.3 - políticas de gestão;</p> <p>I.4 – fiscalização.</p>	<p>I.1 a I.3 - <b>Participação da classe na produção dos dados:</b> pescadores reforçam que a estatística pesqueira deve ser feita pelo pescador, envolvendo a Colônia, que apresentaria os dados de forma correta, condizente com a realidade. Exemplo: Maricá, onde a estatística é feita pelos pescadores. <b>Validação dos dados junto às colônias e associações de pesca:</b> reivindicam que os dados sejam validados com as Colônias e associações de pesca antes de serem publicados, evitando, assim, que não haja erros ou perda de informações. O presidente da Colônia de Campos informou que identificou erros nos dados do município e solicitou revisão na CGPEG, que respondeu ao ofício reconhecendo que o monitoramento estava errado e indicou revisão, mas ela não foi realizada.</p> <p>I.3.a - <b>Realizar monitoramento contínuo:</b> é necessário que o monitoramento seja contínuo e em períodos maiores do que um ano, para fornecer dados comparativos e considerar irregularidade de captura de determinados tipos de pesca, como a pesca de canoa e turística. <b>Criar espaço de diálogo e encaminhamento:</b> proposta de promover um representante de cada comunidade para conversar com as instituições envolvidas no monitoramento. <b>Criar comissão:</b> proposta para criar comissão para discutir com Fiperj, MPA, Ibama, CGPEG, a metodologia utilizada na estatística pesqueira.</p> <p>I.3.b - <b>Defesos por região,</b> priorizando os períodos de reprodução: proposta que o defeso e outras políticas de gestão se definam com base no conhecimento local dos pescadores, considerando as especificidades de cada região e diferentes períodos de reprodução das espécies.</p> <p>*Em Atafona o Projeto Pólen (PEA-BC) discutiu a questão (com jovens, mulheres e próprios pescadores) e produziu documento de cartas propostas, que foram registradas em cartório e entregues ao município para serem encaminhadas às empresas, CGPEG, MPA. O documento está à disposição para outros pescadores.</p> <p>*Em Casimiro de Abreu, pescadores estão fazendo estudo no rio São João sobre os robalos, identificando os períodos de reprodução e alimentação. Irão produzir documento para entregar ao Ibama e propor portaria. Pretendem fazer estudos de outras espécies.</p> <p>*Na lagoa de Araruama, pelo consórcio Lagos São João, foi proposto ordenamento de uso da lagoa e estabelecidos períodos para atividade de pesca, assegurando os momentos de procriação das espécies.</p> <p>I.3 - <b>Encaminhar solicitação para o MPA</b> participar do grupo de gestão da pesca: encaminhamento para pescadores cobrarem do MPA que o Conselho Regional, e o respectivo núcleo de pesca, sejam concretizados o quanto antes, para fomentar participação na política de defeso.</p> <p>I.1 a I.4 - <b>União dos grupos para discussão com os responsáveis:</b> indicativo para as Colônias e associações se unirem para ocuparem espaços importantes nos municípios e na região:</p> <p>* Secretarias Municipais de Pesca, onde possam cobrar dos Secretários de Pesca ações para melhora das atividades da pesca.</p> <p>* Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro, que está em formação, com cadeiras abertas à classe pesqueira, para que os pescadores se envolvam desde o início das discussões.</p> <p>* Ministério Público, buscando acompanhamento de solicitações e trâmites que envolvam os pescadores, para garantir os direitos da classe.</p> <p>* Que pescadores utilizem ferramentas e instrumentos legais, como portarias. E os conselhos das unidades de conservação (Resex Arraial do Cabo e Parna Jurubatiba), que estabelecem ordenamento para atividade de pesca, para apresentarem as questões relacionadas à pesca e assegurarem os direitos da classe.</p> <p>* Nos espaços de discussão ligados aos grandes empreendimentos que afetam a atividade pesqueira, recomenda-se que o foco seja dado às condicionantes ambientais.</p>

A seguir, segue a última parte de resultados do grupo de pescadores, os problemas relacionados à Organização Social, sem relação com a cadeia produtiva de petróleo e gás.

**Tabela VI-27: Resultados da discussão em torno dos problemas de Organização social dos pescadores**

Problemas	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>. ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b> I.1 - organização social fragilizada; I.2 - reprodução social.</p>	<p>I.1 - Em todos os municípios, existem instituições e Colônias de Pesca que representam os pescadores. Existem casos em que há diálogo entre essas instituições, sendo que seus representantes participam de espaços de discussão. Entretanto, em sua maioria, a classe pesqueira é pouco unida, apesar de existir uma série de problemas comuns. * Representantes identificam que há baixa capacitação e conhecimento entre os pescadores para compreender e discutir questões que envolvem a pesca, bem como contribuir com estudos e discussões relacionadas à gestão pesqueira e empreendimentos que impactam a atividade. Isso também contribui para a desarticulação da classe. Colocam a importância de terem suporte técnico e jurídico para qualificar a participação e melhor envolver os pescadores. Ainda foram relatados que os problemas derivados do uso de droga e violência são parte da realidade dos pescadores e contribuem com a falta de motivação e união da classe. Há também sentimento de descrença em melhora, descrédito ao poder público e de vitimização e passividade.</p> <p>I.2 - De modo geral, os filhos dos pescadores não estão continuando na atividade, havendo tendência de envelhecimento da categoria e pouca renovação dos pescadores. Entre os motivos está: * a falta de interesse por parte dos mais jovens e a falta de incentivo dos pais, que acreditam perceber melhores perspectivas em outras atividades, como prestação de serviços, turismo e emprego nas atividades ligadas à indústria de P&amp;G; *o pouco incentivo para trabalhar na pesca, em função do alto risco de acidentes, da diminuição do tamanho de captura, de haver épocas de defeso e dificuldades de receber o recurso, pouco apoio à atividade, dificuldades para adquirir petrechos de pesca, entre outros. * o fato de as áreas costeiras estarem sendo valorizadas leva as famílias de pescadores a venderem suas terras e se mudarem para áreas distantes do mar, o que desmobiliza a classe, gera perda de identidade e tradição da pesca.</p>	<p>Recursos sociais dos pescadores são fragilizados pela debilidade da organização social.</p>

## VI.6 Grupo de moradores urbanos – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional

Para pleno entendimento da espacialidade desse grupo, retomam-se (Tabela abaixo) rapidamente os municípios e localidades do coletivo dos moradores urbanos.

**Tabela VI-28: Municípios e respectivas localidades do grupo de moradores urbanos envolvidos no Diagnóstico do PEA-BC**

Município	Grupo	Localidades
Cabo Frio	Moradores urbanos	Monte Alegre, Jardim Esperança, Caiçara e Tamoios
Casimiro de Abreu	Moradores urbanos	Bairro Industrial e Palmital
Rio das Ostras	Moradores urbanos	Mar do Norte (Arlindo Martins), Âncora, Nova Esperança e Liberdade
Macaé	Moradores urbanos periféricos	Lagomar, Nova Botafogo, Complexo Ajuda (Ajuda de Cima, Ajuda de Baixo e Planalto da Ajuda), Águas Maravilhosas e Virgem Santa
Carapebus	Moradores urbanos	Centro, Sapecado e Ubás
Campos dos Goytacazes	Moradores urbanos	Dores de Macabu, Ururaí e Ponta da Lama

A seguir, é apresentado o resultado do critério de frequência para definição dos problemas comuns dos moradores urbanos.

**Tabela VI-29: Frequência dos problemas comuns para o grupo de moradores urbanos**

Macrotema	Problemas Moradores Urbanos	Frequência total em relação aos 6 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação direta com E&P		
Uso e ocupação do solo	Presença de gasodutos em bairros.	33%	Casimiro de Abreu e Macaé. Em Dores de Macabu (Campos dos Goytacazes), há gasoduto, mas não é visto como um problema. Por esse motivo, este município não foi contabilizado na frequência.
Macrotema	Relação indireta com E&P	Frequência total em relação aos 6 municípios	Municípios onde este problema existe
Crescimento desordenado	Crescimento desordenado das cidades, potencializado pela expectativa de trabalho na indústria de P&E. Relaciona-se a ocupações irregulares.	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes.
Gestão pública e políticas sociais	Infraestrutura precária de serviços, principalmente nos setores de saúde, educação e transporte.	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes.
	Aumento da criminalidade e tráfico de drogas.	50%	Cabo Frio, Rio das Ostras e Macaé.
	Gestão ineficiente de recursos públicos e de <i>royalties</i> .	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes.
Meio ambiente	Poluição de cursos d'água.	83%	Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes.
Macro tema	SEM relação com E&P	Frequência total em relação aos 6 municípios	Municípios onde este problema existe
Organização social	Baixa participação social.	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes.

Posto esse cenário aos membros presentes na plenária, foram mediadas as discussões e reflexões, cujos resultados são visualizados a seguir.

**Tabela VI-30: Resultados para os problemas com relação direta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problema de relação direta com a indústria de E&P	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b> I.1 - Presença de gasodutos nas comunidades</p>	<p>I.1 - O problema da presença de gasodutos nas comunidades tem como principal desafio a melhora da comunicação entre a Transpetro e os moradores. Argumenta-se que há falta de informação sobre o funcionamento das válvulas e gasoduto e prevenção de possíveis acidentes. Por outro lado, percebem-se indícios de passividade quanto à tomada de ação das comunidades para serem sujeitos da busca por informações. Os relatos indicam que a falta de diálogo e de esclarecimento é uma das causas que gera invasão de propriedades nas áreas dos dutos, que deveriam ser restritas. Esse cenário ainda é potencializado pela falta de iluminação e de sinalização por placas de segurança, por exemplo.</p>	<p>Conflitos se relacionam aos recursos naturais do solo. A instalação dos gasodutos levou à desapropriação de diversas famílias, e, mesmo ocorrendo indenização, o processo não é bem-visto. Fica claro que, na visão dos moradores urbanos, há disputa de poder em função de relações de poder desiguais. Relaciona-se também à dicotomia que há entre as atividades divergentes (modernas – indústria do petróleo e gás natural X tradicionais – modo de vida familiar).</p>

É importante destacar que a presença de membros da Petrobras nesse momento da discussão foi fundamental. Explicou-se com detalhes a importância das Audiências Públicas, como oportunidades de trocar informações e conhecer mais a fundo tudo o que envolve a instalação dos gasodutos e como deve ser o relacionamento com as comunidades. Ainda, explicaram-se as diferenças entre as Audiências e as Reuniões Públicas.

**Tabela VI-31: Continuação dos resultados para os problemas com relação direta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo de moradores urbanos
<p><b>I. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b>                      I.1 - Presença de gasodutos nas comunidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Petrobras;</li> <li>* Transpetro;</li> <li>* Setor de Comunicação Social da Transpetro e Petrobras, para melhor fluxo de comunicação e informação;</li> <li>* Inea e Secretaria do Meio Ambiente;</li> <li>* moradores urbanos de Bairro Industrial (Casimiro de Abreu) e Planalto da Ajuda (Macaé).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Projeto Pólen, que oferece informações;</li> <li>* audiências públicas;</li> <li>* diagnóstico do PEA-BC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Maior participação das comunidades nas Audiências Públicas e espaços que abordem a instalação dos gasodutos.</li> <li>* Melhorar a eficiência do fluxo de comunicação entre a Transpetro e os moradores. Exemplo: melhorar a linguagem utilizada nas mídias escritas e nos encontros com os representantes da Transpetro, utilizando uma linguagem mais clara e compreensível pelas comunidades.</li> <li>* Cadastrar as associações locais para recebimento de informações pela Transpetro e Petrobras.</li> <li>* Fazer pressão nas Prefeituras por meio de um documento no qual se exija melhor fiscalização e acompanhamento nas áreas de ocupação.</li> <li>* Criar jornal da comunidade, no qual as associações possam publicar informações para a comunidade, a exemplo do que ocorre em Rio das Ostras.</li> <li>* Colocar mural na porta das associações, fornecendo informações úteis às comunidades.</li> <li>* Criar serviço de alto-falante comunitário para divulgar informações.</li> <li>* Criar horta comunitária para evitar escavações nas áreas de ocupação pelos gasodutos, evitando o uso indevido do solo.</li> <li>* Incentivar aproximação entre a Transpetro e as comunidades para identificação das áreas de risco. Além disso, buscar informações de como pode ser possível minimizar o uso indevido do solo nas faixas de servidão.</li> </ul>

**Tabela VI-32: Resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problema de relação indireta com a indústria de E&P	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. CRESCIMENTO DESORDENADO DAS REGIÕES</b></p> <p>I.1 - Crescimento é potencializado pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás.</p>	<p>I.1 - A indústria de petróleo e gás é vista como fator atrativo de mão de obra (qualificada ou não) para as regiões que possuem relação com ela. No entanto, essa situação não é acompanhada por investimentos públicos suficientes, o que esbarra na responsabilidade que é conferida ao poder público. Esse cenário acaba por pressionar a infraestrutura de serviços, considerada precária (problema aprofundado a seguir). Por outro lado, muitas vezes, a massa trabalhadora que migra para essas regiões não é potencialmente qualificada, o que acaba gerando situações de desemprego e miséria.</p> <p>Especificamente, seguem outros importantes argumentos de cada município para esse problema.</p> <p>1) Em Cabo Frio, a ausência de um Plano Diretor e a emancipação do município sem preparação adequada impulsionaram o crescimento desordenado.</p> <p>2) Em Casimiro de Abreu, desde o ano 2000, houve aumento considerável de moradores na região (56%), dados comprovados pelo Censo. Tal aumento está ligado à expectativa de emprego na indústria de E&amp;P, pela proximidade com Macaé e Rio das Ostras. O município é considerado como 3ª moradia a partir de Macaé.</p> <p>3) Em Rio das Ostras, a proximidade com Macaé e a instalação da ZEN, com empresas ligadas à rede de petróleo e gás, vêm potencializando o crescimento desordenado do município.</p> <p>4) Em Macaé, há influência também em relação à indústria de petróleo instalada na região, contribuindo para o crescimento desordenado.</p> <p>5) Em Carapebus, a instalação de ZENs também tem incentivado migração populacional, assim como a proximidade com Macaé.</p> <p>6) Em Campos dos Goytacazes, os bairros periféricos são formados por pessoas vindas, principalmente, de Alagoas e da Bahia, atraídas pela possibilidade de ingressar profissionalmente na indústria de petróleo e gás.</p>	<p>I.1 - O conflito se dá principalmente relacionado aos recursos sociais e físicos dessas comunidades. Há modificação no modo de vida e complicações no dia a dia, relacionadas ao crescimento desordenado e pressionando a já frágil situação dos serviços públicos, principalmente saúde, transporte e educação.</p>

**Tabela VI-33: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problemas	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo de moradores urbanos
<b>I. CRESCIMENTO DESORDENADO DAS REGIÕES</b> I.1 - Crescimento é potencializado pela expectativa de emprego na indústria de petróleo e gás.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* empresas ligadas à indústria de petróleo e gás;</li> <li>* prefeituras dos municípios e suas respectivas Secretarias de Habitação, Planejamento, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Transporte, Saneamento;</li> <li>* Inea;</li> <li>* rede pública de serviços;</li> <li>* moradores urbanos dessas regiões;</li> <li>* Codin (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro);</li> <li>* Ministério Público;</li> <li>* associações de moradores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* reuniões nas Câmaras de Vereadores;</li> <li>* projetos de Educação Ambiental;</li> <li>* audiências públicas;</li> <li>* Diagnóstico do PEA-BC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Pressionar as Prefeituras por meio de um documento em que se exija a fiscalização e o acompanhamento nas áreas de ocupação do espaço público.</li> <li>* Aumentar a participação da comunidade e prepará-la para fazer mais denúncias.</li> <li>* Capacitar as associações para participarem dos Conselhos.</li> <li>* Estruturar associações como entidade de formulação e acompanhamento das representações da comunidade.</li> <li>* Preparar os líderes comunitários para fazer o papel de mediação entre comunidade e gestores públicos.</li> <li>* Aumentar e qualificar a participação nas sessões das Câmaras de Vereadores.</li> </ul>

**Tabela VI-34: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problemas com relação INDIRETA à cadeia produtiva de petróleo e gás	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>II. GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS SOCIAIS</b></p> <p>II.1 infraestrutura precária de serviços públicos, principalmente nos setores de saúde, transporte e educação;</p> <p>II.2 aumento da criminalidade e do tráfico de drogas;</p> <p>II.3 gestão ineficiente de recursos, investimentos públicos e de <i>royalties</i>.</p>	<p>II.1 e II.3 O problema aprofundado anteriormente, de Crescimento Desordenado, está relacionado a este, já que há, portanto, maior pressão sobre a infraestrutura pública de serviços, com aumento populacional e o não acompanhamento de investimentos públicos nas áreas vitais para a população. Em outras palavras, o crescimento das cidades não é acompanhado por investimentos de infraestrutura e que garantam o acesso aos direitos sociais do cidadão. Esse cenário, é claro, se liga à conjuntura de deficiência na gestão pública, o que passou a se agravar, por consequência, com a chegada na indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos, pois, alterando profundamente as dinâmicas sociais e econômicas, não foi consorciada com devidos investimentos públicos. Nesse contexto, os <i>royalties</i> são incluídos, pois deveriam ter como objetivo vital o princípio da justiça intergeracional. No entanto, afirma-se que não há construção de um modelo saudável de planejamento público que melhore os meios de vida das comunidades.</p> <p>II.2 O aumento da criminalidade e o tráfico de drogas são relacionados indiretamente à indústria de petróleo e gás no seguinte âmbito: parte das pessoas que migram para os municípios, atraídos pela possibilidade de emprego na cadeia de E&amp;P, acabam reproduzindo modos de vida ligados a crimes e consumo de drogas. Mesmo assim, foi bastante reforçado que esse problema é um problema social, tendo muito mais relação com políticas públicas e assistência social do que com o setor de petróleo, que não poderia ser responsabilizado por tais cenários.</p>	<p>II.1 a II.3 Conflito de recursos sociais e políticos das comunidades, que acabam não sendo fortalecidos pela gestão pública.</p>

**Tabela VI-35: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problemas de relação indireta com a cadeia de E&P	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<p><b>II. GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS SOCIAIS</b></p> <p>II.1 infraestrutura precária de serviços públicos, principalmente nos setores de saúde, transporte e educação;</p> <p>II.2 aumento da criminalidade e tráfico de drogas;</p> <p>II.3 gestão ineficiente de recursos, investimentos públicos e de <i>royalties</i>.</p>	<p>II.1 e II.3:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* empresas ligadas à indústria de petróleo e gás;</li> <li>* empresas privadas de outros setores econômicos;</li> <li>* Prefeitura e suas respectivas Secretarias de Habitação, Planejamento, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Transporte, Saneamento;</li> <li>* Inea;</li> <li>* rede pública de serviços;</li> <li>* rede privada de ensino;</li> <li>* moradores urbanos;</li> <li>* associações de moradores;</li> <li>* Codin (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro);</li> <li>* Ministério Público.</li> </ul> <p>II.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* empresas ligadas à indústria de petróleo e gás;</li> <li>* empresas privadas de outros setores econômicos;</li> <li>* Prefeitura e suas respectivas Secretarias de Habitação, Planejamento, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Transporte, Saneamento;</li> <li>* setores de Assistência e Promoção Social das Prefeituras;</li> <li>* moradores urbanos e população de modo geral.</li> </ul>	<p>II.1 e II.33</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* associações de moradores;</li> <li>* Conselhos Municipais;</li> <li>* Ministério Público.</li> </ul>	<p>De modo geral, ficou claro que deve haver retomada do controle social comunitário, para garantir o acesso a direitos sociais e obter melhora do quadro atual de precariedade pública. Assim, seguem possíveis ações para retomada desse controle social:</p> <p>II.1 e II.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* exigir uma educação mais qualificada, que inclua formação em cidadania e políticas públicas;</li> <li>* aumentar a participação nas associações de moradores e buscar meios de desenvolver o controle social;</li> <li>* participar de sessões das Câmaras de Vereadores;</li> <li>* preparar os líderes comunitários para fazer o papel de mediação entre a comunidade e os gestores públicos.</li> </ul> <p>II.2 Buscar mais informações sobre esse problema nas instituições governamentais ligadas à Assistência e Promoção Social.</p>

**Tabela VI-36: Continuação dos resultados para os problemas com relação indireta à cadeia de E&P – moradores urbanos**

Problema de relação indireta com E&P	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e descrição simbólica	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo de moradores urbanos
<b>III. MEIO AMBIENTE</b> III.1 - Poluição de cursos d'água.	Este problema liga-se a três causas, principalmente: 1ª: ocupações irregulares pelo crescimento desordenado; 2ª: instalações industriais em regiões periféricas sem estrutura adequada; 3ª: falta de investimento em saneamento básico e estações de tratamento de dejetos. Especificamente, seguem abaixo mais alguns aprofundamentos, em relação a alguns municípios. 1) Cabo Frio: a extração ilegal de areia no parque Mico-Leão-Dourado gerou um passivo ambiental. Houve formação de lagos que se transformaram em depósitos de lixo. 2) Rio das Ostras: o emissário na Boca da Barra gera poluição dos rios e manguezais. 3) Carapebus: a lagoa de Caxanga é o principal ponto de poluição, causada pela falta de tratamento de dejetos. Nos debates, ficou claro que a população deve ser responsabilizada, já que falta conscientização na preservação do meio ambiente. Muitos lançam dejetos domésticos nos recursos hídricos, o que prejudica muito a saúde dos cursos d'água.	III.1 - O conflito se dá principalmente sobre o uso dos recursos naturais. As atividades exercidas nos ambientes de seu entorno não estão sendo acompanhadas por políticas de planejamento sustentáveis e tratamentos adequados, assim como não há conscientização suficiente da população em geral, que acaba contribuindo para a poluição.	* moradores urbanos e população em geral; * Inea; * associações de moradores urbanos; * Prefeitura e Secretaria de Meio Ambiente.  Em relação ao problema de Cabo Frio, incluem-se as empresas de extração de areia.	* reuniões nas Câmaras de Vereadores; * projetos de Educação Ambiental; * audiências públicas sobre empreendimentos nas regiões.	* Pressionar as prefeituras por meio de um documento em que se exija a fiscalização e o acompanhamento nas áreas de ocupação do espaço público. * Aumentar a participação da comunidade e prepará-la para fazer mais denúncias sobre a poluição. * Capacitar as associações para participarem dos conselhos que envolvem a agenda de meio ambiente em suas discussões. * Estruturar associações como entidade de formulação e acompanhamento das representações da comunidade. * Preparar os líderes comunitários para fazer o papel de mediação entre comunidade e gestores públicos. * Aumentar e qualificar a participação nas sessões das Câmaras de Vereadores.

**Tabela VI-37: Resultados do problema sem relação com a indústria de E&P – grupo de moradores urbanos**

Problemas SEM relação com E&P	Descrição dos problemas discutidos em plenária	Conflitos e sua descrição simbólica
<p><b>I. ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b></p> <p>I.1 - Organização social debilitada.</p>	<p>I.1 - A fragilidade da organização social das comunidades é um dos maiores obstáculos da realidade dos moradores urbanos, assim como dos outros grupos trabalhados no Diagnóstico. São muitos os motivos que levam a esse quadro. Aqui são apresentados os principais, mas deve-se considerar que não se esgotam nesta discussão: a descrença no poder público, aliada a sentimentos de passividade e impotência acabam por gerar um ciclo negativo, ou seja, de fragilidade da organização social.</p> <p>Especificamente, existem alguns aprofundamentos que devem ser feitos em relação a cada um dos seis municípios:</p> <p>1) Cabo Frio: a fragilidade social diz respeito mais aos jovens, nas localidades de Tamoios, Monte Alegre e Botafogo. A juventude se manifesta bastante desiludida com o poder público e, por isso, tem tentado desenvolver algumas ações próprias, como o movimento Se Liga, aprofundado na coluna de possíveis enfrentamentos.</p> <p>2) Casimiro de Abreu: a fragilidade social está associada às mudanças ocorridas com a vinda dos novos moradores à região. Assim, são relatadas alterações nas estruturas sociais, com a diminuição de sua coesão e consequente diminuição da organização social.</p> <p>3) Rio das Ostras: é apontada uma grande dificuldade no que tange à mobilização social, principalmente nas localidades de Mar do Norte e Nova Esperança, que carecem de lideranças comunitárias. Essa situação é também relacionada ao descrédito que há em formar organizações sociais nessas regiões.</p> <p>4) Macaé: existe baixa participação nas associações locais, devido à divisão de alguns bairros (Águas Maravilhosas foi separada do Planalto da Ajuda). Além disso, alguns líderes são vistos com desconfiança, por estarem ligados a empregos na Prefeitura.</p> <p>5) Carapebus: neste caso, a individualidade é vista como o principal obstáculo para a melhoria das organizações sociais. A passividade e o sentimento de descrédito em melhora acabam por formar um ciclo de desgaste e de desesperança.</p> <p>6) Campos dos Goytacazes: as dificuldades do dia a dia, relacionadas à falta de serviços básicos para a população (principalmente a situação precária das escolas públicas e hospitais) são listadas como exemplos de falta de mobilização e persistência para se formarem associações de bairro.</p>	<p>I.1 Claramente, existe um cenário de conflito de recursos sociais e políticos nos seis municípios, permeados por sentimento de descrença, desesperança e descrédito no poder público e possível melhora de vida. Relações de poder assimétricas, entre gestores, governo e comunitários são também relacionadas a isso. Há, ainda, um sentimento de passividade e vitimização, que acaba impedindo a tomada de ações rumo a maior mobilização social.</p>

**Tabela VI-38: Continuação dos resultados do problema sem relação com a indústria de E&P – grupo de moradores urbanos**

Problemas sem relação com E&P	Atores envolvidos	Espaços de enfrentamento atualmente ocupados	Possíveis ações para o fortalecimento do enfrentamento, segundo o grupo
<b>I. ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b> I.1 - Organização social debilitada.	* moradores urbanos das localidades desses seis municípios; * associações de moradores urbanos; - Associação de Moradores de Monte Alegre e Associação de Moradores de Tamoios (em Cabo Frio); - Associação de Moradores do Bairro Industrial (em Casimiro de Abreu); - Associações de Moradores em Lagomar, Virgem Santa e Planalto da Ajuda (em Macaé); - Associação de Moradores de Caxanga (em Carapebus); - Associação de Moradores de Ururaí (em Campos dos Goytacazes). * Prefeituras.	* As associações existentes são espaços atualmente ocupados, devendo, no entanto, se fortalecer. - Associação de Moradores de Monte Alegre e Associação de Moradores de Tamoios (em Cabo Frio); - Associação de Moradores do Bairro Industrial (em Casimiro de Abreu); - Associações de Moradores em Lagomar, Virgem Santa e Planalto da Ajuda (em Macaé); - Associação de Moradores de Caxanga (em Carapebus); - Associação de Moradores de Ururaí (em Campos dos Goytacazes).  * No caso de Cabo Frio, o movimento "Se Liga" é formado por jovens que buscam conscientizar a população sobre temáticas de saúde, ambientais e sociais. Por meio de campanhas e mobilização, tem alcançado resultados no apoio aos direitos sociais da população de Cabo Frio.	* divulgar mais as associações já existentes; * fortalecer as lideranças já existentes e apoiar a mobilização de novas pessoas das comunidades, aumentando o poder das associações; * criar rádios comunitárias; * criar meios impressos para divulgar as ações das associações.

## VI.7 *Royalties* em discussão

Ao longo deste Diagnóstico, sobretudo na etapa das Devolutivas Municipais, a temática dos *royalties* pagos aos municípios da Bacia de Campos apareceu como tema central, por ser uma realidade dos 14 municípios trabalhados. Os grupos sociais apresentavam um interesse acentuado por essa discussão, já que eram altos os níveis de desconhecimento. Nessa perspectiva, discutir essas receitas originárias fez parte do processo educativo envolvido neste Diagnóstico.

No entanto, mesmo com apoio da mediação da equipe técnica nas oficinas da Etapa 4, continuou evidente que essa temática continuava permeada por incertezas, desinformações e negatividade.

Assim, decidiu-se por dedicar um espaço específico para debater os *royalties* no Encontro Regional.

### VI.7.1 Dos *royalties* no Encontro Regional

Em todos os municípios, o tema *royalties* foi levantado e comumente associado às expressões “má gestão” e “perda do controle social”. Assim, apresentou-se uma dicotomia por meio de uma moeda: de um lado, está o Estado; de outro, a população. É evidente o papel do poder público na gestão e investimento dessas receitas, que têm na sua gênese a justiça intergeracional como base.

Todos os 104 participantes da Regional foram divididos aleatoriamente em 4 grupos, para então serem mediados em espaços físicos diferentes. Inicialmente, foi feita uma apresentação geral, com a definição de *royalties* e de *controle social*. Por meio de perguntas norteadoras (apresentadas a seguir) buscou-se garantir plenitude de reflexões, com base nas próprias experiências dos participantes, aliadas às contribuições teóricas dos mediadores. A seguir, os resultados que foram gerados por cada grupo de discussão.

**Tabela VI-39: Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 1**

<b>Grupo 1 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i></b>			
<b>1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?</b>	<b>2- Como estão funcionando?</b>	<b>3-Como a sociedade vem atuando nestes espaços?</b>	<b>4-Como vocês querem fazer para que eles funcionem?</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Comitê de Bacias;</li> <li>✓ Audiências Públicas;</li> <li>✓ Fóruns;</li> <li>✓ Conferências;</li> <li>✓ Ministério Público;</li> <li>✓ Câmara de Vereadores;</li> <li>✓ Conselhos Federais, Estaduais e Municipais;</li> <li>✓ Projeto Pólen;</li> <li>✓ Projeto NEA-BC;</li> <li>✓ Diagnóstico Participativo;</li> <li>✓ Plano Diretor do Município;</li> <li>✓ Agenda 21;</li> <li>✓ Organizações sociais (associações) de um modo geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Audiência Pública – não são bem divulgadas. A sociedade tem deixado de participar por não perceber resultados;</li> <li>* Ministério Público – está funcionando, mas não tem transparência. As pessoas fazem denúncias, mas não acompanham os processos;</li> <li>* Conselhos – atuam, mas também não têm transparência, e há uma limitação e falta de clareza sobre a possibilidade de participação das pessoas;</li> <li>* Câmara de Vereadores – as pessoas têm participação limitada pois não têm direito a voz;</li> <li>* Projeto Pólen – timidamente, e a população ainda está aprendendo a participar;</li> <li>* Diagnóstico Participativo – a população em geral tem atuado timidamente, pois ainda está em processo de amadurecimento;</li> <li>* Plano Diretor – timidamente, e a população está ainda aprendendo a participar;</li> <li>* Agenda 21 – timidamente;</li> <li>* Associações – sua existência não é interessante para os governos. Daí a falta de apoio e acolhimento. A população até participa se cadastrando, mas acaba se desmotivando pela falta de apoio.</li> </ul>	<p>Timidamente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* manifestações populares;</li> <li>* participação e envolvimento da imprensa falada e escrita;</li> <li>* Igrejas;</li> <li>* capacitação e formação voltada aos fóruns e conselhos;</li> <li>* maior participação da sociedade em todos os espaços;</li> <li>* palestra do Ministério Público nas escolas, ajudando na formação em cidadania;</li> <li>* mais comprometimento dos conselhos;</li> <li>* maior divulgação dos espaços;</li> <li>* estímulo à cultura de participação.</li> </ul>

**Tabela VI-40: Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 2**

<b>Grupo 2 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i></b>			
<b>1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?</b>	<b>2- Como estão funcionando?</b>	<b>3-Como a sociedade vem atuando nestes espaços?</b>	<b>4-Como vocês querem fazer para que eles funcionem?</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto NEA-BC;</li> <li>✓ Orçamento Participativo;</li> <li>✓ Reuniões comunitárias;</li> <li>✓ Dotação Orçamentária;</li> <li>✓ Câmara Itinerante de Búzios;</li> <li>✓ Comissão dos <i>royalties</i>;</li> <li>✓ Conselho Municipal dos <i>royalties</i> de Macaé;</li> <li>✓ Observatório de contas públicas (Búzios).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* sem comprometimento;</li> <li>* o orçamento não foi discutido;</li> <li>* alguns espaços não estão funcionando.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* de forma desorganizada;</li> <li>* com pouco conhecimento e pouca articulação;</li> <li>* sem informação;</li> <li>* sem interesse.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* que as associações se unam e se informam;</li> <li>* usar melhor o Ministério Público;</li> <li>* ocupar os espaços da sociedade civil;</li> <li>* capacitar e formar a comunidade;</li> <li>* se comprometer a fazer o orçamento participativo e a comunidade acompanhar;</li> <li>* que as associações presentes façam um documento se comprometendo a fazer o acompanhamento dos orçamentos e a aplicação dos <i>royalties</i>.</li> </ul>

**Tabela VI-41: Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 3**

<b>Grupo 3 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i></b>			
<b>1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?</b>	<b>2- Como estão funcionando?</b>	<b>3-Como a sociedade vem atuando nestes espaços?</b>	<b>4-Como vocês querem fazer para que eles funcionem?</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conselhos: Educação, Meio ambiente, da Criança e do Adolescente, Saúde e dos <i>Royalties</i>;</li> <li>✓ Audiência Pública;</li> <li>✓ Referendos, plebiscitos;</li> <li>✓ Associações de moradores, associação de quilombolas;</li> <li>✓ Orçamento Participativo;</li> <li>✓ Movimentos sociais;</li> <li>✓ Plano diretor;</li> <li>✓ Fóruns sociais;</li> <li>✓ Plano Nacional de Controle Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* pouco atuante na formação dos Conselhos Municipais;</li> <li>* recorre-se ao Ministério Público, mas não se obtêm respostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* falhas nas organizações;</li> <li>* falta de lideranças, representantes não legítimos;</li> <li>* população politicamente cansada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* movimento participativo dos grupos sociais;</li> <li>* prestação de contas dos <i>royalties</i>;</li> <li>* participação dos <i>royalties</i> direcionados às comunidades carentes de recursos em todos os segmentos;</li> <li>* Ministério Público, tutela coletiva: exemplificação dos meios de acesso;</li> <li>* Ibama atuante na troca de informações sobre <i>royalties</i> por meio do Licenciamento Ambiental;</li> <li>* Petrobras, pelo apoio aos projetos, segundo as exigências do licenciamento;</li> <li>* cobranças efetivas;</li> <li>* união da sociedade civil.</li> </ul>

**Tabela VI-42: Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 4**

<b>Grupo 4 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i></b>			
<b>1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?</b>	<b>2- Como estão funcionando?</b>	<b>3-Como a sociedade vem atuando nestes espaços?</b>	<b>4-Como vocês querem fazer para que eles funcionem?</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conselhos;</li> <li>✓ Associações;</li> <li>✓ Orçamento Participativo;</li> <li>✓ Conselho Itinerante em Quissamã;</li> <li>✓ Lei Orgânica do Município;</li> <li>✓ Lei de Diretrizes Orçamentárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* frequência de poucas pessoas nas reuniões;</li> <li>* os conselhos são paritários e têm duração de 02 anos, metade é gestor público e metade é sociedade civil em Macaé;</li> <li>* os conselhos com representantes do poder público têm vínculo e remuneração desse mesmo poder;</li> <li>* assistencialismo e aparelhamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* desanimada, com descrédito pela falta de retorno;</li> <li>* pouca participação das associações de moradores;</li> <li>* dificuldade em obter resultados das demandas;</li> <li>* falta de estrutura que dificulta uma atuação;</li> <li>* dificuldades das associações para agir e atuar em demandas que nunca têm respostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* constituir ferramentas para atuar e agir conforme Lei Orgânica, para que as associações sejam ouvidas e acolhidas;</li> <li>* persistir em busca do que queremos;</li> <li>* qualificar as pessoas para participar dos Conselhos, das Associações e do Orçamento Participativo;</li> <li>* fortalecer a união;</li> <li>* se unir para não deixar que diferenças partidárias influenciem no resultado para melhorar o município.</li> </ul>

## VII METAS E RESULTADOS ALCANÇADOS EM RELAÇÃO AOS PREVISTOS

A seguir é realizado um resgate quanto ao planejamento, metas e resultados delineados no âmbito do Plano de Trabalho para a continuidade do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

### VII.1 Do cronograma: previsto *versus* realizado

A Figura VII-1 apresenta, de forma comparativa, a previsão em tempo de realização das etapas e atividades que foram propostas no Plano de Trabalho com o cronograma que foi realizado durante a implementação das cinco etapas.

De uma forma geral, a realização do trabalho cumpriu com o planejado. Algumas ressalvas são realizadas com relação ao término das oficinas municipais da Etapa 2. Elas foram finalizadas uma semana após o previsto, decorrente de negociações com as comunidades e espaços para locação. Com isso, houve um reflexo que pode ser observado na realização do curso de capacitação dos agentes locais e início da etapa de levantamento de campo (Diagnóstico Rápido Participativo), o que foi equalizado com uma extensão de uma semana para a realização dessa etapa.

A confecção dos materiais para as devolutivas se estendeu mais do que o previsto, em função de dinâmicas de campo e volume de informação e material gerado. Entretanto, essa extensão não apresentou impactos nas atividades correlatas. Uma alteração de estratégia de trabalho pode ser observada na Figura VII-1, com base na comparação entre o previsto e realizado das devolutivas por grupo social e realização das Oficinas Devolutivas.

Assim, inicialmente, previu-se realizar todas as devolutivas por grupo social e em seguida as oficinas. Na prática, essas atividades foram realizadas de forma concomitante, ou seja, realizou-se a devolutiva para grupos sociais de um determinado município seguido da realização da oficina.

Por último, a sistematização da agenda regional<sup>60</sup> demandou mais tempo que o previsto, decorrente da intensidade da sequência de trabalho ao longo de 2012, associada ao volume de informações geradas.

Pela necessidade de ajustes de agendas, desde o envio do cronograma inicial<sup>61</sup>, de modo a não comprometer o prazo final para implementação do Diagnóstico em campo, os períodos entre as Etapas 3, 4 e 5 foram reduzidos<sup>62</sup>, concentrando o trabalho de análise e sistematização de muitas das informações para após a realização do Encontro Regional, a partir de 25 de maio de 2012. Diante do volume final de dados e informações, a sistematização final e a análise de documentos iniciaram-se em junho de 2012.

---

<sup>60</sup> A sistematização compreende aqui a organização e a revisão dos resultados gerados durante a etapa regional, e também dos resultados gerados nas 14 Oficinas Devolutivas e a confecção do relatório dessas duas etapas.

<sup>61</sup> Conforme apresentado em 2/6/2011, na Carta UO-BC/SMS 0459/2011; em 14/6/11, na Carta UO-BC/SMS 5/10/2011, em 19/12/2011, na Carta UO-BC/SMS 1217/2011 e em 1/3/12, na Carta UO-BC/SMS 0062/2012.

<sup>62</sup> Aqui também se relevam os períodos de Natal, final de ano, Carnaval e Páscoa.



## VII.2 Dos indicadores e avaliação

Na Tabela VII-1, é realizada uma conferência de atendimento à luz do que fora apontado como resultados e indicadores de sua medição no Plano de Trabalho.

Em suma, é apontado o atendimento aos resultados, sendo que os indicadores se encontram apresentados e analisados de forma descritiva ao longo do conteúdo do presente relatório. Assim, é importante sublinhar que a avaliação de um trabalho com o escopo e propósito deste Diagnóstico Participativo se ancora a uma avaliação processual. Portanto, resultados e indicadores se evidenciam no decorrer de etapas de intervenção e, também, no processo vivencial e de comportamentos e relacionamentos entre as pessoas.

**Tabela VII-1: Conferência objetiva do atendimento aos Indicadores de avaliação de Resultados definidos no Plano de Trabalho.**

Resultados	Indicadores	Conferência
Dados secundários sistematizados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grau de diversidade e número de dados e documentos trabalhados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentado no âmbito deste relatório, no item III relativo a considerações iniciais e item IX.1 expondo de forma mais direta a base de dados secundários organizada.</li> </ul>
Confiança dos atores locais no processo de licenciamento de petróleo e gás da Petrobras restabelecida.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• número de famílias e entidades entrevistadas;</li> <li>• frequência de participantes nas oficinas, devolutivas e encontros;</li> <li>• grau de satisfação com as agendas municipais e regional.</li> </ul>	<p>Foram realizadas 119 entrevistas na Etapa 1, com média de 8,5 por município. Nas demais etapas, houve: 325 pessoas nas oficinas da Etapa 2, 841 pessoas abordadas na Etapa 3 e 568 pessoas nas Oficinas da Etapa 4. A Etapa 5 contou com 104 pessoas das comunidades e localidades definidas.</p> <p>A taxa de evasão nas Oficinas da Etapa 2 (que obteve duração de 1,5 dia) foi de 15% entre o primeiro dia e o segundo dia para o conjunto dos 14 municípios.</p> <p>A satisfação para com os produtos – agendas – encontra-se apresentada no âmbito deste relatório, com base nas avaliações dos participantes.</p>
Entendimento compartilhado sobre vulnerabilidade, impactos ambientais e processos de licenciamento mais ampliado na Bacia de Campos.*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grau de distinção das instituições para as quais são colocados os pleitos e demandas;</li> <li>• tipo de foco dos projetos gerados para o PEA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior esclarecimento em torno de conceitos e do campo de atuação da Educação Ambiental no licenciamento e do PEA-BC encontram-se avaliados pelos participantes no presente relatório e no Relatório 3 do Diagnóstico Participativo – Etapas 1 e 2 no item III.2.4.</li> <li>• Nesse processo não se chegou a abordar e definir projetos ou demandas de projetos, por orientação do órgão ambiental, conforme contextualizado no item III (Considerações iniciais) do presente relatório.</li> </ul>
Priorização de atores sociais legitimada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• tipos sociais das famílias e entidades entrevistadas;</li> <li>• frequência de participantes nas oficinas, devolutivas e encontros;</li> <li>• grau de satisfação com as agendas municipais e regional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idem aos números apresentados acima para cada etapa do Diagnóstico Participativo bem como constante no Relatório Informativo da Etapa de Levantamento de Campo.</li> <li>• A satisfação para com os produtos – agendas – encontra-se apresentada no âmbito deste relatório, no item IX.5, com base nas avaliações dos participantes.</li> </ul>
Mensuração dos impactos da indústria de petróleo e gás na vulnerabilidade das relações socioeconômicas, culturais e ambientais da Bacia de Campos.*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grau de distinção das instituições para as quais são colocados os pleitos e demandas;</li> <li>• tipo de foco dos projetos gerados para o PEA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados gerados segundo a avaliação dos participantes na Etapa 2 constante no Relatório 3 do Diagnóstico Participativo – Etapas 1 e 2 no item III.2.4, e do presente relatório, em especial a partir da pergunta 6 da avaliação das Oficinas Devolutivas.</li> </ul>
Envolvimento dos grupos sociais, entidades e instituições afins com o processo de estudo e reflexão para	<ul style="list-style-type: none"> <li>• frequência de participantes nas oficinas, devolutivas e encontros;</li> <li>• grau de diversidade dos atores sociais reunidos em torno de objetivos comuns;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantitativo e níveis de mobilização apresentados no anexo do presente relatório.</li> <li>• Resultados em termos de intercâmbio e articulações entre os grupos sociais evidenciados no âmbito deste relatório, no item V.10 relativo aos encaminhamentos gerados durante o Encontro Regional.</li> </ul>

Resultados	Indicadores	Conferência
ações transformadoras das assimetrias socioambientais.*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grau de satisfação com as agendas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A satisfação para com os produtos – agendas – encontra-se apresentada no âmbito deste relatório, com base nas avaliações dos participantes.</li> </ul>
Sistematizações integradas com resultados de outros diagnósticos por município.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grau de diversidade dos atores sociais reunidos em torno de objetivos comuns.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração por sistematizações e encaminhamentos entre municípios e grupos sociais encontram-se no item VI.7 relativo ao debate integrado sobre os <i>royalties</i> e aos encaminhamentos gerais com base em proposições das comunidades e grupos participantes.</li> <li>• Resultados das devolutivas realizadas e participação quantitativa e qualitativa no anexo do mesmo documento.</li> <li>• A satisfação para com os produtos – agendas – encontra-se apresentada no âmbito deste relatório, com base nas avaliações dos participantes.</li> <li>• As agendas, municipais e regional, encontram-se apresentadas no corpo do presente documento.</li> </ul>
Devolutivas realizadas gerando revisão e validação do Diagnóstico atualizado e decisões relativas ao PEA-BC.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• frequência de participantes nas oficinas, devolutivas e encontros;</li> <li>• grau de diversidade dos atores sociais reunidos em torno de objetivos comuns;</li> <li>• grau de satisfação com as agendas municipais e regional.</li> </ul>	
Agendas municipais, setoriais e regional desenhadas no PEA-BC com os públicos participantes.		
Aprendizagens no processo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• nível de aprendizagem dos participantes nas oficinas e encontros;</li> <li>• nível de aprendizagem das equipes de Diagnóstico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliações participativas com relação à aprendizagem no processo encontram-se apresentadas no Relatório 3 do Diagnóstico Participativo – Etapas 1 e 2 no item III.2.4, e no anexo do presente documento.</li> <li>• Avaliações de aprendizagem dos agentes locais, como equipe do Diagnóstico, apresentadas neste relatório, no Anexo.</li> </ul>

## VIII RESULTADOS ALCANÇADOS NÃO PREVISTOS NO PROJETO ORIGINAL

Como resultados não previstos, destaca-se um movimento deflagrado, com algum nível de organização, que gerou a elaboração de um manifesto abaixo-assinado, desejando a implementação de conselhos de *royalties* em todos os 14 municípios da abrangência do Diagnóstico Participativo. Esse documento encontra-se a seguir.

Grussai, 23 de maio de 2012

Of n.

Ilmo. Srs. Prefeitos

As Associações e Lideranças que compõem o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA/BC como: Associação de Moradores, Quilombolas; Trabalhadores Rurais e Assentados; Associação e Colônia de Pescadores, Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos – NEA/BC, Projeto PÓLEN e demais Lideranças que compõem a sociedade civil organizada, após Encontro Regional realizado no SESC Mineiro de Grussai, nos dias 21, 22 e 23.05.2012, conforme determina o PEA - BC, cuja realização é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, vêm solicitar que o Poder Executivo dos Municípios de Maricá, Saquarema, Arraial do Cabo, Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana adotem providências que tornem possível a formação dos Conselhos de Orçamento Participativo e o Conselho do Uso dos Royalties, como forma de trazer transparência ao processo e aplicação em políticas necessárias ao bem estar do Município.

No aguardo de pronunciamento, firmamos

ASSINATURAS

ENTIDADE

Figura VIII-1: Carta de Grussai

**Figura VIII-2: Assinaturas da Carta de Grussaí**

ASSINATURAS	ENTIDADE
Maria José Benas Peres	Associação de Grussaí
Maria Souza Rangel Benas Peres	Associação de Grussaí
MARIO DIAS 04433451-4	IPRA COLÔNIA 208/AMARAL/ARAJUAMA
Edete de Silveira dos Santos	Pericadava da Colônia 202
Comunidade de Paula - Quixeramobim (AMAG)	
Valdinei Alves	
Aplicação de água de chuva - comunidade colônias 5-1	
Luciana de S. Peres	Colônia 2-1
Genaldo Gonçalves dos Santos	Colônia L3 - Macaé
Genivaldo Sales da Silva	Colônia 2-19
Paula Benas de Souza	COMUNIDADE URBANA
Paula Souza Gonçalves	Colônia 227
AMARO JOE do PATROCÍNIO	QUILÔMETRO MACAÉ/INHAÍMA
Luiz Antônio de Silva	de bairro de Macaé
Helena Maria Inácio Silva	Macaé Águas maravilhas
Monica Supercia de Souza	Macaé 27
Adriana Marina de Oliveira	Macaé Perceiros
Cintia da Silva do Espírito Santo	- Macaé
Stefany Vilson da Silva	- NEABC - Comunidade de Alceu
Flávia de Cassia Medeiros Felipe	Macaé
SOROC HENRIQUE SOROC PRATO	
Abelino Inês dos Santos	- Casimiro de Alceu
Janaina da Silva Bivar Pereira	
Alcides Ferreira e Juniors Filho	2 colônias F. 10

Ainda nesse contexto, são expostos os seguintes resultados não previstos:

**1) Mobilização social para a formação do MAR – Movimento Ambiental**

**Regional BC-RJ:** Durante o encontro regional foram definidos dez membros provisórios do MAR, assumindo o compromisso da legalização e responsabilidade com o estatuto de fundação.

**2) CARTA DE GRUSSAÍ:** Foi articulado e elaborado um abaixo-assinado e

uma carta unindo todas as comunidades e municípios da Bacia de Campos, solicitando aos prefeitos providências na instalação de Orçamentos Participativos e conselhos de gestão de *royalties* como mecanismos de participação e controle social na aplicação desses recursos.

**3) Solicitação de apoio do Inbra:** Comunidades quilombolas se articularam

com outros grupos sociais para pedir apoio, por meio de um abaixo-assinado, e encaminhar a demanda de comprovação de demarcação de terras quilombolas da Rasa-Armação dos Búzios.

**4) Formação do Grupo de Acompanhamento do PEA-BC:** Cada grupo

social selecionou até dois representantes por município para compor um grupo que acompanhará os próximos encontros e atividades vinculados ao PEA-BC.

Especificamente em relação à Carta de Grussaí, houve a necessidade de guardar a cópia original para poder autenticá-la em cartório e em seguida enviá-la por correio aos prefeitos, junto com o abaixo assinado devidamente autenticado.

Até o momento de conclusão deste relatório, foram enviadas 27 cópias da Carta de Grussaí e seu abaixo-assinado, conforme listado na tabela abaixo. Ainda segundo essa tabela, 70,3% dos destinatários receberam o documento (mediante comprovação de AR), sendo que a 29,6% ele não foi entregue por pelo menos três motivos: não procurado (o destinatário não foi pegar na agência dos correios); mudou-se; e a AR ainda não havia retornado.

**Tabela VIII-1: Relação de correspondências enviadas com a Carta de Grussaí**

Município/Localidade	Entidades	Entrega	Motivo de não recebimento
Rio das Ostras	Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras	ok	
São Francisco Itabapoana / Deserto Feliz	Associação Quilombola de Deserto Feliz	ok	
São Francisco Itabapoana / Barrinha	Associação Quilombola de Barrinha	ok	
São Francisco Itabapoana / Carrapatos Nova Belém	Associação de Moradores e Produtores de Carrapato (AMPROAC) Nova Belém		Não voltou
Quissamã / Barra do Furado	Colônia de Pescadores Z-27 de Quissamã		Não procurado
Cabo Frio	Colônia de Pescadores Z-04	ok	
Armação de Búzios	Colônia de Pescadores Z-23 de Búzios	ok	
			Não procurado
Cabo Frio/ Maria Joaquina	Associação Quilombola	ok	
Cabo Frio/Botafogo	Associação Quilombola		Não procurado
Campos dos Goytacazes - Farol de São Thomé	Colônia de Pescadores Z-19 de Farol de São Thomé	ok	
Maricá/Itaipuaçu	Associação Livre de Aquicultura e Pesca do Recanto de Itaipuaçu	ok	
Saquarema/Jaconé	filiado à Associação de Pescadores de Jaconé		Não procurado
São Francisco Itabapoana/Gargaú	Colônia de Pescadores Z-01	ok	
Macaé	Colônia de Pescadores Z-03 de Macaé	ok	
Cabo Frio/Monte Alegre			Não procurado
Maricá	Federação de Associações	ok	
Araruama	Colônia de Pescadores Z-28 de Araruama	ok	
Campos dos Goytacazes/Ururai	Associação de Moradores de Ururai		casa demolida
Campos dos Goytacazes	Polen	ok	
São Francisco Itabapoana	Polen	ok	
Araruama	Polen	ok	
Armação dos Búzios	NEA-BC		mudou-se
Saquarema	NEA-BC	ok	
Macaé	Polen	ok	
São João da Barra	Polen	ok	
Casimiro de Abreu	Polen	ok	

## IX LIMITES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Abordar os níveis de participação torna-se essencial em um documento de avaliação sobre um processo de enfoque participativo. Isso é relevado, ainda, por uma suposição levantada durante o planejamento do presente trabalho de que haveria uma diminuição do interesse e disponibilidade dos grupos sociais para engajarem-se em projetos e programas de Educação Ambiental na Bacia de Campos. Nesse sentido, implementar novas ações na região necessita de um olhar que vai além dos números de registros.

Nesse sentido, o primeiro passo é reconhecer os níveis de vulnerabilidade social<sup>63</sup>, que em larga escala vêm interferindo na reprodução social de famílias e comunidades. Dessa forma, se uma unidade familiar não consegue garantir uma produção<sup>64</sup> que seja suficiente à manutenção e expansão da base de seus ativos<sup>65</sup>, um conjunto amplo e diversificado de estratégias e ações passa a ser adotado, buscando reverter tal quadro (Chambers, 1989).

Há, portanto, uma tendência na qual as famílias e/ou seus membros passem a dedicar maior parcela de tempo ao trabalho/ofício tradicional ou a outras formas de produção imaterial e, principalmente, material. Isso significa, na prática, que as dificuldades rotineiras da vida se expressam em um aumento do esforço laboral (pesca, agricultura) e/ou no início a um processo de migração produtiva/econômica. De forma geral, esses movimentos são realizados combinadamente (McDowell & Haan, 2010). Ainda segundo esses autores, que realizaram uma revisão substantiva sobre a temática aqui

---

<sup>63</sup> O presente trabalho abordou de forma distinta vulnerabilidade social de vulnerabilidade aos impactos da indústria de petróleo e gás. Com base na estrutura conceitual orientadora da abordagem metodológica empregada pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC, entende-se por vulnerabilidade social a incapacidade de uma pessoa ou de um lugar em aproveitar as oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração. Como a perda de oportunidades implica uma debilitação do processo de acumulação de ativos, as situações de vulnerabilidade desencadeiam sinergias negativas que tendem a um agravamento progressivo (Kaztman, 1999).

<sup>64</sup> Entende-se aqui a produção social, cultural e econômica.

<sup>65</sup> Segundo a abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis, cinco são os ativos: **(i)** Naturais; **(ii)** Sociopolíticos; **(iii)** Humanos; **(iv)** Financeiros; e **(v)** Físicos.

abordada, a migração representa uma estratégia usual de enfrentamento de grupos vulneráveis, podendo ser *forçada* ou *voluntária*, e que se apresenta consorciada com outras possibilidades.

De forma complementar, Cernea (2006) realiza uma reconceitualização nesse campo, apontando que, em contextos de grandes empreendimentos públicos, privados e de conservação, os processos de migração ocorrem tanto econômica quanto fisicamente. Ou seja, grandes empreendimentos e projetos tendem a deslocar economias locais e/ou tradicionais bem como promover o assentamento ou reassentamento de comunidades.

Com base nisso, focando no cenário geral dos grupos sociais trabalhados durante o Diagnóstico Participativo do PEA-BC, as famílias e pessoas sinalizam não dispor de tempo e interesse para participar de diagnósticos, projetos e programas ambientais, reuniões de conselhos, orçamentos participativos, entre outros eventos.

O quadro e a atual situação socioeconômica na Bacia de Campos são frutos de um processo histórico e, portanto, de causas variadas e sinérgicas. Aqui, torna-se relevante buscar expor os principais elementos percebidos ao longo do trabalho que vêm atuando no afastamento da base dos grupos sociais para com os processos participativos.

Inicialmente, há um processo de enfraquecimento e esvaziamento das organizações sociais de base. A falta de uma cultura da participação, de políticas públicas para o fomento à organização e produção material e imaterial, por um lado, e o crescente emprego de políticas de transferência de renda<sup>66</sup>, por outro, representam alguns dos principais motivos.

Outra questão a ser considerada é sobre o aparelhamento dos espaços de participação<sup>67</sup>. Aqui, são percebidos dois aspectos centrais e

---

<sup>66</sup> Conforme aponta Siqueira (2010).

<sup>67</sup> O termo aparelhamento apresenta uma conotação de equipar, de prover, de instrumentalizar, de ocupar algo a partir de uma lógica que busca exercer poder e garantir interesses de determinados grupos em detrimento de outros. No presente trabalho, com base nas referências de Farias (2000) e Gomes (2003), o processo de aparelhamento de espaços de participação, como por exemplo os conselhos municipais, foi fortemente evidenciado, tornando-se um grande obstáculo para que grupos minoritários exerçam cidadania e controle social por meio de tais instrumentos da democracia.

complementares. O primeiro relativo à cultura e *práxis* da política vigente, no qual se consolida uma apropriação dos espaços e instrumentos de construção participativa de políticas públicas locais (Farias, 2000). O segundo relacionado à perda de controle da sociedade no seio dos processos de definição e, principalmente, gestão no domínio dos serviços públicos (Gomes, 2003).

Apresenta-se também a visão dos grupos sociais sobre os espaços de participação no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, em que, ao longo do Diagnóstico pode-se dar conta de três níveis também complementares: **(i)** os espaços de discussão sobre projetos de compensação e mitigação de impactos ambientais são vistos como espaços de rituais, em que só se cumpre uma obrigação legal, mas que não lhes traz resultado concreto; **(ii)** tem-se a ideia de que só as lideranças políticas se beneficiam das decisões tomadas nesses espaços; **(iii)** as atividades se iniciam, mas não têm continuidade.

A compreensão sobre o aparelhamento dos espaços é muito importante, pois essa visão vem sendo transferida da experiência no campo das políticas municipais para o licenciamento ambiental federal. Assim, se, por um lado, aumenta o descrédito nos processos públicos para o desenvolvimento e resolução de problemas locais, aumenta, por outro lado, a percepção e a expectativa em suprir os vazios deixados pelas oportunidades disponíveis no licenciamento de petróleo e gás.

Assim, para os grupos e atores que vêm participando há mais tempo dos espaços ofertados no âmbito do licenciamento, há um desgaste em curso, pelas intervenções realizadas, que não gerenciaram devidamente as expectativas acima mencionadas, bem como não obtiveram, no geral, êxito na continuidade e/ou conclusão de processos e projetos deliberados. Com isso, se acentua uma condição de isolamento entre as lideranças das bases comunitárias.

Com base no exposto, compreende-se um pouco melhor um dos pontos de maior dificuldade na implementação deste Diagnóstico Participativo – ***resistência e desinteresse social em participação pública e coletiva.***

Em síntese, essa dificuldade teria como principais questões: **(i)** vulnerabilidade e reprodução social; **(ii)** aparelhamento dos espaços de participação e decisão pública; **(iii)** interrupção e demora nos projetos de compensação/mitigação; **(iv)** falta de continuidade de projetos que estão sendo atrativos; **(v)** níveis de conhecimento muito diferenciados entre base comunitária e lideranças.

## X PROPOSTA PARA A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com base nos resultados e reflexões gerados no exercício da aplicação da diretriz da CGPEG/Ibama, em relação à vulnerabilidade de comunidades e grupos sociais por impactos diretos das atividades e operações de petróleo e gás na Bacia de Campos, é realizada, a seguir, uma leitura sobre o emprego das linhas de ação previstas na Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 01/10. Tais linhas convergem para a elaboração de Projetos de Educação Ambiental, que configuram um Programa Regional, aqui denominado de PEA-BC.

Entretanto, ressalva-se que essa leitura encontra-se no campo das contribuições com base nos resultados deste Diagnóstico. Esse item não considera os demais Projetos de Educação Ambiental de outras empresas na Bacia de Campos, pois seria necessária uma abertura total e irrestrita a seus resultados atuais, para se gerar um pensamento estratégico visando à integração dos projetos num Programa de Educação Ambiental regional.

### ***Linha de Ação A:***

A organização comunitária, e seu fortalecimento, para uma progressiva qualificação na participação dos grupos sociais em espaços que tratem das questões inerentes ao processo de licenciamento ambiental de petróleo e gás, pode ser fomentada no conjunto dos grupos sociais e municípios trabalhados.

A maioria dos grupos sociais e, conseqüentemente, dos projetos implementados nessa linha, trabalham a organização social do ponto de vista formal: associações, colônias, instituições municipais etc. Entretanto, existe um grande espaço para o aprofundamento das formas tradicionais de organização pela ampliação da perspectiva de que a organização social envolve as formas de se produzir riqueza, a estrutura comunitária, a distribuição do bairro, a família e outros elementos que terminam sendo desprezados frente à priorização do campo institucional.

Nas tabelas municipais apresentadas, assim como no Diagrama de Venn do início deste relatório, torna-se evidente a diferença entre os níveis de vulnerabilidade identificados em relação à indústria de petróleo e gás. Dessa forma, cada grupo social, comunidade e município requerem o emprego de abordagens e conteúdos customizados, já que existem relações diferenciadas com os impactos.

Outra necessidade para se implementarem projetos dessa linha seria considerar o momento histórico atual e futuro no seu curto e médio prazo, quanto à relação aqui tratada – impactos do petróleo e os meios de vida das comunidades. A dinâmica apresentada no Diagrama de Venn tende a se alterar rapidamente, já que segue dinâmicas da indústria de E&P, que se alteram, se expandem no curto e médio prazos.

Atuar no campo da organização social é trabalhar um conteúdo considerado na base das classes, em relação aos processos e conceitos fundamentais do licenciamento ambiental e da atividade de petróleo e gás. Também significa levar informações e conhecimentos sobre o que é público e privado, apresentar os espaços públicos de participação, os espaços comunitários, assim como aprofundar o conceito de liderança, comunicação e instrumentalização política entre outros elementos constitutivos da discussão.

No entanto, essas análises e estudos devem considerar a realidade dos grupos sociais e extrair de sua própria realidade os conceitos a serem aprofundados. Discutir organização social é ajudar os grupos sociais a adquirirem elementos para analisarem suas próprias realidades.

Torna-se especialmente importante, com base no elevado nível de desinformação e desarticulação que as entidades e comunidades locais apresentam, estudar formas de se trabalhar o campo político. Deve-se buscar apresentar que campo político vai além do partidário, abrindo espaço para o controle social em experiências comunitárias como um exercício introdutório à Linha de Ação B.

Outro ponto relativo a essa linha de ação diz respeito ao baixo nível de coesão social/associativista entre as entidades locais. Esse cenário é fruto de um conjunto de fatores, e, entre eles, ressalta-se o abandono da profissão pelas novas gerações, que partem para outras formas de organização e representação de classe; o aumento da pobreza e os interesses divergentes entre comunidades que atuam em um mesmo nicho econômico.<sup>68</sup>

Geralmente, têm-se níveis de interdependência entre as causalidades tidas por estruturais<sup>69</sup> com a interferência de uma indústria de alta tecnologia na realidade comunitária tradicional (Costa, 2000). Entretanto, as desigualdades sociais e divergências político-comunitárias, que interferem drasticamente nesse campo da organização social, se instituem no campo complexo dos desejos de potência de cada comunidade. Ao incluirmos os impactos da indústria de petróleo e gás, este cenário se torna ainda mais complexo.

Considerando que os *royalties* são abordados na Linha de Ação B, no que tange ao apoio no acompanhamento, divulgação e discussão pública desses recursos, tem-se na capacitação e formação contemplada na linha de ação A algumas ações que devem ser realizadas previamente para que proposições formuladas para a Linha de Ação B possam ser implementadas. Tem-se em vista o controle social da própria associação, Colônia ou outra organização quaisquer.

---

<sup>68</sup> Segundo Fernandes (2012), as desigualdades e suas implicações nos sistemas de representação social se originam de uma perpetuação estrutural, tida como “desigualdade tradicional”, combinado com mecanismos que fazem surgir ou crescer novas desigualdades.

<sup>69</sup> Inerentes a características de cada grupo social.

Isso faz sentido com base no exposto acima quanto à coesão organizacional comunitária e às representações sociais sobre formas de organização. Essa ação poderia ser uma forma de apresentar em práticas diminutas exemplos contundentes de controle social e administração de recursos sociais pelas próprias associações.

Pelo baixo nível de conhecimento e apropriação por parte dos grupos sociais em relação aos *royalties*, as associações locais poderiam ser um centro de difusão de conhecimento comunitário, buscando uma ação conjunta com maior maturidade e consciência política melhor estruturada. Assim, poderiam ser gerados resultados positivos no curto prazo: recomposição da organização social pela base, como no médio e longo prazos: controle social sobre os recursos municipais.

A mesma lógica parece sensata para as demais linhas de ação, no sentido de que os processos formativos possam ser direcionados a temáticas transversais, ajudando os grupos sociais a desenvolverem uma ação de base e preparando-os para ações de enfrentamento de forma mais organizada e objetiva.

Propõe-se a implementação de projetos ou ações ligadas à Linha A em todos os municípios da área de abrangência do PEA-BC, com a finalidade de, ao menos, auxiliar os grupos sociais a compreenderem os motivos do enfraquecimento de suas organizações de base para que possam reestruturá-las, para que qualifiquem sua intervenção em processos decisórios de caráter público estatal.

### **Linha de Ação B:**

Os *royalties* são um dos temas que mais interessam a todos os grupos sociais. Sua importância e sua complexidade necessitam ser abordadas no campo da capacitação de adultos e jovens de forma consorciada a estratégias de ação que viabilizem o controle social sobre tal recurso.

Essas ações requerem algum tipo de acompanhamento e/ou capacitação continuada quanto a aspectos da legislação, finanças públicas, direito tributário e instrumentos de controle social já existentes em alguns dos municípios aqui abordados. De fato, a Linha de Ação B requer dedicação e aquisição de um ferramental complexo.

Novamente, há diferenças em relação ao papel desempenhado pelos *royalties* no conjunto dos municípios. Da mesma forma em que há possibilidades de alterações no quadro atual em um futuro próximo. Essas questões devem ser levadas em consideração no pensamento e formatação de projetos nessa linha. Entretanto, da região menos beneficiada à região com maior arrecadação, os grupos sociais despertam um interesse positivo quando se fala em receitas originárias.

Entretanto, para implementar projetos nessa linha, propõe-se estabelecer um critério de prioridade pelos municípios nos quais os *royalties* representam um fator crucial nas receitas municipais. Em seguida, deve-se partir para aqueles que apresentam um cenário futuro de grande aporte de *royalties* em suas receitas. Assim, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Arraial do Cabo devem ser priorizados em uma primeira etapa de implementação.

Cabe ressaltar, como já feito na linha de ação anterior, que esse é um tema transversal e, para que possa ser posto em prática, deve contar com o fortalecimento da organização social. Só assim será possível implementar ações de controle social sobre o poder público e as receitas originárias.

***Linha de Ação C:***

Os municípios onde essa temática surge com mais veemência, segundo as pressões exercidas pela indústria de petróleo, são Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e mais recentemente Carapebus, Quissamã e o segundo distrito de Cabo Frio (Tamoios).

Nesses municípios, há pressão imobiliária e de uso e ocupação do solo ligada às dinâmicas da indústria do petróleo que atendem às justificativas dessa linha de ação. Entretanto, tem-se a necessidade, anterior à implementação dessa linha, de se fortalecer a organização social e transformá-la em uma colaboradora no processo formativo educacional, para a aquisição dos conhecimentos necessários à intervenção no Plano Diretor dos Municípios.

Esse tema é delicado e perpassa por outro: a inclusão de grupos sociais na discussão dos projetos de desenvolvimento econômico local. Deve-se buscar incluir organizações sociais em sua elaboração. Incluir sujeitos sociais em discussões político- representativas significa, inicialmente, incluí-los em suas organizações de base.

***Linha de Ação D:***

Aqui, o campo de possibilidades está aberto para proposições advindas das empresas em processos de licenciamento. Com base na vivência adquirida na implementação deste Diagnóstico, tem-se um conjunto de ações que poderiam atuar nessa linha. Há todo um cenário (que pode ser melhorado) de erosão das identidades culturais e históricas dos grupos sociais, que contribuem nos processos de desmobilização, descrédito e sentimento crescente de exclusão social.

Assim, resgates e valorização de histórias, tradições, culturas e até mesmo de papéis econômicos desempenhados pelos grupos sociais no contexto da própria comunidade e para a sociedade, ao qual ela está inserida,

podem vir a contribuir no combate à desintegração social em curso e auxiliar na instituição de um campo cultural/econômico/político.

Propõe-se ainda a implementação de projetos vinculados à mitigação do impacto específico da presença de dutos de óleo e gás natural onde foi identificado pelos grupos sociais.

Qualquer aprofundamento sobre essa linha está no campo das intenções, já que as empresas têm maior liberdade para trabalharem no campo social quando atuam nela.

### ***Linha de Ação E:***

O grupo social dos pescadores artesanais são os sujeitos sociais dessa ação educativa. Com base nos resultados definidos na identificação da área de influência e dos estudos de impacto ambiental, devem-se abrir linhas de diálogo entre órgãos licenciadores e grupos sociais impactados.

Nesse sentido, propõe-se uma melhor articulação entre projetos de Educação Ambiental licenciados ou em vias de licenciamento com PCAPs. Dessa forma, as ações de compensação estariam atreladas a uma lógica de médio e longo prazo e, em certa medida, dariam fôlego à permanência de grupos afetados pelas atividades da indústria de petróleo e gás em seus respectivos Projetos de Educação Ambiental.

No entanto, não significa que essa linha seria apenas um “PCAP inserido em um PEA”: também existe espaço para ações educativas complementares, em que um projeto poderia oferecer oficinas técnicas especializadas a um projeto maior, ajudando a manter a eficiência financeira dos projetos sem prejudicar sua qualidade, manutenção e continuidade.

Atividades dessa linha de ação poderiam compor um conjunto de ações estruturantes à implementação da Educação Ambiental para Gestão, com apoio ao fortalecimento institucional das organizações da pesca artesanal de modo a evitar a sobreposição de atividades e construir uma lógica de complementaridade. Essas ações poderiam ser programadas a fim de evitar longos períodos sem ações educativas e compensatórias.

No entanto, cabe ressaltar que um Diagnóstico sobre os Programas de Educação Ambiental em execução seria essencial para compreender o perfil do público e sua reestruturação em municípios como Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana – onde o perfil do público de projetos ambientais vem sendo composto por moradores urbanos e rurais.

Essa evasão dos pescadores é motivada pela falta de investimentos na recuperação da economia pesqueira. Assim, essa linha de ação articulada com o PEA poderia atuar no campo educativo e no campo econômico sem prejuízos às diretrizes do Licenciamento Ambiental CGPEG/Dilic/Ibama 01/10.

### ***Linha de Ação F:***

Essa linha de ação dialoga diretamente com o grupo dos pescadores artesanais nos municípios com intensos conflitos pelo uso e acesso aos espaços costeiros e marinhos. Uma das principais reivindicações desse grupo social é a inclusão nas discussões sobre compartilhamento do espaço marinho por atividades divergentes e concorrentes.

Assim, desde São Francisco de Itabapoana até Quissamã (pelo empreendimento do Porto do Açú), Macaé (pelo fluxo e tráfego de rebocadores sobre o Porto de Imbetiba), às pescarias de maiores autonomias como Cabo Frio e os municípios mais afetados pela pesca industrial de isca viva, como Búzios, Cabo Frio e, especialmente, Arraial do Cabo se sentiriam contemplados pela criação de um espaço permanente de discussão sobre a gestão do uso e ocupação do espaço marinho.

Ainda que a proposição constante na descrição dessa linha de ação requeira um trabalho de articulação entre diferentes segmentos (estatais, privados, comunitários) bem como de maturação dos atores locais para que eles possam participar de forma mais qualificada em análises e proposições de encaminhamentos, torna-se necessário iniciar uma discussão que viabiliza tal espaço. Assim, viabilizaria a participação efetiva de pescadores nos espaços do licenciamento frente a uma proposição de longo prazo.

Nesse sentido, integrar esse desejo em Projetos de Educação permanente poderia ser uma opção para dar-se início aos debates. Essa linha de ação pode ser responsável pela política intergeracional da pesca, e os próprios pescadores compreendem e assimilam essa expectativa.

Além do mais, essa é uma questão central na viabilidade da pesca como atividade produtiva. Já existem lideranças que vêm discursando e abordando questões afins nesse âmbito, até com projetos-piloto.

Em síntese, o ponto central recai sobre uma necessidade aparente de articular linhas de ação que se complementem para aumentar as chances de mitigação do estado de vulnerabilidade dos grupos sociais.

Essa ação procederia, pois as forças geradoras da vulnerabilidade social não se encontram dissociadas das forças geradoras da vulnerabilidade com base em impactos da indústria de petróleo e gás no processo de configuração das condições de vida.

Iniciar a discussão e a inclusão dos pescadores na gestão compartilhada dos espaços marinhos poderia ajudá-los a preservar os pesqueiros tradicionais mantendo a lógica territorial de cada grupo viabilizando a manutenção da atividade produtiva por mais algumas gerações. Ao menos, essas são expectativas medidas ao longo do processo diagnóstico.

## XI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Figura XI-1, é apresentada uma sistematização dos pontos tidos, por seu caráter, como mais relevantes na avaliação que os participantes realizaram durante o encontro regional, considerando todo o processo do Diagnóstico Participativo do PEA-BC. O olhar dos sujeitos da ação educativa representa, em si, os elementos centrais das considerações finais realizadas pela equipe técnica.

Em função disso, o conjunto dos resultados, no âmbito do processo educativo do Diagnóstico Participativo, permite tecer as seguintes considerações finais:

- ✓ a combinação de metodologias qualitativas e quantitativas opera como um meio facilitador na gestão de conflitos e potencializa o aprendizado coletivo;
- ✓ à luz dos debates gerados no âmbito da diretriz que relaciona vulnerabilidade aos impactos das operações de petróleo e gás, observa-se que é importante aprofundar a compreensão desses processos com base em uma territorialização não uniforme dos impactos nos municípios trabalhados e do grau de difusão que os impactos apresentam por diferentes causas;
- ✓ o processo e a ação educativa intrínseca ao diagnóstico participativo foi mobilizadora, engajando comunitários dos grupos sociais, suas lideranças e agentes locais, resgatando e elevando os níveis de aceitação e confiança para com o diagnóstico do PEA-BC;
- ✓ houve alguns avanços no diálogo e na compreensão dos conceitos-chave da Educação Ambiental no processo de gestão, bem como das etapas e procedimentos que orientam o licenciamento ambiental da cadeia produtiva de petróleo e gás;
- ✓ uma qualificação na participação, manifestada, em especial, nas posturas e comportamentos dos grupos sociais ao longo das etapas e de níveis de desvelamento sobre a realidade local

(problemas, potencialidades, necessidades, desafios e impactos) dialogando com as operações de petróleo e gás;

- ✓ limites e dificuldades de participação de grupos dependentes de recursos naturais; por exemplo, pescadores, mais suscetíveis aos impactos de natureza *offshore* na Bacia de Campos. Nesse caso, é necessário uma abordagem e uma intervenção integrada, compatibilizando estratégias para o atendimento a prioridades de curto prazo com o alcance de objetivos de longo prazo, em especial nas áreas de cadeia produtiva e agregação de valor social aos seus produtos trabalhados e vendidos, e desenvolvimento de atividades que fortaleçam a autoestima das comunidades;
- ✓ o aparelhamento dos espaços de participação na região da Bacia de Campos opera como uma barreira à participação de grupos sociais aqui considerados.

Esperança & Luta  
Aprendizado & Conhecimento  
Desenvolvimento e Continuidade  
Oportunidade & Agradecimento  
Organização & Integração  
Muito bom & Ótimo  
Seriiedade & Respeito

Figura XI-1: Síntese dos depoimentos de avaliação do processo do Diagnóstico Participativo pelos participantes

A realização deste Diagnóstico Participativo é um ponto de partida, um balizador para futuros diagnósticos, análises e monitoramentos das condições socioambientais na Bacia de Campos. De forma complementar, o documento-síntese do Relatório Final e o Vídeo que narra o processo executado incorporando a percepção dos sujeitos e instituições participantes e envolvidas compõem um importante material que evidencia os resultados e as considerações objetivamente aqui apresentadas.

## XII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, A. M. (2010). Mapeamento de impactos e indicadores sociais da atividade de produção e exploração da Petrobras. RT AMA 016/2010 Relatório Parcial, Petrobras, CENPES.

Andrade, T. A., & Serra, R. V. (2008). O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Texto para discussão n 554 , p. 32.

Acsehrad, H. Ecologia (1993). Direito do cidadão. Rio de Janeiro: Gráfica JB.

\_\_\_\_\_ (1992). Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: Ibase.

Bartoszeck, A. B. (2012). Neurociência na Educação. Fonte: [http://www.sitedaescola.com/ferramentas/dokeos/courses/NAPNE/document/Neuroci\\_ncia\\_na\\_Educa\\_\\_o\\_ESPIRITA\\_ARTIGO.pdf?cidReq=NAPNE](http://www.sitedaescola.com/ferramentas/dokeos/courses/NAPNE/document/Neuroci_ncia_na_Educa__o_ESPIRITA_ARTIGO.pdf?cidReq=NAPNE)

Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. (Org.) (1992). Dicionário de política. Brasília: UnB.

Carvalho, J. M. (2001) Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carvalho, I.; Scotto, G.; Barreto, A. (1995). Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: Ibase.

Cernea, M. M. (2006). Re-examining "Displacement": A redefinition of concepts in Development and Conservation Policies. Social Change , 36, pp. 8-35.

Chambers, R. (1989). Editorial Introduction: vulnerability, coping and policy. IDS Bulletin , 2, p. 7.

Christovão, J. O. (Julho de 2010). Cabo Frio: transformações urbanas e construção de identidades na metade do século XX. p. 12.

Costa, H. S. (2000). Indústria, produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais. In: H. Torres, & H. Costa, População e Meio Ambiente: debates e desafios (pp. 191-213). São Paulo: Editora SENAC.

Cruz, J. V. (2005). Os desafios na região brasileira do petróleo. In: J. V. Cruz, *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Ed. SENAC Nacional.

Dias, R. S., & Silva Neto, R. (2008). A Dinâmica socioeconômica de Macaé a partir da instalação da cadeia produtiva de petróleo e gás. In: Y. Fauré, L. Hasenclever, & R. Silva Neto, *Novos Rumos para economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior* (pp. 197-212). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.

Farias, F. P. (2000). Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma abordagem alternativa. *Revista de Sociologia e Política* (15), pp. 49-65.

Gomes, E. M. (2003). Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições. *Mestrado em Administração Pública e Governo*, p. 110.

Gomes, M. M., & Júnior, L. Q. (2010). A reestruturação produtiva relacionada com a formação e a ocupação de Rio das Ostras, RJ. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego* , IV (1), p. 12.

Kaztman, R. (1999). Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social. Notas Técnicas CEPAL , p. 27.

Lefevre, A. C., Crestana, M. F., & Cornetta, V. K. (2003). A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização "Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde - CADRHU", São Paulo - 2002. *Saúde e Sociedade* , 12 (2), pp. 68-75.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (2003). Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental In: Cidadania e Meio Ambiente. Construindo os recursos do amanhã: volume 1. Organização: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Editado por CRA. Salvador.

McDowell, C., & Haan, A. (2010). Migration and Sustainable Livelihoods: A critical Review of the Literature. IDS Working Paper 65 , p. 29.

Menezes, V. (2009). A ficção dos royalties: regras de repasse foram construídas em bases tão vulneráveis quanto discutíveis. *Petróleo, Royalties & Região* (26), pp. 2-4.

Moulin, A., & Santos, P. (jan-dez de 2006). Reestruturação espacial e desenvolvimento local: estudo de caso de sete municípios do interior fluminense. *Revista Rio de Janeiro* , n, 18-19, p. 22.

Moura, A. N., & Cosenza, H. J. (2007). Os Royalties do Petróleo como Potencializadores de Desenvolvimento Sustentável: o caso do Município de Cabo Frio. VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina Y El Caribe, p. 15.

Monié, F. (2003). Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: R. Piquet, *Petróleo, Royalties e Região* (pp. 257-287). Rio de Janeiro: Garamond.

Nader, G. L. (2009). O posicionamento estratégico de Macaé no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. UFRJ, Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional.

Neto, J. B., & Neto, R. S. (2006). Reestruturação produtiva e interiorização da Economia no Estado do Rio de Janeiro: Uma nova dinâmica para a Região Norte Fluminense. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais , p. 20.

Neto, J. F., Passos, W. S., & Neto, R. S. (2008). O Petróleo como grande financiadora da "Guerra dos Lugares": O Caso dos Municípios da Bacia de Campos - RJ. p. 20.

Oliveira, A. T. (2000). Dinâmica migratória recente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro.

Oliveira, A. T. (jan/jun de 2010). Tendências recentes da mobilidade espacial da população no Estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira Estudos Populacionais , 27 (1), pp. 89-113.

Oliveira, F. J. (2003). Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. Tese de Doutorado , p. 220.

Oliveira, S. M. (2001). Conflitos ambientais na Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro. UFRJ/IPPUR. Tese de Doutorado.

Queiroz, C. R., & Postali, F. A. (2009). Rendas do petróleo e eficiência tributária dos municípios brasileiros. Economia do Setor Público - Série Estudos , p. 18.

Paganoto, F. (2008). Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a "Capital do Petróleo". Pós-Graduação em Geografia/UFRJ. Dissertação de Mestrado.

Pellegrin, I., & Araújo, R. S. (2004). Caracterização do Arranjo Produtivo do Petróleo da Bacia de Campos e a estruturação de uma rede de empresas - a Rede Petro - BC. Série Estudos , p. 178.

Pessanha, R. M., & Neto, R. (2004). Economia e desenvolvimento no norte fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil: WTC Editora.

Pereira, W. L. (2010). História e Região: Inovação e industrialização na economia salinera fluminense. Revista de História Regional 15 (2) , pp. 184-210.

Piquet, R. (2003). Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: R. Piquet, Petróleo, Royalties e Região (pp. 219-239). Rio de Janeiro: Garamond.

Piquet, R. (2009). Impactos dos Projetos de Investimento da Indústria do Petróleo e Gas Natural: visão sistêmica. Seminário Royalties do Petróleo e do Gás Natural no Rio de Janeiro (p. 22). Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Piquet, R. (2003). Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Garamond.

Piquet, R., Givisiez, G. N., & Oliveira, E. L. (2006). A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. (18-19), p. 20.

Pruitt, B., & Thomas, P. (2007). Democratic Dialogue - A Handbook for Practitioners. Washington: Trydells Tryckeri AB.

Quintas, J. S. (Org.). Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental. Brasília: Ibama, 2002

Quintas, J.S. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Brasília: Ibama, 2006.

Quintas, J.S. Por uma Educação Ambiental emancipatória. In: QUINTAS, J.S. Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: Ibama, 2000.

Ritter, C. (2011). Reflexões epistemológicas sobre os "Territórios de Identidade". Revista Geografar , p. 15.

Santos, M. P. (2007). Zonas Geoeconômicas do Estado do Rio de Janeiro" um estudo sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável. Escola Nacional de Ciências Estatísticas , p. 116.

Serra, R., Terra, D., & Pontes, C. (2006). Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. Revista Rio de Janeiro (18-19), p. 28.

Siqueira, L. (2010). O paradoxo da política de assistência social no Brasil. p. 37.

Silva, C. A., & Guichard, D. (2006). Tendências contemporâneas da relação entre as cidades médias e a metrópole no Estado do Rio de Janeiro. II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias.

Silva, É. T. (2010). Organização socioespacial e dinâmica demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. p. 50.

Souza, E. A., & Pedon, N. R. (2007). Território e Identidade. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros , p. 23.

Toledo, G. L., & Silva, A. A. (2009). Estratégias competitivas e cooperativas em clusters turísticos: um Diagnóstico da região dos lagos. p. 12.

Vasconcellos, M. E. (2010). Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus.

Vilas Bôas, B. F. (2008). A Evolução das receitas provenientes dos royalties do petróleo e seus impactos na arrecadação dos tributos de competência municipal (2002-2007): o caso do município de Cabo Frio/RJ. Dissertação de Mestrado em Administração Pública, p. 98.

Voivodic, R. A. (2007). Gestão Ambiental e Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio - RJ. Dissertação de Mestrado, p. 181.

Xavier, M. A. (2006). Búzios: Estética, poder e território. p. 243.

### XIII ANEXOS

**XIII.1. Anexos – CDs compondo a metodologia adotada, as avaliações realizadas, produtos como o vídeo e respostas à hipótese de pesquisa e evidências geradas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC.**

#### CD1

Anexo 2.1 – Descrição das atividades realizadas: lista do evento, município e participantes discriminados por etapa.

**Descrição do conteúdo:**

Listas discriminando: tipo do evento, data de sua ocorrência, local, número de participantes e perfil dos participantes.

**Etapa 1 – Análise dos grupos sociais à luz dos impactos da indústria de petróleo e gás**

**Etapa 2 – Oficinas Municipais**

**Etapa 3 – Levantamento de Campo para o Diagnóstico**

#### CD2

Anexo 2.2 – Da abordagem e processo metodológico

- Da intencionalidade pedagógica no Diagnóstico Participativo do PEA-BC
- Das Oficinas Municipais Devolutivas (Etapa 4)
- Do Encontro Regional (Etapa 5)

#### CD3

Anexo 2.3 – Evidências das Etapas 1 e 2

**Descrição de conteúdo:**

Etapa 1

- Levantamento de Campo: Relatório \_Pólen, NEA-BC; Relatório de Campo; Registro Geral NORTE; Registro Geral SUL

- Lista de Contatos
- Manual de Campo
- Banners

#### Etapa 2

- Apresentações das Oficinas Municipais
- Listas de Presença das Oficinas Municipais
- Mapas

#### CD4

##### Anexo 2.4 – Evidências da Etapa 3

###### **Descrição de conteúdo:**

- Listas de Presença

#### CD5

##### Anexo 2.5 – Evidências da Etapa 4

###### **Descrição de conteúdo:**

- Apresentações das Oficinas Devolutivas Municipais
- Listas de Presença das Oficinas Devolutivas Municipais
- Banners das Devolutivas PEA-BC
- Fichas de Avaliação

#### CD6

##### Anexo 2.6 – Evidências da Etapa 5

###### **Descrição de conteúdo:**

- Apresentações do Encontro Regional
- Listas de Presença do Encontro Regional
- Fichas de avaliação

## CD7

### Anexo 2.7 - Resultados da Avaliação do Diagnóstico do PEA-BC

#### **Descrição de conteúdo:**

- Das bases de dados secundários
- Da interface com os projetos Pólen e NEA-BC
- Da mobilização e construção das agendas de Educação Ambiental
- Dos Agentes Locais

## CD8

### Anexo 2.8 – Hipótese e Perguntas Orientadoras à pesquisa quali-quantitativa para o Diagnóstico do PEA-BC

#### **Descrição de conteúdo:**

- Respostas obtidas à hipótese e perguntas geradas pela equipe técnica e de analistas da CGPEG/Ibama

CD9

Anexo 2.9 – Relatório 3: Relatório do Diagnóstico Participativo do PEA-BC –  
Etapas 1 e 2**Descrição de conteúdo:**

- Referência das atividades realizadas nas Etapas 1 e 2

CD10

Anexo 2.10 – Vídeo do Diagnóstico Participativo do PEA-BC**Descrição de conteúdo:**

Com aproximadamente 23 minutos de duração, o vídeo do PEA-BC apresenta um resumo das cinco etapas de trabalho realizadas durante o Diagnóstico, nos 14 municípios trabalhados no âmbito do programa. A narrativa traz impressões e resultados obtidos por todos os atores sociais envolvidos na participação do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

### XIII.2 Anexo 2 – Cadastro Técnico Federal no Ibama

 <b>Ministério do Meio Ambiente</b> <b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</b> 			
<b>CADASTRO TÉCNICO FEDERAL</b> <b>CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR</b>			
Registro n.º	Data da Consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
995181	11/09/2014	11/09/2014	11/12/2014
<b>Dados Básicos:</b>			
CNPJ:	06.063.726/0001-50		
Razão Social:	SOMA Soluções em Meio Ambiente Ltda		
Nome Fantasia:	SOMA Desenvolvimento & Meio Ambiente		
Data de Abertura:	10/10/2003		
<b>Endereço:</b>			
Logradouro:	Rua André Luiz Ribeiro da Fonte, 25/26, sala 410		
N.º:	Complemento:		
Bairro:	Pitangueiras	Município:	LAURO DE FREITAS
CEP:	42700-000	UF:	BA
<b>Atividades de Defesa Ambiental:</b>			
<b>Categoria:</b>			
Código	Descrição		
1	5002 - Consultoria Técnica Ambiental - Classe 6.0		
<b>Atividade:</b>			
Código	Descrição		
1	10 - Auditoria Ambiental		
2	7 - Controle da Poluição		
3	12 - Ecossistemas Terrestres e Aquáticos		
4	5 - Educação Ambiental		
5	11 - Gestão Ambiental		
6	2 - Qualidade da Água		
7	8 - Recuperação de Áreas		
8	6 - Recursos Hídricos		
<p>Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.</p> <p>O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.</p> <p>O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.</p>			
Chave de autenticação		7fxd.qsuk.eqn4.q7b5	

 <p style="text-align: center;"><b>Ministério do Meio Ambiente</b> <b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</b></p>  <p style="text-align: center;"><b>CADASTRO TÉCNICO FEDERAL</b> <b>CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR</b></p>			
<b>Registro n.º</b>	<b>Data da Consulta:</b>	<b>CR emitido em:</b>	<b>CR válido até:</b>
87203	11/09/2014	11/09/2014	11/12/2014
<b>Dados Básicos:</b>			
CPF:	688.560.241-87		
Nome:	Hugo Ricardo Lamas Diogo		
<b>Endereço:</b>			
Logradouro:	R. ANTONIO DAVID MOTA, QD. KI, LOTE 1		
N.º:	Complemento:		
Bairro:	IPITANGA	Município:	LAURO DE FREITAS
CEP:	42700-000	UF:	BA
<b>Atividades desenvolvidas:</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Atividade</b>		
20 - Uso de Recursos Naturais	4 - atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre		
20 - Uso de Recursos Naturais	6 - exploração de recursos aquáticos vivos		
<b>Atividades de Defesa Ambiental:</b>			
<b>Categoria:</b>			
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>		
1	5001 - Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0		
<b>Atividade:</b>			
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>		
1	10 - Auditoria Ambiental		
2	12 - Ecossistemas Terrestres e Aquáticos		
3	5 - Educação Ambiental		
4	11 - Gestão Ambiental		
5	2 - Qualidade da Água		
6	6 - Recursos Hídricos		
7	7 - Controle da Poluição		
8	8 - Recuperação de Áreas		
<p>Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.</p> <p>O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.</p> <p>O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.</p>			